

Caramuru Alimentos S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Caramuru Alimentos S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Caramuru Alimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva” a seguir, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caramuru Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia tomou conhecimento de alegações de supostas irregularidades relacionadas ao tratamento tributário de certas operações e de outros aspectos que envolvem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em decorrência desse fato, o Comitê de Auditoria Estatutário constituiu um Comitê Independente de Investigação, que por sua vez contratou assessores externos independentes especializados para conduzir investigação independente sobre tais alegações. Este Comitê Independente também é responsável por coordenar e supervisionar os trabalhos de investigação.

Considerando que as ações relacionadas à investigação das alegações relatadas ainda estão em andamento e, portanto, sem qualquer resultado conclusivo, os possíveis impactos decorrentes da resolução final desses assuntos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não são conhecidos e não puderam ser estimados pela Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes e/ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Exceto pelo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais informações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva” acima, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva” acima, não temos nada a relatar sobre as outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVO	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>						<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	728.491	2.251.060	1.088.465	2.668.412	Empréstimos e financiamentos	11	502.229	2.291.086	534.423	2.294.478
Aplicações financeiras	4.b	3.968	1.515	3.968	1.515	Fornecedores	12.a	763.392	711.540	801.208	739.035
Contas a receber	5	170.134	317.848	382.688	582.068	Passivo de arrendamento	12.b	11.558	10.607	11.558	10.607
Estoques	6.a	1.002.258	1.175.298	1.108.509	1.344.822	Salários e encargos sociais		53.481	66.967	53.570	66.967
Adiantamentos a fornecedores	6.b	158.661	128.843	158.661	128.843	Impostos, taxas e contribuições a recolher		16.348	15.685	16.676	15.685
Impostos e contribuições a recuperar	7	104.906	138.456	104.906	138.456	Contas a pagar a partes relacionadas	20.a	29.048	-	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	20.a	470.146	628.239	14.069	4.300	Ajustes de contratos futuros	21.b	1.037.309	1.653.811	1.119.675	1.653.811
Depósito caução e ajustes de contratos futuros	21.b	1.068.171	1.492.626	1.116.313	1.521.451	Contratos de "forward" e "swap" a pagar	21.d	15.633	29.116	15.633	29.116
Contratos de "forward" e "swap" a receber	21.d	87.018	67.132	87.018	67.132	Adiantamento de clientes		8.875	12.269	8.977	14.320
Ativos biológicos	27	5.559	-	5.559	-	Outras contas a pagar		38.517	45.418	38.535	45.467
Despesas antecipadas e outras contas a receber		74.498	108.927	78.522	112.330	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.476.390	4.836.499	2.600.255	4.869.486
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		3.873.810	6.309.944	4.148.678	6.569.329						
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>						<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Aplicações financeiras de longo prazo	4.b	-	2.738	-	2.738	Empréstimos e financiamentos	11	1.443.083	1.688.250	1.607.687	1.896.958
Impostos e contribuições a recuperar	7	574.033	650.190	574.033	650.190	Fornecedores	12.a	3.493	2.240	3.493	2.240
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.b	92.267	136.253	92.267	136.253	Passivo de arrendamento	12.b	43.125	46.989	43.125	46.989
Contas a receber	5	-	3.000	-	3.000	Provisão para riscos	13	370	370	370	370
Contas a receber com partes relacionadas	20.a	-	54.349	-	-	Contas a pagar com partes relacionadas	20.a	164.604	208.708	-	-
Depósitos judiciais		9.356	16.914	9.356	16.914	Benefício pós-emprego	26	7.168	5.928	7.168	5.928
Adiantamento a fornecedores	6.b	-	3.706	-	3.706	Outras contas a pagar		7.972	7.413	7.972	7.413
Outras contas a receber	11	-	-	3.230	3.425	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.669.815	1.959.898	1.669.815	1.959.898
Outros investimentos	9	470	470	470	470	TOTAL DO PASSIVO		4.146.205	6.796.397	4.270.070	6.829.384
Investimentos em controladas em conjunto	9	80.645	86.914	80.645	86.914						
Investimentos em controladas	9	154.294	175.474	-	-						
Imobilizado	10.a	1.309.916	1.111.681	1.309.988	1.111.681	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Intangível	10.b	9.689	10.208	9.689	10.208	Capital social	14	1.650.639	1.362.038	1.650.639	1.362.038
Direito de uso	10.c	50.156	52.595	50.156	52.595	Reserva de lucros	14	303.834	399.997	303.834	399.997
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.280.837	2.304.492	2.129.834	2.078.094	Ajuste de avaliação patrimonial	14	53.969	56.004	53.969	56.004
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.008.442	1.818.039	2.008.442	1.818.039
TOTAL DO ATIVO		6.154.647	8.614.436	6.278.512	8.647.423	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.154.647	8.614.436	6.278.512	8.647.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	7.506.040	8.712.125	7.592.518	8.626.376
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	16	(6.902.350)	(8.011.933)	(6.813.111)	(7.783.952)
LUCRO BRUTO		<u>603.690</u>	<u>700.192</u>	<u>779.407</u>	<u>842.424</u>
Receitas (despesas) operacionais:					
Comerciais	16	(176.320)	(158.615)	(239.745)	(194.676)
Gerais e administrativas	16	(202.513)	(201.181)	(206.565)	(204.484)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e adiantamentos	16	(5.707)	(350)	(5.707)	(350)
Resultado de equivalência patrimonial	9	118.887	112.464	31.291	23.758
Outras receitas (despesas)	18	(38.440)	(16.723)	(48.796)	(13.531)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>299.597</u>	<u>435.787</u>	<u>309.885</u>	<u>453.141</u>
Receita financeira	19	991.728	1.410.388	1.015.625	1.426.591
Despesa financeira	19	<u>(1.006.887)</u>	<u>(1.462.532)</u>	<u>(1.040.752)</u>	<u>(1.496.089)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		<u>(15.159)</u>	<u>(52.144)</u>	<u>(25.127)</u>	<u>(69.498)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>284.438</u>	<u>383.643</u>	<u>284.758</u>	<u>383.643</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	8.a	(135)	(24.858)	(455)	(24.858)
Diferido	8.a	<u>(44.446)</u>	<u>(10.041)</u>	<u>(44.446)</u>	<u>(10.041)</u>
		<u>(44.581)</u>	<u>(34.899)</u>	<u>(44.901)</u>	<u>(34.899)</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>239.857</u>	<u>348.744</u>	<u>239.857</u>	<u>348.744</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - ORDINÁRIA	22	<u>9,813</u>	<u>14,267</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	239.857	348.744	239.857	348.744
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos - pós emprego	(1.353)	(676)	(1.353)	(676)
Imposto de renda e contribuição social relativos a itens que não serão reclassificados consequentemente	460	230	460	230
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>238.964</u>	<u>348.298</u>	<u>238.964</u>	<u>348.298</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Balancete Patrimonial em 31 de dezembro de 2023											
		Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial					
								Plano de			
								benefício pós			
								emprego ganhos			
								(perdas)			
								atuariais			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		239.857	348.744	239.857	348.744
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	16	75.606	68.404	75.610	68.404
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial empréstimos e financiamentos		205.736	294.662	193.650	293.590
Variação monetária e cambial de adiantamento a produtores		(10.266)	(12.523)	(10.266)	(12.523)
Variação monetária de impostos a recuperar		(4.468)	(1.394)	(4.468)	(1.394)
Variação cambial de contas a receber		39.698	20.976	39.698	20.976
Variação cambial de partes relacionadas		(20.483)	17.463	-	-
Variação cambial de depósito caução e outras contas a receber e a pagar		7.359	16.557	7.359	16.557
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8.a	44.446	10.041	44.446	10.041
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	13	-	(5.288)	-	(5.288)
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas em adiantamentos a produtores	16	5.707	350	5.707	350
Reconhecimento créditos tributários PIS/COFINS s/exclusão BC ICMS	18	-	(579)	-	(579)
Crédito presumido de IPI (PIS/COFINS s/exportações) extemporâneo	18	(4.137)	(25.841)	(4.137)	(25.841)
Reconhecimento parcial crédito PIS/COFINS extemporâneo	18	-	(8.400)	-	(8.400)
Processo Judicial (INSS - RAT e Trceiros) direito exclusão atestado médico		-	(2.057)	-	(2.057)
Provisão para plano de benefício pós emprego		(113)	(30)	(113)	(30)
Provisão (reversão) para ganho/perda de estoque	6.a	4.288	(4.353)	4.288	(4.353)
Ajuste de estoque a valor de mercado		116.609	104.083	116.609	104.083
Complemento (reversão) de provisão para ganho/perda valor justo contratos futuros a realizar		(244.679)	94.930	(244.679)	94.930
Custo da baixa do ativo imobilizado	10	1.614	8.254	1.614	8.254
Resultado de equivalência patrimonial	9	(118.887)	(112.464)	(31.291)	(23.758)
Complemento (reversão) de provisão referente a transações de "swap" e "forward"		(33.369)	(44.338)	(33.369)	(44.338)
Ajuste a valor presente do FOMENTAR, CEI e PRODUIR	11	(98.995)	(110.794)	(98.995)	(110.794)
Reversão de ajuste a valor presente FOMENTAR, CEI e PRODUIR	11	175.200	33.175	175.200	33.175
Deságio obtido em leilão para liquidação do FOMENTAR, CEI e PRODUIR	11	(188.962)	(35.526)	(188.962)	(35.526)
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS:					
Contas a receber		109.235	3.382	160.900	(146.524)
Estoques		62.630	(239.982)	125.902	(385.461)
Adiantamentos a fornecedores		(29.923)	(1.342)	(29.923)	(2.583)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos		108.087	(138.909)	108.087	(138.909)
Contas a receber com partes relacionadas		212.442	296.227	(9.769)	153
Outros ativos		621.857	(553.213)	593.144	(585.169)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		37.035	275.164	47.356	278.958
Salários e encargos sociais		(11.262)	6.016	(11.173)	6.016
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(1.020)	(10.850)	(691)	(10.850)
Outros passivos		(528.664)	545.353	(448.279)	537.240
Caixa gerado pelas atividades operacionais		772.178	835.898	823.312	277.094
Juros pagos	11	(413.033)	(267.316)	(416.249)	(277.364)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		359.145	568.582	407.063	(270)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao ativo imobilizado		(203.475)	(262.269)	(203.551)	(262.269)
Formação de ativos biológicos	27	(5.559)	-	(5.559)	-
Redução de capital de controlada em conjunto	9	12.250	-	12.250	-
Aplicações financeiras		285	4.276	285	4.276
Recebimento de dividendos	9	120.798	4.329	15.578	4.329
Investimento em controlada em conjunto		-	2.204	-	2.204
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	9	(75.701)	(251.460)	(180.997)	(251.460)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos - captações	11	1.886.850	3.733.471	1.886.850	3.733.471
Empréstimos e financiamentos - pagamentos	11	(3.637.748)	(2.760.141)	(3.637.748)	(2.760.141)
Empréstimos partes relacionadas - captações		-	202.373	-	-
Arrendamentos - pagamentos	12.b	(10.017)	(9.064)	(10.017)	(9.064)
Juros sobre o capital próprio	14.6	(45.000)	(45.000)	(45.000)	(45.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(1.805.915)	1.121.639	(1.805.915)	919.266
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(1.522.471)	1.438.761	(1.579.849)	667.536
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		2.251.060	812.234	2.668.412	2.000.811
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa		(98)	65	(98)	65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO EXERCÍCIO	4.a	728.491	2.251.060	1.088.465	2.668.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS		7.885.843	9.208.432	7.972.397	9.122.683
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		7.606.613	8.850.750	7.693.091	8.765.001
Outras receitas		20.019	59.962	20.019	59.962
Receitas relativas à construção de ativos próprios		264.918	298.070	264.994	298.070
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.707)	(350)	(5.707)	(350)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		7.811.367	8.926.916	7.799.483	8.734.707
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		7.120.030	8.448.282	7.030.791	8.220.301
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		740.203	586.734	817.558	622.506
Ajuste a valor de mercado dos estoques, CBOT, contratos futuros e fornecedores		(48.866)	(108.100)	(48.866)	(108.100)
VALOR ADICIONADO BRUTO		74.476	281.516	172.914	387.976
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		75.606	68.404	75.610	68.404
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(1.130)	213.112	97.304	319.572
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		1.299.580	1.558.388	1.235.881	1.485.885
Resultado de equivalência patrimonial	9	118.887	112.464	31.291	23.758
Receitas financeiras	19	991.728	1.410.388	1.015.625	1.426.591
Outras		188.965	35.536	188.965	35.536
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.298.450	1.771.500	1.333.185	1.805.457
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.298.450	1.771.500	1.333.185	1.805.457
PESSOAL		307.850	284.734	308.464	284.734
Remuneração direta		226.780	221.587	227.320	221.587
Benefícios		67.535	50.496	67.609	50.496
FGTS		13.535	12.651	13.535	12.651
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		(265.509)	(330.235)	(265.509)	(330.235)
Federais		(227.436)	(306.975)	(227.436)	(306.975)
Estaduais		(41.658)	(26.198)	(41.658)	(26.198)
Municipais		3.585	2.938	3.585	2.938
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS		1.016.252	1.468.257	1.050.373	1.502.214
Juros		1.006.887	1.462.532	1.040.752	1.496.089
Aluguéis		9.365	5.725	9.621	6.125
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS		239.857	348.744	239.857	348.744
Juros sobre o capital próprio	14.6	45.000	45.000	45.000	45.000
Lucros retidos		194.857	303.744	194.857	303.744
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.298.450	1.771.500	1.333.185	1.805.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- Atividade preponderante

A Caramuru Alimentos S.A. (“Companhia” ou “controladora”), sediada na Via Expressa Júlio Borges de Souza nº 4240, cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, constituída na forma de Companhia anônima de capital fechado, e principal empresa operacional do Grupo Caramuru tendo como objeto social: (i) a participação em outras entidades; (ii) o esmagamento de soja, milho, girassol e canola para extração de óleo bruto, biodiesel refinado e outros derivados; (iii) a industrialização de milho “in natura” e derivados de milho (farinha, fubá, canjica, óleo, “pellets”, etc.); (iv) a exportação de soja e milho em grãos e seus derivados; (v) a comercialização de produtos importados, tais como milho de pipoca e azeite de oliva, entre outros; (vi) a prestação de serviços de operação portuária, transporte e armazenagem de grãos e operação de transporte multimodal; e, (vii) produção, comercialização e transmissão de energia por conta própria ou de terceiros.

Em 15 de setembro de 2021, a Companhia obteve o registro na Categoria A da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), sem negociar suas ações na “B3”.

- Alegações de supostas irregularidades

A partir de alegações de supostas irregularidades relacionadas ao tratamento tributário de certas operações e outros aspectos que envolvem as demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia determinou a constituição de um Comitê Independente de Investigação, composto exclusivamente por membros independentes, para promover a averiguações das alegações relatadas. O Comitê Independente de Investigação, por sua vez, decidiu pela contratação de consultores externos independentes e especializados para realizarem as averiguações e apuração das alegações relatadas. Conforme divulgado por meio de Fato Relevante de 27 de março de 2024, tais averiguações acabaram por levar à extensão no cronograma de elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e em seus respectivos trabalhos de auditoria. Na data de divulgação destas demonstrações financeiras, os trabalhos de averiguação das alegações ainda estão em curso, sem qualquer resultado conclusivo e, portanto, não é possível estimar potenciais efeitos financeiros, contábeis e divulgações decorrentes da resolução final destes temas.

- Participação em outras entidades

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia controlava integralmente ou em conjunto e/ou participa em outras entidades, cujos contextos operacionais estão resumidos a seguir:

Controlada

Intergrain Company S.A. - 100% (desde fevereiro de 2002): alterada a razão social a partir de 26 de julho de 2023, de Ltd. para S.A. e a partir de 1 de outubro de 2023, foi redomiciliada para a cidade de Montevideo, Uruguai, tem como objetivo principal a importação e exportação de soja, milho em grão e seus derivados (até 30 de setembro de 2023, estava com sua sede em Nassau, nas Bahamas).

Controlada em conjunto

Terminal XXXIX de Santos S.A. - 50% (desde julho de 2002): sediada na cidade de Santos, estado de São Paulo, tem como objeto social a exploração e operação de instalações portuárias em geral, atuando exclusivamente na exploração comercial de um terminal na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos, para a movimentação de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias afins.

Terminal São Simão S.A. ("TSS") - 49% (desde agosto de 2020): sediada na cidade de São Simão, estado de Goiás, tem como objeto social a exploração de prestação de serviços de transbordo de cargas em vagões e/ou caminhões, movimentação, limpeza e conferência de vagões, atuando exclusivamente na exploração comercial de um terminal próximo a área onde se localiza a unidade da filial da Caramuru Alimentos S.A. de São Simão-GO, para a movimentação de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias afins. O referido terminal entrou em operação no primeiro semestre de 2021.

Participação em outras empresas

Cebragel - Companhia de Armazéns Cerrado do Brasil - 23,72% (desde outubro de 1993): sediada em Vitória, estado do Espírito Santo, tem por objeto social a operação de silo graneleiro no Porto de Tubarão, localizado no estado do Espírito Santo.

Os percentuais de participação nas entidades estão divulgados na nota explicativa nº 9.

- Incentivos fiscais

As operações da Companhia estão distribuídas em estabelecimentos situados em cidades localizadas nos estados de Goiás, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Como parte representativa das operações da Companhia está localizada no estado de Goiás, esta é beneficiária de incentivos fiscais promovidos pelo estado, que possuem as seguintes características:

- Programa de Incentivos Fiscais à Industrialização no Estado de Goiás - FOMENTAR: por meio desse incentivo fiscal (Lei Estadual nº 11.180, de 19 de abril de 1990), a Companhia financia, mensalmente, o equivalente a 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS devido ("montante financiado"), para pagamento em parcelas equivalentes à quantidade de meses em aberto dos impostos apurados, após a carência de 20 anos, contados a partir da data de apuração do ICMS devido, sem atualização monetária, com juros de 2,4% ao ano, pagos mensalmente a partir do mês subsequente ao da obtenção do financiamento. Como parte do programa, a Companhia efetua um depósito em garantia através de DARE-Documento de Arrecadação Estadual para a SEFAZ-Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás (vinculação legal), denominado Bolsa Garantia, correspondente a 10% do montante financiado, em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, não atualizado monetariamente. O montante depositado na Bolsa Garantia somente pode ser utilizado para liquidação do saldo devedor do financiamento, na data do vencimento do montante financiado, ou em leilões realizados pelo Estado de Goiás, que oferecem desconto médio de até 89% para liquidação antecipada do financiamento. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 11.

O prazo de utilização do incentivo fiscal do programa FOMENTAR foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2032, conforme previsto na Lei Estadual nº 20.367/18.

- Crédito Especial para Investimento (CEI): por meio desse incentivo fiscal (Lei Estadual nº 14.307, de 12 de novembro de 2002, do Estado de Goiás), a Companhia deposita, mensalmente, em conta específica em nome da Caramuru Alimentos S.A., exclusivamente para receber esses depósitos, o equivalente a 70% do montante de ICMS efetivamente pago, ou seja, líquido do incentivo do programa FOMENTAR mencionado anteriormente e, portanto, correspondente a 21% do montante apurado de ICMS no mês. Este montante pode ser resgatado pela Companhia em até cinco anos (“período de fruição”) a partir da data de início da vigência do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE, mediante a comprovação de investimentos realizados no Estado. O CEI obtido pela Companhia tem até 60 meses de fruição, a partir do mês de maio de 2013, conforme TARE nº 072/13-GSF, sem a incidência de juros. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos de depósito CEI ainda não utilizado e o montante utilizado (consequentemente, a pagar ao Estado) encontram-se registrados, respectivamente, nas rubricas “Outras contas a receber” e “Empréstimos e financiamentos”. A Companhia ainda tem a opção de liquidar antecipadamente, a seu juízo e a qualquer tempo, o CEI com um deságio de aproximadamente 80%. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- PRODUZIR: Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás: incentivo fiscal criado pela Lei Estadual nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000. A Companhia obteve a aprovação do seu projeto de implantação no programa PRODUZIR para sua unidade industrial de produção de biodiesel, localizada em Ipameri, Estado de Goiás, conforme Resolução nº 1.509/09-CE/PRODUZIR, de 8 de dezembro de 2009, da Comissão Executiva do Conselho Deliberativo do Programa PRODUZIR. O incentivo fiscal consiste no financiamento mensal do equivalente a 73% do ICMS devido (saldo devedor apurado). O prazo de fruição do benefício, iniciado no mês de outubro de 2010 que se encerraria em 2020, foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2032, conforme previsto na Lei Estadual nº 20.367/18. Sobre o saldo financiado incidem juros de 0,2% ao mês, sem atualização monetária. O pagamento do saldo devedor é efetuado anual e parceladamente, conforme dispuser decisão da Comissão Executiva do Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás, a partir do final do segundo ano de fruição do benefício e sempre englobando os débitos dos 12 meses anteriores à data do início do pagamento. Conforme disposto no Decreto nº 5.265/2000, o referido saldo devedor poderá ser reduzido em até 100%, conforme os fatores de descontos nas condições especificadas. Como parte do programa, a Companhia efetua um depósito de 10% sobre o montante financiado a título de quitação antecipada através de DARE-Documento de Arrecadação Estadual para a SEFAZ-Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás, que também tem como finalidade a prestação de garantia. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- Crédito Outorgado de ICMS: a Companhia possui o benefício fiscal denominado “Crédito Outorgado de ICMS”, conforme disposto na Lei nº 14.543, de 30 de setembro de 2003 e Lei nº 19.930 de 29 de dezembro de 2017 e no Decreto nº 8517/2015, e por meio do TARE nº 1178/2003. O referido benefício garantiu um crédito de ICMS correspondente às operações de industrialização de soja e seus derivados, calculado em até 6% sobre o valor da soja em grãos adquirida e esmagada no Estado de Goiás e a partir de 29 de dezembro de 2017, o equivalente a 5% sobre o valor dos produtos agrícolas adquirido e esmagado no Estado de Goiás. O benefício recebido é registrado no resultado, na rubrica “Impostos sobre vendas”, na receita operacional líquida, como contrapartida do ICMS a recuperar no ativo circulante. Esse benefício enquadra-se entre aqueles cujo prazo de fruição é indeterminado.

- Programa de Desenvolvimento Comercial e Industrial de Mato Grosso PRODEIC: incentivo fiscal criado pela Lei Estadual Nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, regulamentada pelo Decreto Nº 1.432, de 29 de setembro de 2003. A companhia obteve a aprovação no Programa de Desenvolvimento Comercial e Industrial - PRODEIC conforme comunicado Nº 76/2011 - PRODEIC de 30 de novembro de 2011, aprovado pelo CEDEM-Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial. O incentivo fiscal consiste em redução na base de cálculo nas operações internas e crédito outorgado nas operações interestaduais para os produtos de fabricação da Companhia e inclusos no programa, diferimento do ICMS para aquisição de matérias-primas e ativo imobilizado necessário a concessão do módulo industrial mesmo que importados, desde que não haja similar produzidas no estado. O prazo de fruição do benefício iniciou-se em 1º de dezembro de 2011 sendo concedido para os próximos 10 anos e através da Lei Complementar Estadual nº 631/19, os benefícios foram convalidados passando a vigorar a partir de 1º de janeiro 2020 até a vigência final em 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido na Lei Complementar 160/17 e no Convênio ICMS 190/17. Em contrapartida a Companhia se compromete ao pagamento em média de 17% do benefício gerado para os fundos estaduais sendo: FUNDEIC (em 2018 e 2019 4% e 2020 6%), FUNDED (em 2018, 2019 e 2020 1%), FUNDESTEC (em 2018 e 2019 2% e extinto em 2020) e FEEF (em 2018, 2019 e 2020 10%) sobre o total de ICMS exonerado de acordo com o respectivo produto.

Não houve modificação quanto aos programas de incentivos fiscais que a Companhia participa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 quando comparado com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Riscos de liquidez e de mercado

A Companhia mantém um monitoramento do risco de liquidez por meio da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, não existem renegociações relevantes sobre os recebíveis e a inadimplência encontra-se com percentuais semelhantes ao exercício de 2022.

A Companhia não promoveu nenhuma prorrogação de pagamentos aos fornecedores e vem cumprindo integralmente seus compromissos financeiros, legais e tributários nos referidos anos.

Alguns empréstimos possuem cláusulas de “covenants” financeiros, os quais são mensurados anualmente, bem como a Administração está em constante monitoramento das mesmas, bem como das cláusulas não-financeiras, as quais foram cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A exposição em moeda estrangeira está integralmente protegida por instrumentos financeiros derivativos, conforme nota explicativa nº 21.

O cenário de negócios no ano de 2023 comparado ao mesmo período do ano anterior indicou uma redução de 12% no faturamento líquido, principalmente observado conjuntamente nos segmentos de “commodities” diferenciadas, “commodities” e biocombustíveis.

Acompanhamento das estimativas contábeis subsequentemente a data da emissão desse relatório

A Companhia considerou em suas revisões de estimativas potenciais aumentos nas provisões de perdas com recebíveis e perdas com estoques que pudessem se tornar obsoletos e não identificou a necessidade de reforço de provisões existentes em 31 de dezembro de 2023.

Os preços dos contratos com clientes foram mantidos e não houve negociações que poderiam indicar margens negativas, assim, não são previstas perdas futuras nos próximos meses por contratos onerosos.

Risco de perdas de redução ao valor recuperável

A Companhia analisou, se existia algum indicativo de desvalorização dos seus ativos tangíveis e intangíveis e não foi identificado indicativos de necessidade de constituição de provisão para perdas dos ativos de longo prazo.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, a Companhia não espera nenhum impacto, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8b.

- Possíveis impactos relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, por questões político-econômicas, a Rússia invadiu o território ucraniano e iniciou um confronto armado contra esta nação. A partir deste momento, os Governantes, empresários e toda população mundial passou a acompanhar o desenvolvimento deste conflito e, avaliar eventuais impactos econômicos desencadeados por estes países. Adicionalmente, dada a atividade da Companhia, a Administração tem acompanhado de perto a evolução deste, tendo em vista que a Rússia é um dos maiores exportadores de fertilizantes ao Brasil. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia avaliou e, entende que não há impactos significativos em sua cadeia de suprimentos, tendo em vista que a Companhia não faz "barter" de fertilizantes com produtores rurais e a volatilidade que a guerra trouxe para as cotações da commodities (incluindo soja), não afetou as operações da Companhia, haja vista os instrumentos financeiros contratados como forma de proteção para estas operações. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.
- Ativo imobilizado reavaliado ao valor justo em períodos anteriores .
- Estoques de commodities avaliados a valor justo.
- A Administração definiu os segmentos operacionais com base na tomada de decisões estratégicas de seus principais executivos sobre os negócios, vide nota explicativa nº 17.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de sua controlada, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício, quando aplicável. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e do empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e do empreendimento controlado em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem sua participação em coligadas e empreendimento controlados em conjunto ("joint venture").

As coligadas são as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso deste método.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir descritos:

a) Transações e saldos

As transações de itens não-monetários em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação ou pela taxa histórica e os itens monetários pela taxa fim. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, em resultado financeiro.

b) Demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company S.A..

As demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company S.A., sediada nas Bahamas, foram preparadas, ou ajustadas, de acordo com as políticas contábeis adotadas pela controladora, na moeda funcional da controlada que é o real.

2.6. Estoques

Substancialmente formados por matérias-primas, produtos acabados e produtos auxiliares e avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, o qual não excede o valor de mercado, exceto os estoques de “commodities” que estão demonstrados pelo seu valor justo menos as despesas estimadas para realizar a venda. A Companhia valoriza seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada.

Os adiantamentos a fornecedores são registrados ao custo e acrescidos, quando aplicável, dos encargos acordados contratualmente.

Para ajustar o valor realizável dos estoques, são constituídas provisões para perdas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, quando o custo contábil está superior ao valor realizável.

2.7. Imobilizado e Intangível

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido dos encargos financeiros correspondentes aos empréstimos para construção de ativo qualificável e reavaliações registradas em 1997, 2002 e 2006, e reduzido ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário.

O imobilizado é registrado pelos custos das imobilizações em andamento e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos CPC 27 (IAS 16), descrita na nota explicativa nº 10, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de terrenos e edificações, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As baixas, quando existentes, são registradas na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável dos ativos de longa maturação

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias internas e externas. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e as expectativas do ativo em suas datas originais.

A Companhia efetua o cálculo do valor presente principalmente sobre os saldos de incentivos fiscais representados pelo FOMENTAR, CEI, PRODUZIR e Bolsa Garantia. Os efeitos desse cálculo e das respectivas reversões são registrados no resultado do exercício, na mesma conta que originou o ajuste a valor presente.

Para as demais contas, os efeitos do ajuste a valor presente não são relevantes.

2.10. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.10.1. Impostos correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

2.10.2. Impostos diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

2.11. Benefícios a empregados

A Companhia possui plano de benefício a empregados incluindo plano de previdência privada, assistências médica e odontológica e participação nos lucros. As características dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontram-se descritas na nota explicativa nº 26.

Com relação ao benefício pós-emprego mencionado na nota explicativa nº 26, o cálculo atuarial para a determinação do passivo relativo ao benefício é realizado com base no método do crédito unitário projetado com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A política adotada pela Companhia para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais prevê a contabilização na rubrica “Outros resultados abrangentes” em subconta do patrimônio líquido. A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos.

2.12. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

2.13. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental da Companhia.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.14. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização, de acordo com o CPC 20 (R1).

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14.1. Securitização de recebíveis

Por meio de sua controlada, Intergrain Company S.A., a Companhia realiza operação de securitização de recebíveis, a qual consiste em uma transação financeira na qual a empresa originadora ("Intergrain Company S.A.") dos títulos de recebíveis, transfere seus direitos creditórios para outra empresa, esta denominada de securitizadora. A empresa securitizadora adquirirá os títulos de recebíveis da originadora e, tendo-os por lastro, emitirá títulos e valores mobiliários, que serão ofertados publicamente, privados ("Private Placement") ou através de empréstimos no mercado de capitais. Com os recursos obtidos por meio dessa oferta pública de títulos e valores mobiliários, a securitizadora pagará a originadora pelos créditos a ela cedidos.

A Companhia faz o desreconhecimento do ativo financeiro (títulos de recebíveis) à luz do CPC 48 / IFRS 9 e, portanto, só o faz quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, momento este marcado pela transferência do fluxo de caixa pelo devedor a securitizadora, uma vez que o risco e benefício do ativo financeiro é mantido contratualmente pela Companhia.

2.15. Subvenção governamental

Representada substancialmente pelo deságio obtido nas liquidações antecipadas do FOMENTAR, do CEI e do PRODUIR e benefícios diretos dos Créditos Outorgados - GO e PRODEIC - MT, o qual é lançado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica “Deduções de vendas”, considerando que o benefício está diretamente relacionado ao ICMS sobre vendas.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos exercícios subsequentes.

2.16. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração realizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos e estimativas relevantes

Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

Provisão para realização e obsolescência dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. A provisão para obsolescência é constituída com base na análise individual da idade dos itens em estoque e a probabilidade de seu uso futuro.

Provisão para perdas estimadas com instrumentos financeiros

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e de ajustes a valor justo e leva em consideração uma expectativa de inadimplência que pode ser ou não confirmada.

Provisão para riscos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.17. Lucro básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação.

2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

2.19. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Companhia durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20. CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes

A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes.

A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas:

- A Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade das mercadorias.
- A Sociedade não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as mercadorias vendidas.
- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado.
- For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Sociedade.
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados.

A receita proveniente da venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade/ controle é transferida. Os fretes sobre vendas são registrados como custo do produto vendido.

O pronunciamento técnico traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio do controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.21. CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurados pelo seu valor justo, o qual é correspondente ao valor da transação. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos a valor justo.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial os ativos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação inicial dos ativos financeiros não é alterada a não ser que ocorram mudanças no modelo de negócio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava somente ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos) e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (demais ativos financeiros).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos) ou mensurados ao custo amortizado (demais passivos financeiros).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O modelo de negócio da Companhia consiste em receber exclusivamente os instrumentos de dívida (recebíveis e aplicações) os fluxos de caixa contratuais sem a venda de carteira e/ou antecipações

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados ao VJR. Isso inclui todos os ativos e passivos financeiros derivativos.

Para fins da avaliação como custo amortizado, o “principal” é definido como valor justo do ativo e passivo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou são liquidados. As principais classes de ativos e passivos financeiros são:

a) Caixa e equivalentes de caixa e depósito bancário em moeda estrangeira

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, depósitos bancários em moeda estrangeira e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e da respectiva variação monetária até as datas de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias na data de aquisição ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

Referem-se a saldos bancários cuja utilização é temporariamente restrita devido a acordos de garantia de recebíveis com instituições financeiras. Esses saldos restritos possuem prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e não possuem liquidez imediata.

c) Contas a receber

Registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, e ajustadas a valor presente, quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito estimadas.

d) Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

A Companhia possui vários instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa nº 21 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Passivos financeiros

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando o passivo financeiro é mantido para negociação ou quando designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em lucros e perdas. Os ganhos ou perdas líquidas reconhecidas em lucros e perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme a nota explicativa nº 21.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.22. ICPC 22/IFRIC 23 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

2.23. Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS E EMITIDAS

a) CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

- Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

• Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

b) CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e saldos bancários	78.511	29.294	78.511	29.294
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	508.334	2.221.766	508.334	2.221.766
Depósito bancário em moeda estrangeira (b)	-	-	359.974	417.352
Câmbio liberado (c)	141.646	-	141.646	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>728.491</u>	<u>2.251.060</u>	<u>1.088.465</u>	<u>2.668.412</u>

- (a) As aplicações financeiras realizadas em moeda local (R\$), referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas que variam em 31 de dezembro de 2023 de 100% a 104% (31 de dezembro de 2022 de 100% a 104%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. Essas aplicações são mantidas com vistas para atender compromissos de curto prazo e imediatamente conversíveis em caixa, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

- (b) Refere-se a depósitos no exterior destinados à liquidação de obrigações de curto prazo e de liquidez imediata, em 31 de dezembro de 2023, equivalentes a US\$74.355 e 31 de dezembro de 2022, equivalentes a US\$79.988.
- (c) Câmbio liberado refere-se a recursos disponíveis em Dólares Norte-americanos não remunerado, que em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$141.646, equivalentes a US\$29.258 mil, proveniente de contrato de empréstimo externo em moeda estrangeira, captado junto ao Banco do Brasil, cujas liberações foram efetuadas em janeiro de 2024.

b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos de capitalização - curto prazo (a)	3.968	1.515	3.968	1.515
Títulos de capitalização – não circulante (a)	-	2.738	-	2.738
Total de aplicações financeiras	<u>3.968</u>	<u>4.253</u>	<u>3.968</u>	<u>4.253</u>

- (a) Refere-se a Títulos de capitalização mantidos junto ao Banco da Amazônia para operações de crédito.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Biodiesel	84.261	157.827	84.261	157.827
Farináceos	20.047	21.506	20.047	21.506
Farelo de soja	14.110	64.122	150.089	216.560
Óleo de soja refinado	-	22.085	-	22.085
Glicerina	9.147	11.331	10.583	11.751
Óleo de canola	10.706	4.080	10.706	4.080
Lecitina	11.298	11.849	42.550	33.355
Produtos mix	3.784	11.023	3.784	11.023
Óleo de soja bruto	7.505	-	29.778	17.803
Serviços de transporte e armazenagem	3.665	913	3.665	913
Soja em grãos	690	-	2.830	3.421
Milho em grãos	-	-	19.474	68.632
Outros produtos	<u>13.909</u>	<u>23.482</u>	<u>13.909</u>	<u>23.482</u>
	179.122	328.218	391.676	592.438
Provisão para perdas de crédito estimadas	<u>(8.988)</u>	<u>(7.370)</u>	<u>(8.988)</u>	<u>(7.370)</u>
Total	<u>170.134</u>	<u>320.848</u>	<u>382.688</u>	<u>582.068</u>
Circulante	170.134	317.848	382.688	582.068
Não circulante	-	3.000	-	3.000

O saldo de contas a receber pode ser segregado por mercado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	178.261	326.384	178.261	326.384
Mercado externo	861	1.834	213.415	266.054
Total	<u>179.122</u>	<u>328.218</u>	<u>391.676</u>	<u>592.438</u>

Em 31 de dezembro de 2023, do saldo de contas a receber, R\$84.261, referente a vendas Biodiesel para diversas distribuidoras, principais: Vibra Energia S.A., montante de R\$32.896, Raizen S.A., montante de R\$20.150, Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., montante de R\$18.673, Petrobahia S.A., montante de R\$5.186 e para a Larco Comercial S.A. o montante de R\$3.743 e (R\$157.827 em 31 de dezembro de 2022, para diversas distribuidoras, principais: Vibra Energia S.A., o montante de R\$36.794, Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., o montante de R\$26.957, Raizen S.A., o montante de R\$24.312 e para a Petróleo Sabba S.A. o montante de R\$4.504). Nenhum outro cliente representa mais de 10% do saldo total de contas a receber da carteira de clientes. Devido ao novo sistema de comercialização de Biodiesel a partir de janeiro de 2022, não é vendido diretamente para a Petrobrás S.A. e sim através de mercado livre, negociado com distribuidoras de combustíveis.

O saldo de contas a receber com partes relacionadas está apresentado na nota explicativa nº 20.a e consiste substancialmente em transações com a controlada Intergrain Company S.A. no montante de R\$456.077 (R\$623.939 em 31 de dezembro de 2022) decorrente principalmente das vendas de farelo de soja, lecitina e milho em grãos, na controladora.

O saldo de contas a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer:				
De 1 a 30 dias	138.903	244.256	254.450	407.251
De 31 a 60 dias	15.193	60.432	21.676	65.290
De 61 a 90 dias	4.486	4.254	5.443	14.569
Mais de 91 dias	771	3.000	10.225	32.500
Total a vencer	<u>159.353</u>	<u>311.942</u>	<u>291.794</u>	<u>519.610</u>
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.271	8.672	70.700	46.994
De 31 a 60 dias	556	125	5.875	1.252
De 61 a 90 dias	919	103	6.002	442
De 91 a 120 dias	1.035	6	8.318	16.770
De 121 a 180 dias	577	44	577	44
Mais de 181 dias	8.411	7.326	8.410	7.326
Total vencido	<u>19.769</u>	<u>16.276</u>	<u>99.882</u>	<u>72.828</u>
Total geral	<u>179.122</u>	<u>328.218</u>	<u>391.676</u>	<u>592.438</u>

Para determinar a recuperação das contas a receber, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente na data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. Ao excluir o montante a receber da Petrobras, a concentração do risco de crédito é limitada considerando que a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

Para o cálculo da provisão para perdas de créditos estimadas, a Companhia avalia, com base em experiências anteriores de inadimplência e análise da situação financeira atual de cada devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a matriz de provisão não foi agravada pelo fato de não produzir impacto significativo no risco de crédito da sua carteira.

A movimentação da provisão para perdas de créditos estimadas é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(7.370)	(7.707)
Adições	(2.192)	(804)
Reversão	574	1.141
Saldo final	<u>(8.988)</u>	<u>(7.370)</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui contas a receber dadas em garantia de empréstimos e financiamentos.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
a) Estoques:				
Matérias-primas	494.857	429.299	494.857	429.299
Produtos acabados	409.149	653.808	409.149	653.808
Mercadorias para revenda	18.906	19.820	125.158	189.344
Material de embalagem	11.265	8.776	11.265	8.776
Material de manutenção e insumos	72.991	64.217	72.990	64.217
Provisão para perdas	(4.910)	(622)	(4.910)	(622)
Subtotal de estoques	<u>1.002.258</u>	<u>1.175.298</u>	<u>1.108.509</u>	<u>1.344.822</u>
b) Adiantamentos a fornecedores:				
Adiantamentos a produtores	110.003	63.297	110.003	63.297
Compras antecipadas	8	8	8	8
Adiantamento de fretes	818	1.599	818	1.599
Insumos e outros	52.898	68.900	52.898	68.900
Provisão para perdas	(5.066)	(1.255)	(5.066)	(1.255)
Subtotal de adiantamentos a fornecedores	<u>158.661</u>	<u>132.549</u>	<u>158.661</u>	<u>132.549</u>
Circulante	158.661	128.843	158.661	128.843
Não circulante	-	3.706	-	3.706

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia estoques dados como garantia de passivos.

A movimentação da provisão para perdas, relativa aos adiantamentos a produtores e perdas com estoques, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(1.877)	(6.243)
Adições	(8.160)	(168)
Baixas/reversão	61	4.534
Saldo final	<u>(9.976)</u>	<u>(1.877)</u>

O saldo de adiantamento a fornecedores está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>A vencer</u>				
De 1 a 30 dias	2.608	5.957	2.608	5.957
De 31 a 60 dias	7.726	2.907	7.726	2.907
De 61 a 90 dias	86.848	95.645	86.848	95.645
De 91 a 120 dias	3.080	22.389	3.080	22.389
Mais de 121 dias	9.392	1.356	9.392	1.356
Total a vencer	<u>109.654</u>	<u>128.254</u>	<u>109.654</u>	<u>128.254</u>
<u>Vencidos</u>				
De 1 a 30 dias	16.567	313	16.567	313
De 31 a 60 dias	49	214	49	214
De 61 a 90 dias	11	58	11	58
De 91 a 120 dias	25.189	9	25.189	9
De 121 a 180 dias	3	-	3	-
Mais de 181 dias	8.804	4.956	8.804	4.956
Total vencido	<u>50.623</u>	<u>5.550</u>	<u>50.623</u>	<u>5.550</u>
 Total geral	 <u>160.277</u>	 <u>133.804</u>	 <u>160.277</u>	 <u>133.804</u>
 Circulante	 160.277	 130.098	 160.277	 128.843
Provisão para perdas	<u>(1.616)</u>	<u>(1.255)</u>	<u>(1.616)</u>	<u>(1.255)</u>
Total circulante, líquido	158.661	128.843	158.661	128.843
Não circulante	3.450	3.706	3.450	3.706
Provisão para perdas	<u>(3.450)</u>	<u>-</u>	<u>(3.450)</u>	<u>-</u>
Total geral, líquido	<u>158.661</u>	<u>132.549</u>	<u>158.661</u>	<u>132.549</u>

Os estoques de “commodities”, substancialmente representados por soja em grãos e seus derivados, totalizavam R\$445.074 e R\$154.356, respectivamente (R\$259.881 e R\$277.043 em 31 de dezembro de 2022), semente de milho e girassol em grãos, totalizavam R\$65.289 e R\$83.157, respectivamente (R\$122.355 e R\$ 51.522 em 31 de dezembro de 2022), apresentados nas rubricas “Matérias-primas” e “Produtos acabados”, são ajustados ao seu valor justo deduzidos dos custos de vendas. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos estoques são lançados diretamente no resultado, na rubrica “Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos”, e representam aproximadamente uma perda de R\$150.775 em 31 de dezembro de 2023, sendo perda de R\$119.751 referente a matéria-prima e perda de R\$31.024 referente aos produtos acabados (R\$34.165 de perda em 31 de dezembro de 2022, sendo perda de R\$ 30.937 referente a matéria-prima e perda de R\$ 3.228 referente aos produtos acabados).

Os adiantamentos a produtores referem-se a recursos entregues aos produtores rurais antes do plantio e são quitados por ocasião da entrega dos grãos, que ocorrerá entre janeiro e maio do período imediatamente seguinte àquele em que estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a cotação dos grãos nas datas efetivas de entrega, atualizados até a data-base de 31 de dezembro de 2023. Essas operações estão sujeitas a encargos financeiros, equivalentes a juros simples de 0,5% a 0,84% ao mês ou juros compostos de 1,25% a 1,85% ao mês, em conformidade com as condições acordadas com o fornecedor. Os custos com os juros atualizados dos contratos são lançados diretamente para resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

As operações relacionadas a adiantamentos e sementes entregues aos produtores, descritas anteriormente, possuem garantias reais, representadas por Cédula do Produtor Rural (CPR) com os respectivos penhores em primeiro grau da safra a ser colhida e hipoteca de imóveis dos produtores, devidamente registrados em cartórios de registros de imóveis.

A Companhia constituiu a provisão para perdas estimadas dos adiantamentos que não possuem as garantias reais acima mencionadas.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar	13.215	11.045
PIS e COFINS - não cumulatividade (a)	90.728	114.479
IRPJ e CSLL antecipado (b)	48	84
IRRF aplicações financeiras (b)	-	8.889
Outros impostos a recuperar	915	3.959
Total circulante	104.906	138.456

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar	17.434	15.210
PIS e COFINS - não cumulatividade (a)	390.083	459.918
ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (a.1)	68.136	68.136
Crédito presumido de IPI (Pis/Cofins s/Export.) (a.2)	755	25.841
IRPJ e CSLL antecipado (b)	41.206	70.137
IRRF aplicações financeiras (b)	41.879	-
Outros impostos a recuperar	14.540	10.948
Total não circulante	574.033	650.190
Total	678.939	788.646

- (a) PIS e COFINS - não cumulatividade refere-se a i) R\$105.726 em 31 de dezembro de 2023 (R\$101.770 em 31 de dezembro de 2022), aos créditos básicos provenientes das compras de insumos com alíquota de 9,25% conforme previsto no art. 3º. da Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e art. 3º. da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003; ii) R\$238.834 em 31 de dezembro de 2023 (R\$337.923 em 31 de dezembro de 2022), aos créditos presumidos estabelecido pelo art. 31 da Lei 12865 de 9 de outubro de 2013, sobre as vendas de óleo de soja, farelo de soja, lecitina e biodiesel; iii) créditos básicos vinculados às operações do mercado interno não tributado, Lei 11.033 de 2004, R\$40.071 em 31 de dezembro de 2023 (R\$14.145 em 31 de dezembro de 2022); iv) créditos presumidos de PIS e COFINS vinculados às operações de farelo de soja, Lei 12.350 de 2010, R\$6.104 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.108 em 31 de dezembro de 2022); v) créditos referente retenção órgãos públicos, Lei 9.430 de 1996, R\$1.902 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.688 em 31 de dezembro de 2022); vi) créditos presumido referente às vendas de óleo de soja, farelo de soja, lecitina e biodiesel Lei nº 12.865 de 2013 ainda não realizados pedidos de ressarcimento R\$42.415 em 31 de dezembro de 2023 (R\$51.825 em 31 de dezembro de 2022) e demais créditos de PIS e COFINS R\$31.046 em 31 de dezembro de 2023 (R\$59.937 em 31 de dezembro de 2022).

(a.1) Crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS

Em 14 de maio de 2019 a Companhia teve sua ação relacionada ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS transitada em julgado. Esta ação transitada em julgado não determinou se a base de cálculo seria o ICMS destacado nas notas fiscais a ser excluído ou o ICMS efetivamente recolhido em dinheiro. Como consequência, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu contabilmente o montante de R\$19.010 de PIS e COFINS sobre a metodologia do ICMS efetivamente pago, embasada na avaliação dos seus assessores jurídicos.

Em maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Embargos de Declaração nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706, manifestando-se que o valor do ICMS que deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é aquele destacado nas notas fiscais. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não reconheceu crédito (R\$579 em 31 de dezembro de 2022) referente a diferença remanescente entre o crédito de PIS e COFINS calculado sobre o valor do ICMS destacado e o crédito de PIS e COFINS calculado sobre o valor do ICMS efetivamente pago, totalizando o montante reconhecido de R\$68.136 em 31 de dezembro de 2023 (R\$68.136 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia, em sua ação individual, optou pelo procedimento de liquidação de sentença, fato que resultará em perícias documentais e contraditório para obtenção de ressarcimento dos créditos.

Adicionalmente, a Companhia possui créditos relacionados a pauta fiscal os quais são classificados como risco possível de ganho pelos assessores jurídicos da Companhia, devido principalmente a ausência de jurisprudência, e desta forma foram determinados como ativo contingente tendo em vista ser possível que as autoridades fiscais adotem posições restritivas no que se refere a metodologia de cálculo do crédito de PIS e COFINS.

O montante total dos créditos não reconhecidos em 31 de dezembro de 2023, incluindo suas respectivas atualizações monetárias, é de aproximadamente R\$212.217 (R\$196.530 em 31 de dezembro de 2022) e será reconhecido quando a incontroversa for praticamente certa.

(a.2) Crédito presumido de IPI (Pis / Cofins s/Exportações)

A Companhia entrou com processo administrativo com o objetivo de garantir a tomada do referido crédito. Após a tramitação e sem obter êxito a Companhia entrou com Manifesto de Inconformidade em dezembro de 2000, maio de 2003, maio de 2005 e fevereiro de 2006 totalizando o montante de R\$25.841. R\$755 em 31 de dezembro de 2023 e (R\$25.841 em 31 de dezembro de 2022). Estes Manifestos foram discutidos administrativamente pela RFB e obtivemos êxito em março de 2022 autorizando a compensação de ofício. E em abril de 2023 a RFB ressarciu através de depósito à vista o montante de R\$25.086. A Companhia continua aguardando o ressarcimento do saldo remanescente no valor de R\$755.

A Administração da Companhia é de opinião de que a totalidade desses créditos tributários de PIS e COFINS serão:

- (i) Parcialmente utilizados para compensar os impostos a pagar referente a PIS e COFINS - não cumulatividade e/ou tributos federais, gerados pelas vendas realizadas e a realizar até o fim do próximo exercício, tendo, portanto, classificado parte desses ativos no circulante.

Estes créditos tributários de PIS e COFINS podem ser ressarcidos em conformidade com procedimento específico estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil de acordo com a Lei nº 12.865 de 2013, a partir de 10 de outubro de 2013. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 210 pedidos (224 em 31 de dezembro de 2022), de ressarcimento com o valor de R\$396.675 (R\$466.433 em 31 de dezembro de 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia compensou administrativamente o montante de R\$113.300 (e em 31 de dezembro de 2022 R\$134.084), via PER/DCOMP, referente a impostos e contribuições devidas.

- (ii) Com a entrada em vigor da Lei nº. 13.670 de 2018, regulamentada pela IN nº. 1.810 de 2018, os créditos tributários (PIS/COFINS) gerados a partir de agosto de 2019 estão sendo compensados com débitos previdenciários (Funrural e folha de pagamento) gerados mensalmente. Com isso os novos saldos de créditos de PIS/COFINS objeto de pedidos de ressarcimento serão utilizados também para compensações de débitos previdenciários e/ou outros administrados pela RFB.

- (b) O saldo refere-se substancialmente a antecipações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro tributável apurado em anos anteriores e no decorrer do período e imposto de renda sobre aplicações financeiras. A expectativa da Administração da Companhia é de que esse montante será compensado com o imposto de renda e a contribuição social a serem apurados durante este e nos próximos exercícios e/ou com outros impostos e contribuições federais. Ademais, houve compensações no montante de R\$1.620 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e (R\$5.205 em 31 de dezembro de 2022).

Não houve modificações relevantes referentes a natureza e demais descrições dos saldos de impostos a recuperar conforme divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil, depósito à vista no montante de R\$337.036, atualizados pela taxa Selic e (em 2022, a Companhia não recebeu depósito à vista), oriundos de parte de pedidos de ressarcimento, principalmente de créditos de PIS/COFINS (R\$266.342), crédito básico de IPI (R\$25.103), saldo negativo de IRPJ/CSLL (R\$42.460) e outros créditos (R\$3.131).

Os saldos de impostos a recuperar são compostos de acordo com os seguintes anos de origem:

	31/12/2023				
	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF aplicações financeiras				
	PIS/COFINS		ICMS	Outros	Total
2010	555	-	-	-	555
2011	5.026	-	-	-	5.026
2012	9.805	-	-	-	9.805
2013	22.462	-	-	-	22.462
2014	25.402	-	-	-	25.402
2015	31.964	2.464	-	482	34.910
2016	39.158	25.294	-	1.050	65.502
2017	27.353	137	-	1.654	29.144
2018	32.368	8	-	1.683	34.059
2019	24.811	1.472	-	1.901	28.184
2020	5.259	1.645	1.801	1.629	10.334
2021	67.850	452	4.009	377	72.688
2022	53.282	9.735	16.648	3.411	83.076
2023	204.407	41.926	8.191	3.269	257.793
Total	549.702	83.133	30.649	15.456	678.940

31/12/2022

	PIS/COFINS	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF aplicações financeiras	ICMS	Outros	Total
2010	555	-	-	-	555
2011	5.026	-	-	-	5.026
2012	10.599	22.729	-	-	33.328
2013	40.986	329	-	-	41.315
2014	36.548	19.629	-	-	56.177
2015	43.622	2.444	-	482	46.548
2016	39.158	23.334	-	1.050	63.542
2017	27.353	125	-	1.654	29.132
2018	32.369	7	11	1.684	34.071
2019	27.549	1.331	3.309	1.901	34.090
2020	5.259	142	2.278	1.630	9.309
2021	107.502	68	4.009	377	111.956
2022	291.848	8.972	16.648	6.129	323.597
Total	668.374	79.110	26.255	14.907	788.646

Com base nos pedidos de recuperação e nas projeções de resultados futuros, a Companhia estima realizar os créditos de impostos a recuperar conforme a seguir:

	PIS/COFINS	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF Utilização nas operações/compensação	Total
2024	90.728	11.626	102.354
2025	118.512	21.142	139.654
2026	55.037	31.702	86.739
2027 em diante	285.425	18.663	304.088
Total	549.702	83.133	632.835

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	30/12/2022	31/12/2023	30/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	284.438	383.643	284.758	383.643
Cálculo do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota combinada vigente - 34%	(96.709)	(130.438)	(96.818)	(130.438)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial – controlada no exterior	32.907	32.078	-	-
Resultado de equivalência patrimonial – controladas em conjunto	10.639	8.078	10.639	8.078
Variação cambial de investimento no exterior (1)	(3.125)	(1.918)	(3.125)	(1.918)
Juros sobre capital próprio	15.300	15.300	15.300	15.300
Constituição/(Reversão) IR/CS diferidos sobre resultado (prejuízo) – controlada no exterior	(32.907)	(32.078)	-	-
Benefícios fiscais - FOMENTAR, CEI e PRODUIR (Líquido)	64.247	12.079	64.247	12.079
Benefícios fiscais - PRODEIC-MT, Crédito Outorgado ICMS-GO e ICMS redução e isenção base de cálculo	86.970	115.160	86.970	115.160
Imposto de renda e contribuição social diferidos, não reconhecido (2)	(129.490)	(36.251)	(129.701)	(36.251)
Outras diferenças permanentes, líquidas	7.587	(16.909)	7.587	(16.909)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(44.581)	(34.899)	(44.901)	(34.899)
Composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(135)	(24.858)	(455)	(24.858)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(44.446)	(10.041)	(44.446)	(10.041)

- (1) O efeito do resultado de equivalência patrimonial na Controladora contempla o valor negativo de R\$3.181 (negativo de R\$ 1.918 em 31 de dezembro de 2022) referente à variação cambial de investida Intergrain no exterior para fins fiscais, conforme valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (2) A Companhia revisou sua projeção de lucros tributáveis futuros e reconheceu o ativo fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos até o limite da compensação tendo em vista a expectativa de realização futura desses créditos.

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, aprovada pela Administração, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente tributáveis e dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional até o limite de realização com base nas projeções de resultados tributáveis futuros. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia e está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Créditos fiscais</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (a)	106.943	90.441
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e para perdas de adiantamentos a produtores	4.779	2.933
Provisão para resultado não realizado-lucro nos estoques	2.004	24.003
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	126	126
Provisão para perda de créditos contingentes	9.427	9.427
Provisão para benefício pós-emprego	2.012	2.051
Provisão para possível não realização impostos	9.860	5.852
Provisão para ajuste de estoque a valor de mercado	55.212	16.358
Ajuste de contratos garantia preços ao produtor e contratos de vendas	29.980	63.861
Provisão para ajuste de contratos futuros - CBOT	-	31.551
Provisão para possível não realização crédito (CONAB)	4.429	4.429
Outras provisões	4.273	4.633
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos	<u>229.045</u>	<u>255.665</u>
<u>Débitos fiscais</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Ajuste a valor presente - FOMENTAR, PRODUIR, CEI e Bolsa		
Garantia	(21.413)	(47.323)
Provisão para ajuste de estoque a valor de mercado	(8.518)	(7.106)
Variação líquida não realizada de "forward" e "swap"	(24.271)	(12.925)
Provisão para ajuste de obrigações com fornecedor-MP	(15.295)	(1.019)
Provisão para ajuste de contratos futuros - CBOT	(12.268)	-
Ajuste de contratos garantia preços ao produtor e contrato de vendas	(9.732)	(4.242)
Ganhos/perdas atuariais de planos de benefício pós-emprego	425	(35)
Reserva de reavaliação	(17.845)	(18.497)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativo imobilizado	(27.861)	(28.265)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivos	<u>(136.778)</u>	<u>(119.412)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo ou (passivo) líquido	<u>92.267</u>	<u>136.253</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o saldo líquido de provisões constituídas, no montante de R\$314.538 em prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (R\$266.003 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais se encontram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$658.331 em prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras, podendo ser constituído a medida que as perspectivas futuras de lucros tributáveis suportem tal realização.

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e as projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração, portanto, são dependentes de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Companhia estima realizar os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme a seguir:

	<u>31/12/2023</u> Controladora e Consolidado
2024	11.626
2025	21.142
2026	31.702
2027	35.752
2028	38.912
2029	36.553
2030	11.625
2031	11.625
2032	11.625
2033 em diante	<u>18.483</u>
Total	<u>229.045</u>

A abertura, por ano, do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos a ser realizado, foi determinada pela Administração da Companhia utilizando-se de projeções de resultados para os próximos exercícios e avaliando-se, de maneira uniforme, a efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas desses lucros tributáveis futuros.

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e as projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração; portanto, são dependentes de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças.

9. INVESTIMENTOS

	<u>Participação total - %</u>
<u>Investimentos em controlada</u>	
Intergrain Company S.A.	100,00
<u>Investimentos em controlada em conjunto</u>	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	50,00
Terminal São Simão S.A.	49,00

A seguir, um resumo dos balanços patrimoniais e demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, da controlada e controlada em conjunto.

	Quantidade de cotas/ações		Capital social		Participação no capital social %		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Controlada(a):										
Intergrain Company S.A. (a)	10.595.180	10.595.180	51.294	55.282	100%	100%	160.189	246.072	32.083	164.945
Controlada em conjunto:										
Terminal XXXIX de Santos S.A.	14.200.000	14.200.000	72.000	50.000	50%	50%	116.403	100.852	65.305	46.300
Terminal São Simão S.A. (b)	93.442.101	93.442.101	48.503	73.503	49%	49%	45.810	74.473	(2.779)	1.240

(a) Valor referente a US\$10.595 mil.

O resultado do exercício da Intergrain contempla o valor negativo de R\$9.357 referente a variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada (R\$5.641 negativo em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado abaixo:

Resultado Intergrain - Investimento no exterior	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de equivalência patrimonial controlada - antes dos efeitos da variação cambial	32.083	164.945
Ajuste equivalência patrimonial sobre resultado realizado e não realizado – lucro nos estoques	64.703	(70.598)
Resultado de equivalência patrimonial controlada - efeitos da variação cambial	(9.190)	(5.641)
Resultado de equivalência patrimonial controlada total	<u>87.596</u>	<u>88.706</u>

A Companhia efetua consolidação das demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company S.A. (100% de participação) e realiza cálculo de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A. (50% de participação) e Terminal São Simão S.A. (49% de participação), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 19 (R2).

	Terminal XXXIX	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Ativo	143.262	124.209
Passivo	(113.970)	(38.249)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	326.408	309.950
Passivo	(239.298)	(295.058)
Patrimônio líquido	<u>116.402</u>	<u>100.852</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	261.827	195.940
Custo das vendas	(107.952)	(85.958)
Lucro bruto	<u>153.875</u>	<u>109.982</u>
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(29.251)	(16.347)
Resultado financeiro	(26.716)	(23.954)
Imposto de renda e contribuição social	(32.603)	(23.381)
Resultado do exercício	<u>65.305</u>	<u>46.300</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Intergrain</u>		
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Ativo	765.888	953.923
Passivo	(608.990)	(656.925)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	167.895	212.132
Passivo	(164.604)	(263.057)
Patrimônio líquido	<u>160.189</u>	<u>246.073</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	3.197.012	3.285.953
Custo das vendas	(3.075.571)	(3.074.998)
Lucro (prejuízo) bruto	<u>121.441</u>	<u>210.955</u>
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(77.832)	(46.010)
Resultado financeiro	(11.207)	-
Imposto de renda e contribuição social	(319)	-
Subtotal	<u>32.083</u>	<u>164.945</u>
Variações cambiais - Investimento no exterior	(9.190)	(5.641)
Resultado do exercício	<u>22.893</u>	<u>159.304</u>

	Terminal São Simão	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Ativo	21.101	16.434
Passivo	(13.452)	(9.590)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	90.462	92.968
Passivo	(52.301)	(25.339)
Patrimônio líquido	45.810	74.473
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	17.411	18.799
Custo das vendas	(18.192)	(17.911)
Lucro (prejuízo) bruto	(781)	888
Despesas operacionais, líquidas	(40)	691
Resultado financeiro	(3.432)	137
Imposto de renda e contribuição social	1.474	(476)
Resultado do exercício	(2.779)	1.240

O saldo de investimentos em controladas e controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2023 de 2022:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos em controladas	154.294	175.474
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - controladas em conjunto	80.645	86.914
Subtotal	234.939	262.388
Outros investimentos (i)	470	470
Total	235.409	262.858
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Investimentos - controladas em conjunto	80.645	86.914
Outros investimentos (i)	470	470
Total	81.115	87.384

- (i) Refere-se principalmente a investimento na Cebragel (participação de 24%) - Companhia de Armazéns Cerrado do Brasil, não consolidado.

Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto em exercícios comparativos:

Investimentos	Saldo inicial 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos (ii)	Investimento TSS (iii)	Ajuste Exercício Anterior(iv)	Saldo final 31/12/2023
Em controlada:						
Intergrain Company S.A.	175.474	87.596	(105.220)	-	(3.557)	154.294
Em controlada em conjunto:						
Terminal XXXIX de Santos S.A.	50.426	32.653	(24.877)	-	-	58.202
Terminal São Simão S.A. (i)	36.488	(1.362)	(433)	(12.250)	-	22.443
Outros investimentos	470	-	-	-	-	470
Total	262.858	118.887	(130.530)	(12.250)	(3.557)	235.409

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o resultado de equivalência patrimonial da Intergrain contempla o valor negativo de R\$9.190 referente às variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada, resultado não realizado (lucro nos estoques) referente a compra adquirida da Controladora no valor de R\$68.722 e realização no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do resultado nos estoques referente a 2022 e até o 4º. Trimestre de 2023 no montante de R\$133.425, totalizando o resultado realizado de lucro nos estoques no montante de R\$64.703.
- (ii) Em março de 2023, houve pagamento referente a distribuição de lucros acumulados da Controlada Intergrain, da qual a Companhia recebeu R\$105.220 referente a distribuição do saldo remanescente do exercício de 2017 e parte do saldo do exercício de 2018. E em maio de 2023, houve destinação complementar referente a distribuição de dividendos da Controlada em conjunto Terminal São Simão S.A., no valor de R\$433, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em dezembro de 2023, houve pagamento referente a distribuição de lucros acumulados da Controlada em conjunto Terminal XXXIX S.A, no valor de R\$11.000 e destinação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$13.877, referente ao ano de 2023.
- (iii) Em maio de 2023, houve devolução de parte do Capital aos acionistas do Terminal São Simão, no montante de R\$25.000, sendo que para a Caramuru, na proporção da participação no Capital 49%, no montante de R\$12.250, conforme A.G.E., realizada em 24 de fevereiro de 2023.
- (iv) Ajuste imaterial de exercício anterior, referente correção de resultado de contratos futuros de prêmios Paranaguá.

Investimentos	Saldo final 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos (iii)	Provisão passivo a descoberto	Investiment o TSS (ii)	Saldo final 31/12/2022
Em controlada:						
Intergrain Company S.A.	86.768	88.706	-	-	-	175.474
Em controlada em conjunto:						
Terminal XXXIX de Santos S.A.	31.276	23.150	(4.000)	-	-	50.426
Terminal São Simão S.A.	38.413	608	(329)	-	(2.204)	36.488
Outros investimentos	470	-	-	-	-	470
Total	156.927	112.464	(4.329)	-	(2.204)	262.858

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de equivalência patrimonial da Intergrain contempla o valor negativo de R\$5.641 referente às variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada e resultado não realizado (lucro nos estoques) referente a compra adquirida da Controladora no valor de R\$70.598.
- (ii) Em fevereiro e março de 2023, houve integralização de capital no montante de R\$7.596, referente a 49% (participação da Caramuru), na investida Terminal São Simão S.A. Adicionalmente, em dezembro de 2022, houve devolução de parte do Capital as acionistas, no montante de R\$20.000, sendo que para a Caramuru, na proporção da participação no Capital 49%, no montante de R\$9.800, conforme A.G.E. realizada em 31 de dezembro de 2022, resultando no efeito líquido de R\$2.204.
- (iii) Em junho de 2022, houve destinação referente a distribuição de dividendos da Controlada em conjunto, da qual a Companhia recebeu R\$184 a título de dividendos referente a distribuição do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. E em dezembro de 2022, houve destinação referente a distribuição de dividendos no montante de R\$145. E para a Controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A. houve destinação referente a distribuição de lucros acumulados até o ano de 2021, no montante de R\$4.000, conforme A.G.E. em 22 de dezembro de 2022.

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIREITO DE USO

a) Composição do ativo imobilizado

	Taxa média anual	Controladora	
	de depreciação - %	31/12/2023	31/12/2022
Valores contábeis - saldo residual líquido:			
Terrenos	-	72.192	55.192
Edifícios e construções	2,39	330.190	288.460
Máquinas e equipamentos	5,52	510.763	385.207
Instalações	6,20	85.481	79.095
Móveis e utensílios	6,09	8.187	7.342
Veículos	13,61	19.518	11.491
Equipamentos de informática	19,82	5.773	5.104
Benfeitorias	4,05	14.695	16.108
Outros	8,25	28.966	24.030
Imobilizado em andamento	-	234.151	239.652
		<u>1.309.916</u>	<u>1.111.681</u>

	Taxa média anual	Consolidado	
	de depreciação - %	31/12/2023	31/12/2022
Valores contábeis - saldo residual líquido:			
Terrenos	-	72.192	55.192
Edifícios e construções	2,39	330.190	288.460
Máquinas e equipamentos	5,52	510.763	385.207
Instalações	6,20	85.481	79.095
Móveis e utensílios	6,09	8.187	7.342
Veículos	13,61	19.518	11.491
Equipamentos de informática	19,82	5.845	5.104
Benfeitorias	4,05	14.695	16.108
Outros	8,25	28.966	24.030
Imobilizado em andamento	-	234.151	239.652
		<u>1.309.988</u>	<u>1.111.681</u>

b) Composição do ativo intangível

	Taxa média anual de amortização - %	Controlada e Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Softwares	19,58	3.802	4.572
Outorga Porto Santana-AP	4	5.887	5.636
		<u>9.689</u>	<u>10.208</u>

c) Composição bens de direito de uso

	Taxa média de amortização %	Controladora e consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos de direito de uso Unidade Sorriso-MT(1)	20	21.998	30.254
Ativos de direito de uso Porto Santana-AP(2)	4	21.872	22.341
Ativos de direito de uso – terra para cultivo florestas de eucalipto (3)	7	6.286	-
		<u>50.156</u>	<u>52.595</u>

- (1) Referem-se à aluguel (arrendamento), direito de uso (parcial) da Unidade de Sorriso-MT, com vencimento previsto para maio de 2026.
- (2) Referem-se ao direito de uso da Unidade do Porto de Santana, localizado no Estado do Amapá, com vencimento previsto para junho de 2047.
- (3) Refere-se a direito de uso de terra nua para plantio e cultivo de floresta de eucalipto, localizada no município de Itumbiara, Estado de Goiás, com pagamento semestral a partir de janeiro de 2024, com vencimento previsto para outubro de 2038.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, reconheceu R\$10.016 de depreciação/amortização de arrendamento (R\$9.064 em 31 de dezembro de 2022).

Controladora – 31/12/2023														
Custo	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Obras em andamento	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.192	386.382	749.160	154.978	13.796	21.237	20.149	21.620	31.998	53.028	239.655	1.747.195	86.851	1.834.046
Adições	17.000	217	10.062	1.399	1.573	41	1.747	528	54	3.166	229.131	264.918	7.577	272.495
Baixas	-	(118)	(2.189)	(14)	(171)	(2.882)	(11)	-	(50)	(298)	(212)	(5.945)	-	(5.945)
Transferências	-	51.087	151.198	13.552	52	11.938	708	683	131	5.074	(234.423)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	72.192	437.568	908.231	169.915	15.250	30.334	22.593	22.831	32.133	60.970	234.151	2.006.168	94.428	2.100.596
Depreciação														
			Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022			(97.924)	(363.952)	(75.883)	(6.452)	(9.746)	(15.046)	(11.413)	(15.892)	(28.996)	(625.304)	(34.256)	(659.560)
Despesas de depreciação e realização reserva de reavaliação			(8.325)	(35.275)	(8.552)	(722)	(3.254)	(1.783)	(1.729)	(1.566)	(3.248)	(64.454)	(10.016)	(74.470)
Baixas e alienações de ativos			19	1.756	3	111	2.184	9	-	20	229	4.331	-	4.331
Transferências			(7)	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização - custo atribuído			(1.141)	3	(9)	-	-	-	-	-	11	(1.136)	-	(1.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2023			(107.378)	397.468	(84.434)	(7.063)	(10.816)	(16.820)	(13.142)	(17.438)	(32.004)	(686.563)	(44.272)	(730.835)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022			288.458	385.208	79.095	7.344	11.491	5.103	10.208	16.106	24.032	1.121.891	52.595	1.174.484
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023			330.190	510.763	85.481	8.187	19.518	5.773	9.689	14.695	28.966	1.319.605	50.156	1.369.761
Consolidado – 31/12/2023														
Custo	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Obras em andamento	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.192	386.382	749.160	154.978	13.796	21.237	20.149	21.620	31.998	53.028	239.655	1.747.195	86.851	1.834.046
Adições	17.000	217	10.062	1.399	1.573	41	1.823	528	54	3.166	229.131	264.994	7.577	272.571
Baixas	-	(118)	(2.189)	(14)	(171)	(2.882)	(11)	-	(50)	(298)	(212)	(5.945)	-	(5.945)
Transferências	-	51.087	151.198	13.552	52	11.938	708	683	131	5.074	(234.423)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	72.192	437.568	908.231	169.915	15.250	30.334	22.669	22.831	32.133	60.970	234.151	2.006.244	94.428	2.100.672
Depreciação														
			Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022			(97.924)	(363.952)	(75.883)	(6.452)	(9.746)	(15.046)	(11.413)	(15.892)	(28.996)	(625.304)	(34.256)	(659.560)
Despesas de depreciação e realização reserva de reavaliação			(8.325)	(35.275)	(8.552)	(722)	(3.254)	(1.787)	(1.729)	(1.566)	(3.248)	(64.458)	(10.016)	(74.474)
Baixas e alienações de ativos			19	1.756	3	111	2.184	9	-	20	229	4.331	-	4.331
Transferências			(7)	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização - custo atribuído			(1.141)	3	(9)	-	-	-	-	-	11	(1.136)	-	(1.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2023			(107.378)	397.468	(84.434)	(7.063)	(10.816)	(16.824)	(13.142)	(17.438)	(32.004)	(686.567)	(44.272)	(730.839)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022			288.458	385.208	79.095	7.344	11.491	5.103	10.208	16.106	24.032	1.121.891	52.595	1.174.484
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023			330.190	510.763	85.481	8.187	19.518	5.845	9.689	14.695	28.966	1.319.677	50.156	1.369.833

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia investiu R\$272.495, Controladora e R\$272.571, Consolidado (R\$298.070 durante o exercício de 2022, Controladora e Consolidado) em ativos fixos, objetivando a ampliação da capacidade de armazenagem, modernização e ampliação do processo produtivo, ganhos de escala e otimização de seus processos administrativos.

Os principais investimentos realizados nos exercícios findos nas datas abaixo foram:

31 de dezembro de 2023

- a) Projeto da planta para produção SPC na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.
- b) Projeto da planta de destilação de Glicerina na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- c) Projeto substituição Turbina Geração Energia na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.
- d) Projeto da planta Etanol e Lecitina de Soja na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- e) Projeto ampliação Caldeira na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- f) Projeto ampliação esmagamento na unidade de Ipameri, no Estado de Goiás.

31 de dezembro de 2022

- a) Projeto da planta para produção SPC na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.
- b) Projeto da planta para produção de álcool e lecitina na unidade de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.
- c) Projeto construção armazém graneleiro na unidade de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.
- d) Projeto melhoria da planta de produção de Biodiesel da unidade de São Simão, no Estado de Goiás.
- e) Projeto interligação da planta ao Terminal São Simão na unidade de São Simão, no Estado de Goiás.
- f) Projeto (2ª fase) da planta de destilação de Glicerina na unidade de Ipameri, no Estado de Goiás.
- g) Projeto tratamento casca de soja na unidade de São Simão, no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo imobilizado inclui R\$134.429 (R\$137.536 em 31 de dezembro de 2022), correspondentes à mais-valia proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 1997, 2002 e 2006 e custo atribuído registrado em 2010, base 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixas de bens.

A depreciação e os valores decorrentes de baixa de bens reavaliados e o custo atribuído, debitados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, montam a R\$3.107 (R\$3.062 em 31 de dezembro de 2022).

A reserva de reavaliação e o custo atribuído constituídos, líquidos dos efeitos fiscais aplicáveis, são realizados a crédito de resultados acumulados no patrimônio líquido, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referidas reavaliações e custo atribuído, em 31 de dezembro de 2023, monta em R\$45.706 (R\$46.762 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e consolidado, classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas controladas optaram pela manutenção do saldo de reserva de reavaliação existente em 31 de dezembro de 2008 até a data da sua efetiva realização.

Em virtude de contratos de financiamento para investimentos em imobilizado e operações de pré-pagamento, em 31 de dezembro de 2023, R\$260.845 (R\$140.725 em 31 de dezembro de 2022) de bens do ativo imobilizado, líquido da depreciação acumulada e não reavaliados, encontram-se dados em garantia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custos dos Empréstimos, a Companhia capitalizou o montante de R\$37.150 (R\$10.977 em 31 de dezembro 2022) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 17) e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora e Consolidado							
				31/12/2023							
				Circulante			Não circulante				
Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	Vencimento final	Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Total do circulante	Mais que 1 ano e até 3 anos	Mais que 3 anos e até 5 anos	Mais que 5 anos	Total do não circulante	Total circulante e não circulante
Moeda estrangeira:											
Pré-pagamento (a)	US\$	9,29	Setembro/2026	30.975	79.881	110.856	367.939	-	-	367.939	478.795
NCE (b)	US\$	4,50	Janeiro/2026	13.746	-	13.746	24.207	-	-	24.207	37.953
Resolução 4131 (n)	US\$	4,70	Outubro/2026	-	158	158	6.745	26.980	107.921	141.646	141.804
				44.721	80.039	124.760	398.891	26.980	107.921	533.792	658.552
Moeda nacional:											
Ativo imobilizado (c)	TJLP	3,44 a 11,16	Janeiro/2029	2.382	4.715	7.097	5.928	5.926	247	12.101	19.198
FOMENTAR (d)	-	2,40	Dezembro/2032	-	-	-	-	-	406	406	406
CEI (e)	-	-	Janeiro/2025	-	-	-	12.887	-	-	12.887	12.887
PRODUZIR (f)	-	2,40	Dezembro/2032	-	-	-	-	-	559	559	559
NCE (b)	-	16,24	Janeiro/2024	11.569	-	11.569	-	-	-	-	11.569
FCO (g)	-	10,52	Novembro/2029	2.837	7.660	10.497	18.545	9.933	1.625	30.103	40.600
CCE (h)	-	16,18	Abril/2024	-	8.333	8.333	-	-	-	-	8.333
FINEP (i)	-	3,00	Março/2024	2.069	-	2.069	-	-	-	-	2.069
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)	CDI	5,25	Fevereiro/2025	12.704	-	12.704	11.224	-	-	11.224	23.928
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)	IPCA	5,00	Fevereiro/2025	55.542	-	55.542	43.045	-	-	43.045	98.587

				Controladora e Consolidado							
				31/12/2023							
				Circulante			Não circulante				
Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	Vencimento final	Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Total do circulante	Mais que 1 ano e até 3 anos	Mais que 3 anos e até 5 anos	Mais que 5 anos	Total do não circulante	Total circulante e não circulante
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA Verde) (j.i)	IPCA	6,74	Julho/2029	-	150.247	150.247	381.989	310.995	120.000	812.984	963.231
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (k)	-	16,31	Outubro/2025	16.523	41.754	58.277	1.852	-	-	1.852	60.129
Cédula do Produtor Rural Financeira (CPR-F) (m)	-	16,01	Maio/2024	-	22.178	22.178	-	-	-	-	22.178
FGPP (o)	-	10,82	Agosto/2024	-	51.860	51.860	-	-	-	-	51.860
Juros antecipados e comissões a apropriar	-	-	Janeiro/2026	(9.243)	(3.661)	(12.904)	(8.478)	(5.910)	(1.482)	(15.870)	(28.774)
				<u>94.383</u>	<u>283.086</u>	<u>377.469</u>	<u>466.992</u>	<u>320.944</u>	<u>121.355</u>	<u>909.291</u>	<u>1.286.760</u>
Total controladora				<u>139.104</u>	<u>363.125</u>	<u>502.229</u>	<u>865.883</u>	<u>347.924</u>	<u>229.276</u>	<u>1.443.083</u>	<u>1.945.312</u>
Moeda estrangeira:											
Securitização (l)	US\$	6,50	Janeiro/2029	3.147	29.047	32.194	77.461	77.461	9.682	164.604	196.798
Total consolidado				<u>142.251</u>	<u>392.172</u>	<u>534.423</u>	<u>943.344</u>	<u>425.385</u>	<u>238.958</u>	<u>1.607.687</u>	<u>2.142.110</u>

				Controladora e Consolidado							Total Circulante e Não circulante
				31/12/2022							
				Circulante			Não circulante				
Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	Vencimento final	Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Total do circulante	Mais que 1 ano e até 3 anos	Mais que 3 anos e até 5 anos	Mais que 5 anos	Total do não circulante	
Moeda estrangeira:											
Pré-pagamento (a)	US\$	5,87	Setembro de 2026	62.844	58.699	121.543	210.012	292.191	-	502.203	623.746
ACC (a)	US\$	5,34	Setembro de 2023	444.175	329.507	773.682	-	-	-	-	773.682
CCE (h)	US\$	4,76	Março de 2023	125.946	-	125.946	-	-	-	-	125.946
NCE (b)	US\$	4,50	Janeiro de 2026	15.542	-	15.542	26.089	13.044	-	39.133	54.675
				648.507	388.206	1.036.713	236.101	305.235	-	541.336	1.578.049
Moeda nacional:											
Ativo imobilizado (c)	TJLP	2,50 a 11,39	Janeiro de 2029	3.025	5.505	8.530	9.493	5.928	3.211	18.632	27.162
FOMENTAR (d)	-	2,40	Dezembro de 2032	-	-	-	-	-	2.533	2.533	2.533
CEI (e)	-	-	Janeiro de 2024	-	-	-	14.943	-	-	14.943	14.943
PRODUZIR (f)	-	2,40	Dezembro de 2032	-	-	-	-	-	382	382	382
NCE (b)	-	16,81	Janeiro de 2024	80.034	457.000	537.034	10.000	-	-	10.000	547.034
FCO (g)	-	10,33	Novembro de 2029	3.094	7.660	10.754	20.427	16.492	3.398	40.317	51.071
CCE (h)	-	16,83	Abril de 2024	14.945	73.325	88.270	8.333	-	-	8.333	96.603
FINEP (i)	-	3,00	Março de 2024	2.079	6.119	8.198	2.040	-	-	2.040	10.238
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)	CDI	5,25	Fevereiro de 2025	13.627	-	13.627	22.448	-	-	22.448	36.075
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)	IPCA	5,00	Fevereiro de 2025	55.206	-	55.206	86.090	-	-	86.090	141.296
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA Verde) (j.i)	IPCA	6,67	Julho de 2029	-	113.993	113.993	261.989	381.989	240.000	883.978	997.971
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (k)	-	18,01	Outubro de 2025	21.208	51.975	73.183	58.114	-	-	58.114	131.297
Cédula do Produtor Rural Financeira (CPR-F) (m)	-	18.16	Março de 2024	333.768	20.000	353.768	20.000	-	-	20.000	373.768
Juros antecipados e comissões a apropriar	-	-	Janeiro de 2026	(8.190)	-	(8.190)	-	(20.896)	-	(20.896)	(29.086)
				518.796	735.577	1.254.373	513.877	383.513	249.524	1.146.914	2.401.297
Total controladora				1.167.303	1.123.783	2.291.086	749.978	688.748	249.524	1.688.250	3.979.336
Moeda estrangeira:											
Securitização (l)	US\$	6,50	Janeiro de 2029	3.392	-	3.392	73.048	83.483	52.177	208.708	212.100
Total consolidado				1.170.695	1.123.783	2.294.478	823.026	772.231	301.701	1.896.958	4.191.436

(a) Adiantamentos de contrato de câmbio e pré-pagamento

Referem-se a recursos antecipados à Companhia para que esta possa fazer face às exportações de mercadorias. Esses contratos são substancialmente garantidos por aval dos acionistas.

(b) Nota de Crédito de Exportação - NCE

Financiamento obtido em moeda local indexado à variação do CDI, da Taxa Referencial - TR ou do dólar norte-americano, de acordo com a opção da Companhia no momento da contratação do empréstimo, o qual objetiva atender às necessidades de capital de giro, ou para aquisição de bens e insumos para a produção.

(c) Ativo imobilizado

Inclui as linhas de financiamento Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Automático e Financiamento a Empreendimentos - FINEM, que são recursos captados para aquisição de máquinas e equipamentos.

(d) FOMENTAR

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é financiada pelo equivalente a 70% do ICMS. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em janeiro, agosto e dezembro de 2023, a Companhia participou de leilão promovido pelo Governo do Estado de Goiás e liquidou antecipadamente, principalmente por meio da utilização do saldo de depósito no programa Bolsa Garantia pelo valor de R\$5.181, o montante financiado de ICMS até outubro de 2023, que totaliza R\$51.806. Neste leilão foi apurado um deságio de aproximadamente 89%, equivalente a R\$46.108, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas, sendo desembolsado o montante de R\$517.

Em janeiro e agosto de 2022, a Companhia participou de leilão promovido pelo Governo do Estado de Goiás e liquidou antecipadamente, principalmente por meio da utilização do saldo de depósito no programa Bolsa Garantia pelo valor de R\$2.642, o montante financiado de ICMS até abril de 2022, que totaliza R\$26.423. Neste leilão foi apurado um deságio de aproximadamente 89%, equivalente a R\$23.517, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas, sendo desembolsado o montante de R\$264.

(e) CEI

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é beneficiária do CEI, incentivo fiscal promovido pelo Estado de Goiás, cuja origem é 70% do ICMS a recolher, após a dedução dos 70% do incentivo fiscal FOMENTAR. Esse incentivo fiscal deve ser aplicado em novos investimentos no Estado de Goiás. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em janeiro, março, abril, maio, outubro e novembro de 2023, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo nominal financiado de janeiro de 2021 a junho de 2022, no montante de R\$46.019, apurando um deságio de R\$36.815, o qual foi registrado como redução das deduções de vendas. Como resultado dessa liquidação, a Companhia obteve um percentual de redução de 80% do valor nominal financiado, desembolsando o montante de R\$9.204.

Em fevereiro, abril, julho e outubro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo nominal financiado parcial até novembro de 2020, no montante de R\$15.013, apurando um deságio de R\$12.010, o qual foi registrado como redução das deduções de vendas. Como resultado dessa liquidação, a Companhia obteve um percentual de redução de 80% do valor nominal financiado, desembolsando o montante de R\$3.003.

(f) PRODUIR

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é beneficiária do PRODUIR, incentivo fiscal promovido pelo Estado de Goiás, cuja origem é financiar 73% do ICMS a recolher e conceder eventual desconto se a Companhia atender a determinados requisitos. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em fevereiro e dezembro de 2023, a Companhia liquidou o saldo nominal financiado até outubro de 2023, no montante de R\$117.823, apurando um deságio de R\$106.041, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas. Como resultado dessa liquidação antecipada, a Companhia obteve um percentual de redução de 90% do valor nominal financiado. A liquidação ocorreu com R\$11.782, compensados com a liberação de recursos depositados na SEFAZ/GO, na conta denominada "Antecipação ICMS Produzir".

(g) Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Refere-se à linha de crédito para desenvolvimento da Região Centro-Oeste, destinado para investimentos em modernização e ampliação do parque industrial.

(h) Cédula de Crédito à Exportação (CCE)

Financiamento obtido em moeda local indexado à variação do CDI, da taxa Referencial (TR) ou do dólar norte-americano, de acordo com a opção da Companhia no momento da contratação, o qual objetiva financiar a exportação de bens para exportação, bem como as atividades de apoio e complementação da exportação realizada por instituição financeira.

(i) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Empresa brasileira de inovação e pesquisa, voltada ao fomento da inovação tecnológica, financiamento destinado a realização de projetos de inovação.

(j) Certificados Recebíveis do Agronegócio - CRA ("CVM 400")

Em janeiro de 2021, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA) lastreados em Debêntures, pelo agente fiduciário Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, no qual a Companhia realizou por meio de oferta pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme em vigor ("Instrução CVM 400"), da Instrução CVM 600 e das demais disposições legais e regulamentares em vigor ("Oferta"), e serão destinados a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B e 9º-C, conforme o caso, da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme em vigor (caso subscrevam e integralizem os CRA no âmbito da Oferta, os futuros titulares dos CRA, denominados "Titulares de CRA"). Com vencimento no ano de 2025, sendo recursos destinados exclusivamente à compra de soja em grãos, milho em grãos e girassol diretamente de produtores rurais e/ou cooperativas rurais nacionais.

(j.i) Certificados Recebíveis do Agronegócio - CRA (Verde)

Em outubro de 2021, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio CRA (Verde) lastreados em Debêntures, captando o montante de R\$354.973, através de uma nova emissão de CRA – nos termos da Instrução CVM 400 e selo Verde através da certificação do Framework através de um SPO (Parecer de Segunda Opinião) para o lastro Verde e estão alinhados com os "Green Bonds Principles", com base em benefícios ambientais e climáticos gerados pela compra da soja para produção de biodiesel, fomento à produção agrícola sustentável, procedimento primário e armazenamento e contratação de serviços logísticos com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) pela Companhia. Vencimento em setembro de 2027, com carência de 24 meses para iniciar o pagamento do principal, e pagamento semestral de juros. Adicionalmente, foi realizado Swap de IPCA mais 5,76% para CDI mais 0,77%, com o objetivo de reduzir o custo deste endividamento.

Em julho de 2022, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio CRA (verde) lastreados em Debêntures, captando o montante de R\$600.000 através de uma nova emissão de CRA - nos termos da Instrução CVM 400 e selo Verde através da certificação do Framework através de um SPO (Parecer de Segunda Opinião) para o lastro Verde e estão alinhados com os "Green Bonds Principles", com base em benefícios ambientais e climáticos gerados pela compra da soja para produção de biodiesel, fomento à produção agrícola sustentável, procedimento primário e armazenamento e contratação de serviços logísticos com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) pela Companhia. Vencimento em julho de 2029, com carência de 36 meses para iniciar o pagamento do principal, e pagamento trimestral de juros. Adicionalmente, foi realizado Swap de IPCA mais 7,20% para CDI mais 1,22%, com o objetivo de reduzir o custo deste endividamento.

(k) Cédula de Crédito Bancário - CCB

Refere-se a linha de crédito de Capital de Giro (BB Giro Corporate Exportação)

(l) Securitização de Recebíveis

Em dezembro de 2021 a Companhia através de sua controlada Intergrain Company S.A., realizou uma operação captação de recursos no montante de US\$40.000, denominada Securitização. Trata-se de passivo relativo à emissão de notas dentro do programa de securitização de fluxos futuros dos recebíveis a performar da Intergrain Company S.A. oriundos de suas vendas de non-GMO (não modificado geneticamente) do produto Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja). Dentro do programa de securitização, a Intergrain Company S.A. vendeu todos os recebíveis a performar (títulos futuros a serem emitidos) oriundos de suas vendas de non-GMO SPC para a empresa de propósito específico ("SPE") Intergrain Trading Limited (cujas ações são detidas fiduciariamente pela Walkers Fiduciary Limited para benefício da Walkers Charitable Foundation), constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos específicos:

- Emissão e venda de valores mobiliários no mercado e/ou tomada de empréstimos no mercado internacional;
- Usar os recursos obtidos para pagamento à Intergrain Company S.A., pela compra dos direitos sobre os recebíveis acima mencionados; e
- Para a realização de pagamentos de principal, juros e demais encargos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

Com os recursos obtidos pela venda desses recebíveis à SPE, a Intergrain Company S.A. efetua o pagamento se suas compras de non-GMO SPC a Caramuru Alimentos S.A.

Esta "SPE" é exclusiva para esta operação de securitização de recebíveis a performar futuros oriundos das vendas de non-GMO SPC da Intergrain Company S.A. a compradores específicos, bem como não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários ou tomadas de empréstimos e não possui subsidiárias e não tem empregados. A Intergrain Trading Limited não possui nenhum vínculo societário com as empresas Caramuru Alimentos S.A. e Intergrain Company S.A..

(m) Cédula do Produtor Rural Financeira - CPR-F

Refere-se a linha de crédito relacionado aos produtos do agronegócio que permite a obtenção de recursos para que as empresas possam desenvolver sua produção, ao invés de entregar o produto o emitente poderá pagar em dinheiro o valor nela previsto.

(n) Resolução 4131

Refere-se a linha de crédito de Capital de Giro captado em dólar através do Banco do Brasil, destinado à aplicação em atividades econômicas no país.

(o) Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor - FGPP

Refere-se a linha de crédito para aquisição de matérias-primas.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025 (12 meses)	377.870	416.600	372.287	403.593
2026	488.012	526.743	377.691	419.433
2027	212.654	251.384	507.526	549.267
2028	135.272	174.002	181.223	222.964
2029 em diante	229.275	238.958	249.523	301.701
Total	1.443.083	1.607.687	1.688.250	1.896.958

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos foram oferecidas garantias por alienação fiduciária e penhor mercantil dos bens financiados que, em 31 de dezembro de 2023, totalizavam R\$260.845 (R\$140.725 em 31 de dezembro de 2022), líquido de depreciação acumulada e certificado de depósito agropecuário, notas promissórias, fianças bancárias e avais dos diretores e acionistas. A partir de janeiro de 2021, com a nova operação de Certificado de Recebíveis do Agronegócio-CRA, a Companhia conforme contrato com a instituição deve manter mensalmente em garantia o montante de R\$150.000 (no início da operação) da carteira de recebíveis do mercado interno e diminuindo proporcionalmente a garantia até a sua liquidação final prevista para fevereiro de 2025, após a liquidação da primeira parcela, em 31 de dezembro de 2022 e até 31 de dezembro de 2023, esta garantia é no montante de R\$72.514. E a partir de janeiro de 2021, a Companhia não possui contas a receber dadas em garantia para os demais empréstimos e financiamentos. E especificamente para a operação do CRA no montante de R\$600.000 em julho de 2022 e para o contrato de US\$80.000 referente a pré-pagamento em agosto de 2022, ambos foram dados em garantia contratos de exportações.

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e sua controlada exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (covenants), sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas, as quais incluem, dentre outras, "cross-default" e "cross acceleration". As principais cláusulas restritivas da Companhia e suas controladas estão a seguir:

- a) Cláusula de atingimento de determinados índices financeiros, conforme segue:
 - i) Índice obtido pela razão entre Ativo Circulante e Passivo Circulante (definido como Liquidez Corrente) seja igual ou maior a 1.1x;
 - ii) Índice obtido pela razão entre o Patrimônio Líquido e o Total de Ativo Líquido seja igual ou inferior a 20%;

- iii) Índice de cobertura de juros da dívida obtido pela razão do EBITDA ajustado sobre despesa financeira líquida seja igual ou maior a 1,6x;
- iv) Índice de Dívida Líquida em relação à Capitalização Total do Garantidor para o período Trimestral Financeiros consecutivos encerrados em tal Data de Cálculo Trimestral for maior que 0,70.

b) Cláusula restritivas não financeiras, conforme segue

- i) Entregar ao credor, no prazo de 90, 120, 180 dias (conforme respectivo contrato) após o encerramento de cada ano, cópia do balanço anual consolidado e auditado;
- ii) Entregar ao credor, até 120 dias após o encerramento do exercício, as demonstrações financeiras acompanhada do relatório do auditor independente sem ressalva;
- iii) Especificamente com relação ao contrato de securitização de recebíveis é determinado que as demonstrações financeiras da Companhia devem ser entregues sem ressalvas que identifiquem a ocorrência de fato que razoavelmente possa resultar, de forma isolada ou conjunta, em efeito material adverso ("Material Adverse Effect").
- iv) Falta de cumprimento no prazo previsto referente a obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente do próprio contrato ou de qualquer outra dívida financeira sob sua responsabilidade;
- v) Requerimento de falência, dissolução e/ou apresentação de insolvência;
- vi) Sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora um valor superior a R\$15.000;
- vii) Se a Companhia propuser plano de recuperação extrajudicial ao emissor da dívida e/ou a qualquer outro credor, independentemente de ter sido requerido ou obtido judicial do referido plano;
- viii) Se a Companhia ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente; e
- ix) Alteração ou modificação na estrutura societária, exceto nas hipóteses em que for mantido o controle direto ou indireto da Companhia, sem a anuência do emissor da dívida.

A Companhia acompanha tempestivamente as cláusulas de obrigações especiais contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos e confirma que na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Companhia não realizou nenhuma ação que descumprisse estas, portanto a Administração da Companhia entende está adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras e não financeiras na data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b.1) Perdão ("waiver") por não atendimento cláusulas restritivas de contratos de empréstimos e financiamentos

Subsequente a 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atendeu as seguintes cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos:

Cláusula restritiva relativa a:	Indicadores para a medição:	Frequência de mensuração:
Certificado de recebíveis do agronegócio	(i) Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras auditadas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da Empresa de Auditoria conforme exigido pela legislação aplicável.	Anual
CCE-Cédula de Crédito Exportação	(i) Entregar ao Credor, no prazo de 90 (noventa dias) dias após o encerramento de cada ano, cópia do balanço anual consolidado e auditado.	Anual
PPE - Pré Pagamento Exportação	(i) Assim que possível, até 120 dias após o encerramento do exercício, enviar as demonstrações financeiras, acompanhada do relatório do auditor independente sem ressalva.	Anual

Para cada um dos respectivos contratos acima, nota-se:

- Certificado de recebíveis do agronegócio: A Companhia solicitou em 8 de abril de 2024 convocação de assembleia, a realizar-se em 29 de abril de 2024, com intuito de aprovar anuência prévia para descumprimento da obrigação referente a entrega das referidas demonstrações financeiras para até 10 de maio de 2024. A Companhia está em processo de obtenção do pedido de waiver relativa à esta cláusula restritiva em período subsequente, desta forma há o risco desse passivo, que encontra-se classificado como passivo não circulante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, ser exigida no curto prazo pelo detentor do título e, no caso de exigência do pagamento antecipado pelo detentor, este evento poderia gerar o vencimento antecipado, “cross-default” e “cross-accelation”, das outras dívidas da Companhia.

- CCE-Cédula de Crédito Exportação: A Companhia obteve em 28 de março de 2024 o waiver dos 90 dias e foi estabelecida uma nova data de entrega das demonstrações financeiras para 30 de abril de 2024.

- PPE - Pré Pagamento Exportação: A Companhia obteve em 26 de abril de 2024 o waiver para as demonstrações financeiras acompanhada do relatório do auditor independente com ressalva.

A Administração da Companhia declara que não ocorreu nenhum evento que gerasse “cross-default” e “cross acceleration” (vencimento antecipado) das dívidas até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.979.336	3.082.828	4.191.436	3.306.047
Variação nos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	1.886.850	3.733.471	1.886.850	3.733.471
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(3.637.748)	(2.760.141)	(3.637.748)	(2.760.141)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.750.898)	973.330	(1.750.898)	973.330
Efeito das variações nas taxas de câmbio, encargos financeiros e variação monetária	(91.312)	(45.093)	(116.357)	(59.602)
Despesa com juros	333.976	348.732	346.934	362.171
Ajuste a valor presente do Fomentar, CEI e Produzir	(98.995)	(110.794)	(98.995)	(110.794)
Reversão de ajuste a valor presente do Fomentar, CEI e Produzir	175.200	33.175	175.200	33.175
Deságio obtido em leilão para liquidação do Fomentar e CEI	(188.962)	(35.526)	(88.962)	(35.526)
Juros pagos	(413.033)	(267.316)	(416.249)	(277.364)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(191.814)	(31.729)	(182.071)	(28.339)
Saldo final	1.945.312	3.979.336	2.142.110	4.191.436

12. FORNECEDORES E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas - grãos	672.331	610.758	672.331	610.758
Matérias-primas - outras	876	627	876	627
Material de consumo e outros	7.477	7.850	7.477	7.850
Embalagens	2.707	3.338	2.707	3.338
Imobilizado	24.293	24.824	24.293	24.824
Mercadorias	12.538	1.146	50.354	28.641
Energia	2.371	2.269	2.371	2.269
Frete	11.503	12.567	11.503	12.567
Outros	32.789	50.401	32.789	50.401
Total	766.885	713.780	804.701	741.275
Circulante	763.392	711.540	801.208	739.035
Não circulante	3.493	2.240	3.493	2.240

b) Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento/aluguel (1)	22.612	30.867	22.612	30.867
Arrendamento Unidade				
Porto Santana-AP (2)	25.786	26.729	25.786	26.729
Arrendamento terra para cultivo florestas de eucalipto (com parte relacionada) (3)	6.285	-	6.285	-
Total	<u>54.683</u>	<u>57.596</u>	<u>54.863</u>	<u>57.596</u>
Circulante	11.558	10.607	11.558	10.607
Não circulante	43.125	46.989	43.125	46.989

- (1) Arrendamento de parte do parque industrial da unidade de Sorriso-MT, com vencimento final previsto para abril de 2026 (com pagamento mensal), em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$22.612 (R\$30.867 em 31 de dezembro de 2022).
- (2) Refere-se a concessão (arrendamento), direito de uso da Unidade do Porto de Santana-AP, com vencimento final previsto para junho de 2047, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$25.786 (R\$26.729 em 31 de dezembro de 2022).
- (3) Refere-se a arrendamento com parte relacionada para direito de uso de terra nua para plantio e cultivo de eucalipto, localizada no município de Itumbiara, Estado de Goiás, com vencimento final previsto para outubro de 2038 (com pagamento semestral), em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$6.285.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 4,62% a.a..

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$10.017 (R\$9.064 em 31 de dezembro de 2022).

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui processos judiciais em andamento, perante diferentes tribunais e instâncias, de naturezas trabalhista, tributária e cível. Para esses processos, apresentou defesa administrativa ou judicial. A Administração e seus assessores legais acreditam em decisão final favorável à Companhia na maior parte dos processos. A Companhia possui provisionados, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os valores para fazer face àqueles processos cujos desfechos são considerados prováveis de perda, e cujos saldos finais estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Natureza da contingência:		
Trabalhista/civil e outros	370	370
Tributária	-	-
Saldo final	<u>370</u>	<u>370</u>

A movimentação das provisões registradas pela Companhia e suas controladas é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Correção monetária</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributária	370	-	-	-	-	370
Trabalhista/ cível e outros	-	-	-	-	-	-
	<u>370</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>370</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Correção monetária</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributária	7.511	-	(2.223)	-	(5.288)	-
Trabalhista/cível e outros	370	-	-	-	-	370
	<u>7.881</u>	<u>-</u>	<u>(2.223)</u>	<u>-</u>	<u>(5.288)</u>	<u>370</u>

A estimativa de desembolsos relacionados às provisões para riscos, com base na opinião dos advogados, está demonstrada a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2024	-
2025 em diante	370
	<u>370</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a natureza das principais causas classificadas pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda e que, portanto, tiveram seus valores incluídos na provisão mencionada, é como segue:

Tributária

Refere-se a diversos processos tributários relacionados à Funrural no ano de 2021, em que a Companhia figura como ré, liquidado em dezembro de 2022.

Trabalhista/cível e outros

Refere-se a diversas ações trabalhistas em que a Companhia figura como ré, e tem como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas “in-itinere”; e (ii) danos morais, entre outros.

A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivos contingentes

A Companhia é parte em outros processos e riscos, para os quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais nem outra decisão de processos similares consideradas prováveis e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023, estavam assim representadas: (a) R\$10.357 (R\$33.722 em 31 de dezembro de 2022) - trabalhistas; (b) R\$43.970 (R\$57.517 em 31 de dezembro de 2022) - cíveis; e (c) R\$495.765 (R\$454.515 em 31 de dezembro de 2022) - tributárias. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais sendo as principais comentadas a seguir:

Trabalhista

Referem-se a diversas ações trabalhistas em que a Companhia figura como ré, e têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas “in-itinere”; e (ii) danos morais, entre outros.

Tributária

Os principais processos tributários referem-se a processos administrativos, são relativos aos:

i) auto de infração de ICMS do Estado de Mato Grosso no montante de R\$190.570, onde o fiscal autuou pela ausência de tributação do ICMS considerando que foram vendas para o mercado interno, quando o correto seria vendas para o mercado externo, que não incide o ICMS. O processo foi julgado em 31 de março de 2023, na primeira instância administrativa, considerando parcialmente procedente, acolhendo na maior parte a manifestação da Companhia. A Companhia continuará com o processo em relação a diferença considerada improcedente pelo fisco; ii) auto de infração no montante de R\$25.364, referente a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de outubro de 2012 a janeiro de 2013 em decorrência da glosa de diversos créditos dessas contribuições apurados entre 2012 e 2015, o mesmo está aguardando julgamento; iii) auto de infração no montante de R\$23.591, referente à autuação de ICMS lançado sobre operações de serviços de transporte, devido por substituição tributária, de responsabilidade do remetente da mercadoria, realizado com base nas GIA's, à alíquota de 17% sobre operações internas e de 12% sobre operações interestaduais; o mesmo está aguardando julgamento; iv) auto de infração de ICMS do Estado de São Paulo no montante de R\$5.036. O referido processo foi julgado em julho de 2022, com decisão de segunda instância administrativa, julgada improcedente.

A Companhia ajuizou ação anulatória, visando desconstituir o auto de infração, junto ao Tribunal de Impostos e Taxas - TIT/SP e v) os demais valores no montante de R\$251.204, se referem a ações diversas, com valores individuais menores, em que a Companhia figura como ré e aguarda julgamento.

a) Incerteza sobre tratamentos tributários

Conforme demonstrado no parágrafo acima, as autoridades fiscais emitiram auto de infração no que tange a tributos estaduais e federais. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras porque a Companhia acredita que seu tratamento tributário foi adequado e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário da Companhia em juízo.

a.1) Decisão do STF – Temas 881 e 885 da repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

a.2) Decisão do STJ - Possibilidade de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

Em 26 de abril de 2023, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por unanimidade e em sede de recurso repetitivo que é impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, dentre outros da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ressalvados os casos em que os contribuintes cumpram as condições do artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e artigo 30 da Lei nº 12.973/14, como por exemplo, o registro em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e observadas as demais condições para o uso de tais reservas.

A Administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STJ, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

a.3) Tratamento tributário – Operação soja

A Companhia está conduzindo uma averiguação a respeito de operações com soja realizadas em uma de suas unidades, especialmente no que tange ao fluxo deste produto no estabelecimento para fins de industrialização e exportação da soja.

As operações com soja, por serem mercadorias, podem ensejar a exigência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (“ICMS”), assim como podem se sujeitar a regimes específicos que afastam a incidência deste imposto. É sobre a aplicação dessas regras que a companhia está analisando o seu procedimento e os fluxos de mercadorias realizado nesta unidade. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, não é possível realizar uma estimativa de eventuais efeitos financeiros e contábeis dessas averiguações.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$1.650.639 (R\$1.362.038 em 31 de dezembro de 2022) é composto por 24.444.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de abril de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital em R\$288.601, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2022, passando o Capital social a ser de R\$1.650.639.

14.2. Reserva legal

O saldo de reserva legal, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou R\$11.796 (R\$17.437 em 31 de dezembro de 2022) a título de reserva legal.

14.3. Reserva de incentivos fiscais

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o valor de R\$188.962 referente a deságio por liquidações antecipadas de ICMS dos programas FOMENTAR e PRODUIR e R\$255.795 referente a benefícios fiscais gerados pelo PRODEIC ICMS-MT e Crédito Outorgado ICMS-GO, totalizando R\$375.710 (R\$374.232 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia destinou à reserva de incentivos fiscais, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$181.894 (R\$288.601 em 31 de dezembro de 2022), que corresponde ao saldo parcial remanescente das reservas apuradas no exercício de 2021.

A Companhia deverá, com lucros apurados em exercícios subsequentes, complementar a reserva de incentivos fiscais em R\$849.433 referente aos incentivos fiscais apurados nos seguintes exercícios para os quais devido a insuficiência de lucro em 31 de dezembro de 2023, não foi constituído a reserva: (i) R\$30.445 referente saldo remanescente ao exercício findo em 2021, (ii) R\$374.232 referente ao exercício findo 2022 e (iii) R\$444.757 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As doações e subvenções destinadas serão tributadas caso haja:

- Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos.
- Restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, nos cinco anos anteriores à data da doação ou da subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou da subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos.

Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

14.4. Reserva de reavaliação e custo atribuído (ajuste de avaliação patrimonial)

A realização da reserva de reavaliação é creditada a lucros acumulados, na proporção da realização dos respectivos bens do imobilizado, mediante depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados e a realização do custo atribuído, líquida dos efeitos tributários, é creditada a lucros acumulados, na proporção da realização dos respectivos bens do imobilizado, mediante depreciação, venda ou baixa dos bens avaliados.

14.5. Plano de benefício pós-emprego - ganhos (perdas) atuariais

Os ajustes de ganhos (perdas) atuariais referentes ao plano de benefício pós-emprego são registrados em ajuste de avaliação patrimonial e sobre estes ajustes são calculados o imposto de renda e a contribuição social diferidos, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os ganhos (perdas) atuariais são calculados anualmente pela Administração, devido à imaterialidade dos possíveis efeitos nos períodos e estão somente apresentados na nota explicativa nº 26.

14.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social, os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	239.857	348.744
(-) Ajuste exercício anterior	(3.557)	-
(-) Constituição de reserva legal	(11.815)	(17.437)
Juros sobre capital próprio (a)	(45.000)	(45.000)
Realização da reserva de reavaliação	1.267	1.259
Realização do custo atribuído ao imobilizado	1.142	1.035
Lucro passível de distribuição	181.894	288.601
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(181.894)	(288.601)
Lucro base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	-	-

A Companhia efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o registro de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$45.000, e valores líquidos do imposto de renda retido na fonte no montante de R\$38.250, pagos em dezembro de 2023, utilizando como base a taxa da TJLP para o período compreendido entre janeiro a outubro de 2023, aplicada sobre o patrimônio líquido de outubro de 2023. Aprovado através de reunião dos acionistas realizada em 19 de dezembro de 2023.

Em 18 de abril de 2022, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi comunicado que não havia dividendos a serem distribuídos referentes ao exercício de 2021.

(a) Segue abaixo o montante distribuído de juros sobre capital próprio por ação em R\$:

Juros sobre capital próprio distribuído por ação	2023
Juros sobre capital próprio	45.000
Número de ações durante os exercícios (milhares)	24.444
Juros sobre capital próprio distribuído por ação - R\$	1,84

Em 18 de abril de 2023, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi comunicado que não havia dividendos a serem distribuídos referentes ao exercício de 2022.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Farelo de soja	3.517.328	3.990.098	3.614.432	3.899.103
Biodiesel	2.163.561	2.832.400	2.163.561	2.832.400
Soja em grãos	492.317	239.412	492.368	239.759
Óleo de soja refinado	197.365	396.007	197.365	396.007
Farináceos	232.222	265.011	232.221	265.003
Óleo de soja bruto	45.968	95.225	37.190	95.283
Milho em grãos	208.387	232.511	208.019	234.493
Óleo de milho refinado	86.834	91.275	86.834	91.275
Farelo de milho	40.767	58.719	40.767	58.719
Produtos mix	98.790	90.925	98.789	90.917
Farelo de girassol	35.383	27.378	35.383	27.378
Óleo de girassol refinado	126.031	116.755	126.031	116.755
Óleo de canola refinado	15.092	15.195	15.092	15.195
Serviços de transporte e armazenagem	42.734	37.077	42.734	37.077
Lecitina de soja	159.096	106.165	160.879	102.870
Glicerina	98.163	194.076	97.530	196.982
Sementes de soja/milho/girassol	46.907	63.916	46.907	63.916
Outros produtos	29.068	39.557	29.068	39.557
Receita bruta	<u>7.636.013</u>	<u>8.891.702</u>	<u>7.725.170</u>	<u>8.802.689</u>

A reconciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta	7.636.013	8.891.702	7.725.170	8.802.689
<u>Menos</u>				
Impostos sobre vendas	(100.573)	(138.625)	(100.573)	(138.625)
Devoluções e abatimentos	(29.400)	(40.952)	(32.079)	(37.688)
Receita líquida	<u>7.506.040</u>	<u>8.712.125</u>	<u>7.592.518</u>	<u>8.626.376</u>

As receitas líquidas podem ser segregadas por mercado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mercado interno	4.296.518	5.248.314	4.296.518	5.248.314
Mercado externo	3.209.522	3.463.811	3.296.000	3.378.062
Receita líquida	<u>7.506.040</u>	<u>8.712.125</u>	<u>7.592.518</u>	<u>8.626.376</u>

A receita com Biodiesel a partir de janeiro de 2022 é executada junto diversas distribuidoras através de mercado livre, a qual representou aproximadamente 29% em 31 de dezembro de 2023 e 33% em 31 de dezembro de 2022 da receita líquida consolidada.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matéria-prima	(5.577.275)	(6.765.864)	(5.577.275)	(6.765.864)
Frete	(656.364)	(631.735)	(656.364)	(631.735)
Despesas com pessoal	(293.275)	(270.673)	(293.866)	(270.673)
Remuneração aos administradores	(22.672)	(23.664)	(22.672)	(23.664)
Despesas exportação e portuárias	(49.078)	(48.857)	(112.502)	(84.917)
Energia e combustíveis	(171.971)	(161.473)	(171.971)	(161.473)
Depreciação e amortização	(75.606)	(68.404)	(75.610)	(68.404)
Embalagens	(48.851)	(56.060)	(48.851)	(56.060)
Insumos	(98.671)	(104.333)	(98.671)	(104.333)
Manutenção	(73.090)	(60.279)	(73.090)	(60.279)
PCE clientes e adiantamento a fornecedores	(5.707)	(329)	(5.707)	(329)
Serviços prestados por terceiros	(30.376)	(27.743)	(32.187)	(28.142)
Comissão sobre vendas	(30.759)	(33.224)	(30.759)	(33.224)
Publicidade	(10.979)	(8.104)	(10.979)	(8.104)
Comunicação de dados	(24.232)	(17.756)	(24.845)	(18.283)
Despesas com veículos	(10.855)	(10.543)	(10.855)	(10.543)
Aluguel	(9.365)	(674)	(9.621)	(1.074)
Repositores	(4.934)	(4.334)	(4.934)	(4.334)
Viagens e estadias	(6.071)	(4.271)	(6.094)	(4.271)
Seguros	(11.259)	(8.198)	(11.259)	(8.198)
Receita(custos) com operações de recompra e prêmio	-	-	(152.510)	(81.294)
Variação cambial (custos) diferença valor de venda da Caramuru para estoque Intergrain	-	-	10.428	(1.875)
Outras despesas	<u>(75.500)</u>	<u>(65.561)</u>	<u>155.066</u>	<u>243.611</u>
Total	<u>(7.286.890)</u>	<u>(8.372.079)</u>	<u>(7.265.128)</u>	<u>(8.183.462)</u>
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(6.902.350)	(8.011.933)	(6.813.111)	(7.783.952)
Comerciais	(176.320)	(158.615)	(239.745)	(194.676)
Gerais e administrativas	(202.513)	(201.181)	(206.565)	(204.484)
Reversão/perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e adiantamentos	<u>(5.707)</u>	<u>(350)</u>	<u>(5.707)</u>	<u>(350)</u>
Total	<u>(7.286.890)</u>	<u>(8.372.079)</u>	<u>(7.265.128)</u>	<u>(8.183.462)</u>

17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente de uma Companhia que atua em atividades industrial e/ou comercial a partir das quais pode gerar receita e incorrer em custos/despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e custos/despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem de contribuição, e não avaliam as operações usando informações de ativos e passivos.

Não há transações entre os segmentos e a Companhia não aloca, despesas administrativas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Os fatores preponderantes que levaram a Companhia a definir seus segmentos operacionais estão relacionados a capacidade de cada um destes segmentos de negócio auferirem receitas e incorrem em despesas, sendo os resultados operacionais regularmente analisados e revisitados pelo “Gestor do Negócio”, tendo isto como premissa para fins de tomada de decisões no que tange a alocação de recursos, se pautando pela avaliação de desempenho do respectivo negócio com base no lucro bruto, ou seja, a capacidade de cada produto dentro de seu segmento de gerar resultados para custear os gastos fixos e gerando lucratividade ao negócio.

Os resultados são analisados mensalmente pelo “Gestor do Negócio”, considerando a receita bruta, deduzida dos impostos, devoluções e custo dos produtos/mercadorias vendidos. Ou seja, o lucro bruto de cada um dos segmentos.

Os custos dos produtos/mercadorias vendidos, comum aos segmentos foram alocados de acordo com a margem gerada de cada segmento.

Os segmentos operacionais definidos pela Companhia visam agrupar os negócios que possuem características econômicas semelhantes entre si, observando aspectos como a natureza dos produtos, dos seus processos produtivos, o tipo ou categoria de clientes destes produtos, os métodos utilizados pela Companhia na distribuição dos produtos, bem como a natureza do ambiente regulatório, no caso dos Biocombustíveis.

Neste sentido a Companhia segmentou suas atividades em quatro grandes frentes, sendo elas: “Commodities” diferenciadas, “Commodities”, Biocombustíveis e Produtos de consumo & outros.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as informações por segmento operacional estão assim representadas:

Consolidado										
Segmentação	31/12/2023	31/12/2022	Soja							
			"Commodities" diferenciadas		"Commodities"		Biocombustíveis		Produtos de consumo e outros	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	7.592.518	8.626.376	2.862.850	3.106.606	1.719.473	1.668.625	1.980.048	2.591.766	1.030.146	1.259.379
Custos dos produtos vendidos	(7.022.500)	(7.599.621)	(2.336.327)	(2.522.697)	(1.662.337)	(1.575.780)	(2.166.013)	(2.493.056)	(857.823)	(1.008.088)
Custos dos produtos vendidos - fretes	(113.179)	(111.628)	(42.676)	(40.200)	(25.632)	(21.593)	(29.516)	(33.538)	(15.355)	(16.297)
Custos dos produtos vendidos (ajustes)	322.568	(72.703)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	779.407	842.424	483.847	543.709	31.504	71.252	(215.481)	65.172	156.968	234.994
Margem bruta	10%	10%	17%	18%	2%	4%	-11%	3%	15%	19%
Receita por localização geográfica:									31/12/2023	31/12/2022
Brasil									4.417.192	5.417.643
Suíça									858.627	361.824
Uruguai									528.874	652.760
Noruega									367.621	322.283
Ilhas Virgens Britânicas									360.731	637.719
Cingapura									316.700	541.481
Alemanha									313.739	39.750
Holanda (Países Baixos)									246.176	553.537
Estados Unidos da América									89.086	48.625
Bahamas									62.696	-
Turquia									40.506	28.231
Bélgica									6.691	21.947
Austrália									5.422	13.305
Malásia									5.160	-
Outros									105.949	163.584
Total									7.725.170	8.802.689
Menos:										
Impostos sobre vendas									(100.573)	(138.625)
Devoluções e abatimentos									(32.079)	(37.688)
Receita líquida									7.592.518	8.626.376

Commodities diferenciadas

Atualmente a Companhia adota como estratégia de crescimento a agregação de valor em commodities diferenciadas, sendo este um dos “pilares fundamentais” para o sucesso da organização. Neste sentido a entidade buscou adicionar tecnologia em seus processos produtivos com o objetivo de desenvolver diferencial competitivo, como forma de se distanciar da “vala comum” das commodities do complexo soja, atuando na fabricação de produtos voltados a “nichos” de mercado que geram uma Margem de Contribuição superior ao das demais commodities.

Neste segmento, destacam-se os produtos não “transgênicos”, ou não geneticamente modificados (Non-GMO), os quais possuem um vasto processo de controle, que tem por objetivo garantir a qualidade e certificar que toda matéria-prima originada e os produtos resultantes do processo de fabricação são livres de transgênicos por meio de um rigoroso sistema de rastreabilidade, que compreende toda a cadeia produtiva, a qual verifica desde a origem das sementes (plantio), passando pelo desenvolvimento vegetativo das plantas e da colheita, armazenamento, processamento nas indústrias, transporte, até a entrega do produto final, nos clientes localizados no Brasil e no mundo.

Ainda na busca de maior competitividade e seguindo a premissa de agregação de valor em commodities com emprego de tecnologia em seus meios de produção, a Companhia também buscou diversificar seu portfólio com produtos à base de matérias-primas “transgênicas” ou geneticamente modificadas (GMO), produtos como Farelo de Soja Hipro GMO e a Proteína Concentrada de Soja GMO (SPC GMO), os quais possuem um teor proteico mais elevado do que o Farelo de soja Pallets, cuja precificação se dá por meio da Bolsa de Chicago, EUA (CBOT) são exemplos.

Estes produtos diferentemente daqueles enquadrados simplesmente como Commodities, são precificados também com base na CBOT, no entanto, pelo seu teor de proteína superior, a sua remuneração é acrescida de bônus aos preços de referência, são os chamados prêmio ou ágio.

O segmento Commodities Diferenciadas está sob o comando do Diretor Internacional de Commodities, o qual é responsável pela definição das estratégias do negócio, formulação das políticas comerciais, gestão e acompanhamento dos resultados auferidos por estas operações.

Desta forma, os produtos listados acima, cuja principal característica transita no quesito agregação de valor em Commodities foram agrupados no segmento intitulado Commodities Diferenciadas e serão detalhados no item a seguir:

i) Proteína Concentrada de Soja Non-GMO (“Soy Protein Concentrate - SPC” Non-GMO)

Diante das crescentes restrições políticas e ambientais à pesca de peixes de menor valor agregado (anchovetas por exemplo) para produção de farinha de peixe utilizada como ração na criação de peixes de maior valor agregado, assim como os custos crescentes da pesca oceânica em função das mudanças climáticas, tem fomentado a procura por suprimento confiável de proteína para formulação e produção de rações destinada a aquicultura. Assim, o SPC surgiu como alternativa sustentável para substituir/complementar a farinha de peixe.

O SPC é produzido a partir do farelo Hipro (“high protein”) originado de matéria prima não geneticamente modificada (Non-GMO), apresentando teores de proteína acima de 60% e tem como principal destinação a fabricação de rações para peixes carnívoros e de alto valor agregado (salmão, truta, etc.) e camarão, tendo como destino o mercado europeu e escandinavo que demandam produtos Non-GMO sustentáveis e de alta qualidade.

ii) Proteína Concentrada de Soja GMO (“Soy Protein Concentrate - SPC” GMO)

Produto muito semelhante ao anterior (item “i”), se diferencia em sua essência apenas pela origem da matéria-prima usada em sua formulação ser geneticamente modificada (GMO). No entanto, o mesmo também possui um alto valor agregado, sendo este utilizado na formulação de ração para aquicultura, principalmente para produtores sul-americanos e do sudeste asiático. É alternativa de maior qualidade e fornecimento mais estável quando comparado à outras matérias-primas. A companhia seguindo a diretriz de agregar valor em commodities decidiu realizar novos investimentos, será instalada uma nova planta em Itumbiara-GO, a qual permitirá agregar valor ao Farelo Hipro GMO produzido atualmente.

iii) Farelo de Soja Hipro Non-GMO (48% proteína)

Este produto também se utiliza de matéria-prima livre de transgênico (Non-GMO), formulado a partir da soja em grãos que passa por um processo de descascamento, reduzindo o teor de fibras, o que permite uma maior concentração proteica. O Farelo com 48% de proteína é destinado ao mercado europeu que busca por alternativas sustentáveis com foco na segurança alimentar, valorizando os produtos “livres de transgênicos” por meio dos pagamentos de prêmios ou ágios pelos clientes. O produto é utilizado como ingrediente na composição de ração animal, principalmente aves e suínos.

iv) Farelo de Soja Hipro GMO (48% proteína)

Assim com o produto descrito no item iii o Farelo de Soja Hipro (“high protein”) oferece um alto valor energético e nutricional por possuir 48% de proteína, se diferenciando em sua essência apenas pelo fato de possuir matéria-prima geneticamente modificada (GMO) em sua formulação. O produto é destinado ao mercado asiático, árabe e parte da Europa como ingrediente na formulação de ração para o consumo animal: aves, suínos, bovinos e peixes. Sendo uma alternativa ao Farelo de Soja Pellets que possui um teor proteico menor e maior concentração de fibras, devido ao emprego de tecnologia no processamento da matéria-prima, com o descascamento da soja em grãos, reduzindo o teor de fibras e gerando um incremento de proteína, gerando maior valor agregado a esta “commodity” com pagamento de ágio pelo adicional proteico.

v) Lecitina de soja

A lecitina é um emulsificante natural com larga aplicação em vários segmentos no mercado de alimentos, químicos e farmacêuticos. Com o foco na indústria alimentícia para consumo humano: chocolates, margarinas, sorvetes, biscoitos, pães e massas, produtos instantâneos, doces, molhos e, também na fabricação de produtos dietéticos e farmacêuticos, devido ao seu alto valor nutritivo, e em cosméticos, devido à sua origem natural e vegetal.

vi) Glicerina

A glicerina bruta é extraída do processo do biodiesel nas 3 plantas (Ipameri-GO, São Simão-GO e Sorriso-MT). Em 2020 a companhia realizou grandes investimentos na planta fabril de Ipameri – GO seguindo as premissas de agregação de valor em seus produtos, iniciamos o processo de refino da glicerina bruta produzida por Ipameri, bem como permitindo o beneficiamento daquilo que é produzido nas outras duas fabricas. Os principais mercados consumidores da glicerina bidestilada são: indústria de cosméticos, indústria de alimentos (balas gomificadas e guloseimas) e indústria farmacêutica, mercados estes que não atingidos com a tecnologia da glicerina bruta.

Commodities

O termo Commodity corresponde a produtos de qualidade e características uniformes, que não são diferenciados de acordo com quem os produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional. A companhia decidiu por agrupar os produtos derivados do segmento soja que não possuem agregação de valor, incluindo a própria soja em grãos.

A empresa adotou como critério para esta segmentação, a análise de parâmetros quantitativos e critérios como a receita menor que 10% para agrupar a soja em grãos e seus derivados que não possuem emprego de tecnologia e/ou diferencial competitivo no segmento “Commodities”. Agrupou ainda a estes segmentos os produtos que possuem características econômicas semelhantes entre si, ou seja, produtos de baixo valor agregado destinados a alimentação animal.

A Companhia observou ainda aspectos como a natureza dos produtos, onde indicamos que os produtos relacionados a este segmento têm como característica baixo valor agregado. Por fim, a segmentação compreende ainda os produtos, cujo seus processos produtivos são semelhantes, derivados do segmento soja em grãos, com clientes que também possuem características semelhantes.

O segmento Commodities tem como gestor o Diretor de Soja, sendo este responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Neste sentido, as características dos produtos que integram este segmento serão mais bem detalhadas a seguir.

Informação sobre produto

i) Soja em grãos

A Companhia tem como premissa o processamento e a agregação de valores em commodities, neste sentido, a comercialização de soja em grãos não é foco da empresa, sendo esta tratada como oportunidades de negócio pontuais, como a exportação de soja em grãos.

ii) Farelo de Soja Floculado/Peletizado-Pellets (46%)

Farelo com 46% de proteína destinado ao mercado interno para o consumo animal, principalmente aves e suínos.

iii) Farelo de Casca de Soja (“Hi Fiber”)

Farelo com baixa proteína e alta concentração de fibra, destinado ao consumo animal, principalmente bovinocultura (confinamento e pecuária de leite). Esse farelo sai do processo de descascamento da soja para fazer o Farelo Hipro. Ou seja, retira-se a casca da soja (fibra) e o farelo fica mais proteico.

iv) Semente de Soja

A Companhia realiza parcerias com instituições conceituadas como Embrapa e universidades federais com intuito de desenvolvimento de variedades de semente de soja NGMO para comercializar e manter relacionamento com produtores rurais. O intuito não é gerar margens nas vendas pois o principal objetivo é fomentar a parceria com nossos produtores no Programa N-GMO.

v) Óleo Bruto

O óleo bruto é insumo para a produção de Biodiesel ou mesmo destinado ao refino para produção de óleo envasado para consumo alimentício, no entanto, ele também é comercializado quando há excedente de produção ou mesmo quando as margens de contribuição estão melhores do que as do Biodiesel e/ou do óleo refinado.

vi) Melaço de Soja

É um subproduto do processo obtido do processo produtivo do SPC, onde o Farelo Hipro passa por um processo de extração de açúcares para concentração de proteína, sendo o mesmo destinado a alimentação animal como suplemento energético em confinamento de bovinos.

vii) Borra de Óleo de Soja

Subproduto derivado do processo de neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol.

viii) Ácido Graxo

Subproduto do processo da neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol, vendido no mercado interno e retornando como matéria-prima no processo de biodiesel.

ix) Destilado de Óleo de Soja - DDOS

Subproduto do processo da neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol e possui como principal destino a indústria farmacêutica com foco na concentração de vitamina "E" e extração de esteróis.

Biocombustíveis

A Companhia adotou como critério de definição do segmento de Biocombustíveis aspectos relacionados a natureza do ambiente regulatório, agrupando neste segmento os produtos regulamentados pela Agência Nacional do Petróleo-ANP. A entidade agrupou ainda a estes segmentos os produtos que possuem características semelhantes relacionados a natureza do produto e o seu processo produtivo, bem como a características econômicas deste segmento.

O segmento de Biocombustíveis tem como gestor a Coordenadora de mercado de Soja e Derivados, a qual está subordinada ao Diretor de Soja. Ela é a responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a margem bruta negativa do segmento de biodiesel se deve pelo fato do ajuste a valor justo ("AVJ") não estar distribuído entre os segmentos de negócios com impacto somente na margem bruta total. Bem como pelo impacto da variação cambial, que tem seu efeito contabilizado na rubrica de receitas e despesas financeiras, portanto não impactando a margem bruta dos segmentos de negócios.

Além dos fatores acima, a mistura do biodiesel foi reduzida para 10% entre janeiro e março de 2023, aumentando para 12% somente em abril. No entanto, abaixo dos 15% previstos anteriormente na política original da ANP o que contribuiu para uma menor diluição dos custos fixos afetando também a margem bruta do segmento no ano. A partir de 1º de março de 2024, a mistura foi elevada para 14% e no cronograma revisado a mistura atingirá 15% em março de 2025, o que contribuirá para uma maior diluição dos custos e melhoria de margem do segmento, desta forma a Administração da Companhia avaliou e concluiu que este não é um indicativo de impairment para fins de avaliação do valor recuperável deste segmento.

Informação sobre produto

i) Biodiesel (B100)

Biocombustível renovável produzido a partir do óleo de soja, tendo como principal cliente a Petrobrás, vendido através de leilões eletrônicos. Atualmente, a comercialização no mercado livre ainda não está autorizada, a não ser volumes inferiores a 10m³.

ii) Etanol de Soja

O álcool é extraído a partir da fermentação do melaço de soja, um subproduto do SPC. A planta de etanol de soja em Sorriso-MT é um projeto de inovação financiado pela FINEP, sendo uma das primeiras a produzir etanol de soja em escala comercial no mundo. O álcool será usado em nosso processo produtivo e o excedente comercializado.

Produtos de consumo & outros

A Companhia estabeleceu como diretriz para agrupar os produtos que compõem o segmento “Produtos de Consumo & outros”, critérios como a natureza dos produtos, onde podemos observar que estes estão relacionados ao processamento das matérias-primas milho e girassol. Outra análise realizada para o agrupando destes produtos no segmento “Produtos de Consumo & outros” está ligado ao fato destes possuírem características semelhantes no que tange à categoria de clientes, bem como os métodos utilizados para distribuição dos produtos/mercadorias, principalmente dos derivados de canjica de milho, óleos especiais, produtos mix.

Neste segmento se destacam os produtos da tradicional marca Sinhá, ela está presente em grande parte das cozinhas de todas as regiões do Brasil. A marca Sinhá tem mais de 35 anos de atuação e se confunde com a história da própria Caramuru. Possui uma variada linha de produtos, com destaque para: óleos vegetais (milho, girassol, canola e soja), azeites de oliva, pipocas de micro-ondas, farofas, proteínas texturizadas de soja e farináceos derivados de milho como Fubá, Cuscuz e Flocão, entre outros. Além de diversos outros produtos que integram a linha “mix” que ampliam o portfólio de produtos da companhia.

Além da consagrada marca Sinhá, estão inseridos neste segmento os produtos da marca Bontrato destinados a alimentação pet, bem como uma extensa linha de insumos voltada às indústrias alimentícias, de bebidas e mineração compreendidos nas marcas Nekmil, Flocomil, Fecomil, Cermil, Colormil e FlotaMil. A entidade também adotou como diretriz para estabelecer o agrupamento dos produtos que integram este segmento, uma análise de parâmetros quantitativos relacionados a receita, agrupando os produtos de menor participação no resultado, enquadrando-os como “outros”.

O diretor Comercial é o gestor do segmento de Produtos de Consumo & Outros, sendo ele o responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Informação sobre produto e serviço

i) Exportação de Milho em grãos:

A Companhia tem como premissa o processamento e a agregação de valores em commodities, neste sentido, a comercialização de milho em grãos não é foco da empresa, sendo esta tratada como oportunidades de negócio pontuais, como a sua exportação.

- ii) Derivados de Canjica de Milho (Fubá, Canjica, Canjiquinha, Creme de Milho, Farinha de Milho, Flocos de Milho (Cuscuz), Flocão, Polenta, Colorífico, Sêmola de Milho, Gritz de Milho e outros):

Temos 2 segmentos atendidos com os derivados de milho: consumo final, onde os produtos são empacotados até 1kg consumidos em pratos de alto consumo na Região Norte e Nordeste como o cuscuz atendidos pela marca Sinhá. Já os produtos destinados ao consumo industrial são as indústrias de snacks, mineração, massas e biscoitos e condimentos que integram o portfólio das marcas Nekmil, Flocomil, Fecomil, Cermil, Colormil e FlotaMil.

- iii) Derivados de Gérmen de milho (Óleo de Milho Bruto e Farelo de Gérmen):

Da degerminação do milho, separamos a canjica e gérmen de milho. Do gérmen de milho extraímos o óleo de milho, que é refinado e envasado. Após extraído o óleo de milho, obtemos o farelo do gérmen, que tem como principais clientes indústrias de ração pet.

- iv) Óleos Especiais:

Integram os óleos especiais o óleo refinado/envasado de milho, óleo refinado/envasado de girassol, óleo refinado/envasado de canola. Os óleos especiais comestíveis são destinados principalmente para o consumo das famílias das classes sociais A/B e C, como alternativas mais saudáveis quando comparados ao óleo de soja.

- v) Derivados de Girassol (Óleo Bruto de Girassol e Farelo de Girassol):

Os produtos Óleo Bruto de Girassol e Farelo de Girassol são derivados do processamento da semente de girassol. A prioridade é refinar e envasar o óleo de girassol, no entanto, o mesmo pode ser comercializado em seu estado bruto ou refinado a granel, por questões pontuais de mercado, visando maximização suas margens de contribuição. Já o farelo de girassol possui 28% de proteína, tem como destino o consumo animal (aves e bovinos).

- vi) Produtos Mix:

Chamamos de produtos mix, todos os produtos que comercializamos e que não derivam dos nossos principais processos produtivos de soja, milho e girassol. O objetivo dos mixes é ter um amplo portfólio de produtos e oferecer ao cliente um leque de opções de produtos alimentícios de qualidade juntamente com aqueles derivados de nossos processos.

- Produção Própria

Estão relacionados na categoria Produtos Mix de produção própria a Canjica de milho branco, amido de milho, cereais (Feijão branco, painço, alpiste, girassol em grãos, amendoim, grão-de-bico, lentilha), pipoca para micro-ondas, milho de pipoca tradicional, óleos saborizados, proteína texturizada de soja.

- Produção Terceirizada

Integram a categoria Produtos Mix de produção terceirizada a aveia em flocos, leite de coco, óleo de coco, coco ralado, batata palha, azeite, creme de cebola, farofa de mandioca pronta, macarrão instantâneo, mistura/tempero para empanar, molho cremoso condimentados, sopão e tempero em pó, trigo para quibe.

vii) Outros:

Estão compreendidos em “Outros” produtos a energia elétrica excedente da cogeração, resinas, polímeros, químicos, fertilizantes, receitas de prestação de serviço de armazenagem, resíduos, dentre outros.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas tributárias	(52.954)	(59.883)	(52.954)	(59.883)
Receitas com aluguéis	4	4	4	4
Ganho (perda) líquida apurada na venda de ativo imobilizado	1.754	649	1.754	649
Receita (despesa) adicional pela qualidade do produto (exportação)	-	-	(10.356)	3.192
Reconhecimento parcial crédito PIS/COFINS extemporâneo	4.137	8.400	4.137	8.400
Indenização de transportadora por perda no transporte de produtos	3.423	8.087	3.423	8.087
Crédito presumido de IPI (Pis/Cofins s/Exportações) Extemporâneo	-	25.841	-	25.841
Constituição de crédito PIS/COFINS s/exclusão BC ICMS	-	579	-	579
Provisão (reversão) para riscos e outras	-	(2.219)	-	(2.219)
Outras, líquidas	5.196	1.819	5.196	1.819
	<u>(38.440)</u>	<u>(16.723)</u>	<u>(48.796)</u>	<u>(13.531)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Receitas financeiras</u>				
Variação cambial ativa - adiantamento de contrato de câmbio/pré-pagamento (*)	279.463	411.916	279.463	411.916
Variação cambial ativa - contratos futuros (*)	17.488	59.570	17.488	59.570
Variação cambial ativa - NCE (*)	40.556	65.249	40.556	65.249
Variação cambial ativa - clientes no exterior/câmbio pronto (*)	206.421	268.238	209.249	269.805
Variação cambial da investida no exterior	-	-	4.985	10.399
Variação cambial ativa – outros	1.806	10.851	12.236	14.936
“Forward”/“swap”/câmbio travado (*)	277.869	415.787	277.869	415.787
Variação monetária ativa	420	89	420	89
Juros ativos	133.739	153.562	139.392	153.714
Descontos obtidos	287	590	287	590
Outras receitas	33.679	24.536	33.680	24.536
	<u>991.728</u>	<u>1.410.388</u>	<u>1.015.625</u>	<u>1.426.591</u>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras:				
Variação cambial passiva - adiantamento sobre contrato de câmbio / pré-pagamento (*)	(176.475)	(381.269)	(176.475)	(381.269)
Variação cambial passiva - contratos futuros (*)	(24.562)	(73.124)	(24.562)	(73.124)
Variação cambial passiva - NCE (*)	(27.102)	(47.228)	(27.102)	(47.228)
Variação cambial passiva - clientes no exterior/câmbio pronto (*)	(236.964)	(297.035)	(240.448)	(298.970)
Variação cambial da investida no exterior	-	-	(14.175)	(16.040)
Variação cambial passiva – outros	(1.704)	(14.347)	(4.630)	(16.221)
“Forward”/“swap”/câmbio travado (*)	(219.004)	(272.836)	(219.004)	(272.836)
Juros passivos	(306.943)	(356.744)	(319.932)	(370.182)
Descontos concedidos	(4.876)	(3.955)	(4.876)	(3.955)
Variação monetária passiva	(732)	(690)	(732)	(690)
Despesas bancárias	(10.214)	(12.936)	(10.506)	(13.206)
Outras despesas	1.689	(2.368)	1.690	(2.368)
	<u>(1.006.887)</u>	<u>(1.462.532)</u>	<u>(1.040.752)</u>	<u>(1.496.089)</u>
Resultado financeiro	<u>(15.159)</u>	<u>(52.144)</u>	<u>(25.127)</u>	<u>(69.498)</u>

(*) Os resultados líquidos financeiros, registrados nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, relacionados à proteção (“hedge”) dos custos de aquisição de matéria-prima, à exposição e às oscilações das taxas de câmbio de contratos, produziram os efeitos demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Efeitos positivos	821.797	1.220.760	824.625	1.222.327
Efeitos negativos	<u>(684.107)</u>	<u>(1.071.492)</u>	<u>(687.591)</u>	<u>(1.073.427)</u>
Total	<u>137.690</u>	<u>149.268</u>	<u>137.034</u>	<u>148.900</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as operações relacionadas à proteção (“hedge”), as quais não haviam sido efetivamente recebidas nem desembolsadas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, produziram os efeitos demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Efeitos positivos	412.987	663.983	412.987	663.983
Efeitos negativos	<u>(287.892)</u>	<u>(626.282)</u>	<u>(287.892)</u>	<u>(626.282)</u>
Total	<u>125.095</u>	<u>37.701</u>	<u>125.095</u>	<u>37.701</u>

Resultado líquido realizado relacionado à proteção (“hedge”)	12.595	111.567	11.939	111.199
--	--------	---------	--------	---------

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Caramuru Alimentos S.A. é uma sociedade por ações constituída no Brasil. Seu capital é exclusivamente nacional e é controlada pela família Borges de Souza que detém holdings familiares brasileiras, Nagatsuzuki Participações Ltda., Calixbento Participações Ltda., Holding Star Participações Ltda. e JBPS Participações Ltda., e os acionistas pessoas físicas.

Os saldos e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a controladora e partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

a) Empresas do Grupo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativo</u>				
<i>Circulante</i>				
Controlada em conjunto:				
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	14.069	4.156	14.069	4.156
Terminal São Simão S.A. (a)	-	144	-	144
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (a)	456.077	623.939	-	-
Total	470.146	628.239	14.069	4.300
<u>Ativo</u>				
<i>Não Circulante</i>				
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (c)	-	54.349	-	-
	-	54.349	-	-
<u>Passivo</u>				
<i>Circulante</i>				
Transações com acionistas (d)	419	-	419	-
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (b)	29.048	-	-	-
Total circulante	29.467	-	419	-
<u>Passivo</u>				
<i>Não Circulante</i>				
Transações com acionistas (d)	5.866	-	5.866	-
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (b)	164.604	208.708	-	-
Total não circulante	170.470	208.708	5.866	-
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Receitas</u>				
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (a)	3.119.451	3.381.134	-	-
Controlada em conjunto:				
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	2.256	2.654	2.256	2.654
Total	3.121.707	3.383.788	2.256	2.654

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Custos				
Controlada:				
Intergrain Company S.A.	(274)	(1.382)	(274)	(1.382)
Total	(274)	(1.382)	(274)	(1.382)
Custos/Despesas				
Controlada em conjunto:		-		
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	9.685	15.851	9.685	15.851
Total	9.685	15.851	9.685	15.851

- (a) As transações classificadas como contas a receber, no ativo circulante, são mercantis e referem-se à venda de produtos diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes e adicionalmente para a Controlada em Conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A., está incluso dividendos mínimos a receber referente ao no de 2023, no montante de R\$13.877. As despesas referem-se aos serviços de embarque e desembarque de soja e seus derivados. Os vencimentos obedecem ao que está estabelecido nos contratos, com prazo médio de 30 dias. As transações com a Intergrain são realizadas substancialmente em dólar e não há incidência de encargos nestas transações. O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, são mercantis e referem-se a compra de serviços diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes.
- (b) O saldo de contas a pagar é representando por contratos de pré-pagamento, sem cobrança de juros e com variação cambial, a data de liquidação final prevista para janeiro de 2029.
- (c) Em dezembro de 2022, o saldo é representado por contrato de mútuo, que se refere a recursos antecipados pela controladora à controlada para que esta possa fazer face às operações de futuros, sendo cobrados encargos financeiros de 2,5% ao ano mais LIBOR até a data de liquidação final prevista para junho de 2024, a qual a Companhia optou por saldar antecipado este contrato em março de 2023.
- (d) Na controladora e consolidado, o saldo refere-se obrigação com acionista pelo arrendamento de terra nua para plantio e formação de Floresta de Eucalipto, com o objetivo de corte para utilização na caldeira da planta industrial de Itumbiara, no Estado de Goiás, pagamento semestral, atualizado anualmente pela IPCA, com vencimento previsto para outubro de 2038. O contrato foi firmado com preços e condições determinados entre as partes (vide NE 12.b).

A Companhia é garantidora em conjunto com a Rumo S.A. (por aval dos acionistas) na transação de empréstimo de capital de giro no montante de R\$238.105, posição de 31 de dezembro de 2023, contratado pela sua controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A..

Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$22.672 (R\$23.664 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e consolidado. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a pagar aos principais administradores é de R\$3.884 e está registrado na rubrica de salários e encargos sociais no passivo circulante (R\$6.478 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia oferece benefícios de longo prazo conforme mencionado na nota explicativa nº 26.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, DERIVATIVOS, “HEDGE” E GESTÃO DE RISCOS

a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e depósitos em moeda estrangeira: reconhecidos pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor justo.
- Contas a receber: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 5.
- Empréstimos e financiamentos: comentados e apresentados na nota explicativa nº 11, os quais se aproximam do seu valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- A Companhia registra, com base nos valores justos, os ganhos e as perdas decorrentes de contratos futuros de compra e venda de mercadorias, contratos de opções de produtos, contratos de moeda a termo e contratos de “swap” cambial no resultado. As variações no valor justo (ganhos ou as perdas) de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado, nas linhas de receitas ou despesas financeiras.

Para os contratos futuros de compra e venda de mercadorias, contratos de opções de produtos, os ganhos ou as perdas com esses instrumentos financeiros são contabilizados em contrapartida ao custo dos produtos vendidos e para os contratos de moeda a termo (NDF) e contratos de “swap” cambial em contrapartida ao resultado financeiro.

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo Amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	728.491	2.251.060	728.491	2.251.060
Aplicações financeiras	3.968	4.253	3.968	4.253
Depósito bancário em moeda estrangeira	-	-	359.974	417.352
Contas a receber - circulante e não circulante	170.134	320.848	382.688	585.068
Contas a receber com Partes relacionadas - circulante e não circulante	470.146	682.588	14.069	4.300
Adiantamento a fornecedores	158.661	132.549	158.661	132.549
Outras contas a receber - circulante e não circulante	74.508	108.927	81.752	115.755
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:				
Depósito caução e ajuste de contratos futuros	1.068.171	1.492.626	1.116.313	1.521.451
Contratos de "forward" e "swap" a receber	87.018	67.132	87.018	67.132
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	1.945.312	3.979.336	2.142.110	4.191.436
Adiantamento de clientes	8.875	12.269	8.977	14.320
Partes relacionadas - circulante e não circulante	193.652	208.708	-	-
Outras contas a pagar - circulante e não circulante	46.483	52.829	46.501	52.878
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:				
Fornecedores	766.885	713.780	804.701	741.275
Ajuste de contratos futuros	1.037.309	1.653.811	1.119.675	1.653.811
Contratos de "forward" e "swap" a pagar	15.633	29.116	15.633	29.116

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, que não em uma venda forçada ou liquidação. A Companhia adota a abordagem de mercado para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar os valores justos:

- A Companhia firma instrumentos financeiros derivativos com várias contrapartes, principalmente instituições financeiras com classificação de crédito em grau de investimento. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente "swaps" de taxa de juros, contratos a termo de câmbio, contrato futuro de compra e venda e contratos a termo de mercadorias ("commodities"). As técnicas de avaliação aplicadas com mais frequência incluem determinação de preço futuro e modelos de contratos a termo e "swap", utilizando cálculos de valor presente.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro 2023 e de 2022, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2 pois considera outras variáveis na mensuração e não apenas o preço dos produtos.

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora 31/12/2023		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.068.171	1.068.171
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.037.309)	(1.037.309)
Contrato de "forward" e "swap" a receber	87.018	87.018
Contrato de "forward" e "swap" a pagar	(15.633)	(15.633)
	<u>102.247</u>	<u>102.247</u>
Controladora 31/12/2022		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.492.626	1.492.626
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.653.811)	(1.653.811)
Contrato de "forward" e "swap" a receber	67.132	67.132
Contrato de "forward" e "swap" a pagar	(29.116)	(29.116)
	<u>(123.169)</u>	<u>(123.169)</u>
Consolidado 31/12/2023		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.116.313	1.116.313
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.119.675)	(1.119.675)
Contrato de "forward" e "swap" a receber	87.018	87.018
Contrato de "forward" e "swap" a pagar	(15.633)	(15.633)
	<u>68.023</u>	<u>68.023</u>
Consolidado 31/12/2022		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.521.451	1.521.451
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.653.811)	(1.653.811)
Contrato de "forward" e "swap" a receber	67.132	67.132
Contrato de "forward" e "swap" a pagar	(29.116)	(29.116)
	<u>(94.344)</u>	<u>(94.344)</u>

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia realiza as seguintes operações:

c.1) Contratos futuros - Bolsa de Chicago

A Companhia utiliza os contratos futuros de compra e venda e contratos de opções do mercado de derivativos da Bolsa de Chicago - “Chicago Board of Trade - CBOT”, como mecanismo de “hedge” para se proteger contra possíveis oscilações de preços do complexo de soja e seus derivados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou operações de “hedge” na CBOT, sem fins especulativos, com o único objetivo de proteger seus ativos contra oscilações de preço dessas “commodities” no mercado internacional.

Os contratos futuros são valorizados pelo valor justo, baseado nas cotações da CBOT nas datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os valores decorrentes das operações no mercado futuro que estão evidenciadas em contas patrimoniais são:

- (i) Depósito caução e de margem inicial: nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia. Essa margem é referente a recursos financeiros caucionados pelas corretoras de futuros quando da abertura de posições no mercado futuro. Esses valores serão creditados em conta corrente quando do encerramento e/ou liquidação dessas posições.
- (ii) Margem excedente ou deficitária: são recursos financeiros mantidos em contas-correntes de corretoras para suportar as remessas de ajustes diários de transações no mercado futuro, provenientes de flutuações de preços destes contratos nos mercados futuros e de opções.
- (iii) Prêmio de opções a vencer (“put” - soja): instrumentos utilizados pela Companhia para se proteger de um possível inadimplemento nos contratos de fixação de preço de longo prazo (contratos de garantia de compra de safra futura). Os prêmios pagos e recebidos em relação às opções compradas e vendidas estão classificados no ativo circulante (ganhos) ou no passivo circulante (perdas) e são avaliados mensalmente pelo seu valor justo e reconhecidos no resultado quando incorridos. Essa premissa é parte integrante do Plano Operacional da Área de “Commodities”.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são assim apresentados:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Contrato futuro - CBOT</u>		
Depósito caução e de margem excedente	54.330	106.051
Derivativos-opções a vencer	-	911
Variação de mercado futuro a realizar	36.084	(92.797)
	<u>90.414</u>	<u>14.165</u>

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Contrato futuro - Balcão</u>		
Variação de mercado cont. futuros de soja - Compromissos	(28.640)	(89.404)
Variação de mercado cont. futuros de soja - Vendas	(30.911)	(85.945)
	(59.551)	(175.349)
 Total dos contratos futuros	 30.863	 (161.184)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Contrato futuro - CBOT</u>		
Depósito caução e de margem excedente	54.330	106.051
Derivativos-opções a vencer	-	911
Prêmios Paranaguá	(34.224)	28.825
Variação de mercado futuro a realizar	36.084	(92.797)
	56.190	42.990
 <u>Contrato futuro - Balcão</u>		
Variação de mercado cont. futuros de soja - Compromissos	(28.640)	(89.404)
Variação de mercado cont. futuros de soja - Vendas	(30.911)	(85.945)
	(59.551)	(175.349)
 Total dos contratos futuros	 (3.361)	 (132.359)

c.2) Contratos a termo - prêmio Paranaguá

O prêmio de exportação da soja brasileira no Porto de Paranaguá representa um mecanismo para relacionar as cotações da CBOT ao mercado local e é um valor somado a esta cotação para se obter o preço a ser recebido pelo exportador. A cotação desse prêmio é feita por corretoras do mercado físico e pode ser positiva (ágio) ou negativa (deságio) sobre as cotações do produto na CBOT. Esses prêmios são negociados na base Porto de Paranaguá, devido à liquidez desse instrumento naquele porto, e oscilam em função da cotação da CBOT, da oferta e da demanda e de outros fatores como qualidade da mercadoria, situação portuária, origem do produto e eficiência do porto embarcador.

A Companhia utiliza os contratos de prêmios de compra e venda no Porto de Paranaguá como mecanismo de “hedge” para se proteger contra possíveis oscilações dessa variável na formação do preço da soja e de seus derivados. Quando a Companhia adquire a matéria-prima de produtores rurais para processamento ou exportação em período posterior, faz-se necessário utilizar esse instrumento de proteção.

O resultado líquido dessas operações consiste na diferença positiva ou negativa entre o “flat price” (cotação da CBOT + prêmio Paranaguá) de compra e de venda, no momento em que a Companhia liquida essas posições. O resultado das liquidações dos contratos de vendas no Porto de Paranaguá (ganho ou perda) é compensado por vendas físicas no mercado externo com embarque através do Porto de Santos ou por vendas feitas no mercado interno.

A Companhia registra os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo, tendo como base as cotações, base Paranaguá fixado, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para as datas de vencimento, sendo os ganhos ou perdas registradas em contrapartida da rubrica de custos dos produtos e das mercadorias vendidas e dos serviços prestados na demonstração do resultado do exercício. O efeito registrado em 31 de dezembro de 2023, foi negativo em aproximadamente R\$34.224 (positivo R\$25.172 em 31 de dezembro de 2022).

A avaliação da Administração da Companhia é de que tais operações, representadas substancialmente por contratos futuros de soja e derivados e contratos de venda e compra do prêmio Paranaguá, são suficientes para garantir a integridade do valor de seus ativos relacionados a tais “commodities”.

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é como segue:

Instrumentos financeiros derivativos - CBOT						
Controladora						
Instrumentos	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber
Contratos futuros:						
Posição comprada	1.040.713	1.014.954	(25.759)	887.884	909.941	22.057
Posição vendida	(1.284.764)	(1.222.920)	61.844	(1.741.560)	(1.856.972)	(115.412)
Total em R\$	(244.051)	(207.966)	36.085	(853.676)	(947.031)	(93.355)
Total em US\$	(50.410)	(42.957)	7.454	(163.612)	(181.504)	(17.892)
Contratos de opções:						
Posição titular de opção de venda:						
Compra de “put” - soja	-	-	-	26.538	27.096	558
Total em R\$	-	-	-	26.538	27.096	558
Total em US\$	-	-	-	5.086	5.193	107
Futuros mais opções R\$	(244.051)	(207.966)	36.085	(827.138)	(919.935)	(92.797)
Instrumentos financeiros derivativos - CBOT						
Consolidado						
Instrumentos	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber
Contratos futuros:						
Posição comprada	1.040.713	1.014.954	(25.759)	887.884	909.941	22.057
Posição vendida	(1.284.764)	(1.222.920)	61.844	(1.741.560)	(1.856.972)	(115.412)
Total em R\$	(244.051)	(207.966)	36.085	(853.676)	(947.031)	(93.355)
Total em US\$	(50.410)	(42.957)	7.454	(163.612)	(181.504)	(17.892)
Contratos de opções:						
Posição titular de opção de venda:						
Compra de “put” - soja	-	-	-	26.538	27.096	558
Total em R\$	-	-	-	26.538	27.096	558
Total em US\$	-	-	-	5.086	5.193	107
Futuros mais opções R\$	(244.051)	(207.966)	36.085	(827.138)	(919.935)	(92.797)

Instrumentos	Instrumentos financeiros derivativos - CBOT					
	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado a (pagar) receber	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado a (pagar) receber
Contratos a termo:						
Prêmio Paranaguá:						
Posição comprada - registrada em outras contas a Receber	458.090	473.284	15.194	516.452	547.258	30.806
Posição comprada - registrada em outras contas a pagar	572.447	534.395	(38.052)	326.611	320.312	(6.299)
Posição vendida - registrada em outras contas a receber	(446.019)	(413.071)	32.948	(1.081.591)	(1.057.231)	24.360
Posição vendida - registrada em outras contas a pagar	<u>(520.656)</u>	<u>(564.970)</u>	<u>(44.314)</u>	<u>(705.202)</u>	<u>(728.897)</u>	<u>(23.695)</u>
Total em R\$	<u>63.862</u>	<u>29.638</u>	<u>(34.224)</u>	<u>(943.730)</u>	<u>(918.558)</u>	<u>25.172</u>
Total em US\$	<u>13.191</u>	<u>6.122</u>	<u>(7.069)</u>	<u>(180.871)</u>	<u>(176.047)</u>	<u>4.824</u>

c.3) Compromissos de compras (Garantias de Preços)

A Companhia registra instrumentos financeiros derivativos referentes a compromissos de compra de soja em grãos de safra futura (2023/2024) com produtores rurais dos Estados de Goiás e Mato Grosso. A marcação a mercado dessas operações, que teve como base as cotações de fechamento de 31 de dezembro de 2023, para as respectivas datas futuras de vencimentos, leva em consideração todos os contratos futuros com preços fixos para recebimento de produtos de produtores sendo os ganhos ou perdas registrados, quando da comparação dos preços fixos dos contratos com os valores de mercado nos estoques, em contrapartida da rubrica de custos dos produtos e das mercadorias vendidas e dos serviços prestados.

As datas de vencimentos desses instrumentos derivativos firmados são determinadas em função da estimativa de entrega física da soja em grãos, conforme acordado com os produtores rurais. O efeito registrado em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em aproximadamente R\$28.640 (R\$89.404 negativo em 31 de dezembro de 2022). O efeito registrado em 31 de dezembro de 2023 anteriormente mencionado no montante de R\$28.640 é líquido de provisão para não realização de valor justo no montante de R\$58 devido às incertezas de realização dos compromissos de entrega futura das "commodities" pelos produtores rurais tendo em vista as significativas oscilações no preço ocorridas no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

d) Risco de taxas de câmbio

A variável macroeconômica que tem peso significativo no setor em que a Companhia atua, típico exportador, é a taxa cambial. Os resultados operacionais são fortemente influenciados por flutuações cambiais, uma vez que quase todas as receitas estão atreladas ao preço das "commodities" agrícolas referenciadas em dólares norte-americanos. O risco de taxa cambial é o risco de que alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou ao aumento dos valores das obrigações.

A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, refere-se à flutuação do dólar norte-americano em relação ao real. A estratégia da Companhia é a de proteger-se da exposição excessiva aos riscos de variações cambiais, equilibrando seus ativos não denominados em reais contra suas obrigações também não denominadas em reais e utilizando instrumentos de proteção. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição líquida positiva em moeda estrangeira é de USD125.341 (USD117.107 em 31 de dezembro de 2022).

Exceto quanto ao estoque de “commodities”, os demais estoques da Companhia são registrados pelo custo histórico e não são ajustados pelo seu valor justo menos as despesas estimadas para se efetivar a venda. Mesmo sendo registrados em reais, seus preços de comercialização são referenciados em dólares norte-americanos. Dessa forma, os estoques representam um “hedge” natural contra as possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Uma valorização do real contra o dólar norte-americano tende a gerar um impacto negativo no resultado, visto que os custos logísticos e as despesas administrativas são denominados em reais. Parte dessa perda é compensada por um ganho nos estoques, denominados em reais, valerão mais dólares norte-americanos como efeito do “hedge” natural mencionado.

Para proteger seu caixa denominado em moeda estrangeira, suas receitas externas e seus débitos em moeda estrangeira, a Companhia também recorre ao mercado de derivativos por meio de operações diversas. A Companhia possui derivativos, que incluem “swap” de moeda (dólar norte-americano para CDI), trava de câmbio e operações de “forward”, para limitar a exposição às oscilações das taxas de câmbio, que estão relacionadas com seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

“Swap”: essa operação gerou ganhos resultados para a Companhia em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$72.142, na controladora e no consolidado (ganhos de R\$4.877, em 30 de dezembro de 2022).

“Forward” e compra futura: essas operações geraram perdas para a Companhia no valor total de R\$757 (ganho de R\$42.893 em 31 de dezembro de 2022), na controladora e no consolidado, cuja contrapartida encontra-se registrada na rubrica “Forward’ a receber e a pagar”, no passivo circulante e ativo circulante, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência (“nacional”)	“Fair value” em 31/12/2023	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2023
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-24	Comprada	1.122.243	1.107.566	(14.677)
NDF (balcão - CETIP)	Maio-24	Comprada	3.464	3.428	(36)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-24	Comprada	9.682	9.735	53
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-24	Vendida	123.349	122.593	(756)
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-24	Vendida	2.270	2.265	(5)
NDF (balcão - CETIP)	Março-24	Vendida	14.693	14.643	(50)
NDF (balcão - CETIP)	Abril-24	Vendida	6.830	6.807	(23)
NDF (balcão - CETIP)	Maio-24	Vendida	345	344	(1)
NDF (balcão - CETIP)	Julho-24	Vendida	26.405	26.320	(85)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-24	Vendida	5.521	5.789	268
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-24	Vendida	21.680	22.526	846
NDF (balcão - CETIP)	Março-24	Vendida	253.316	260.985	7.669
NDF (balcão - CETIP)	Abril-24	Vendida	155.398	160.698	5.300
NDF (balcão - CETIP)	Maio-24	Vendida	17.668	18.227	559
NDF (balcão - CETIP)	Julho-24	Vendida	8.352	8.521	169
NDF (balcão - CETIP)	Agosto-24	Vendida	194	206	12
					<u>(757)</u>

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência ("nocional")	"Fair value" em 31/12/2023	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2023
"SWAP" (balcão - CETIP)	Fevereiro-25	Vendida	92.795	97.973	5.178
"SWAP" (balcão - CETIP)	Setembro-27	Vendida	298.720	329.270	30.550
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-29	Vendida	689.850	726.264	36.414
					<u>72.142</u>
Ativo circulante					87.018
Passivo circulante					<u>(15.633)</u>
					<u>71.385</u>

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência ("nocional")	"Fair value" em 31/12/2022	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2022
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Comprada	32.682	32.476	(206)
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Comprada	56.624	56.162	(462)
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Comprada	225.222	224.107	(1.115)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Comprada	721.160	733.543	12.383
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Comprada	158.563	159.534	971
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Comprada	16.340	16.548	208
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	113.930	113.546	(384)
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Vendida	38.886	38.575	(311)
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	76.106	74.929	(1.177)
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	37.100	36.469	(631)
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Vendida	4.625	4.535	(90)
NDF (balcão - CETIP)	Julho-23	Vendida	2.532	2.446	(86)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	10.245	10.449	204
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Vendida	68.693	73.216	4.523
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	249.306	262.309	13.003
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	192.226	207.589	15.363
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Vendida	27.730	28.118	388
NDF (balcão - CETIP)	Junho-23	Vendida	3.599	3.666	67
NDF (balcão - CETIP)	Julho-23	Vendida	7.397	7.536	139
NDF (balcão - CETIP)	Agosto-23	Vendida	11.740	11.785	45
NDF (balcão - CETIP)	Setembro-23	Vendida	412	473	61
					<u>42.893</u>
"SWAP" (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	3.040	1.497	(1.543)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	138.551	127.340	(11.211)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Fevereiro-25	Vendida	140.868	139.017	(1.851)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-25	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-26	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-27	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-28	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-29	Vendida	556.398	546.594	(9.804)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	65.844	69.282	3.438
"SWAP" (balcão - CETIP)	Agosto-23	Vendida	48.753	54.906	6.153
"SWAP" (balcão - CETIP)	Setembro-27	Vendida	375.821	386.006	10.185
					<u>(4.877)</u>
Ativo circulante					67.132
Passivo circulante					<u>(29.116)</u>
					<u>38.016</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juro no resultado em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros, as quais tem por fonte:

- CDI: Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.
- TJLP - Bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
- SOFR - (Secured Overnight Financing Rate) em dezembro de 2023 e Libor - ICE Benchmark Administration (IBA) em dezembro de 2022.
- IPCA: Relatório Focus de 29 de dezembro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

Os cenários consideram, posição em 31 de dezembro de 2023:

- O cenário 1 um aumento/queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 14,56% /taxa de 8,74%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 17,48% /taxa de 5,83%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$508.335 e empréstimos e financiamentos de R\$126.137.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa SOFR de 25% (taxa de 6,7752% /taxa de 4,0651%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 8,1302% /taxa de 2,7101%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$620.598.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa TJLP de 25% (taxa de 8,19% /taxa de 4,91%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 9,83% /taxa de 3,28%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$5.138.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa IPCA de 25% (taxa de 5,58% /taxa de 3,35%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 6,69% /taxa de 2,23%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$1.061.817.

Indicadores	Controladora e Consolidado				
	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
Taxa CDI	11,65%	14,56%	8,74%	17,48%	5,83%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	126.137	(3.674)	3.674	(7.347)	7.347
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	508.335	14.805	(14.805)	29.610	(29.610)
Taxa SOFR	5,4202%	6,7752%	4,0651%	8,1302%	2,7101%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	620.598	(8.409)	8.409	(16.819)	16.819
Taxa TJLP	6,55%	8,19%	4,91%	9,83%	3,28%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	5.138	(84)	84	(168)	168
Taxa IPCA	4,46%	5,58%	3,35%	6,69%	2,23%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	1.061.817	(11.839)	11.839	(23.679)	23.679

Seguem as principais premissas da análise:

- Empréstimos concedidos com taxa de juros flutuantes, sem “hedge”.
- Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem “hedge”.
- Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes, sem “hedge”.

e.1) Risco de variação cambial

- a) A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas câmbio e qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários.

O cenário 1 considera uma valorização/desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023 de R\$4,8413 / US\$ (R\$6,0516 / R\$3,6310) e o cenário 2 uma valorização/desvalorização de 50% (R\$7,2620 / R\$2,4207).

Indicadores	Controladora e Consolidado - 31/12/2023				
	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
<u>Cotação do dólar</u>	4,8413	6,0516	3,6310	7,2620	2,4207
Depósito em moeda estrangeira (US\$74.355)	359.974	89.993	(89.993)	179.987	(179.987)
Ativos financeiros em moeda estrangeira (US\$314.259)	1.521.421	380.355	(380.355)	760.710	(760.710)
Passivos financeiros em moeda estrangeira (US\$397.805)	1.925.893	(481.473)	481.473	(962.947)	962.947
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Compra (US\$230.197)	1.135.389	261.540	(293.403)	537.250	(572.734)
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Venda (US\$127.130)	636.022	(137.133)	166.936	(286.808)	321.482
Impacto no resultado		<u>113.282</u>	<u>(115.342)</u>	<u>228.192</u>	<u>(229.002)</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui “Ativos não financeiros”, representados principalmente por estoques de soja e derivados, que são atrelados à moeda estrangeira e que possuem características de “hedge natural” para as operações totalizando R\$599.430 equivalentes a US\$123.816 e (R\$536.924 equivalentes a US\$102.904 em 31 de dezembro de 2022).

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” que são denominados em dólares norte-americanos, tipicamente de soja e seus derivados, foi apresentado tanto no ativo quanto no passivo das demonstrações financeira individuais e consolidadas.

A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. Seguem as principais premissas de análise:

- Valor líquido dos ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira.
- Contas a receber e a pagar em moeda estrangeira.
- O valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” denominados em moeda estrangeira.

- O valor justo dos instrumentos derivativos de taxa de câmbio.

Indicadores	Controladora e Consolidado - 31/12/2022				
	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
<u>Cotação do dólar</u>	5,2177	6,5221	3,9133	7,8266	2,6089
Depósito em moeda estrangeira (US\$79.988)	417.352	104.338	(104.338)	208.676	(208.676)
Ativos financeiros em moeda estrangeira (US\$380.635)	2.069.982	496.510	(496.510)	993.019	(993.019)
Passivos financeiros em moeda estrangeira (US\$640.144)	3.252.745	(835.020)	835.020	(1.670.041)	1.670.041
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Compra (US\$229.000)	1.210.591	309.627	(290.484)	606.106	(594.378)
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Venda (US\$151.404)	844.528	(165.237)	230.588	(359.550)	432.380
Impacto no resultado		<u>(89.782)</u>	<u>174.276</u>	<u>(221.790)</u>	<u>306.348</u>

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” que são denominados em dólares norte-americanos, tipicamente de soja e seus derivados, foi apresentado tanto no ativo quanto no passivo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. Seguem as principais premissas da análise:

- Valor líquido dos ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira.
- Contas a receber e a pagar em moeda estrangeira.
- O valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” denominados em moeda estrangeira.
- O valor justo dos instrumentos derivativos de taxa de câmbio.

e.2) Risco de variações no preço das “commodities”

Os cenários consideram, posição em 31 de dezembro de 2023:

- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço da soja de 25% (Cotação de R\$7.892,99 /R\$4.735,79 por bushel) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$9.471,59 /R\$3.157,20 por bushel) sobre os contratos futuros e opções de R\$234.861.
- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço do farelo de soja de 25% (Cotação de R\$2.259,06 /R\$1.355,43 por tonelada) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$2.710,87 /R\$903,62 por tonelada) sobre os contratos futuros e opções de R\$182.490.

- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço do óleo de soja de 25% (Cotação de R\$292,69 /R\$175,62 por tonelada) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$351,23 /R\$117,08 por tonelada) sobre os contratos futuros e opções de R\$661.402.

Indicadores	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
Cotação soja	6.314,39	7.892,99	4.735,79	9.471,59	3.157,20
Posição comprada	329.793	82.448	(82.448)	164.896	(164.896)
Posição vendida	(94.932)	(23.733)	23.733	(47.466)	47.466
Cotação farelo de soja	1.807,25	2.259,06	1.355,43	2.710,87	903,62
Posição comprada	620.931	155.233	(155.233)	310.466	(310.466)
Posição vendida	(438.441)	(109.610)	109.610	(219.221)	219.221
Cotação óleo de soja	234,15	292,69	175,62	351,23	117,08
Posição comprada	89.989	22.497	(22.497)	44.994	(44.994)
Posição vendida	(751.390)	(187.848)	187.848	(375.695)	375.695

e.3) Risco de concentração de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. A Companhia apresenta valores a receber referente a venda de Biodiesel, conforme descrito na nota explicativa nº 5, cujas garantias estão determinadas nos contratos firmados com as distribuidoras (mercado livre).

e.4) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e sua controlada não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área financeira.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de recebimento e vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

		Controladora							
		31/12/2023							
		Circulante				Não circulante			
	Valor	Juros	Menos de	Mais de		Mais de 1	Mais de 3	Acima	Não
Modalidade	total	estimados	90 dias	90 dias	Circulante	até 3 anos	até 5 anos	de 5 anos	circulante
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	2.522.889	577.577	184.711	499.947	684.658	1.103.749	450.818	283.664	1.838.231
Partes relacionadas	193.652	-	-	29.048	29.048	77.461	77.461	9.682	164.604
Fornecedores	766.885	-	229.018	534.374	763.392	3.493			3.493
Passivo de arrendamento	54.683	-	3.623	7.935	11.558	18.135	4.075	20.915	43.125
Ajustes de contratos futuros	1.037.309	-	60.965	976.344	1.037.309	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	15.633	-	15.488	145	15.633	-	-	-	-
Outras contas a pagar	46.483	-	6.498	32.013	38.511	7.972	-	-	7.972
Total	4.637.534	577.577	500.303	2.079.806	2.580.109	1.210.810	532.354	314.261	2.057.425

Controladora									
31/12/2022									
Modalidade	Valor contábil	Juros estimados	Circulante			Não circulante			
			Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	Mais de 1 até 3 anos	Mais de 3 até 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	4.758.561	779.225	1.236.276	1.330.703	2.566.979	1.070.377	836.001	285.204	2.191.582
Partes relacionadas	208.708	-	-	-	-	73.048	83.483	52.177	208.708
Fornecedores	713.780	-	213.462	498.078	711.540	2.240	-	-	2.240
Passivo de arrendamento	57.596	-	2.652	7.955	10.607	20.040	5.887	21.062	46.989
Ajustes de contratos futuros	1.653.811	-	169.492	1.484.319	1.653.811	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	29.116	-	16.411	12.705	29.116	-	-	-	-
Outras contas a pagar	52.829	-	7.097	38.321	45.418	7.411	-	-	7.411
Total	7.474.401	779.225	1.645.390	3.372.081	5.017.471	1.173.116	925.371	358.443	2.456.930
Consolidado									
31/12/2023									
Modalidade	Valor total	Juros estimados	Circulante			Não circulante			
			Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	Mais de 1 até 3 anos	Mais de 3 até 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	2.755.876	613.766	190.888	538.079	728.967	1.198.203	535.202	293.504	2.026.909
Fornecedores	804.701	-	266.834	534.374	801.208	3.493	-	-	3.493
Passivo de arrendamento	54.683	-	3.623	7.935	11.558	18.135	4.075	20.915	43.125
Ajustes de contratos futuros	1.119.675	-	119.536	1.000.138	1.119.675	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	15.633	-	15.488	145	15.633	-	-	-	-
Outras contas a pagar	46.501	-	6.516	32.013	38.529	7.972	-	-	7.972
Total	4.797.069	613.766	602.885	2.112.684	2.715.769	1.227.803	539.277	314.419	2.081.499

		Consolidado							
		31/12/2022							
			Circulante			Não circulante			
Modalidade	Valor total	Juros estimados	Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	5.019.836	828.400	1.243.060	1.340.878	2.583.938	1.163.604	932.372	339.922	2.435.898
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	741.275	-	240.957	498.078	739.035	2.240	-	-	2.240
Passivo de arrendamento	57.596	-	2.652	7.955	10.607	20.040	5.887	21.062	46.989
Ajustes de contratos futuros	1.653.811	-	169.492	1.484.319	1.653.811	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	29.116	-	16.411	12.705	29.116	-	-	-	-
Outras contas a pagar	52.880		7.148	38.321	45.469	7.411	-	-	7.411
Total	7.554.514	828.400	1.679.720	3.382.256	5.061.976	1.193.295	938.259	360.984	2.492.538

As contas de recebíveis, fornecedores e outras contas a receber e a pagar não contemplam juros a serem atualizados na data dos respectivos vencimentos, já as parcelas de empréstimos e financiamentos estão apresentadas com as respectivas atualizações monetárias futuras totalizando R\$577.577 e R\$613.766, controladora e consolidado respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 (R\$779.225 e R\$828.400, respectivamente em 31 de dezembro de 2022), de juros estimados conforme os contratos.

Ademais, os valores registrados contabilmente referentes ao ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado aproximam-se razoavelmente do seu valor justo.

e.5) Gestão de riscos de créditos - política de crédito perante os produtores rurais

Ao objetivar a garantia da entrega de matérias-primas e a continuidade das parcerias, a Companhia fornece recursos em espécie, sementes e insumos a produtores rurais.

O critério utilizado é o de seleção de produtores rurais por meio de itens que os classificam quanto à pontualidade das entregas das matérias-primas, tempo de relacionamento comercial, endividamento com patrimônio e percentuais de crédito que não ultrapassam 30% de sua previsão de colheita. O acompanhamento da lavoura é feito desde o plantio até a colheita por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas da Companhia.

O risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de produtores e dos procedimentos que monitoram esse risco.

22. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

Básico e diluído	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	239.857	348.744
Número de ações durante os exercícios (milhares)	24.444	24.444
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	9,813	14,267

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é idêntica à quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, por não haver potenciais ações diluídas no período. Adicionalmente, a Companhia não possui outro instrumento conversível em ações que possua impacto diluidor das ações existentes.

23. COMPROMISSOS

a) Compra de grãos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía compromissos de compra de soja em grãos, correspondentes a 268.499 toneladas com preço prefixado (contratos de garantia de preço) equivalentes a R\$524.511 para a safras 2023/2024. Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de compra de soja em grãos, correspondentes a 369.457 toneladas com preço prefixado (contratos de garantia de preço) equivalentes a R\$1.046.930 para a safras 2022/2023, 2021/2022 e 2020/2021. Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

b) De vendas

Biodiesel

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha celebrado contratos para o fornecimento de aproximadamente 45.990 m³ de biodiesel em janeiro e fevereiro de 2024, vendidos por meio de comercialização/negociação livre direto com os distribuidores, para retirada na unidade de São Simão - GO, Ipameri - GO e Sorriso-MT. O valor contratual a entregar desse fornecimento de biodiesel é variável, mas, de acordo com as estimativas da administração o montante aproximado será de R\$223.000.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha celebrado contratos para o fornecimento de aproximadamente 62.973 m³ de biodiesel em janeiro e fevereiro de 2023, vendidos por meio de comercialização/negociação livre direto com as distribuidoras, para retirada na unidade de São Simão-GO, Ipameri-GO e Sorriso-MT. O valor contratual a entregar desse fornecimento de biodiesel é variável, mas, de acordo com as estimativas da Administração o montante aproximado será de R\$358.000.

Outros compromissos

Em 31 de dezembro 2023, a Companhia tinha firmado os seguintes compromissos de venda para o mercado externo:

Produto	Volume/t	Embarque
Milho em Grãos	21.301	Janeiro de 2024
Farelo Hipro	297.347	Janeiro a Junho de 2024
Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja)	32.345	Janeiro a Abril de 2024
Lecitina	3.088	Janeiro/24 a Fevereiro de 2025
Glicerina	164	Janeiro de 2024

Desses compromissos, foram fixados os preços finais de venda do produto: Milho em Grãos no valor de US\$4.597 mil, de Farelo Hipro no valor de US\$25.225 mil, referente a 45.347 toneladas, de Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja) no valor de US\$28.371 mil, de Lecitina, no valor de US\$11.097 mil e de Glicerina no valor de US\$90 mil, que totalizarão US\$69.380 mil. Os preços finais de venda do saldo de 252.000 toneladas do produto Farelo Hipro, referente a CBOT serão fixados, que totalizarão aproximadamente US\$115.491 mil. O valor justo destes instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 é de ganho de R\$5.510.

A Companhia reúne todas as qualificações técnicas requeridas para o cumprimento de todas as cláusulas contratuais e também em sintonia com a programação para produção dos itens e entregá-los nos respectivos períodos compromissados.

c) Contratos de construção

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía compromissos futuros relacionados a construções no montante total de R\$71.000, referentes a: (i) contratos com empresas para a construção da planta de produção SPC GMO na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás, no montante de R\$18.337. O cronograma prevê a conclusão das obras para abril de 2024, ii) contratos com empresas para a construção planta de destilação de Glicerina na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, no montante de R\$40.792. O cronograma prevê a conclusão das obras para outubro de 2024 e (iii) contratos com empresas para a ampliação da planta de esmagamento da unidade de Ipameri, no Estado de Goiás, no montante de R\$11.871. O cronograma prevê a conclusão das obras para maio de 2024.

d) Compra de energia elétrica

A Companhia celebrou seis contratos com empresas fornecedoras de energia, para fornecimento de aproximadamente 186.670 MWh, sendo: saldo remanescente de 145.013 MWh, para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2026, 10.559 MWh para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2025 e 31.098 MWh para o período de janeiro a dezembro de 2024, ao preço aproximado de R\$21.404, R\$1.961 e R\$5.969, respectivamente. Custo total remanescente estimado será de aproximadamente R\$29.334.

24. PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia constituiu na rubrica de despesas gerais e administrativas obrigações relacionadas à participação dos funcionários no resultado no valor bruto de R\$25.940 (R\$41.200 em 31 de dezembro de 2022, sendo paga em março de 2022).

25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023 todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estavam cobertos por seguros. A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em reais, é como segue:

Classificação	Risco assegurado	Valor limite envolvido	Vencimento final
Patrimonial	Frota de veículos	R\$17.893	Março a Outubro/2024
Patrimonial (riscos nomeados)	Prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, mercadorias e matérias-primas	R\$3.426.595	Fevereiro/2025
Lucros cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	R\$485.240	Fevereiro/2025
Responsabilidade civil geral	Riscos operacionais diversos	R\$30.000	Novembro/2023
Seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais	Por colaborador da Companhia	R\$4.233	Julho/2024
Seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais	Alta direção	R\$730	Abril/2024
Transporte nacional	Transporte de máquinas e equipamentos	R\$4.000	Março/2024
Transporte internacional exportação	Transporte de produtos diversos	US\$40.000	Março/2024
Transporte internacional importação	Transporte de produtos diversos	US\$1.000	Março/2024
Transporte rodoviário de carga - RCTR-C	Transporte de produtos diversos	R\$120	Outubro/2024
Transporte rodoviário de carga – RFC - DC	Transporte de produtos diversos	R\$120	Outubro/2024
Seguro garantia	Garantia judicial (Mandado Segurança)	R\$61.870	Setembro/2025
Seguro garantia	Garantia de contrato ANTAQ - Itaituba	R\$316	Dezembro/2027
Segura garantia	Garantia judicial ANTAQ	R\$157	Março/2024
Seguro garantia	Garantia de contrato ANTAQ - Nova Roseira/São Simão	R\$76	Março/2027
Responsabilidade civil	Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros	R\$2.600	Março/2024
Seguro P&I	Responsabilidade civil de embarcações	US\$500.000	Julho/2024
Seguro D&O	Responsabilidade civil de administradores	R\$70.000	Março/2024
Seguro Operador Portuário	Responsabilidade civil unidade de Santana-AP	R\$20.000	Setembro/2024
Seguro garantia	Seguro garantia judicial - unidade Piracanjuba	R\$503	Agosto/2025
Seguro garantia	Garantia de contrato de energia - COPEL	R\$413	Janeiro/2025

<u>Classificação</u>	<u>Risco assegurado</u>	<u>Valor limite envolvido</u>	<u>Vencimento final</u>
Seguro garantia	Garantia de execução contrato		
	ANTAQ - (Porto Santana-AP)	R\$15.685	Fevereiro/2025
Seguro Cárteres Liability	Responsabilidade civil Afretador	US\$100.000	Setembro/2024
Seguro garantia	Garantia execução fiscal	R\$2.071	Abril/2026
Seguro garantia	Garantia de fiança locatícia	R\$99	Novembro/2027
Responsabilidade	Explorador Aéreo (Drone)	R\$707	Abril/2024

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Até o mês de setembro de 2010, a Companhia e suas controladas contribuíam como patrocinadores e seus funcionários, quando optado, também contribuíam para um plano de aposentadoria de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., denominado Plano Caramuru-Prev., cujas reservas eram atualizadas financeiramente e não por meio de cálculos atuariais.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia, visando possibilitar a participação integral de seus funcionários, celebrou novo contrato de previdência complementar, sendo facultadas aos atuais participantes do antigo Plano de Aposentadoria Caramuru-Prev. a adesão e a portabilidade das suas reservas para o novo plano denominado Renda Total Empresarial PGBL Caramuru.

O atual plano tem as seguintes características básicas:

- Benefícios: aposentadoria por sobrevivência, pensão ao cônjuge ou companheiro(a), pecúlio por morte e pecúlio por invalidez.
- O benefício-alvo de aposentadoria por sobrevivência no plano contratado na modalidade de benefício definido será o resultado da transformação em renda do montante de reserva acumulada durante o período de contribuição ao plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a contribuição da Companhia totalizou aproximadamente R\$2.429 (R\$2.416 em 31 de dezembro de 2022). A contribuição da Companhia está condicionada ao percentual custeado pelo empregado, ou seja, a Companhia contribui exatamente com o mesmo percentual aplicado pelo empregado.

Conforme disposto no contrato firmado entre a Companhia e a BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., o único benefício estruturado na modalidade de benefício definido, cujo ônus pertence à patrocinadora do plano (Companhia), é o benefício mínimo oferecido aos participantes do Grupo 2, conforme definido no parágrafo 2º da cláusula 4ª do referido contrato, que trata que o pagamento será feito em uma única vez e é equivalente a 5 vezes o salário do participante na data do último recálculo. Ademais, para ser elegível o participante deverá atender concomitantemente as seguintes características:

- No mínimo 55 anos de idade.
- No máximo 80 anos de idade.
- 10 anos de vínculo com a Companhia.
- Perder o vínculo com a Companhia.

A provisão referente a este benefício é reconhecida mensalmente, para aqueles funcionários que já possuem o direito adquirido, sendo seu saldo, em 31 de dezembro de 2023, de R\$7.168 (R\$5.928 em 31 de dezembro de 2022).

As movimentações no valor presente da provisão com os benefícios definidos são como segue:

	Valor presente das obrigações atuariais	Ganhos (perdas) atuariais (1)	Passivo líquido total
Valor no final do exercício de 2021	6.123	(841)	5.282
Custo do serviço corrente da empresa, com juros	339	-	339
Custo dos juros	386	-	386
Ganhos ou perdas atuariais (1)	-	676	676
Benefício pago diretamente pela Companhia	-	(755)	-
Valor no final do exercício de 2022	6.848	(920)	5.928
Valor no final do exercício - 2022	6.848	(920)	5.928
Custo do serviço corrente da empresa, com juros	352	-	352
Custo dos juros	504	-	504
Ganhos ou perdas atuariais (1)	-	1.353	1.353
Benefício pago diretamente pela Companhia	-	(969)	(969)
Valor no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	7.704	(536)	7.168

- (1) Ganho ou perda atuarial acumulado contabilizado pela Companhia em Ajuste de avaliação patrimonial conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1). O resultado atuarial é apurado quando do encerramento do exercício.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Hipóteses financeiras	2023 %
Taxa de desconto atuarial - real	11,00
Taxa de crescimento salarial - nominal	8,53
Inflação projetada	5,37
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios avaliados	5,37
Hipóteses financeiras	2022 %
Taxa de desconto atuarial - real	10,35
Taxa de crescimento salarial - nominal	7,13
Inflação projetada	4,01
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios avaliados	4,01
Hipóteses biométricas	2023
Tábua de mortalidade segregada por sexo	AT2000
Tábua de entrada em invalidez	"Mercer Disability"
	0 a 10 SM = 0,45/(TS+1)
	10 a 20 SM = 0,30/(CT+1); e
	Acima de 20 SM = 0,15/(TS+1)
Rotatividade	

Hipóteses biométricas	2022
Tábua de mortalidade segregada por sexo	AT2000
Tábua de entrada em invalidez	"Mercer Disability"
	0 a 10 SM = $0,45/(TS+1)$
Rotatividade	10 a 20 SM = $0,30/(CT+1)$; e
	Acima de 20 SM = $0,15/(TS+1)$

27. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Adições (i)	5.559	-	5.559	-
Saldo no final do exercício	5.559	-	5.559	-

(i) Refere-se a aquisição de floresta formada madura (em pé) de eucalipto, com previsão de ser exaurida (colhida) no ano de 2024, a ser utilizado na unidade de São Simão-GO. Uma vez que a aquisição foi efetuada de partes terceiras, em condições normais de mercado e que o respectivo ativo biológico está substancialmente formado, em 31 de dezembro de 2023, não há diferenças materiais entre o valor justo e custo amortizado desse ativo, portanto a Administração da Companhia não entendeu como necessária a aplicação da técnica da abordagem de receita ("income approach") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado.

A Companhia não possui ativos biológicos oferecidos em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a) Composição das transações que não envolvem caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros capitalizados	37.150	10.977	37.150	10.977
Aquisição de ativo imobilizado a prazo	24.293	24.824	24.293	24.824
Compensação de impostos (IR/CS Corrente)	1.620	36.032	1.620	36.032
Total	63.063	71.833	63.063	71.833

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Administração:

a) MP 1185/23 convertida na Lei 14.789/23

Neste contexto, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a Lei 14.789/2023, não traz nenhum impacto no conjunto das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023. Todavia, de forma subsequente, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança e Ação Declaratória, para não tributação dos incentivos fiscais, desta forma a Lei 14.789/2023 não será aplicada nas apurações da Companhia, realizando assim a exclusão no LALUR, posição esta suportada pelos assessores jurídicos da Companhia.

b) Constituição da Joint venture entre a Companhia e a Três Tentos Agroindustrial S.A.

Em janeiro de 2024, a Companhia obteve aprovação do CADE para constituição da Joint venture entre Caramuru Alimentos S.A. e Três Tentos Agroindustrial S.A., na cidade de Itaituba-PA, no distrito de Miritituba-PA, com objetivo de movimentação e armazenagem de cargas, originação de grãos, distribuição/comercialização de derivados de grãos e distribuição de fertilizantes, além de transbordo para carregamento de barcas fluviais. Inicialmente os investimentos estão estimados em aproximadamente R\$400.000, para serem concluídos até 2028, divididos igualmente entre as partes.

c) Ressarcimento em caixa de créditos tributários:

Em janeiro e março de 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil o montante de R\$35.643, oriundos de parte de pedidos de ressarcimento, sendo:

Natureza dos depósitos ocorridos	Montante
Ressarcimento atualizado de saldo negativo referente a antecipação a maior de IRPJ/CSLL, ano base de 2015 e 2016.	27.252
Ressarcimento de REINTEGRA, referente aos períodos: 1º. Trimestre 2015 e 1º. e 2º. Trimestre de 2017.	1.696
Ressarcimento de Pis e Cofins, referente a créditos básico, períodos parciais de 2010, 2011 e 2012.	792
Ressarcimento atualizado de IPI crédito básico, referente aos períodos: parcial de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2º. Trimestre de 2020.	5.903
Total	35.643

d) Foram celebrados pela Companhia os seguintes contratos de empréstimos para financiamentos de capital de giro no montante de USD120.000, equivalentes a aproximadamente R\$595.053 e em reais no valor de R\$550.000, perfazendo o montante total de R\$1.145.053, sendo:

- ACC - Adiantamento Contrato de Câmbio: captações junto aos Bancos do Brasil, Bradesco, ABC, Citibank, Sumitomo, CCB e Votorantin em fevereiro e março de 2024, no montante de US\$120.000, equivalente a aproximadamente R\$595.053;
 - FGPP – Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor: captação junto ao Banco Itaú, em fevereiro de 2024, no montante de R\$250.000;
 - NCE – Nota de Crédito de Exportação: captação junto ao Banco do Brasil, em março de 2024, no montante de R\$120.000.
 - CPR – Cédula de Produtor Rural: captação junto ao Banco Bradesco, em março de 2024, no montante de R\$180.000.
- e) Em fevereiro e abril de 2024, a Companhia celebrou contratos para o fornecimento de aproximadamente 139.668 m³ de biodiesel de março a junho de 2024, vendidos através de mercado livre, negociados diretamente com distribuidoras, com formação de preço FOB para retirada nas unidades de São Simão-GO, Ipameri-GO e Sorriso-MT. O valor contratual a entregar desse fornecimento de biodiesel é variável, mas, de acordo com as estimativas da Administração o montante aproximado será de R\$722.947.
- f) Em março de 2024, a Companhia celebrou contratos para o fornecimento de aproximadamente 9.600 toneladas de Farelo de soja no mercado interno, para retirada nas unidades de Itumbiara e São Simão-GO, a entregar de março a dezembro de 2024. O valor contratual desse fornecimento é de aproximadamente R\$14.550.
- g) De janeiro a abril de 2024, a Companhia celebrou contratos para o fornecimento ao mercado externo, de aproximadamente 284.150 toneladas de Farelос de soja(SPC, Pellets, Hipro GMO e Non-GMO), a entregar no período de abril de 2024 a fevereiro de 2025, o valor contratual desse fornecimento é de aproximadamente USD 154.703, de Soja em grãos, aproximadamente 130.000 toneladas, a entregar até junho de 2024, o valor contratual desse fornecimento é de aproximadamente USD 57.126 e de Óleo de Soja, aproximadamente 6.000 toneladas, a entregar até maio de 2024, o valor contratual desse fornecimento é de aproximadamente USD 5.431, totalizando o montante de aproximadamente USD217.260.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2024 e autorizadas para publicação em 26 de abril de 2024.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Valores expressos em milhares de reais - R\$											
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVO	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>						<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	728,491	2,251,060	1,088,465	2,668,412	Empréstimos e financiamentos	11	502,229	2,291,086	534,423	2,294,478
Aplicações financeiras	4.b	3,968	1,515	3,968	1,515	Fornecedores	12.a	763,392	711,540	801,208	739,035
Contas a receber	5	170,134	317,848	382,688	582,068	Passivo de arrendamento	12.b	11,558	10,607	11,558	10,607
Estoques	6.a	1,002,258	1,175,298	1,108,509	1,344,822	Salários e encargos sociais		53,481	66,967	53,570	66,967
Adiantamentos a fornecedores	6.b	158,661	128,843	158,661	128,843	Impostos, taxas e contribuições a recolher		16,348	15,685	16,676	15,685
Impostos e contribuições a recuperar	7	104,906	138,456	104,906	138,456	Contas a pagar a partes relacionadas	20.a	29,048	-	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	20.a	470,146	628,239	14,069	4,300	Ajustes de contratos futuros	21.b	1,037,309	1,653,811	1,119,675	1,653,811
Depósito caução e ajustes de contratos futuros	21.b	1,068,171	1,492,626	1,116,313	1,521,451	Contratos de "forward" e "swap" a pagar	21.d	15,633	29,116	15,633	29,116
Contratos de "forward" e "swap" a receber	21.d	87,018	67,132	87,018	67,132	Adiantamento de clientes		8,875	12,269	8,977	14,320
Ativos biológicos	27	5,559	-	5,559	-	Outras contas a pagar		38,517	45,418	38,535	45,467
Despesas antecipadas e outras contas a receber		74,498	108,927	78,522	112,330	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2,476,390	4,836,499	2,600,255	4,869,486
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		3,873,810	6,309,944	4,148,678	6,569,329						
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>						<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Aplicações financeiras de longo prazo	4.b	-	2,738	-	2,738	Empréstimos e financiamentos	11	1,443,083	1,688,250	1,607,687	1,896,958
Impostos e contribuições a recuperar	7	574,033	650,190	574,033	650,190	Fornecedores	12.a	3,493	2,240	3,493	2,240
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.b	92,267	136,253	92,267	136,253	Passivo de arrendamento	12.b	43,125	46,989	43,125	46,989
Contas a receber	5	-	3,000	-	3,000	Provisão para riscos	13	370	370	370	370
Contas a receber com partes relacionadas	20.a	-	54,349	-	-	Contas a pagar com partes relacionadas	20.a	164,604	208,708	-	-
Depósitos judiciais		9,356	16,914	9,356	16,914	Benefício pós-emprego	26	7,168	5,928	7,168	5,928
Adiantamento a fornecedores	6.b	-	3,706	-	3,706	Outras contas a pagar		7,972	7,413	7,972	7,413
Outras contas a receber	11	-	-	3,230	3,425	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1,669,815	1,959,898	1,669,815	1,959,898
Outros investimentos	9	470	470	470	470	TOTAL DO PASSIVO		4,146,205	6,796,397	4,270,070	6,829,384
Investimentos em controladas em conjunto	9	80,645	86,914	80,645	86,914						
Investimentos em controladas	9	154,294	175,474	-	-						
Imobilizado	10.a	1,309,916	1,111,681	1,309,988	1,111,681	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Intangível	10.b	9,689	10,208	9,689	10,208	Capital social	14	1,650,639	1,362,038	1,650,639	1,362,038
Direito de uso	10.c	50,156	52,595	50,156	52,595	Reserva de lucros	14	303,834	399,997	303,834	399,997
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2,280,837	2,304,492	2,129,834	2,078,094	Ajuste de avaliação patrimonial	14	53,969	56,004	53,969	56,004
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2,008,442	1,818,039	2,008,442	1,818,039
TOTAL DO ATIVO		6,154,647	8,614,436	6,278,512	8,647,423	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6,154,647	8,614,436	6,278,512	8,647,423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	7,506,040	8,712,125	7,592,518	8,626,376
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	16	(6,902,350)	(8,011,933)	(6,813,111)	(7,783,952)
LUCRO BRUTO		<u>603,690</u>	<u>700,192</u>	<u>779,407</u>	<u>842,424</u>
Receitas (despesas) operacionais:					
Comerciais	16	(176,320)	(158,615)	(239,745)	(194,676)
Gerais e administrativas	16	(202,513)	(201,181)	(206,565)	(204,484)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e adiantamentos	16	(5,707)	(350)	(5,707)	(350)
Resultado de equivalência patrimonial	9	118,887	112,464	31,291	23,758
Outras receitas (despesas)	18	(38,440)	(16,723)	(48,796)	(13,531)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>299,597</u>	<u>435,787</u>	<u>309,885</u>	<u>453,141</u>
Receita financeira	19	991,728	1,410,388	1,015,625	1,426,591
Despesa financeira	19	(1,006,887)	(1,462,532)	(1,040,752)	(1,496,089)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		<u>(15,159)</u>	<u>(52,144)</u>	<u>(25,127)</u>	<u>(69,498)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>284,438</u>	<u>383,643</u>	<u>284,758</u>	<u>383,643</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	8.a	(135)	(24,858)	(455)	(24,858)
Diferido	8.a	(44,446)	(10,041)	(44,446)	(10,041)
		<u>(44,581)</u>	<u>(34,899)</u>	<u>(44,901)</u>	<u>(34,899)</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>239,857</u>	<u>348,744</u>	<u>239,857</u>	<u>348,744</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - ORDINÁRIA	22	<u>9.813</u>	<u>14.267</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	239,857	348,744	239,857	348,744
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos - pós emprego	(1,353)	(676)	(1,353)	(676)
Imposto de renda e contribuição social relativos a itens que não serão reclassificados consequentemente	460	230	460	230
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>238,964</u>	<u>348,298</u>	<u>238,964</u>	<u>348,298</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Total de reservas patrimoniais	Custo atribuído ao ativo imobilizado		Plano de benefício pós-emprego ganhos (perdas) atuariais	Total de ajuste de avaliação patrimonial			
							Própria	De controladas					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		862,726	37,166	499,314	58,048	594,532	55,454	1,516	515	57,485	-	1,514,743	
Aumento de capital com reserva	14.1	499,314	-	(499,314)	-	(499,314)	-	-	-	-	-	-	
Realização da reserva de reavaliação	14.4	-	(1,259)	-	-	(1,259)	-	-	-	-	1,259	-	
Realização do custo atribuído ao imobilizado	14.4	-	-	-	-	-	(761)	(274)	-	(1,035)	1,035	-	
Ganhos atuariais com plano de benefício pós-emprego	14.5	-	-	-	-	-	-	-	(446)	(446)	-	(446)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	348,744	348,744	
Destinações:													
Constituição de reserva legal	14.2	-	-	-	17,437	17,437	-	-	-	-	(17,437)	-	
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	288,601	-	288,601	-	-	-	-	(288,601)	-	
Juros sobre capital próprio	14.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45,000)	(45,000)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1,362,038	35,907	288,601	75,485	399,997	54,693	1,242	69	56,004	-	1,818,039	
Ajuste exercício anterior	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3,557)	(3,557)	
Aumento capital com reserva	14.1	288,601	-	(288,601)	-	(288,602)	-	-	-	-	-	-	
Realização da reserva de reavaliação	14.4	-	(1,267)	-	-	(1,267)	-	-	-	-	1,267	-	
Realização do custo atribuído ao imobilizado	14.4	-	-	-	-	-	(784)	(358)	-	(1,142)	1,142	-	
Ganhos atuariais com plano de benefício pós-emprego	14.5	-	-	-	-	-	-	-	(893)	(893)	-	(893)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	239,857	239,857	
Destinações:													
Constituição de reserva legal	14.2	-	-	-	11,815	11,815	-	-	-	-	(11,815)	-	
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	181,894	-	181,894	-	-	-	-	(181,894)	-	
Juros sobre capital próprio	14.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45,000)	(45,000)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1,650,639	34,640	181,894	87,300	303,834	53,909	884	(824)	53,969	-	2,008,442	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Nota	Controladora		Consolidado		
		explicativa	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2023	12/31/2022	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Lucro líquido do exercício			239,857	348,744	239,857	348,744	
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:							
Depreciação e amortização			16	75,606	68,404	75,610	68,404
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial empréstimos e financiamentos				205,736	294,662	193,650	293,590
Variação monetária e cambial de adiantamento a produtores				(10,266)	(12,523)	(10,266)	(12,523)
Variação monetária de impostos a recuperar				(4,468)	(1,394)	(4,468)	(1,394)
Variação cambial de contas a receber				39,698	20,976	39,698	20,976
Variação cambial de partes relacionadas				(20,483)	17,463	-	-
Variação cambial de depósito caução e outras contas a receber e a pagar				7,359	16,557	7,359	16,557
Imposto de renda e contribuição social - diferido			8.a	44,446	10,041	44,446	10,041
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários			13	-	(5,288)	-	(5,288)
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas em adiantamentos a produtores			16	5,707	350	5,707	350
Reconhecimento créditos tributários PIS/COFINS s/exclusão BC ICMS			18	-	(579)	-	(579)
Crédito presumido de IPI (PIS/COFINS s/exportações) extemporâneo			18	(4,137)	(25,841)	(4,137)	(25,841)
Reconhecimento parcial crédito PIS/COFINS extemporâneo			18	-	(8,400)	-	(8,400)
Processo Judicial (INSS - RAT e Trceiros) direito exclusão atestado médico				-	(2,057)	-	(2,057)
Provisão para plano de benefício pós emprego				(113)	(30)	(113)	(30)
Provisão (reversão) para ganho/perda de estoque			6.a	4,288	(4,353)	4,288	(4,353)
Ajuste de estoque a valor de mercado				116,609	104,083	116,609	104,083
Complemento (reversão) de provisão para ganho/perda valor justo contratos futuros a realizar				(244,679)	94,930	(244,679)	94,930
Custo da baixa do ativo imobilizado			10	1,614	8,254	1,614	8,254
Resultado de equivalência patrimonial			9	(118,887)	(112,464)	(31,291)	(23,758)
Complemento (reversão) de provisão referente a transações de "swap" e "forward"				(33,369)	(44,338)	(33,369)	(44,338)
Ajuste a valor presente do FOMENTAR, CEI e PRODUIR			11	(98,995)	(110,794)	(98,995)	(110,794)
Reversão de ajuste a valor presente FOMENTAR, CEI e PRODUIR			11	175,200	33,175	175,200	33,175
Deságio obtido em leilão para liquidação do FOMENTAR, CEI e PRODUIR			11	(188,962)	(35,526)	(188,962)	(35,526)
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS:							
Contas a receber				109,235	3,382	160,900	(146,524)
Estoques				62,630	(239,982)	125,902	(385,461)
Adiantamentos a fornecedores				(29,923)	(1,342)	(29,923)	(2,583)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos				108,087	(138,909)	108,087	(138,909)
Contas a receber com partes relacionadas				212,442	296,227	(9,769)	153
Outros ativos				621,857	(553,213)	593,144	(585,169)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:							
Fornecedores				37,035	275,164	47,356	278,958
Salários e encargos sociais				(11,262)	6,016	(11,173)	6,016
Impostos, taxas e contribuições a recolher				(1,020)	(10,850)	(691)	(10,850)
Outros passivos				(528,664)	545,353	(448,279)	537,240
Caixa gerado pelas atividades operacionais				772,178	835,898	823,312	277,094
Juros pagos			11	(413,033)	(267,316)	(416,249)	(277,364)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				359,145	568,582	407,063	(270)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Adições ao ativo imobilizado				(203,475)	(262,269)	(203,551)	(262,269)
Formação de ativos biológicos			27	(5,559)	-	(5,559)	-
Redução de capital de controlada em conjunto			9	12,250	-	12,250	-
Aplicações financeiras				285	4,276	285	4,276
Recebimento de dividendos			9	120,798	4,329	15,578	4,329
Investimento em controlada em conjunto				-	2,204	-	2,204
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			9	(75,701)	(251,460)	(180,997)	(251,460)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Empréstimos e financiamentos - captações			11	1,886,850	3,733,471	1,886,850	3,733,471
Empréstimos e financiamentos - pagamentos			11	(3,637,748)	(2,760,141)	(3,637,748)	(2,760,141)
Empréstimos partes relacionadas - captações				-	202,373	-	-
Arrendamentos - pagamentos			12.b	(10,017)	(9,064)	(10,017)	(9,064)
Juros sobre o capital próprio			14.6	(45,000)	(45,000)	(45,000)	(45,000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento				(1,805,915)	1,121,639	(1,805,915)	919,266
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				(1,522,471)	1,438,761	(1,579,849)	667,536
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício				2,251,060	812,234	2,668,412	2,000,811
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa				(98)	65	(98)	65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO EXERCÍCIO			4.a	728,491	2,251,060	1,088,465	2,668,412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/31/2023	12/31/2022	12/31/2023	12/31/2022
RECEITAS		7,885,843	9,208,432	7,972,397	9,122,683
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		7,606,613	8,850,750	7,693,091	8,765,001
Outras receitas		20,019	59,962	20,019	59,962
Receitas relativas à construção de ativos próprios		264,918	298,070	264,994	298,070
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5,707)	(350)	(5,707)	(350)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		7,811,367	8,926,916	7,799,483	8,734,707
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		7,120,030	8,448,282	7,030,791	8,220,301
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		740,203	586,734	817,558	622,506
Ajuste a valor de mercado dos estoques, CBOT, contratos futuros e fornecedores		(48,866)	(108,100)	(48,866)	(108,100)
VALOR ADICIONADO BRUTO		74,476	281,516	172,914	387,976
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		75,606	68,404	75,610	68,404
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(1,130)	213,112	97,304	319,572
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		1,299,580	1,558,388	1,235,881	1,485,885
Resultado de equivalência patrimonial	9	118,887	112,464	31,291	23,758
Receitas financeiras	19	991,728	1,410,388	1,015,625	1,426,591
Outras		188,965	35,536	188,965	35,536
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1,298,450	1,771,500	1,333,185	1,805,457
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1,298,450	1,771,500	1,333,185	1,805,457
PESSOAL		307,850	284,734	308,464	284,734
Remuneração direta		226,780	221,587	227,320	221,587
Benefícios		67,535	50,496	67,609	50,496
FGTS		13,535	12,651	13,535	12,651
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		(265,509)	(330,235)	(265,509)	(330,235)
Federais		(227,436)	(306,975)	(227,436)	(306,975)
Estaduais		(41,658)	(26,198)	(41,658)	(26,198)
Municipais		3,585	2,938	3,585	2,938
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		1,016,252	1,468,257	1,050,373	1,502,214
Juros		1,006,887	1,462,532	1,040,752	1,496,089
Aluguéis		9,365	5,725	9,621	6,125
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		239,857	348,744	239,857	348,744
Juros sobre o capital próprio	14.6	45,000	45,000	45,000	45,000
Lucros retidos		194,857	303,744	194,857	303,744
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1,298,450	1,771,500	1,333,185	1,805,457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - - -

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- Atividade preponderante

A Caramuru Alimentos S.A. (“Companhia” ou “controladora”), sediada na Via Expressa Júlio Borges de Souza nº 4240, cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, constituída na forma de Companhia anônima de capital fechado, e principal empresa operacional do Grupo Caramuru tendo como objeto social: (i) a participação em outras entidades; (ii) o esmagamento de soja, milho, girassol e canola para extração de óleo bruto, biodiesel refinado e outros derivados; (iii) a industrialização de milho “in natura” e derivados de milho (farinha, fubá, canjica, óleo, “pellets”, etc.); (iv) a exportação de soja e milho em grãos e seus derivados; (v) a comercialização de produtos importados, tais como milho de pipoca e azeite de oliva, entre outros; (vi) a prestação de serviços de operação portuária, transporte e armazenagem de grãos e operação de transporte multimodal; e, (vii) produção, comercialização e transmissão de energia por conta própria ou de terceiros.

Em 15 de setembro de 2021, a Companhia obteve o registro na Categoria A da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), sem negociar suas ações na “B3”.

- Alegações de supostas irregularidades

A partir de alegações de supostas irregularidades relacionadas ao tratamento tributário de certas operações e outros aspectos que envolvem as demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia determinou a constituição de um Comitê Independente de Investigação, composto exclusivamente por membros independentes, para promover a averiguações das alegações relatadas. O Comitê Independente de Investigação, por sua vez, decidiu pela contratação de consultores externos independentes e especializados para realizarem as averiguações e apuração das alegações relatadas. Conforme divulgado por meio de Fato Relevante de 27 de março de 2024, tais averiguações acabaram por levar à extensão no cronograma de elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e em seus respectivos trabalhos de auditoria. Na data de divulgação destas demonstrações financeiras, os trabalhos de averiguação das alegações ainda estão em curso, sem qualquer resultado conclusivo e, portanto, não é possível estimar potenciais efeitos financeiros, contábeis e divulgações decorrentes da resolução final destes temas.

- Participação em outras entidades

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia controlava integralmente ou em conjunto e/ou participa em outras entidades, cujos contextos operacionais estão resumidos a seguir:

Controlada

Intergrain Company S.A. - 100% (desde fevereiro de 2002): alterada a razão social a partir de 26 de julho de 2023, de Ltd. para S.A. e a partir de 1 de outubro de 2023, foi redomiciliada para a cidade de Montevideo, Uruguai, tem como objetivo principal a importação e exportação de soja, milho em grão e seus derivados (até 30 de setembro de 2023, estava com sua sede em Nassau, nas Bahamas).

Controlada em conjunto

Terminal XXXIX de Santos S.A. - 50% (desde julho de 2002): sediada na cidade de Santos, estado de São Paulo, tem como objeto social a exploração e operação de instalações portuárias em geral, atuando exclusivamente na exploração comercial de um terminal na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos, para a movimentação de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias afins.

Terminal São Simão S.A. ("TSS") - 49% (desde agosto de 2020): sediada na cidade de São Simão, estado de Goiás, tem como objeto social a exploração de prestação de serviços de transbordo de cargas em vagões e/ou caminhões, movimentação, limpeza e conferência de vagões, atuando exclusivamente na exploração comercial de um terminal próximo a área onde se localiza a unidade da filial da Caramuru Alimentos S.A. de São Simão-GO, para a movimentação de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias afins. O referido terminal entrou em operação no primeiro semestre de 2021.

Participação em outras empresas

Cebragel - Companhia de Armazéns Cerrado do Brasil - 23,72% (desde outubro de 1993): sediada em Vitória, estado do Espírito Santo, tem por objeto social a operação de silo graneleiro no Porto de Tubarão, localizado no estado do Espírito Santo.

Os percentuais de participação nas entidades estão divulgados na nota explicativa nº 9.

- Incentivos fiscais

As operações da Companhia estão distribuídas em estabelecimentos situados em cidades localizadas nos estados de Goiás, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Como parte representativa das operações da Companhia está localizada no estado de Goiás, esta é beneficiária de incentivos fiscais promovidos pelo estado, que possuem as seguintes características:

- Programa de Incentivos Fiscais à Industrialização no Estado de Goiás - FOMENTAR: por meio desse incentivo fiscal (Lei Estadual nº 11.180, de 19 de abril de 1990), a Companhia financia, mensalmente, o equivalente a 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS devido ("montante financiado"), para pagamento em parcelas equivalentes à quantidade de meses em aberto dos impostos apurados, após a carência de 20 anos, contados a partir da data de apuração do ICMS devido, sem atualização monetária, com juros de 2,4% ao ano, pagos mensalmente a partir do mês subsequente ao da obtenção do financiamento. Como parte do programa, a Companhia efetua um depósito em garantia através de DARE-Documento de Arrecadação Estadual para a SEFAZ-Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás (vinculação legal), denominado Bolsa Garantia, correspondente a 10% do montante financiado, em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, não atualizado monetariamente. O montante depositado na Bolsa Garantia somente pode ser utilizado para liquidação do saldo devedor do financiamento, na data do vencimento do montante financiado, ou em leilões realizados pelo Estado de Goiás, que oferecem desconto médio de até 89% para liquidação antecipada do financiamento. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 11.

O prazo de utilização do incentivo fiscal do programa FOMENTAR foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2032, conforme previsto na Lei Estadual nº 20.367/18.

- Crédito Especial para Investimento (CEI): por meio desse incentivo fiscal (Lei Estadual nº 14.307, de 12 de novembro de 2002, do Estado de Goiás), a Companhia deposita, mensalmente, em conta específica em nome da Caramuru Alimentos S.A., exclusivamente para receber esses depósitos, o equivalente a 70% do montante de ICMS efetivamente pago, ou seja, líquido do incentivo do programa FOMENTAR mencionado anteriormente e, portanto, correspondente a 21% do montante apurado de ICMS no mês. Este montante pode ser resgatado pela Companhia em até cinco anos (“período de fruição”) a partir da data de início da vigência do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE, mediante a comprovação de investimentos realizados no Estado. O CEI obtido pela Companhia tem até 60 meses de fruição, a partir do mês de maio de 2013, conforme TARE nº 072/13-GSF, sem a incidência de juros. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos de depósito CEI ainda não utilizados e o montante utilizado (consequentemente, a pagar ao Estado) encontram-se registrados, respectivamente, nas rubricas “Outras contas a receber” e “Empréstimos e financiamentos”. A Companhia ainda tem a opção de liquidar antecipadamente, a seu juízo e a qualquer tempo, o CEI com um deságio de aproximadamente 80%. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- PRODUZIR: Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás: incentivo fiscal criado pela Lei Estadual nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000. A Companhia obteve a aprovação do seu projeto de implantação no programa PRODUZIR para sua unidade industrial de produção de biodiesel, localizada em Ipameri, Estado de Goiás, conforme Resolução nº 1.509/09-CE/PRODUZIR, de 8 de dezembro de 2009, da Comissão Executiva do Conselho Deliberativo do Programa PRODUZIR. O incentivo fiscal consiste no financiamento mensal do equivalente a 73% do ICMS devido (saldo devedor apurado). O prazo de fruição do benefício, iniciado no mês de outubro de 2010 que se encerraria em 2020, foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2032, conforme previsto na Lei Estadual nº 20.367/18. Sobre o saldo financiado incidem juros de 0,2% ao mês, sem atualização monetária. O pagamento do saldo devedor é efetuado anual e parceladamente, conforme dispuser decisão da Comissão Executiva do Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás, a partir do final do segundo ano de fruição do benefício e sempre englobando os débitos dos 12 meses anteriores à data do início do pagamento. Conforme disposto no Decreto nº 5.265/2000, o referido saldo devedor poderá ser reduzido em até 100%, conforme os fatores de descontos nas condições especificadas. Como parte do programa, a Companhia efetua um depósito de 10% sobre o montante financiado a título de quitação antecipada através de DARE-Documento de Arrecadação Estadual para a SEFAZ-Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás, que também tem como finalidade a prestação de garantia. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- Crédito Outorgado de ICMS: a Companhia possui o benefício fiscal denominado “Crédito Outorgado de ICMS”, conforme disposto na Lei nº 14.543, de 30 de setembro de 2003 e Lei nº 19.930 de 29 de dezembro de 2017 e no Decreto nº 8517/2015, e por meio do TARE nº 1178/2003. O referido benefício garantiu um crédito de ICMS correspondente às operações de industrialização de soja e seus derivados, calculado em até 6% sobre o valor da soja em grãos adquirida e esmagada no Estado de Goiás e a partir de 29 de dezembro de 2017, o equivalente a 5% sobre o valor dos produtos agrícolas adquiridos e esmagados no Estado de Goiás. O benefício recebido é registrado no resultado, na rubrica “Impostos sobre vendas”, na receita operacional líquida, como contrapartida do ICMS a recuperar no ativo circulante. Esse benefício enquadra-se entre aqueles cujo prazo de fruição é indeterminado.

- Programa de Desenvolvimento Comercial e Industrial de Mato Grosso PRODEIC: incentivo fiscal criado pela Lei Estadual Nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, regulamentada pelo Decreto Nº 1.432, de 29 de setembro de 2003. A companhia obteve a aprovação no Programa de Desenvolvimento Comercial e Industrial - PRODEIC conforme comunicado Nº 76/2011 - PRODEIC de 30 de novembro de 2011, aprovado pelo CEDEM-Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial. O incentivo fiscal consiste em redução na base de cálculo nas operações internas e crédito outorgado nas operações interestaduais para os produtos de fabricação da Companhia e inclusos no programa, diferimento do ICMS para aquisição de matérias-primas e ativo imobilizado necessário a concessão do módulo industrial mesmo que importados, desde que não haja similar produzidas no estado. O prazo de fruição do benefício iniciou-se em 1º de dezembro de 2011 sendo concedido para os próximos 10 anos e através da Lei Complementar Estadual nº 631/19, os benefícios foram convalidados passando a vigorar a partir de 1º de janeiro 2020 até a vigência final em 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido na Lei Complementar 160/17 e no Convênio ICMS 190/17. Em contrapartida a Companhia se compromete ao pagamento em média de 17% do benefício gerado para os fundos estaduais sendo: FUNDEIC (em 2018 e 2019 4% e 2020 6%), FUNDED (em 2018, 2019 e 2020 1%), FUNDESTEC (em 2018 e 2019 2% e extinto em 2020) e FEEF (em 2018, 2019 e 2020 10%) sobre o total de ICMS exonerado de acordo com o respectivo produto.

Não houve modificação quanto aos programas de incentivos fiscais que a Companhia participa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 quando comparado com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Riscos de liquidez e de mercado

A Companhia mantém um monitoramento do risco de liquidez por meio da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, não existem renegociações relevantes sobre os recebíveis e a inadimplência encontra-se com percentuais semelhantes ao exercício de 2022.

A Companhia não promoveu nenhuma prorrogação de pagamentos aos fornecedores e vem cumprindo integralmente seus compromissos financeiros, legais e tributários nos referidos anos.

Alguns empréstimos possuem cláusulas de “covenants” financeiros, os quais são mensurados anualmente, bem como a Administração está em constante monitoramento das mesmas, bem como das cláusulas não-financeiras, as quais foram cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A exposição em moeda estrangeira está integralmente protegida por instrumentos financeiros derivativos, conforme nota explicativa nº 21.

O cenário de negócios no ano de 2023 comparado ao mesmo período do ano anterior indicou uma redução de 12% no faturamento líquido, principalmente observado conjuntamente nos segmentos de “commodities” diferenciadas, “commodities” e biocombustíveis.

Acompanhamento das estimativas contábeis subsequentemente a data da emissão desse relatório

A Companhia considerou em suas revisões de estimativas potenciais aumentos nas provisões de perdas com recebíveis e perdas com estoques que pudessem se tornar obsoletos e não identificou a necessidade de reforço de provisões existentes em 31 de dezembro de 2023.

Os preços dos contratos com clientes foram mantidos e não houve negociações que poderiam indicar margens negativas, assim, não são previstas perdas futuras nos próximos meses por contratos onerosos.

Risco de perdas de redução ao valor recuperável

A Companhia analisou, se existia algum indicativo de desvalorização dos seus ativos tangíveis e intangíveis e não foi identificado indicativos de necessidade de constituição de provisão para perdas dos ativos de longo prazo.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, a Companhia não espera nenhum impacto, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8b.

- Possíveis impactos relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, por questões político-econômicas, a Rússia invadiu o território ucraniano e iniciou um confronto armado contra esta nação. A partir deste momento, os Governantes, empresários e toda população mundial passou a acompanhar o desenvolvimento deste conflito e, avaliar eventuais impactos econômicos desencadeados por estes países. Adicionalmente, dada a atividade da Companhia, a Administração tem acompanhado de perto a evolução deste, tendo em vista que a Rússia é um dos maiores exportadores de fertilizantes ao Brasil. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia avaliou e, entende que não há impactos significativos em sua cadeia de suprimentos, tendo em vista que a Companhia não faz "barter" de fertilizantes com produtores rurais e a volatilidade que a guerra trouxe para as cotações da commodities (incluindo soja), não afetou as operações da Companhia, haja vista os instrumentos financeiros contratados como forma de proteção para estas operações. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.
- Ativo imobilizado reavaliado ao valor justo em períodos anteriores .
- Estoques de commodities avaliados a valor justo.
- A Administração definiu os segmentos operacionais com base na tomada de decisões estratégicas de seus principais executivos sobre os negócios, vide nota explicativa nº 17.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de sua controlada, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício, quando aplicável. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e do empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e do empreendimento controlado em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem sua participação em coligadas e empreendimento controlados em conjunto ("joint venture").

As coligadas são as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso deste método.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir descritos:

a) Transações e saldos

As transações de itens não-monetários em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação ou pela taxa histórica e os itens monetários pela taxa fim. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, em resultado financeiro.

b) Demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company S.A..

As demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company S.A., sediada nas Bahamas, foram preparadas, ou ajustadas, de acordo com as políticas contábeis adotadas pela controladora, na moeda funcional da controlada que é o real.

2.6. Estoques

Substancialmente formados por matérias-primas, produtos acabados e produtos auxiliares e avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, o qual não excede o valor de mercado, exceto os estoques de “commodities” que estão demonstrados pelo seu valor justo menos as despesas estimadas para realizar a venda. A Companhia valoriza seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada.

Os adiantamentos a fornecedores são registrados ao custo e acrescidos, quando aplicável, dos encargos acordados contratualmente.

Para ajustar o valor realizável dos estoques, são constituídas provisões para perdas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, quando o custo contábil está superior ao valor realizável.

2.7. Imobilizado e Intangível

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido dos encargos financeiros correspondentes aos empréstimos para construção de ativo qualificável e reavaliações registradas em 1997, 2002 e 2006, e reduzido ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário.

O imobilizado é registrado pelos custos das imobilizações em andamento e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos CPC 27 (IAS 16), descrita na nota explicativa nº 10, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de terrenos e edificações, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As baixas, quando existentes, são registradas na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável dos ativos de longa maturação

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias internas e externas. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e as expectativas do ativo em suas datas originais.

A Companhia efetua o cálculo do valor presente principalmente sobre os saldos de incentivos fiscais representados pelo FOMENTAR, CEI, PRODUZIR e Bolsa Garantia. Os efeitos desse cálculo e das respectivas reversões são registrados no resultado do exercício, na mesma conta que originou o ajuste a valor presente.

Para as demais contas, os efeitos do ajuste a valor presente não são relevantes.

2.10. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.10.1. Impostos correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

2.10.2. Impostos diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

2.11. Benefícios a empregados

A Companhia possui plano de benefício a empregados incluindo plano de previdência privada, assistências médica e odontológica e participação nos lucros. As características dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontram-se descritas na nota explicativa nº 26.

Com relação ao benefício pós-emprego mencionado na nota explicativa nº 26, o cálculo atuarial para a determinação do passivo relativo ao benefício é realizado com base no método do crédito unitário projetado com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A política adotada pela Companhia para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais prevê a contabilização na rubrica “Outros resultados abrangentes” em subconta do patrimônio líquido. A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos.

2.12. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

2.13. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental da Companhia.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.14. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização, de acordo com o CPC 20 (R1).

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14.1. Securitização de recebíveis

Por meio de sua controlada, Intergrain Company S.A., a Companhia realiza operação de securitização de recebíveis, a qual consiste em uma transação financeira na qual a empresa originadora ("Intergrain Company S.A.") dos títulos de recebíveis, transfere seus direitos creditórios para outra empresa, esta denominada de securitizadora. A empresa securitizadora adquirirá os títulos de recebíveis da originadora e, tendo-os por lastro, emitirá títulos e valores mobiliários, que serão ofertados publicamente, privados ("Private Placement") ou através de empréstimos no mercado de capitais. Com os recursos obtidos por meio dessa oferta pública de títulos e valores mobiliários, a securitizadora pagará a originadora pelos créditos a ela cedidos.

A Companhia faz o desreconhecimento do ativo financeiro (títulos de recebíveis) à luz do CPC 48 / IFRS 9 e, portanto, só o faz quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, momento este marcado pela transferência do fluxo de caixa pelo devedor a securitizadora, uma vez que o risco e benefício do ativo financeiro é mantido contratualmente pela Companhia.

2.15. Subvenção governamental

Representada substancialmente pelo deságio obtido nas liquidações antecipadas do FOMENTAR, do CEI e do PRODUIR e benefícios diretos dos Créditos Outorgados - GO e PRODEIC - MT, o qual é lançado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica “Deduções de vendas”, considerando que o benefício está diretamente relacionado ao ICMS sobre vendas.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos exercícios subsequentes.

2.16. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração realizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos e estimativas relevantes

Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

Provisão para realização e obsolescência dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. A provisão para obsolescência é constituída com base na análise individual da idade dos itens em estoque e a probabilidade de seu uso futuro.

Provisão para perdas estimadas com instrumentos financeiros

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e de ajustes a valor justo e leva em consideração uma expectativa de inadimplência que pode ser ou não confirmada.

Provisão para riscos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.17. Lucro básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação.

2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

2.19. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Companhia durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20. CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes

A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes.

A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas:

- A Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade das mercadorias.
- A Sociedade não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as mercadorias vendidas.
- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado.
- For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Sociedade.
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados.

A receita proveniente da venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade/ controle é transferida. Os fretes sobre vendas são registrados como custo do produto vendido.

O pronunciamento técnico traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio do controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.21. CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurados pelo seu valor justo, o qual é correspondente ao valor da transação. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos a valor justo.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial os ativos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação inicial dos ativos financeiros não é alterada a não ser que ocorram mudanças no modelo de negócio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava somente ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos) e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (demais ativos financeiros).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos) ou mensurados ao custo amortizado (demais passivos financeiros).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O modelo de negócio da Companhia consiste em receber exclusivamente os instrumentos de dívida (recebíveis e aplicações) os fluxos de caixa contratuais sem a venda de carteira e/ou antecipações

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados ao VJR. Isso inclui todos os ativos e passivos financeiros derivativos.

Para fins da avaliação como custo amortizado, o “principal” é definido como valor justo do ativo e passivo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou são liquidados. As principais classes de ativos e passivos financeiros são:

a) Caixa e equivalentes de caixa e depósito bancário em moeda estrangeira

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, depósitos bancários em moeda estrangeira e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e da respectiva variação monetária até as datas de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias na data de aquisição ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

Referem-se a saldos bancários cuja utilização é temporariamente restrita devido a acordos de garantia de recebíveis com instituições financeiras. Esses saldos restritos possuem prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e não possuem liquidez imediata.

c) Contas a receber

Registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, e ajustadas a valor presente, quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito estimadas.

d) Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

A Companhia possui vários instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa nº 21 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Passivos financeiros

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando o passivo financeiro é mantido para negociação ou quando designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em lucros e perdas. Os ganhos ou perdas líquidas reconhecidas em lucros e perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme a nota explicativa nº 21.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.22. ICPC 22/IFRIC 23 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

2.23. Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS E EMITIDAS

a) CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

- Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

• Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

b) CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e saldos bancários	78.511	29.294	78.511	29.294
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	508.334	2.221.766	508.334	2.221.766
Depósito bancário em moeda estrangeira (b)	-	-	359.974	417.352
Câmbio liberado (c)	141.646	-	141.646	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>728.491</u>	<u>2.251.060</u>	<u>1.088.465</u>	<u>2.668.412</u>

- (a) As aplicações financeiras realizadas em moeda local (R\$), referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas que variam em 31 de dezembro de 2023 de 100% a 104% (31 de dezembro de 2022 de 100% a 104%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. Essas aplicações são mantidas com vistas para atender compromissos de curto prazo e imediatamente conversíveis em caixa, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

- (b) Refere-se a depósitos no exterior destinados à liquidação de obrigações de curto prazo e de liquidez imediata, em 31 de dezembro de 2023, equivalentes a US\$74.355 e 31 de dezembro de 2022, equivalentes a US\$79.988.
- (c) Câmbio liberado refere-se a recursos disponíveis em Dólares Norte-americanos não remunerado, que em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$141.646, equivalentes a US\$29.258 mil, proveniente de contrato de empréstimo externo em moeda estrangeira, captado junto ao Banco do Brasil, cujas liberações foram efetuadas em janeiro de 2024.

b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos de capitalização - curto prazo (a)	3.968	1.515	3.968	1.515
Títulos de capitalização – não circulante (a)	-	2.738	-	2.738
Total de aplicações financeiras	<u>3.968</u>	<u>4.253</u>	<u>3.968</u>	<u>4.253</u>

- (a) Refere-se a Títulos de capitalização mantidos junto ao Banco da Amazônia para operações de crédito.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Biodiesel	84.261	157.827	84.261	157.827
Farináceos	20.047	21.506	20.047	21.506
Farelo de soja	14.110	64.122	150.089	216.560
Óleo de soja refinado	-	22.085	-	22.085
Glicerina	9.147	11.331	10.583	11.751
Óleo de canola	10.706	4.080	10.706	4.080
Lecitina	11.298	11.849	42.550	33.355
Produtos mix	3.784	11.023	3.784	11.023
Óleo de soja bruto	7.505	-	29.778	17.803
Serviços de transporte e armazenagem	3.665	913	3.665	913
Soja em grãos	690	-	2.830	3.421
Milho em grãos	-	-	19.474	68.632
Outros produtos	<u>13.909</u>	<u>23.482</u>	<u>13.909</u>	<u>23.482</u>
	179.122	328.218	391.676	592.438
Provisão para perdas de crédito estimadas	<u>(8.988)</u>	<u>(7.370)</u>	<u>(8.988)</u>	<u>(7.370)</u>
Total	<u>170.134</u>	<u>320.848</u>	<u>382.688</u>	<u>582.068</u>
Circulante	170.134	317.848	382.688	582.068
Não circulante	-	3.000	-	3.000

O saldo de contas a receber pode ser segregado por mercado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	178.261	326.384	178.261	326.384
Mercado externo	861	1.834	213.415	266.054
Total	<u>179.122</u>	<u>328.218</u>	<u>391.676</u>	<u>592.438</u>

Em 31 de dezembro de 2023, do saldo de contas a receber, R\$84.261, referente a vendas Biodiesel para diversas distribuidoras, principais: Vibra Energia S.A., montante de R\$32.896, Raizen S.A., montante de R\$20.150, Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., montante de R\$18.673, Petrobahia S.A., montante de R\$5.186 e para a Larco Comercial S.A. o montante de R\$3.743 e (R\$157.827 em 31 de dezembro de 2022, para diversas distribuidoras, principais: Vibra Energia S.A., o montante de R\$36.794, Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., o montante de R\$26.957, Raizen S.A., o montante de R\$24.312 e para a Petróleo Sabba S.A. o montante de R\$4.504). Nenhum outro cliente representa mais de 10% do saldo total de contas a receber da carteira de clientes. Devido ao novo sistema de comercialização de Biodiesel a partir de janeiro de 2022, não é vendido diretamente para a Petrobrás S.A. e sim através de mercado livre, negociado com distribuidoras de combustíveis.

O saldo de contas a receber com partes relacionadas está apresentado na nota explicativa nº 20.a e consiste substancialmente em transações com a controlada Intergrain Company S.A. no montante de R\$456.077 (R\$623.939 em 31 de dezembro de 2022) decorrente principalmente das vendas de farelo de soja, lecitina e milho em grãos, na controladora.

O saldo de contas a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer:				
De 1 a 30 dias	138.903	244.256	254.450	407.251
De 31 a 60 dias	15.193	60.432	21.676	65.290
De 61 a 90 dias	4.486	4.254	5.443	14.569
Mais de 91 dias	771	3.000	10.225	32.500
Total a vencer	<u>159.353</u>	<u>311.942</u>	<u>291.794</u>	<u>519.610</u>
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.271	8.672	70.700	46.994
De 31 a 60 dias	556	125	5.875	1.252
De 61 a 90 dias	919	103	6.002	442
De 91 a 120 dias	1.035	6	8.318	16.770
De 121 a 180 dias	577	44	577	44
Mais de 181 dias	8.411	7.326	8.410	7.326
Total vencido	<u>19.769</u>	<u>16.276</u>	<u>99.882</u>	<u>72.828</u>
Total geral	<u>179.122</u>	<u>328.218</u>	<u>391.676</u>	<u>592.438</u>

Para determinar a recuperação das contas a receber, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente na data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. Ao excluir o montante a receber da Petrobras, a concentração do risco de crédito é limitada considerando que a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

Para o cálculo da provisão para perdas de créditos estimadas, a Companhia avalia, com base em experiências anteriores de inadimplência e análise da situação financeira atual de cada devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a matriz de provisão não foi agravada pelo fato de não produzir impacto significativo no risco de crédito da sua carteira.

A movimentação da provisão para perdas de créditos estimadas é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(7.370)	(7.707)
Adições	(2.192)	(804)
Reversão	574	1.141
Saldo final	<u>(8.988)</u>	<u>(7.370)</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui contas a receber dadas em garantia de empréstimos e financiamentos.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
a) Estoques:				
Matérias-primas	494.857	429.299	494.857	429.299
Produtos acabados	409.149	653.808	409.149	653.808
Mercadorias para revenda	18.906	19.820	125.158	189.344
Material de embalagem	11.265	8.776	11.265	8.776
Material de manutenção e insumos	72.991	64.217	72.990	64.217
Provisão para perdas	(4.910)	(622)	(4.910)	(622)
Subtotal de estoques	<u>1.002.258</u>	<u>1.175.298</u>	<u>1.108.509</u>	<u>1.344.822</u>
b) Adiantamentos a fornecedores:				
Adiantamentos a produtores	110.003	63.297	110.003	63.297
Compras antecipadas	8	8	8	8
Adiantamento de fretes	818	1.599	818	1.599
Insumos e outros	52.898	68.900	52.898	68.900
Provisão para perdas	(5.066)	(1.255)	(5.066)	(1.255)
Subtotal de adiantamentos a fornecedores	<u>158.661</u>	<u>132.549</u>	<u>158.661</u>	<u>132.549</u>
Circulante	158.661	128.843	158.661	128.843
Não circulante	-	3.706	-	3.706

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia estoques dados como garantia de passivos.

A movimentação da provisão para perdas, relativa aos adiantamentos a produtores e perdas com estoques, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(1.877)	(6.243)
Adições	(8.160)	(168)
Baixas/reversão	61	4.534
Saldo final	<u>(9.976)</u>	<u>(1.877)</u>

O saldo de adiantamento a fornecedores está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>A vencer</u>				
De 1 a 30 dias	2.608	5.957	2.608	5.957
De 31 a 60 dias	7.726	2.907	7.726	2.907
De 61 a 90 dias	86.848	95.645	86.848	95.645
De 91 a 120 dias	3.080	22.389	3.080	22.389
Mais de 121 dias	9.392	1.356	9.392	1.356
Total a vencer	<u>109.654</u>	<u>128.254</u>	<u>109.654</u>	<u>128.254</u>
<u>Vencidos</u>				
De 1 a 30 dias	16.567	313	16.567	313
De 31 a 60 dias	49	214	49	214
De 61 a 90 dias	11	58	11	58
De 91 a 120 dias	25.189	9	25.189	9
De 121 a 180 dias	3	-	3	-
Mais de 181 dias	8.804	4.956	8.804	4.956
Total vencido	<u>50.623</u>	<u>5.550</u>	<u>50.623</u>	<u>5.550</u>
Total geral	<u>160.277</u>	<u>133.804</u>	<u>160.277</u>	<u>133.804</u>
Circulante	160.277	130.098	160.277	128.843
Provisão para perdas	<u>(1.616)</u>	<u>(1.255)</u>	<u>(1.616)</u>	<u>(1.255)</u>
Total circulante, líquido	158.661	128.843	158.661	128.843
Não circulante	3.450	3.706	3.450	3.706
Provisão para perdas	<u>(3.450)</u>	<u>-</u>	<u>(3.450)</u>	<u>-</u>
Total geral, líquido	<u>158.661</u>	<u>132.549</u>	<u>158.661</u>	<u>132.549</u>

Os estoques de “commodities”, substancialmente representados por soja em grãos e seus derivados, totalizavam R\$445.074 e R\$154.356, respectivamente (R\$259.881 e R\$277.043 em 31 de dezembro de 2022), semente de milho e girassol em grãos, totalizavam R\$65.289 e R\$83.157, respectivamente (R\$122.355 e R\$ 51.522 em 31 de dezembro de 2022), apresentados nas rubricas “Matérias-primas” e “Produtos acabados”, são ajustados ao seu valor justo deduzidos dos custos de vendas. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos estoques são lançados diretamente no resultado, na rubrica “Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos”, e representam aproximadamente uma perda de R\$150.775 em 31 de dezembro de 2023, sendo perda de R\$119.751 referente a matéria-prima e perda de R\$31.024 referente aos produtos acabados (R\$34.165 de perda em 31 de dezembro de 2022, sendo perda de R\$ 30.937 referente a matéria-prima e perda de R\$ 3.228 referente aos produtos acabados).

Os adiantamentos a produtores referem-se a recursos entregues aos produtores rurais antes do plantio e são quitados por ocasião da entrega dos grãos, que ocorrerá entre janeiro e maio do período imediatamente seguinte àquele em que estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a cotação dos grãos nas datas efetivas de entrega, atualizados até a data-base de 31 de dezembro de 2023. Essas operações estão sujeitas a encargos financeiros, equivalentes a juros simples de 0,5% a 0,84% ao mês ou juros compostos de 1,25% a 1,85% ao mês, em conformidade com as condições acordadas com o fornecedor. Os custos com os juros atualizados dos contratos são lançados diretamente para resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

As operações relacionadas a adiantamentos e sementes entregues aos produtores, descritas anteriormente, possuem garantias reais, representadas por Cédula do Produtor Rural (CPR) com os respectivos penhores em primeiro grau da safra a ser colhida e hipoteca de imóveis dos produtores, devidamente registrados em cartórios de registros de imóveis.

A Companhia constituiu a provisão para perdas estimadas dos adiantamentos que não possuem as garantias reais acima mencionadas.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar	13.215	11.045
PIS e COFINS - não cumulatividade (a)	90.728	114.479
IRPJ e CSLL antecipado (b)	48	84
IRRF aplicações financeiras (b)	-	8.889
Outros impostos a recuperar	915	3.959
Total circulante	104.906	138.456

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar	17.434	15.210
PIS e COFINS - não cumulatividade (a)	390.083	459.918
ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (a.1)	68.136	68.136
Crédito presumido de IPI (Pis/Cofins s/Export.) (a.2)	755	25.841
IRPJ e CSLL antecipado (b)	41.206	70.137
IRRF aplicações financeiras (b)	41.879	-
Outros impostos a recuperar	14.540	10.948
Total não circulante	574.033	650.190
Total	678.939	788.646

- (a) PIS e COFINS - não cumulatividade refere-se a i) R\$105.726 em 31 de dezembro de 2023 (R\$101.770 em 31 de dezembro de 2022), aos créditos básicos provenientes das compras de insumos com alíquota de 9,25% conforme previsto no art. 3º. da Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e art. 3º. da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003; ii) R\$238.834 em 31 de dezembro de 2023 (R\$337.923 em 31 de dezembro de 2022), aos créditos presumidos estabelecido pelo art. 31 da Lei 12865 de 9 de outubro de 2013, sobre as vendas de óleo de soja, farelo de soja, lecitina e biodiesel; iii) créditos básicos vinculados às operações do mercado interno não tributado, Lei 11.033 de 2004, R\$40.071 em 31 de dezembro de 2023 (R\$14.145 em 31 de dezembro de 2022); iv) créditos presumidos de PIS e COFINS vinculados às operações de farelo de soja, Lei 12.350 de 2010, R\$6.104 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.108 em 31 de dezembro de 2022); v) créditos referente retenção órgãos públicos, Lei 9.430 de 1996, R\$1.902 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.688 em 31 de dezembro de 2022); vi) créditos presumido referente às vendas de óleo de soja, farelo de soja, lecitina e biodiesel Lei nº 12.865 de 2013 ainda não realizados pedidos de ressarcimento R\$42.415 em 31 de dezembro de 2023 (R\$51.825 em 31 de dezembro de 2022) e demais créditos de PIS e COFINS R\$31.046 em 31 de dezembro de 2023 (R\$59.937 em 31 de dezembro de 2022).

(a.1) Crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS

Em 14 de maio de 2019 a Companhia teve sua ação relacionada ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS transitada em julgado. Esta ação transitada em julgado não determinou se a base de cálculo seria o ICMS destacado nas notas fiscais a ser excluído ou o ICMS efetivamente recolhido em dinheiro. Como consequência, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu contabilmente o montante de R\$19.010 de PIS e COFINS sobre a metodologia do ICMS efetivamente pago, embasada na avaliação dos seus assessores jurídicos.

Em maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Embargos de Declaração nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706, manifestando-se que o valor do ICMS que deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é aquele destacado nas notas fiscais. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não reconheceu crédito (R\$579 em 31 de dezembro de 2022) referente a diferença remanescente entre o crédito de PIS e COFINS calculado sobre o valor do ICMS destacado e o crédito de PIS e COFINS calculado sobre o valor do ICMS efetivamente pago, totalizando o montante reconhecido de R\$68.136 em 31 de dezembro de 2023 (R\$68.136 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia, em sua ação individual, optou pelo procedimento de liquidação de sentença, fato que resultará em perícias documentais e contraditório para obtenção de ressarcimento dos créditos.

Adicionalmente, a Companhia possui créditos relacionados a pauta fiscal os quais são classificados como risco possível de ganho pelos assessores jurídicos da Companhia, devido principalmente a ausência de jurisprudência, e desta forma foram determinados como ativo contingente tendo em vista ser possível que as autoridades fiscais adotem posições restritivas no que se refere a metodologia de cálculo do crédito de PIS e COFINS.

O montante total dos créditos não reconhecidos em 31 de dezembro de 2023, incluindo suas respectivas atualizações monetárias, é de aproximadamente R\$212.217 (R\$196.530 em 31 de dezembro de 2022) e será reconhecido quando a incontroversa for praticamente certa.

(a.2) Crédito presumido de IPI (Pis / Cofins s/Exportações)

A Companhia entrou com processo administrativo com o objetivo de garantir a tomada do referido crédito. Após a tramitação e sem obter êxito a Companhia entrou com Manifesto de Inconformidade em dezembro de 2000, maio de 2003, maio de 2005 e fevereiro de 2006 totalizando o montante de R\$25.841. R\$755 em 31 de dezembro de 2023 e (R\$25.841 em 31 de dezembro de 2022). Estes Manifestos foram discutidos administrativamente pela RFB e obtivemos êxito em março de 2022 autorizando a compensação de ofício. E em abril de 2023 a RFB ressarciu através de depósito à vista o montante de R\$25.086. A Companhia continua aguardando o ressarcimento do saldo remanescente no valor de R\$755.

A Administração da Companhia é de opinião de que a totalidade desses créditos tributários de PIS e COFINS serão:

- (i) Parcialmente utilizados para compensar os impostos a pagar referente a PIS e COFINS - não cumulatividade e/ou tributos federais, gerados pelas vendas realizadas e a realizar até o fim do próximo exercício, tendo, portanto, classificado parte desses ativos no circulante.

Estes créditos tributários de PIS e COFINS podem ser ressarcidos em conformidade com procedimento específico estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil de acordo com a Lei nº 12.865 de 2013, a partir de 10 de outubro de 2013. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 210 pedidos (224 em 31 de dezembro de 2022), de ressarcimento com o valor de R\$396.675 (R\$466.433 em 31 de dezembro de 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia compensou administrativamente o montante de R\$113.300 (e em 31 de dezembro de 2022 R\$134.084), via PER/DCOMP, referente a impostos e contribuições devidas.

- (ii) Com a entrada em vigor da Lei nº. 13.670 de 2018, regulamentada pela IN nº. 1.810 de 2018, os créditos tributários (PIS/COFINS) gerados a partir de agosto de 2019 estão sendo compensados com débitos previdenciários (Funrural e folha de pagamento) gerados mensalmente. Com isso os novos saldos de créditos de PIS/COFINS objeto de pedidos de ressarcimento serão utilizados também para compensações de débitos previdenciários e/ou outros administrados pela RFB.

- (b) O saldo refere-se substancialmente a antecipações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro tributável apurado em anos anteriores e no decorrer do período e imposto de renda sobre aplicações financeiras. A expectativa da Administração da Companhia é de que esse montante será compensado com o imposto de renda e a contribuição social a serem apurados durante este e nos próximos exercícios e/ou com outros impostos e contribuições federais. Ademais, houve compensações no montante de R\$1.620 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e (R\$5.205 em 31 de dezembro de 2022).

Não houve modificações relevantes referentes a natureza e demais descrições dos saldos de impostos a recuperar conforme divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil, depósito à vista no montante de R\$337.036, atualizados pela taxa Selic e (em 2022, a Companhia não recebeu depósito à vista), oriundos de parte de pedidos de ressarcimento, principalmente de créditos de PIS/COFINS (R\$266.342), crédito básico de IPI (R\$25.103), saldo negativo de IRPJ/CSLL (R\$42.460) e outros créditos (R\$3.131).

Os saldos de impostos a recuperar são compostos de acordo com os seguintes anos de origem:

	31/12/2023				
	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF aplicações financeiras				
	PIS/COFINS		ICMS	Outros	Total
2010	555	-	-	-	555
2011	5.026	-	-	-	5.026
2012	9.805	-	-	-	9.805
2013	22.462	-	-	-	22.462
2014	25.402	-	-	-	25.402
2015	31.964	2.464	-	482	34.910
2016	39.158	25.294	-	1.050	65.502
2017	27.353	137	-	1.654	29.144
2018	32.368	8	-	1.683	34.059
2019	24.811	1.472	-	1.901	28.184
2020	5.259	1.645	1.801	1.629	10.334
2021	67.850	452	4.009	377	72.688
2022	53.282	9.735	16.648	3.411	83.076
2023	204.407	41.926	8.191	3.269	257.793
Total	549.702	83.133	30.649	15.456	678.940

31/12/2022

	PIS/COFINS	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF aplicações financeiras	ICMS	Outros	Total
2010	555	-	-	-	555
2011	5.026	-	-	-	5.026
2012	10.599	22.729	-	-	33.328
2013	40.986	329	-	-	41.315
2014	36.548	19.629	-	-	56.177
2015	43.622	2.444	-	482	46.548
2016	39.158	23.334	-	1.050	63.542
2017	27.353	125	-	1.654	29.132
2018	32.369	7	11	1.684	34.071
2019	27.549	1.331	3.309	1.901	34.090
2020	5.259	142	2.278	1.630	9.309
2021	107.502	68	4.009	377	111.956
2022	291.848	8.972	16.648	6.129	323.597
Total	<u>668.374</u>	<u>79.110</u>	<u>26.255</u>	<u>14.907</u>	<u>788.646</u>

Com base nos pedidos de recuperação e nas projeções de resultados futuros, a Companhia estima realizar os créditos de impostos a recuperar conforme a seguir:

	PIS/COFINS	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF	
		Utilização nas	
	Ressarcimento	operações/compensação	Total
2024	90.728	11.626	102.354
2025	118.512	21.142	139.654
2026	55.037	31.702	86.739
2027 em diante	<u>285.425</u>	<u>18.663</u>	<u>304.088</u>
Total	<u>549.702</u>	<u>83.133</u>	<u>632.835</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	30/12/2022	31/12/2023	30/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	284.438	383.643	284.758	383.643
Cálculo do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota combinada vigente - 34%	(96.709)	(130.438)	(96.818)	(130.438)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial – controlada no exterior	32.907	32.078	-	-
Resultado de equivalência patrimonial – controladas em conjunto	10.639	8.078	10.639	8.078
Variação cambial de investimento no exterior (1)	(3.125)	(1.918)	(3.125)	(1.918)
Juros sobre capital próprio	15.300	15.300	15.300	15.300
Constituição/(Reversão) IR/CS diferidos sobre resultado (prejuízo) – controlada no exterior	(32.907)	(32.078)	-	-
Benefícios fiscais - FOMENTAR, CEI e PRODUIR (Líquido)	64.247	12.079	64.247	12.079
Benefícios fiscais - PRODEIC-MT, Crédito Outorgado ICMS-GO e ICMS redução e isenção base de cálculo	86.970	115.160	86.970	115.160
Imposto de renda e contribuição social diferidos, não reconhecido (2)	(129.490)	(36.251)	(129.701)	(36.251)
Outras diferenças permanentes, líquidas	7.587	(16.909)	7.587	(16.909)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(44.581)	(34.899)	(44.901)	(34.899)
Composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(135)	(24.858)	(455)	(24.858)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(44.446)	(10.041)	(44.446)	(10.041)

- (1) O efeito do resultado de equivalência patrimonial na Controladora contempla o valor negativo de R\$3.181 (negativo de R\$ 1.918 em 31 de dezembro de 2022) referente à variação cambial de investida Intergrain no exterior para fins fiscais, conforme valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (2) A Companhia revisou sua projeção de lucros tributáveis futuros e reconheceu o ativo fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos até o limite da compensação tendo em vista a expectativa de realização futura desses créditos.

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, aprovada pela Administração, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente tributáveis e dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional até o limite de realização com base nas projeções de resultados tributáveis futuros. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia e está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Créditos fiscais</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (a)	106.943	90.441
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e para perdas de adiantamentos a produtores	4.779	2.933
Provisão para resultado não realizado-lucro nos estoques	2.004	24.003
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	126	126
Provisão para perda de créditos contingentes	9.427	9.427
Provisão para benefício pós-emprego	2.012	2.051
Provisão para possível não realização impostos	9.860	5.852
Provisão para ajuste de estoque a valor de mercado	55.212	16.358
Ajuste de contratos garantia preços ao produtor e contratos de vendas	29.980	63.861
Provisão para ajuste de contratos futuros - CBOT	-	31.551
Provisão para possível não realização crédito (CONAB)	4.429	4.429
Outras provisões	4.273	4.633
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos	<u>229.045</u>	<u>255.665</u>
<u>Débitos fiscais</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Ajuste a valor presente - FOMENTAR, PRODUZIR, CEI e Bolsa Garantia	(21.413)	(47.323)
Provisão para ajuste de estoque a valor de mercado	(8.518)	(7.106)
Variação líquida não realizada de "forward" e "swap"	(24.271)	(12.925)
Provisão para ajuste de obrigações com fornecedor-MP	(15.295)	(1.019)
Provisão para ajuste de contratos futuros - CBOT	(12.268)	-
Ajuste de contratos garantia preços ao produtor e contrato de vendas	(9.732)	(4.242)
Ganhos/perdas atuariais de planos de benefício pós-emprego	425	(35)
Reserva de reavaliação	(17.845)	(18.497)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativo imobilizado	(27.861)	(28.265)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivos	<u>(136.778)</u>	<u>(119.412)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo ou (passivo) líquido	<u>92.267</u>	<u>136.253</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o saldo líquido de provisões constituídas, no montante de R\$314.538 em prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (R\$266.003 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais se encontram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$658.331 em prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras, podendo ser constituído a medida que as perspectivas futuras de lucros tributáveis suportem tal realização.

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e as projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração, portanto, são dependentes de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Companhia estima realizar os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme a seguir:

	<u>31/12/2023</u> Controladora e Consolidado
2024	11.626
2025	21.142
2026	31.702
2027	35.752
2028	38.912
2029	36.553
2030	11.625
2031	11.625
2032	11.625
2033 em diante	<u>18.483</u>
Total	<u><u>229.045</u></u>

A abertura, por ano, do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos a ser realizado, foi determinada pela Administração da Companhia utilizando-se de projeções de resultados para os próximos exercícios e avaliando-se, de maneira uniforme, a efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas desses lucros tributáveis futuros.

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e as projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração; portanto, são dependentes de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças.

9. INVESTIMENTOS

	<u>Participação total - %</u>
<u>Investimentos em controlada</u>	
Intergrain Company S.A.	100,00
<u>Investimentos em controlada em conjunto</u>	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	50,00
Terminal São Simão S.A.	49,00

A seguir, um resumo dos balanços patrimoniais e demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, da controlada e controlada em conjunto.

	Quantidade de cotas/ações		Capital social		Participação no capital social %		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Controlada(a):										
Intergrain Company S.A. (a)	10.595.180	10.595.180	51.294	55.282	100%	100%	160.189	246.072	32.083	164.945
Controlada em conjunto:										
Terminal XXXIX de Santos S.A.	14.200.000	14.200.000	72.000	50.000	50%	50%	116.403	100.852	65.305	46.300
Terminal São Simão S.A. (b)	93.442.101	93.442.101	48.503	73.503	49%	49%	45.810	74.473	(2.779)	1.240

(a) Valor referente a US\$10.595 mil.

O resultado do exercício da Intergrain contempla o valor negativo de R\$9.357 referente a variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada (R\$5.641 negativo em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado abaixo:

Resultado Intergrain - Investimento no exterior	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de equivalência patrimonial controlada - antes dos efeitos da variação cambial	32.083	164.945
Ajuste equivalência patrimonial sobre resultado realizado e não realizado – lucro nos estoques	64.703	(70.598)
Resultado de equivalência patrimonial controlada - efeitos da variação cambial	(9.190)	(5.641)
Resultado de equivalência patrimonial controlada total	<u>87.596</u>	<u>88.706</u>

A Companhia efetua consolidação das demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company S.A. (100% de participação) e realiza cálculo de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A. (50% de participação) e Terminal São Simão S.A. (49% de participação), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 19 (R2).

	Terminal XXXIX	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Ativo	143.262	124.209
Passivo	(113.970)	(38.249)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	326.408	309.950
Passivo	(239.298)	(295.058)
Patrimônio líquido	116.402	100.852
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	261.827	195.940
Custo das vendas	(107.952)	(85.958)
Lucro bruto	153.875	109.982
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(29.251)	(16.347)
Resultado financeiro	(26.716)	(23.954)
Imposto de renda e contribuição social	(32.603)	(23.381)
Resultado do exercício	65.305	46.300
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Intergrain</u>		
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Ativo	765.888	953.923
Passivo	(608.990)	(656.925)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	167.895	212.132
Passivo	(164.604)	(263.057)
Patrimônio líquido	160.189	246.073
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	3.197.012	3.285.953
Custo das vendas	(3.075.571)	(3.074.998)
Lucro (prejuízo) bruto	121.441	210.955
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(77.832)	(46.010)
Resultado financeiro	(11.207)	-
Imposto de renda e contribuição social	(319)	-
Subtotal	32.083	164.945
Variações cambiais - Investimento no exterior	(9.190)	(5.641)
Resultado do exercício	22.893	159.304

	Terminal São Simão	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Ativo	21.101	16.434
Passivo	(13.452)	(9.590)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	90.462	92.968
Passivo	(52.301)	(25.339)
Patrimônio líquido	45.810	74.473
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	17.411	18.799
Custo das vendas	(18.192)	(17.911)
Lucro (prejuízo) bruto	(781)	888
Despesas operacionais, líquidas	(40)	691
Resultado financeiro	(3.432)	137
Imposto de renda e contribuição social	1.474	(476)
Resultado do exercício	(2.779)	1.240

O saldo de investimentos em controladas e controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2023 de 2022:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos em controladas	154.294	175.474
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - controladas em conjunto	80.645	86.914
Subtotal	234.939	262.388
Outros investimentos (i)	470	470
Total	235.409	262.858
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Consolidado</u>		
Investimentos - controladas em conjunto	80.645	86.914
Outros investimentos (i)	470	470
Total	81.115	87.384

- (i) Refere-se principalmente a investimento na Cebragel (participação de 24%) - Companhia de Armazéns Cerrado do Brasil, não consolidado.

Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto em exercícios comparativos:

Investimentos	Saldo inicial 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos (ii)	Investimento TSS (iii)	Ajuste Exercício Anterior(iv)	Saldo final 31/12/2023
Em controlada:						
Intergrain Company S.A.	175.474	87.596	(105.220)	-	(3.557)	154.294
Em controlada em conjunto:						
Terminal XXXIX de Santos S.A.	50.426	32.653	(24.877)	-	-	58.202
Terminal São Simão S.A. (i)	36.488	(1.362)	(433)	(12.250)	-	22.443
Outros investimentos	470	-	-	-	-	470
Total	262.858	118.887	(130.530)	(12.250)	(3.557)	235.409

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o resultado de equivalência patrimonial da Intergrain contempla o valor negativo de R\$9.190 referente às variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada, resultado não realizado (lucro nos estoques) referente a compra adquirida da Controladora no valor de R\$68.722 e realização no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do resultado nos estoques referente a 2022 e até o 4º. Trimestre de 2023 no montante de R\$133.425, totalizando o resultado realizado de lucro nos estoques no montante de R\$64.703.
- (ii) Em março de 2023, houve pagamento referente a distribuição de lucros acumulados da Controlada Intergrain, da qual a Companhia recebeu R\$105.220 referente a distribuição do saldo remanescente do exercício de 2017 e parte do saldo do exercício de 2018. E em maio de 2023, houve destinação complementar referente a distribuição de dividendos da Controlada em conjunto Terminal São Simão S.A., no valor de R\$433, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em dezembro de 2023, houve pagamento referente a distribuição de lucros acumulados da Controlada em conjunto Terminal XXXIX S.A, no valor de R\$11.000 e destinação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$13.877, referente ao ano de 2023.
- (iii) Em maio de 2023, houve devolução de parte do Capital aos acionistas do Terminal São Simão, no montante de R\$25.000, sendo que para a Caramuru, na proporção da participação no Capital 49%, no montante de R\$12.250, conforme A.G.E., realizada em 24 de fevereiro de 2023.
- (iv) Ajuste imaterial de exercício anterior, referente correção de resultado de contratos futuros de prêmios Paranaguá.

Investimentos	Saldo final 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos (iii)	Provisão passivo a descoberto	Investiment o TSS (ii)	Saldo final 31/12/2022
Em controlada:						
Intergrain Company S.A.	86.768	88.706	-	-	-	175.474
Em controlada em conjunto:						
Terminal XXXIX de Santos S.A.	31.276	23.150	(4.000)	-	-	50.426
Terminal São Simão S.A.	38.413	608	(329)	-	(2.204)	36.488
Outros investimentos	470	-	-	-	-	470
Total	156.927	112.464	(4.329)	-	(2.204)	262.858

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de equivalência patrimonial da Intergrain contempla o valor negativo de R\$5.641 referente às variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada e resultado não realizado (lucro nos estoques) referente a compra adquirida da Controladora no valor de R\$70.598.
- (ii) Em fevereiro e março de 2023, houve integralização de capital no montante de R\$7.596, referente a 49% (participação da Caramuru), na investida Terminal São Simão S.A. Adicionalmente, em dezembro de 2022, houve devolução de parte do Capital aos acionistas, no montante de R\$20.000, sendo que para a Caramuru, na proporção da participação no Capital 49%, no montante de R\$9.800, conforme A.G.E. realizada em 31 de dezembro de 2022, resultando no efeito líquido de R\$2.204.
- (iii) Em junho de 2022, houve destinação referente a distribuição de dividendos da Controlada em conjunto, da qual a Companhia recebeu R\$184 a título de dividendos referente a distribuição do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. E em dezembro de 2022, houve destinação referente a distribuição de dividendos no montante de R\$145. E para a Controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A. houve destinação referente a distribuição de lucros acumulados até o ano de 2021, no montante de R\$4.000, conforme A.G.E. em 22 de dezembro de 2022.

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIREITO DE USO

a) Composição do ativo imobilizado

	Taxa média anual	Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022
	de depreciação - %		
Valores contábeis - saldo residual líquido:			
Terrenos	-	72.192	55.192
Edifícios e construções	2,39	330.190	288.460
Máquinas e equipamentos	5,52	510.763	385.207
Instalações	6,20	85.481	79.095
Móveis e utensílios	6,09	8.187	7.342
Veículos	13,61	19.518	11.491
Equipamentos de informática	19,82	5.773	5.104
Benfeitorias	4,05	14.695	16.108
Outros	8,25	28.966	24.030
Imobilizado em andamento	-	234.151	239.652
		<u>1.309.916</u>	<u>1.111.681</u>

	Taxa média anual	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
	de depreciação - %		
Valores contábeis - saldo residual líquido:			
Terrenos	-	72.192	55.192
Edifícios e construções	2,39	330.190	288.460
Máquinas e equipamentos	5,52	510.763	385.207
Instalações	6,20	85.481	79.095
Móveis e utensílios	6,09	8.187	7.342
Veículos	13,61	19.518	11.491
Equipamentos de informática	19,82	5.845	5.104
Benfeitorias	4,05	14.695	16.108
Outros	8,25	28.966	24.030
Imobilizado em andamento	-	234.151	239.652
		<u>1.309.988</u>	<u>1.111.681</u>

b) Composição do ativo intangível

	Taxa média anual de amortização - %	Controlada e Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Softwares	19,58	3.802	4.572
Outorga Porto Santana-AP	4	5.887	5.636
		<u>9.689</u>	<u>10.208</u>

c) Composição bens de direito de uso

	Taxa média de amortização %	Controladora e consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos de direito de uso Unidade Sorriso-MT(1)	20	21.998	30.254
Ativos de direito de uso Porto Santana-AP(2)	4	21.872	22.341
Ativos de direito de uso – terra para cultivo florestas de eucalipto (3)	7	6.286	-
		<u>50.156</u>	<u>52.595</u>

- (1) Referem-se à aluguel (arrendamento), direito de uso (parcial) da Unidade de Sorriso-MT, com vencimento previsto para maio de 2026.
- (2) Referem-se ao direito de uso da Unidade do Porto de Santana, localizado no Estado do Amapá, com vencimento previsto para junho de 2047.
- (3) Refere-se a direito de uso de terra nua para plantio e cultivo de floresta de eucalipto, localizada no município de Itumbiara, Estado de Goiás, com pagamento semestral a partir de janeiro de 2024, com vencimento previsto para outubro de 2038.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, reconheceu R\$10.016 de depreciação/amortização de arrendamento (R\$9.064 em 31 de dezembro de 2022).

Controladora – 31/12/2023														
Custo	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Obras em andamento	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.192	386.382	749.160	154.978	13.796	21.237	20.149	21.620	31.998	53.028	239.655	1.747.195	86.851	1.834.046
Adições	17.000	217	10.062	1.399	1.573	41	1.747	528	54	3.166	229.131	264.918	7.577	272.495
Baixas	-	(118)	(2.189)	(14)	(171)	(2.882)	(11)	-	(50)	(298)	(212)	(5.945)	-	(5.945)
Transferências	-	51.087	151.198	13.552	52	11.938	708	683	131	5.074	(234.423)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	72.192	437.568	908.231	169.915	15.250	30.334	22.593	22.831	32.133	60.970	234.151	2.006.168	94.428	2.100.596
Depreciação														
			Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022			(97.924)	(363.952)	(75.883)	(6.452)	(9.746)	(15.046)	(11.413)	(15.892)	(28.996)	(625.304)	(34.256)	(659.560)
Despesas de depreciação e realização reserva de reavaliação			(8.325)	(35.275)	(8.552)	(722)	(3.254)	(1.783)	(1.729)	(1.566)	(3.248)	(64.454)	(10.016)	(74.470)
Baixas e alienações de ativos			19	1.756	3	111	2.184	9	-	20	229	4.331	-	4.331
Transferências			(7)	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização - custo atribuído			(1.141)	3	(9)	-	-	-	-	-	11	(1.136)	-	(1.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2023			(107.378)	397.468	(84.434)	(7.063)	(10.816)	(16.820)	(13.142)	(17.438)	(32.004)	(686.563)	(44.272)	(730.835)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022			288.458	385.208	79.095	7.344	11.491	5.103	10.208	16.106	24.032	1.121.891	52.595	1.174.484
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023			330.190	510.763	85.481	8.187	19.518	5.773	9.689	14.695	28.966	1.319.605	50.156	1.369.761
Consolidado – 31/12/2023														
Custo	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Obras em andamento	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.192	386.382	749.160	154.978	13.796	21.237	20.149	21.620	31.998	53.028	239.655	1.747.195	86.851	1.834.046
Adições	17.000	217	10.062	1.399	1.573	41	1.823	528	54	3.166	229.131	264.994	7.577	272.571
Baixas	-	(118)	(2.189)	(14)	(171)	(2.882)	(11)	-	(50)	(298)	(212)	(5.945)	-	(5.945)
Transferências	-	51.087	151.198	13.552	52	11.938	708	683	131	5.074	(234.423)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	72.192	437.568	908.231	169.915	15.250	30.334	22.669	22.831	32.133	60.970	234.151	2.006.244	94.428	2.100.672
Depreciação														
			Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022			(97.924)	(363.952)	(75.883)	(6.452)	(9.746)	(15.046)	(11.413)	(15.892)	(28.996)	(625.304)	(34.256)	(659.560)
Despesas de depreciação e realização reserva de reavaliação			(8.325)	(35.275)	(8.552)	(722)	(3.254)	(1.787)	(1.729)	(1.566)	(3.248)	(64.458)	(10.016)	(74.474)
Baixas e alienações de ativos			19	1.756	3	111	2.184	9	-	20	229	4.331	-	4.331
Transferências			(7)	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização - custo atribuído			(1.141)	3	(9)	-	-	-	-	-	11	(1.136)	-	(1.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2023			(107.378)	397.468	(84.434)	(7.063)	(10.816)	(16.824)	(13.142)	(17.438)	(32.004)	(686.567)	(44.272)	(730.839)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022			288.458	385.208	79.095	7.344	11.491	5.103	10.208	16.106	24.032	1.121.891	52.595	1.174.484
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023			330.190	510.763	85.481	8.187	19.518	5.845	9.689	14.695	28.966	1.319.677	50.156	1.369.833

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia investiu R\$272.495, Controladora e R\$272.571, Consolidado (R\$298.070 durante o exercício de 2022, Controladora e Consolidado) em ativos fixos, objetivando a ampliação da capacidade de armazenagem, modernização e ampliação do processo produtivo, ganhos de escala e otimização de seus processos administrativos.

Os principais investimentos realizados nos exercícios findos nas datas abaixo foram:

31 de dezembro de 2023

- a) Projeto da planta para produção SPC na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.
- b) Projeto da planta de destilação de Glicerina na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- c) Projeto substituição Turbina Geração Energia na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.
- d) Projeto da planta Etanol e Lecitina de Soja na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- e) Projeto ampliação Caldeira na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- f) Projeto ampliação esmagamento na unidade de Ipameri, no Estado de Goiás.

31 de dezembro de 2022

- a) Projeto da planta para produção SPC na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.
- b) Projeto da planta para produção de álcool e lecitina na unidade de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.
- c) Projeto construção armazém graneleiro na unidade de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.
- d) Projeto melhoria da planta de produção de Biodiesel da unidade de São Simão, no Estado de Goiás.
- e) Projeto interligação da planta ao Terminal São Simão na unidade de São Simão, no Estado de Goiás.
- f) Projeto (2ª fase) da planta de destilação de Glicerina na unidade de Ipameri, no Estado de Goiás.
- g) Projeto tratamento casca de soja na unidade de São Simão, no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo imobilizado inclui R\$134.429 (R\$137.536 em 31 de dezembro de 2022), correspondentes à mais-valia proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 1997, 2002 e 2006 e custo atribuído registrado em 2010, base 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixas de bens.

A depreciação e os valores decorrentes de baixa de bens reavaliados e o custo atribuído, debitados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, montam a R\$3.107 (R\$3.062 em 31 de dezembro de 2022).

A reserva de reavaliação e o custo atribuído constituídos, líquidos dos efeitos fiscais aplicáveis, são realizados a crédito de resultados acumulados no patrimônio líquido, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referidas reavaliações e custo atribuído, em 31 de dezembro de 2023, monta em R\$45.706 (R\$46.762 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e consolidado, classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas controladas optaram pela manutenção do saldo de reserva de reavaliação existente em 31 de dezembro de 2008 até a data da sua efetiva realização.

Em virtude de contratos de financiamento para investimentos em imobilizado e operações de pré-pagamento, em 31 de dezembro de 2023, R\$260.845 (R\$140.725 em 31 de dezembro de 2022) de bens do ativo imobilizado, líquido da depreciação acumulada e não reavaliados, encontram-se dados em garantia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custos dos Empréstimos, a Companhia capitalizou o montante de R\$37.150 (R\$10.977 em 31 de dezembro 2022) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 17) e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora e Consolidado							
				31/12/2023							
				Circulante			Não circulante				
Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	Vencimento final	Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Total do circulante	Mais que 1 ano e até 3 anos	Mais que 3 anos e até 5 anos	Mais que 5 anos	Total do não circulante	Total circulante e não circulante
Moeda estrangeira:											
Pré-pagamento (a)	US\$	9,29	Setembro/2026	30.975	79.881	110.856	367.939	-	-	367.939	478.795
NCE (b)	US\$	4,50	Janeiro/2026	13.746	-	13.746	24.207	-	-	24.207	37.953
Resolução 4131 (n)	US\$	4,70	Outubro/2026	-	158	158	6.745	26.980	107.921	141.646	141.804
				44.721	80.039	124.760	398.891	26.980	107.921	533.792	658.552
Moeda nacional:											
Ativo imobilizado (c)	TJLP	3,44 a 11,16	Janeiro/2029	2.382	4.715	7.097	5.928	5.926	247	12.101	19.198
FOMENTAR (d)	-	2,40	Dezembro/2032	-	-	-	-	-	406	406	406
CEI (e)	-	-	Janeiro/2025	-	-	-	12.887	-	-	12.887	12.887
PRODUZIR (f)	-	2,40	Dezembro/2032	-	-	-	-	-	559	559	559
NCE (b)	-	16,24	Janeiro/2024	11.569	-	11.569	-	-	-	-	11.569
FCO (g)	-	10,52	Novembro/2029	2.837	7.660	10.497	18.545	9.933	1.625	30.103	40.600
CCE (h)	-	16,18	Abril/2024	-	8.333	8.333	-	-	-	-	8.333
FINEP (i)	-	3,00	Março/2024	2.069	-	2.069	-	-	-	-	2.069
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)	CDI	5,25	Fevereiro/2025	12.704	-	12.704	11.224	-	-	11.224	23.928
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)	IPCA	5,00	Fevereiro/2025	55.542	-	55.542	43.045	-	-	43.045	98.587

				Controladora e Consolidado							
				31/12/2023							
				Circulante			Não circulante				
Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	Vencimento final	Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Total do circulante	Mais que 1 ano e até 3 anos	Mais que 3 anos e até 5 anos	Mais que 5 anos	Total do não circulante	Total circulante e não circulante
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA Verde) (j.i)	IPCA	6,74	Julho/2029	-	150.247	150.247	381.989	310.995	120.000	812.984	963.231
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (k)	-	16,31	Outubro/2025	16.523	41.754	58.277	1.852	-	-	1.852	60.129
Cédula do Produtor Rural Financeira (CPR-F) (m)	-	16,01	Maior/2024	-	22.178	22.178	-	-	-	-	22.178
FGPP (o)	-	10,82	Agosto/2024	-	51.860	51.860	-	-	-	-	51.860
Juros antecipados e comissões a apropriar	-	-	Janeiro/2026	(9.243)	(3.661)	(12.904)	(8.478)	(5.910)	(1.482)	(15.870)	(28.774)
				<u>94.383</u>	<u>283.086</u>	<u>377.469</u>	<u>466.992</u>	<u>320.944</u>	<u>121.355</u>	<u>909.291</u>	<u>1.286.760</u>
Total controladora				<u>139.104</u>	<u>363.125</u>	<u>502.229</u>	<u>865.883</u>	<u>347.924</u>	<u>229.276</u>	<u>1.443.083</u>	<u>1.945.312</u>
Moeda estrangeira:											
Securitização (l)	US\$	6,50	Janeiro/2029	3.147	29.047	32.194	77.461	77.461	9.682	164.604	196.798
Total consolidado				<u>142.251</u>	<u>392.172</u>	<u>534.423</u>	<u>943.344</u>	<u>425.385</u>	<u>238.958</u>	<u>1.607.687</u>	<u>2.142.110</u>

				Controladora e Consolidado							Total Circulante e Não circulante
				31/12/2022							
				Circulante			Não circulante				
Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	Vencimento final	Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Total do circulante	Mais que 1 ano e até 3 anos	Mais que 3 anos e até 5 anos	Mais que 5 anos	Total do não circulante	
Moeda estrangeira:											
Pré-pagamento (a)	US\$	5,87	Setembro de 2026	62.844	58.699	121.543	210.012	292.191	-	502.203	623.746
ACC (a)	US\$	5,34	Setembro de 2023	444.175	329.507	773.682	-	-	-	-	773.682
CCE (h)	US\$	4,76	Março de 2023	125.946	-	125.946	-	-	-	-	125.946
NCE (b)	US\$	4,50	Janeiro de 2026	15.542	-	15.542	26.089	13.044	-	39.133	54.675
				648.507	388.206	1.036.713	236.101	305.235	-	541.336	1.578.049
Moeda nacional:											
Ativo imobilizado (c)	TJLP	2,50 a 11,39	Janeiro de 2029	3.025	5.505	8.530	9.493	5.928	3.211	18.632	27.162
FOMENTAR (d)	-	2,40	Dezembro de 2032	-	-	-	-	-	2.533	2.533	2.533
CEI (e)	-	-	Janeiro de 2024	-	-	-	14.943	-	-	14.943	14.943
PRODUZIR (f)	-	2,40	Dezembro de 2032	-	-	-	-	-	382	382	382
NCE (b)	-	16,81	Janeiro de 2024	80.034	457.000	537.034	10.000	-	-	10.000	547.034
FCO (g)	-	10,33	Novembro de 2029	3.094	7.660	10.754	20.427	16.492	3.398	40.317	51.071
CCE (h)	-	16,83	Abril de 2024	14.945	73.325	88.270	8.333	-	-	8.333	96.603
FINEP (i)	-	3,00	Março de 2024	2.079	6.119	8.198	2.040	-	-	2.040	10.238
Certificados Recebíveis											
Agronegócio (CRA) (j)	CDI	5,25	Fevereiro de 2025	13.627	-	13.627	22.448	-	-	22.448	36.075
Certificados Recebíveis											
Agronegócio (CRA) (j)	IPCA	5,00	Fevereiro de 2025	55.206	-	55.206	86.090	-	-	86.090	141.296
Certificados Recebíveis											
Agronegócio (CRA Verde) (j.i)	IPCA	6,67	Julho de 2029	-	113.993	113.993	261.989	381.989	240.000	883.978	997.971
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (k)	-	18,01	Outubro de 2025	21.208	51.975	73.183	58.114	-	-	58.114	131.297
Cédula do Produtor Rural											
Financeira (CPR-F) (m)	-	18.16	Março de 2024	333.768	20.000	353.768	20.000	-	-	20.000	373.768
Juros antecipados e comissões a apropriar	-	-	Janeiro de 2026	(8.190)	-	(8.190)	-	(20.896)	-	(20.896)	(29.086)
				518.796	735.577	1.254.373	513.877	383.513	249.524	1.146.914	2.401.297
Total controladora				1.167.303	1.123.783	2.291.086	749.978	688.748	249.524	1.688.250	3.979.336
Moeda estrangeira:											
Securitização (l)	US\$	6,50	Janeiro de 2029	3.392	-	3.392	73.048	83.483	52.177	208.708	212.100
Total consolidado				1.170.695	1.123.783	2.294.478	823.026	772.231	301.701	1.896.958	4.191.436

(a) Adiantamentos de contrato de câmbio e pré-pagamento

Referem-se a recursos antecipados à Companhia para que esta possa fazer face às exportações de mercadorias. Esses contratos são substancialmente garantidos por aval dos acionistas.

(b) Nota de Crédito de Exportação - NCE

Financiamento obtido em moeda local indexado à variação do CDI, da Taxa Referencial - TR ou do dólar norte-americano, de acordo com a opção da Companhia no momento da contratação do empréstimo, o qual objetiva atender às necessidades de capital de giro, ou para aquisição de bens e insumos para a produção.

(c) Ativo imobilizado

Inclui as linhas de financiamento Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Automático e Financiamento a Empreendimentos - FINEM, que são recursos captados para aquisição de máquinas e equipamentos.

(d) FOMENTAR

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é financiada pelo equivalente a 70% do ICMS. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em janeiro, agosto e dezembro de 2023, a Companhia participou de leilão promovido pelo Governo do Estado de Goiás e liquidou antecipadamente, principalmente por meio da utilização do saldo de depósito no programa Bolsa Garantia pelo valor de R\$5.181, o montante financiado de ICMS até outubro de 2023, que totaliza R\$51.806. Neste leilão foi apurado um deságio de aproximadamente 89%, equivalente a R\$46.108, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas, sendo desembolsado o montante de R\$517.

Em janeiro e agosto de 2022, a Companhia participou de leilão promovido pelo Governo do Estado de Goiás e liquidou antecipadamente, principalmente por meio da utilização do saldo de depósito no programa Bolsa Garantia pelo valor de R\$2.642, o montante financiado de ICMS até abril de 2022, que totaliza R\$26.423. Neste leilão foi apurado um deságio de aproximadamente 89%, equivalente a R\$23.517, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas, sendo desembolsado o montante de R\$264.

(e) CEI

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é beneficiária do CEI, incentivo fiscal promovido pelo Estado de Goiás, cuja origem é 70% do ICMS a recolher, após a dedução dos 70% do incentivo fiscal FOMENTAR. Esse incentivo fiscal deve ser aplicado em novos investimentos no Estado de Goiás. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em janeiro, março, abril, maio, outubro e novembro de 2023, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo nominal financiado de janeiro de 2021 a junho de 2022, no montante de R\$46.019, apurando um deságio de R\$36.815, o qual foi registrado como redução das deduções de vendas. Como resultado dessa liquidação, a Companhia obteve um percentual de redução de 80% do valor nominal financiado, desembolsando o montante de R\$9.204.

Em fevereiro, abril, julho e outubro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo nominal financiado parcial até novembro de 2020, no montante de R\$15.013, apurando um deságio de R\$12.010, o qual foi registrado como redução das deduções de vendas. Como resultado dessa liquidação, a Companhia obteve um percentual de redução de 80% do valor nominal financiado, desembolsando o montante de R\$3.003.

(f) PRODUIR

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é beneficiária do PRODUIR, incentivo fiscal promovido pelo Estado de Goiás, cuja origem é financiar 73% do ICMS a recolher e conceder eventual desconto se a Companhia atender a determinados requisitos. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em fevereiro e dezembro de 2023, a Companhia liquidou o saldo nominal financiado até outubro de 2023, no montante de R\$117.823, apurando um deságio de R\$106.041, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas. Como resultado dessa liquidação antecipada, a Companhia obteve um percentual de redução de 90% do valor nominal financiado. A liquidação ocorreu com R\$ 11.782, compensados com a liberação de recursos depositados na SEFAZ/GO, na conta denominada "Antecipação ICMS Produzir".

(g) Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Refere-se à linha de crédito para desenvolvimento da Região Centro-Oeste, destinado para investimentos em modernização e ampliação do parque industrial.

(h) Cédula de Crédito à Exportação (CCE)

Financiamento obtido em moeda local indexado à variação do CDI, da taxa Referencial (TR) ou do dólar norte-americano, de acordo com a opção da Companhia no momento da contratação, o qual objetiva financiar a exportação de bens para exportação, bem como as atividades de apoio e complementação da exportação realizada por instituição financeira.

(i) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Empresa brasileira de inovação e pesquisa, voltada ao fomento da inovação tecnológica, financiamento destinado a realização de projetos de inovação.

(j) Certificados Recebíveis do Agronegócio - CRA ("CVM 400")

Em janeiro de 2021, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA) lastreados em Debêntures, pelo agente fiduciário Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, no qual a Companhia realizou por meio de oferta pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme em vigor ("Instrução CVM 400"), da Instrução CVM 600 e das demais disposições legais e regulamentares em vigor ("Oferta"), e serão destinados a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B e 9º-C, conforme o caso, da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme em vigor (caso subscrevam e integralizem os CRA no âmbito da Oferta, os futuros titulares dos CRA, denominados "Titulares de CRA"). Com vencimento no ano de 2025, sendo recursos destinados exclusivamente à compra de soja em grãos, milho em grãos e girassol diretamente de produtores rurais e/ou cooperativas rurais nacionais.

(j.i) Certificados Recebíveis do Agronegócio - CRA (Verde)

Em outubro de 2021, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio CRA (Verde) lastreados em Debêntures, captando o montante de R\$354.973, através de uma nova emissão de CRA – nos termos da Instrução CVM 400 e selo Verde através da certificação do Framework através de um SPO (Parecer de Segunda Opinião) para o lastro Verde e estão alinhados com os "Green Bonds Principles", com base em benefícios ambientais e climáticos gerados pela compra da soja para produção de biodiesel, fomento à produção agrícola sustentável, procedimento primário e armazenamento e contratação de serviços logísticos com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) pela Companhia. Vencimento em setembro de 2027, com carência de 24 meses para iniciar o pagamento do principal, e pagamento semestral de juros. Adicionalmente, foi realizado Swap de IPCA mais 5,76% para CDI mais 0,77%, com o objetivo de reduzir o custo deste endividamento.

Em julho de 2022, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio CRA (verde) lastreados em Debêntures, captando o montante de R\$600.000 através de uma nova emissão de CRA - nos termos da Instrução CVM 400 e selo Verde através da certificação do Framework através de um SPO (Parecer de Segunda Opinião) para o lastro Verde e estão alinhados com os "Green Bonds Principles", com base em benefícios ambientais e climáticos gerados pela compra da soja para produção de biodiesel, fomento à produção agrícola sustentável, procedimento primário e armazenamento e contratação de serviços logísticos com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) pela Companhia. Vencimento em julho de 2029, com carência de 36 meses para iniciar o pagamento do principal, e pagamento trimestral de juros. Adicionalmente, foi realizado Swap de IPCA mais 7,20% para CDI mais 1,22%, com o objetivo de reduzir o custo deste endividamento.

(k) Cédula de Crédito Bancário - CCB

Refere-se a linha de crédito de Capital de Giro (BB Giro Corporate Exportação)

(l) Securitização de Recebíveis

Em dezembro de 2021 a Companhia através de sua controlada Intergrain Company S.A., realizou uma operação captação de recursos no montante de US\$40.000, denominada Securitização. Trata-se de passivo relativo à emissão de notas dentro do programa de securitização de fluxos futuros dos recebíveis a performar da Intergrain Company S.A. oriundos de suas vendas de non-GMO (não modificado geneticamente) do produto Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja). Dentro do programa de securitização, a Intergrain Company S.A. vendeu todos os recebíveis a performar (títulos futuros a serem emitidos) oriundos de suas vendas de non-GMO SPC para a empresa de propósito específico ("SPE") Intergrain Trading Limited (cujas ações são detidas fiduciariamente pela Walkers Fiduciary Limited para benefício da Walkers Charitable Foundation), constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos específicos:

- Emissão e venda de valores mobiliários no mercado e/ou tomada de empréstimos no mercado internacional;
- Usar os recursos obtidos para pagamento à Intergrain Company S.A., pela compra dos direitos sobre os recebíveis acima mencionados; e
- Para a realização de pagamentos de principal, juros e demais encargos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

Com os recursos obtidos pela venda desses recebíveis à SPE, a Intergrain Company S.A. efetua o pagamento se suas compras de non-GMO SPC a Caramuru Alimentos S.A.

Esta "SPE" é exclusiva para esta operação de securitização de recebíveis a performar futuros oriundos das vendas de non-GMO SPC da Intergrain Company S.A. a compradores específicos, bem como não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários ou tomadas de empréstimos e não possui subsidiárias e não tem empregados. A Intergrain Trading Limited não possui nenhum vínculo societário com as empresas Caramuru Alimentos S.A. e Intergrain Company S.A..

(m) Cédula do Produtor Rural Financeira - CPR-F

Refere-se a linha de crédito relacionado aos produtos do agronegócio que permite a obtenção de recursos para que as empresas possam desenvolver sua produção, ao invés de entregar o produto o emitente poderá pagar em dinheiro o valor nela previsto.

(n) Resolução 4131

Refere-se a linha de crédito de Capital de Giro captado em dólar através do Banco do Brasil, destinado à aplicação em atividades econômicas no país.

(o) Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor - FGPP

Refere-se a linha de crédito para aquisição de matérias-primas.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025 (12 meses)	377.870	416.600	372.287	403.593
2026	488.012	526.743	377.691	419.433
2027	212.654	251.384	507.526	549.267
2028	135.272	174.002	181.223	222.964
2029 em diante	229.275	238.958	249.523	301.701
Total	1.443.083	1.607.687	1.688.250	1.896.958

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos foram oferecidas garantias por alienação fiduciária e penhor mercantil dos bens financiados que, em 31 de dezembro de 2023, totalizavam R\$260.845 (R\$140.725 em 31 de dezembro de 2022), líquido de depreciação acumulada e certificado de depósito agropecuário, notas promissórias, fianças bancárias e avais dos diretores e acionistas. A partir de janeiro de 2021, com a nova operação de Certificado de Recebíveis do Agronegócio-CRA, a Companhia conforme contrato com a instituição deve manter mensalmente em garantia o montante de R\$150.000 (no início da operação) da carteira de recebíveis do mercado interno e diminuindo proporcionalmente a garantia até a sua liquidação final prevista para fevereiro de 2025, após a liquidação da primeira parcela, em 31 de dezembro de 2022 e até 31 de dezembro de 2023, esta garantia é no montante de R\$72.514. E a partir de janeiro de 2021, a Companhia não possui contas a receber dadas em garantia para os demais empréstimos e financiamentos. E especificamente para a operação do CRA no montante de R\$600.000 em julho de 2022 e para o contrato de US\$80.000 referente a pré-pagamento em agosto de 2022, ambos foram dados em garantia contratos de exportações.

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e sua controlada exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (covenants), sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas, as quais incluem, dentre outras, "cross-default" e "cross acceleration". As principais cláusulas restritivas da Companhia e suas controladas estão a seguir:

- a) Cláusula de atingimento de determinados índices financeiros, conforme segue:
 - i) Índice obtido pela razão entre Ativo Circulante e Passivo Circulante (definido como Liquidez Corrente) seja igual ou maior a 1.1x;
 - ii) Índice obtido pela razão entre o Patrimônio Líquido e o Total de Ativo Líquido seja igual ou inferior a 20%;

- iii) Índice de cobertura de juros da dívida obtido pela razão do EBITDA ajustado sobre despesa financeira líquida seja igual ou maior a 1,6x;
- iv) Índice de Dívida Líquida em relação à Capitalização Total do Garantidor para o período Trimestral Financeiros consecutivos encerrados em tal Data de Cálculo Trimestral for maior que 0,70.

b) Cláusula restritivas não financeiras, conforme segue

- i) Entregar ao credor, no prazo de 90, 120, 180 dias (conforme respectivo contrato) após o encerramento de cada ano, cópia do balanço anual consolidado e auditado;
- ii) Entregar ao credor, até 120 dias após o encerramento do exercício, as demonstrações financeiras acompanhada do relatório do auditor independente sem ressalva;
- iii) Especificamente com relação ao contrato de securitização de recebíveis é determinado que as demonstrações financeiras da Companhia devem ser entregues sem ressalvas que identifiquem a ocorrência de fato que razoavelmente possa resultar, de forma isolada ou conjunta, em efeito material adverso ("Material Adverse Effect").
- iv) Falta de cumprimento no prazo previsto referente a obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente do próprio contrato ou de qualquer outra dívida financeira sob sua responsabilidade;
- v) Requerimento de falência, dissolução e/ou apresentação de insolvência;
- vi) Sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora um valor superior a R\$15.000;
- vii) Se a Companhia propuser plano de recuperação extrajudicial ao emissor da dívida e/ou a qualquer outro credor, independentemente de ter sido requerido ou obtido judicial do referido plano;
- viii) Se a Companhia ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente; e
- ix) Alteração ou modificação na estrutura societária, exceto nas hipóteses em que for mantido o controle direto ou indireto da Companhia, sem a anuência do emissor da dívida.

A Companhia acompanha tempestivamente as cláusulas de obrigações especiais contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos e confirma que na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Companhia não realizou nenhuma ação que descumprisse estas, portanto a Administração da Companhia entende está adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras e não financeiras na data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b.1) Perdão ("waiver") por não atendimento cláusulas restritivas de contratos de empréstimos e financiamentos

Subsequente a 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atendeu as seguintes cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos:

Cláusula restritiva relativa a:	Indicadores para a medição:	Frequência de mensuração:
Certificado de recebíveis do agronegócio	(i) Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras auditadas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da Empresa de Auditoria conforme exigido pela legislação aplicável.	Anual
CCE-Cédula de Crédito Exportação	(i) Entregar ao Credor, no prazo de 90 (noventa dias) dias após o encerramento de cada ano, cópia do balanço anual consolidado e auditado.	Anual
PPE - Pré Pagamento Exportação	(i) Assim que possível, até 120 dias após o encerramento do exercício, enviar as demonstrações financeiras, acompanhada do relatório do auditor independente sem ressalva.	Anual

Para cada um dos respectivos contratos acima, nota-se:

- Certificado de recebíveis do agronegócio: A Companhia solicitou em 8 de abril de 2024 convocação de assembleia, a realizar-se em 29 de abril de 2024, com intuito de aprovar anuência prévia para descumprimento da obrigação referente a entrega das referidas demonstrações financeiras para até 10 de maio de 2024. A Companhia está em processo de obtenção do pedido de waiver relativa à esta cláusula restritiva em período subsequente, desta forma há o risco desse passivo, que encontra-se classificado como passivo não circulante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, ser exigida no curto prazo pelo detentor do título e, no caso de exigência do pagamento antecipado pelo detentor, este evento poderia gerar o vencimento antecipado, “cross-default” e “cross-accelation”, das outras dívidas da Companhia.

- CCE-Cédula de Crédito Exportação: A Companhia obteve em 28 de março de 2024 o waiver dos 90 dias e foi estabelecida uma nova data de entrega das demonstrações financeiras para 30 de abril de 2024.

- PPE - Pré Pagamento Exportação: A Companhia obteve em 26 de abril de 2024 o waiver para as demonstrações financeiras acompanhada do relatório do auditor independente com ressalva.

A Administração da Companhia declara que não ocorreu nenhum evento que gerasse “cross-default” e “cross acceleration” (vencimento antecipado) das dívidas até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.979.336	3.082.828	4.191.436	3.306.047
Variação nos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	1.886.850	3.733.471	1.886.850	3.733.471
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(3.637.748)	(2.760.141)	(3.637.748)	(2.760.141)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.750.898)	973.330	(1.750.898)	973.330
Efeito das variações nas taxas de câmbio, encargos financeiros e variação monetária	(91.312)	(45.093)	(116.357)	(59.602)
Despesa com juros	333.976	348.732	346.934	362.171
Ajuste a valor presente do Fomentar, CEI e Produzir	(98.995)	(110.794)	(98.995)	(110.794)
Reversão de ajuste a valor presente do Fomentar, CEI e Produzir	175.200	33.175	175.200	33.175
Deságio obtido em leilão para liquidação do Fomentar e CEI	(188.962)	(35.526)	(88.962)	(35.526)
Juros pagos	(413.033)	(267.316)	(416.249)	(277.364)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(191.814)	(31.729)	(182.071)	(28.339)
Saldo final	1.945.312	3.979.336	2.142.110	4.191.436

12. FORNECEDORES E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas - grãos	672.331	610.758	672.331	610.758
Matérias-primas - outras	876	627	876	627
Material de consumo e outros	7.477	7.850	7.477	7.850
Embalagens	2.707	3.338	2.707	3.338
Imobilizado	24.293	24.824	24.293	24.824
Mercadorias	12.538	1.146	50.354	28.641
Energia	2.371	2.269	2.371	2.269
Frete	11.503	12.567	11.503	12.567
Outros	32.789	50.401	32.789	50.401
Total	766.885	713.780	804.701	741.275
Circulante	763.392	711.540	801.208	739.035
Não circulante	3.493	2.240	3.493	2.240

b) Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento/aluguel (1)	22.612	30.867	22.612	30.867
Arrendamento Unidade				
Porto Santana-AP (2)	25.786	26.729	25.786	26.729
Arrendamento terra para cultivo florestas de eucalipto (com parte relacionada) (3)	6.285	-	6.285	-
Total	54.683	57.596	54.863	57.596
Circulante	11.558	10.607	11.558	10.607
Não circulante	43.125	46.989	43.125	46.989

- (1) Arrendamento de parte do parque industrial da unidade de Sorriso-MT, com vencimento final previsto para abril de 2026 (com pagamento mensal), em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$22.612 (R\$30.867 em 31 de dezembro de 2022).
- (2) Refere-se a concessão (arrendamento), direito de uso da Unidade do Porto de Santana-AP, com vencimento final previsto para junho de 2047, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$25.786 (R\$26.729 em 31 de dezembro de 2022).
- (3) Refere-se a arrendamento com parte relacionada para direito de uso de terra nua para plantio e cultivo de eucalipto, localizada no município de Itumbiara, Estado de Goiás, com vencimento final previsto para outubro de 2038 (com pagamento semestral), em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$6.285.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 4,62% a.a..

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$10.017 (R\$9.064 em 31 de dezembro de 2022).

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui processos judiciais em andamento, perante diferentes tribunais e instâncias, de naturezas trabalhista, tributária e cível. Para esses processos, apresentou defesa administrativa ou judicial. A Administração e seus assessores legais acreditam em decisão final favorável à Companhia na maior parte dos processos. A Companhia possui provisionados, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os valores para fazer face àqueles processos cujos desfechos são considerados prováveis de perda, e cujos saldos finais estão demonstrados a seguir:

Natureza da contingência:	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista/civil e outros	370	370
Tributária	-	-
Saldo final	370	370

A movimentação das provisões registradas pela Companhia e suas controladas é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Correção monetária</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributária	370	-	-	-	-	370
Trabalhista/ cível e outros	-	-	-	-	-	-
	<u>370</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>370</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Correção monetária</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributária	7.511	-	(2.223)	-	(5.288)	-
Trabalhista/cível e outros	370	-	-	-	-	370
	<u>7.881</u>	<u>-</u>	<u>(2.223)</u>	<u>-</u>	<u>(5.288)</u>	<u>370</u>

A estimativa de desembolsos relacionados às provisões para riscos, com base na opinião dos advogados, está demonstrada a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2024	-
2025 em diante	370
	<u>370</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a natureza das principais causas classificadas pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda e que, portanto, tiveram seus valores incluídos na provisão mencionada, é como segue:

Tributária

Refere-se a diversos processos tributários relacionados à Funrural no ano de 2021, em que a Companhia figura como ré, liquidado em dezembro de 2022.

Trabalhista/cível e outros

Refere-se a diversas ações trabalhistas em que a Companhia figura como ré, e tem como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas “in-itinere”; e (ii) danos morais, entre outros.

A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivos contingentes

A Companhia é parte em outros processos e riscos, para os quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais nem outra decisão de processos similares consideradas prováveis e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023, estavam assim representadas: (a) R\$10.357 (R\$33.722 em 31 de dezembro de 2022) - trabalhistas; (b) R\$43.970 (R\$57.517 em 31 de dezembro de 2022) - cíveis; e (c) R\$495.765 (R\$454.515 em 31 de dezembro de 2022) - tributárias. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais sendo as principais comentadas a seguir:

Trabalhista

Referem-se a diversas ações trabalhistas em que a Companhia figura como ré, e têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas “in-itinere”; e (ii) danos morais, entre outros.

Tributária

Os principais processos tributários referem-se a processos administrativos, são relativos aos:

i) auto de infração de ICMS do Estado de Mato Grosso no montante de R\$190.570, onde o fiscal autuou pela ausência de tributação do ICMS considerando que foram vendas para o mercado interno, quando o correto seria vendas para o mercado externo, que não incide o ICMS. O processo foi julgado em 31 de março de 2023, na primeira instância administrativa, considerando parcialmente procedente, acolhendo na maior parte a manifestação da Companhia. A Companhia continuará com o processo em relação a diferença considerada improcedente pelo fisco; ii) auto de infração no montante de R\$25.364, referente a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de outubro de 2012 a janeiro de 2013 em decorrência da glosa de diversos créditos dessas contribuições apurados entre 2012 e 2015, o mesmo está aguardando julgamento; iii) auto de infração no montante de R\$23.591, referente à autuação de ICMS lançado sobre operações de serviços de transporte, devido por substituição tributária, de responsabilidade do remetente da mercadoria, realizado com base nas GIA's, à alíquota de 17% sobre operações internas e de 12% sobre operações interestaduais; o mesmo está aguardando julgamento; iv) auto de infração de ICMS do Estado de São Paulo no montante de R\$5.036. O referido processo foi julgado em julho de 2022, com decisão de segunda instância administrativa, julgada improcedente.

A Companhia ajuizou ação anulatória, visando desconstituir o auto de infração, junto ao Tribunal de Impostos e Taxas - TIT/SP e v) os demais valores no montante de R\$251.204, se referem a ações diversas, com valores individuais menores, em que a Companhia figura como ré e aguarda julgamento.

a) Incerteza sobre tratamentos tributários

Conforme demonstrado no parágrafo acima, as autoridades fiscais emitiram auto de infração no que tange a tributos estaduais e federais. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras porque a Companhia acredita que seu tratamento tributário foi adequado e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário da Companhia em juízo.

a.1) Decisão do STF – Temas 881 e 885 da repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

a.2) Decisão do STJ - Possibilidade de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

Em 26 de abril de 2023, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por unanimidade e em sede de recurso repetitivo que é impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, dentre outros da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ressalvados os casos em que os contribuintes cumpram as condições do artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e artigo 30 da Lei nº 12.973/14, como por exemplo, o registro em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e observadas as demais condições para o uso de tais reservas.

A Administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STJ, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

a.3) Tratamento tributário – Operação soja

A Companhia está conduzindo uma averiguação a respeito de operações com soja realizadas em uma de suas unidades, especialmente no que tange ao fluxo deste produto no estabelecimento para fins de industrialização e exportação da soja.

As operações com soja, por serem mercadorias, podem ensejar a exigência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (“ICMS”), assim como podem se sujeitar a regimes específicos que afastam a incidência deste imposto. É sobre a aplicação dessas regras que a companhia está analisando o seu procedimento e os fluxos de mercadorias realizado nesta unidade. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, não é possível realizar uma estimativa de eventuais efeitos financeiros e contábeis dessas averiguações.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$1.650.639 (R\$1.362.038 em 31 de dezembro de 2022) é composto por 24.444.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de abril de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital em R\$288.601, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2022, passando o Capital social a ser de R\$1.650.639.

14.2. Reserva legal

O saldo de reserva legal, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou R\$11.796 (R\$17.437 em 31 de dezembro de 2022) a título de reserva legal.

14.3. Reserva de incentivos fiscais

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o valor de R\$188.962 referente a deságio por liquidações antecipadas de ICMS dos programas FOMENTAR e PRODUIR e R\$255.795 referente a benefícios fiscais gerados pelo PRODEIC ICMS-MT e Crédito Outorgado ICMS-GO, totalizando R\$375.710 (R\$374.232 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia destinou à reserva de incentivos fiscais, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$181.894 (R\$288.601 em 31 de dezembro de 2022), que corresponde ao saldo parcial remanescente das reservas apuradas no exercício de 2021.

A Companhia deverá, com lucros apurados em exercícios subsequentes, complementar a reserva de incentivos fiscais em R\$849.433 referente aos incentivos fiscais apurados nos seguintes exercícios para os quais devido a insuficiência de lucro em 31 de dezembro de 2023, não foi constituído a reserva: (i) R\$30.445 referente saldo remanescente ao exercício findo em 2021, (ii) R\$374.232 referente ao exercício findo 2022 e (iii) R\$444.757 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As doações e subvenções destinadas serão tributadas caso haja:

- Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos.
- Restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, nos cinco anos anteriores à data da doação ou da subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou da subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos.

Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

14.4. Reserva de reavaliação e custo atribuído (ajuste de avaliação patrimonial)

A realização da reserva de reavaliação é creditada a lucros acumulados, na proporção da realização dos respectivos bens do imobilizado, mediante depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados e a realização do custo atribuído, líquida dos efeitos tributários, é creditada a lucros acumulados, na proporção da realização dos respectivos bens do imobilizado, mediante depreciação, venda ou baixa dos bens avaliados.

14.5. Plano de benefício pós-emprego - ganhos (perdas) atuariais

Os ajustes de ganhos (perdas) atuariais referentes ao plano de benefício pós-emprego são registrados em ajuste de avaliação patrimonial e sobre estes ajustes são calculados o imposto de renda e a contribuição social diferidos, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os ganhos (perdas) atuariais são calculados anualmente pela Administração, devido à imaterialidade dos possíveis efeitos nos períodos e estão somente apresentados na nota explicativa nº 26.

14.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social, os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	239.857	348.744
(-) Ajuste exercício anterior	(3.557)	-
(-) Constituição de reserva legal	(11.815)	(17.437)
Juros sobre capital próprio (a)	(45.000)	(45.000)
Realização da reserva de reavaliação	1.267	1.259
Realização do custo atribuído ao imobilizado	1.142	1.035
Lucro passível de distribuição	181.894	288.601
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(181.894)	(288.601)
Lucro base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	-	-

A Companhia efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o registro de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$45.000, e valores líquidos do imposto de renda retido na fonte no montante de R\$38.250, pagos em dezembro de 2023, utilizando como base a taxa da TJLP para o período compreendido entre janeiro a outubro de 2023, aplicada sobre o patrimônio líquido de outubro de 2023. Aprovado através de reunião dos acionistas realizada em 19 de dezembro de 2023.

Em 18 de abril de 2022, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi comunicado que não havia dividendos a serem distribuídos referentes ao exercício de 2021.

(a) Segue abaixo o montante distribuído de juros sobre capital próprio por ação em R\$:

Juros sobre capital próprio distribuído por ação	2023
Juros sobre capital próprio	45.000
Número de ações durante os exercícios (milhares)	24.444
Juros sobre capital próprio distribuído por ação - R\$	1,84

Em 18 de abril de 2023, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi comunicado que não havia dividendos a serem distribuídos referentes ao exercício de 2022.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Farelo de soja	3.517.328	3.990.098	3.614.432	3.899.103
Biodiesel	2.163.561	2.832.400	2.163.561	2.832.400
Soja em grãos	492.317	239.412	492.368	239.759
Óleo de soja refinado	197.365	396.007	197.365	396.007
Farináceos	232.222	265.011	232.221	265.003
Óleo de soja bruto	45.968	95.225	37.190	95.283
Milho em grãos	208.387	232.511	208.019	234.493
Óleo de milho refinado	86.834	91.275	86.834	91.275
Farelo de milho	40.767	58.719	40.767	58.719
Produtos mix	98.790	90.925	98.789	90.917
Farelo de girassol	35.383	27.378	35.383	27.378
Óleo de girassol refinado	126.031	116.755	126.031	116.755
Óleo de canola refinado	15.092	15.195	15.092	15.195
Serviços de transporte e armazenagem	42.734	37.077	42.734	37.077
Lecitina de soja	159.096	106.165	160.879	102.870
Glicerina	98.163	194.076	97.530	196.982
Sementes de soja/milho/girassol	46.907	63.916	46.907	63.916
Outros produtos	29.068	39.557	29.068	39.557
Receita bruta	<u>7.636.013</u>	<u>8.891.702</u>	<u>7.725.170</u>	<u>8.802.689</u>

A reconciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta	7.636.013	8.891.702	7.725.170	8.802.689
<u>Menos</u>				
Impostos sobre vendas	(100.573)	(138.625)	(100.573)	(138.625)
Devoluções e abatimentos	(29.400)	(40.952)	(32.079)	(37.688)
Receita líquida	<u>7.506.040</u>	<u>8.712.125</u>	<u>7.592.518</u>	<u>8.626.376</u>

As receitas líquidas podem ser segregadas por mercado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mercado interno	4.296.518	5.248.314	4.296.518	5.248.314
Mercado externo	3.209.522	3.463.811	3.296.000	3.378.062
Receita líquida	<u>7.506.040</u>	<u>8.712.125</u>	<u>7.592.518</u>	<u>8.626.376</u>

A receita com Biodiesel a partir de janeiro de 2022 é executada junto diversas distribuidoras através de mercado livre, a qual representou aproximadamente 29% em 31 de dezembro de 2023 e 33% em 31 de dezembro de 2022 da receita líquida consolidada.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matéria-prima	(5.577.275)	(6.765.864)	(5.577.275)	(6.765.864)
Fretes	(656.364)	(631.735)	(656.364)	(631.735)
Despesas com pessoal	(293.275)	(270.673)	(293.866)	(270.673)
Remuneração aos administradores	(22.672)	(23.664)	(22.672)	(23.664)
Despesas exportação e portuárias	(49.078)	(48.857)	(112.502)	(84.917)
Energia e combustíveis	(171.971)	(161.473)	(171.971)	(161.473)
Depreciação e amortização	(75.606)	(68.404)	(75.610)	(68.404)
Embalagens	(48.851)	(56.060)	(48.851)	(56.060)
Insumos	(98.671)	(104.333)	(98.671)	(104.333)
Manutenção	(73.090)	(60.279)	(73.090)	(60.279)
PCE clientes e adiantamento a fornecedores	(5.707)	(329)	(5.707)	(329)
Serviços prestados por terceiros	(30.376)	(27.743)	(32.187)	(28.142)
Comissão sobre vendas	(30.759)	(33.224)	(30.759)	(33.224)
Publicidade	(10.979)	(8.104)	(10.979)	(8.104)
Comunicação de dados	(24.232)	(17.756)	(24.845)	(18.283)
Despesas com veículos	(10.855)	(10.543)	(10.855)	(10.543)
Aluguel	(9.365)	(674)	(9.621)	(1.074)
Repositores	(4.934)	(4.334)	(4.934)	(4.334)
Viagens e estadias	(6.071)	(4.271)	(6.094)	(4.271)
Seguros	(11.259)	(8.198)	(11.259)	(8.198)
Receita(custos) com operações de recompra e prêmio	-	-	(152.510)	(81.294)
Variação cambial (custos) diferença valor de venda da Caramuru para estoque Intergrain	-	-	10.428	(1.875)
Outras despesas	<u>(75.500)</u>	<u>(65.561)</u>	<u>155.066</u>	<u>243.611</u>
Total	<u>(7.286.890)</u>	<u>(8.372.079)</u>	<u>(7.265.128)</u>	<u>(8.183.462)</u>
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(6.902.350)	(8.011.933)	(6.813.111)	(7.783.952)
Comerciais	(176.320)	(158.615)	(239.745)	(194.676)
Gerais e administrativas	(202.513)	(201.181)	(206.565)	(204.484)
Reversão/perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e adiantamentos	<u>(5.707)</u>	<u>(350)</u>	<u>(5.707)</u>	<u>(350)</u>
Total	<u>(7.286.890)</u>	<u>(8.372.079)</u>	<u>(7.265.128)</u>	<u>(8.183.462)</u>

17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente de uma Companhia que atua em atividades industrial e/ou comercial a partir das quais pode gerar receita e incorrer em custos/despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e custos/despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem de contribuição, e não avaliam as operações usando informações de ativos e passivos.

Não há transações entre os segmentos e a Companhia não aloca, despesas administrativas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Os fatores preponderantes que levaram a Companhia a definir seus segmentos operacionais estão relacionados a capacidade de cada um destes segmentos de negócio auferirem receitas e incorrem em despesas, sendo os resultados operacionais regularmente analisados e revisitados pelo “Gestor do Negócio”, tendo isto como premissa para fins de tomada de decisões no que tange a alocação de recursos, se pautando pela avaliação de desempenho do respectivo negócio com base no lucro bruto, ou seja, a capacidade de cada produto dentro de seu segmento de gerar resultados para custear os gastos fixos e gerando lucratividade ao negócio.

Os resultados são analisados mensalmente pelo “Gestor do Negócio”, considerando a receita bruta, deduzida dos impostos, devoluções e custo dos produtos/mercadorias vendidos. Ou seja, o lucro bruto de cada um dos segmentos.

Os custos dos produtos/mercadorias vendidos, comum aos segmentos foram alocados de acordo com a margem gerada de cada segmento.

Os segmentos operacionais definidos pela Companhia visam agrupar os negócios que possuem características econômicas semelhantes entre si, observando aspectos como a natureza dos produtos, dos seus processos produtivos, o tipo ou categoria de clientes destes produtos, os métodos utilizados pela Companhia na distribuição dos produtos, bem como a natureza do ambiente regulatório, no caso dos Biocombustíveis.

Neste sentido a Companhia segmentou suas atividades em quatro grandes frentes, sendo elas: “Commodities” diferenciadas, “Commodities”, Biocombustíveis e Produtos de consumo & outros.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as informações por segmento operacional estão assim representadas:

Consolidado										
Segmentação	31/12/2023	31/12/2022	Soja							
			"Commodities" diferenciadas		"Commodities"		Biocombustíveis		Produtos de consumo e outros	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	7.592.518	8.626.376	2.862.850	3.106.606	1.719.473	1.668.625	1.980.048	2.591.766	1.030.146	1.259.379
Custos dos produtos vendidos	(7.022.500)	(7.599.621)	(2.336.327)	(2.522.697)	(1.662.337)	(1.575.780)	(2.166.013)	(2.493.056)	(857.823)	(1.008.088)
Custos dos produtos vendidos - fretes	(113.179)	(111.628)	(42.676)	(40.200)	(25.632)	(21.593)	(29.516)	(33.538)	(15.355)	(16.297)
Custos dos produtos vendidos (ajustes)	322.568	(72.703)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	779.407	842.424	483.847	543.709	31.504	71.252	(215.481)	65.172	156.968	234.994
Margem bruta	10%	10%	17%	18%	2%	4%	-11%	3%	15%	19%
Receita por localização geográfica:									31/12/2023	31/12/2022
Brasil									4.417.192	5.417.643
Suíça									858.627	361.824
Uruguai									528.874	652.760
Noruega									367.621	322.283
Ilhas Virgens Britânicas									360.731	637.719
Cingapura									316.700	541.481
Alemanha									313.739	39.750
Holanda (Países Baixos)									246.176	553.537
Estados Unidos da América									89.086	48.625
Bahamas									62.696	-
Turquia									40.506	28.231
Bélgica									6.691	21.947
Austrália									5.422	13.305
Malásia									5.160	-
Outros									105.949	163.584
Total									7.725.170	8.802.689
Menos:										
Impostos sobre vendas									(100.573)	(138.625)
Devoluções e abatimentos									(32.079)	(37.688)
Receita líquida									7.592.518	8.626.376

Commodities diferenciadas

Atualmente a Companhia adota como estratégia de crescimento a agregação de valor em commodities diferenciadas, sendo este um dos “pilares fundamentais” para o sucesso da organização. Neste sentido a entidade buscou adicionar tecnologia em seus processos produtivos com o objetivo de desenvolver diferencial competitivo, como forma de se distanciar da “vala comum” das commodities do complexo soja, atuando na fabricação de produtos voltados a “nichos” de mercado que geram uma Margem de Contribuição superior ao das demais commodities.

Neste segmento, destacam-se os produtos não “transgênicos”, ou não geneticamente modificados (Non-GMO), os quais possuem um vasto processo de controle, que tem por objetivo garantir a qualidade e certificar que toda matéria-prima originada e os produtos resultantes do processo de fabricação são livres de transgênicos por meio de um rigoroso sistema de rastreabilidade, que compreende toda a cadeia produtiva, a qual verifica desde a origem das sementes (plantio), passando pelo desenvolvimento vegetativo das plantas e da colheita, armazenamento, processamento nas indústrias, transporte, até a entrega do produto final, nos clientes localizados no Brasil e no mundo.

Ainda na busca de maior competitividade e seguindo a premissa de agregação de valor em commodities com emprego de tecnologia em seus meios de produção, a Companhia também buscou diversificar seu portfólio com produtos à base de matérias-primas “transgênicas” ou geneticamente modificadas (GMO), produtos como Farelo de Soja Hipro GMO e a Proteína Concentrada de Soja GMO (SPC GMO), os quais possuem um teor proteico mais elevado do que o Farelo de soja Pallets, cuja precificação se dá por meio da Bolsa de Chicago, EUA (CBOT) são exemplos.

Estes produtos diferentemente daqueles enquadrados simplesmente como Commodities, são precificados também com base na CBOT, no entanto, pelo seu teor de proteína superior, a sua remuneração é acrescida de bônus aos preços de referência, são os chamados prêmio ou ágio.

O segmento Commodities Diferenciadas está sob o comando do Diretor Internacional de Commodities, o qual é responsável pela definição das estratégias do negócio, formulação das políticas comerciais, gestão e acompanhamento dos resultados auferidos por estas operações.

Desta forma, os produtos listados acima, cuja principal característica transita no quesito agregação de valor em Commodities foram agrupados no segmento intitulado Commodities Diferenciadas e serão detalhados no item a seguir:

i) Proteína Concentrada de Soja Non-GMO (“Soy Protein Concentrate - SPC” Non-GMO)

Diante das crescentes restrições políticas e ambientais à pesca de peixes de menor valor agregado (anchovetas por exemplo) para produção de farinha de peixe utilizada como ração na criação de peixes de maior valor agregado, assim como os custos crescentes da pesca oceânica em função das mudanças climáticas, tem fomentado a procura por suprimento confiável de proteína para formulação e produção de rações destinada a aquicultura. Assim, o SPC surgiu como alternativa sustentável para substituir/complementar a farinha de peixe.

O SPC é produzido a partir do farelo Hipro (“high protein”) originado de matéria prima não geneticamente modificada (Non-GMO), apresentando teores de proteína acima de 60% e tem como principal destinação a fabricação de rações para peixes carnívoros e de alto valor agregado (salmão, truta, etc.) e camarão, tendo como destino o mercado europeu e escandinavo que demandam produtos Non-GMO sustentáveis e de alta qualidade.

ii) Proteína Concentrada de Soja GMO (“Soy Protein Concentrate - SPC” GMO)

Produto muito semelhante ao anterior (item “i”), se diferencia em sua essência apenas pela origem da matéria-prima usada em sua formulação ser geneticamente modificada (GMO). No entanto, o mesmo também possui um alto valor agregado, sendo este utilizado na formulação de ração para aquicultura, principalmente para produtores sul-americanos e do sudeste asiático. É alternativa de maior qualidade e fornecimento mais estável quando comparado à outras matérias-primas. A companhia seguindo a diretriz de agregar valor em commodities decidiu realizar novos investimentos, será instalada uma nova planta em Itumbiara-GO, a qual permitirá agregar valor ao Farelo Hipro GMO produzido atualmente.

iii) Farelo de Soja Hipro Non-GMO (48% proteína)

Este produto também se utiliza de matéria-prima livre de transgênico (Non-GMO), formulado a partir da soja em grãos que passa por um processo de descascamento, reduzindo o teor de fibras, o que permite uma maior concentração proteica. O Farelo com 48% de proteína é destinado ao mercado europeu que busca por alternativas sustentáveis com foco na segurança alimentar, valorizando os produtos “livres de transgênicos” por meio dos pagamentos de prêmios ou ágios pelos clientes. O produto é utilizado como ingrediente na composição de ração animal, principalmente aves e suínos.

iv) Farelo de Soja Hipro GMO (48% proteína)

Assim com o produto descrito no item iii o Farelo de Soja Hipro (“high protein”) oferece um alto valor energético e nutricional por possuir 48% de proteína, se diferenciando em sua essência apenas pelo fato de possuir matéria-prima geneticamente modificada (GMO) em sua formulação. O produto é destinado ao mercado asiático, árabe e parte da Europa como ingrediente na formulação de ração para o consumo animal: aves, suínos, bovinos e peixes. Sendo uma alternativa ao Farelo de Soja Pellets que possui um teor proteico menor e maior concentração de fibras, devido ao emprego de tecnologia no processamento da matéria-prima, com o descascamento da soja em grãos, reduzindo o teor de fibras e gerando um incremento de proteína, gerando maior valor agregado a esta “commodity” com pagamento de ágio pelo adicional proteico.

v) Lecitina de soja

A lecitina é um emulsificante natural com larga aplicação em vários segmentos no mercado de alimentos, químicos e farmacêuticos. Com o foco na indústria alimentícia para consumo humano: chocolates, margarinas, sorvetes, biscoitos, pães e massas, produtos instantâneos, doces, molhos e, também na fabricação de produtos dietéticos e farmacêuticos, devido ao seu alto valor nutritivo, e em cosméticos, devido à sua origem natural e vegetal.

vi) Glicerina

A glicerina bruta é extraída do processo do biodiesel nas 3 plantas (Ipameri-GO, São Simão-GO e Sorriso-MT). Em 2020 a companhia realizou grandes investimentos na planta fabril de Ipameri – GO seguindo as premissas de agregação de valor em seus produtos, iniciamos o processo de refino da glicerina bruta produzida por Ipameri, bem como permitindo o beneficiamento daquilo que é produzido nas outras duas fabricas. Os principais mercados consumidores da glicerina bidestilada são: indústria de cosméticos, indústria de alimentos (balas gomificadas e guloseimas) e indústria farmacêutica, mercados estes que não atingidos com a tecnologia da glicerina bruta.

Commodities

O termo Commodity corresponde a produtos de qualidade e características uniformes, que não são diferenciados de acordo com quem os produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional. A companhia decidiu por agrupar os produtos derivados do segmento soja que não possuem agregação de valor, incluindo a própria soja em grãos.

A empresa adotou como critério para esta segmentação, a análise de parâmetros quantitativos e critérios como a receita menor que 10% para agrupar a soja em grãos e seus derivados que não possuem emprego de tecnologia e/ou diferencial competitivo no segmento “Commodities”. Agrupou ainda a estes segmentos os produtos que possuem características econômicas semelhantes entre si, ou seja, produtos de baixo valor agregado destinados a alimentação animal.

A Companhia observou ainda aspectos como a natureza dos produtos, onde indicamos que os produtos relacionados a este segmento têm como característica baixo valor agregado. Por fim, a segmentação compreende ainda os produtos, cujo seus processos produtivos são semelhantes, derivados do segmento soja em grãos, com clientes que também possuem características semelhantes.

O segmento Commodities tem como gestor o Diretor de Soja, sendo este responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Neste sentido, as características dos produtos que integram este segmento serão mais bem detalhadas a seguir.

Informação sobre produto

i) Soja em grãos

A Companhia tem como premissa o processamento e a agregação de valores em commodities, neste sentido, a comercialização de soja em grãos não é foco da empresa, sendo esta tratada como oportunidades de negócio pontuais, como a exportação de soja em grãos.

ii) Farelo de Soja Floculado/Peletizado-Pellets (46%)

Farelo com 46% de proteína destinado ao mercado interno para o consumo animal, principalmente aves e suínos.

iii) Farelo de Casca de Soja (“Hi Fiber”)

Farelo com baixa proteína e alta concentração de fibra, destinado ao consumo animal, principalmente bovinocultura (confinamento e pecuária de leite). Esse farelo sai do processo de descascamento da soja para fazer o Farelo Hipro. Ou seja, retira-se a casca da soja (fibra) e o farelo fica mais proteico.

iv) Semente de Soja

A Companhia realiza parcerias com instituições conceituadas como Embrapa e universidades federais com intuito de desenvolvimento de variedades de semente de soja NGMO para comercializar e manter relacionamento com produtores rurais. O intuito não é gerar margens nas vendas pois o principal objetivo é fomentar a parceria com nossos produtores no Programa N-GMO.

v) Óleo Bruto

O óleo bruto é insumo para a produção de Biodiesel ou mesmo destinado ao refino para produção de óleo envasado para consumo alimentício, no entanto, ele também é comercializado quando há excedente de produção ou mesmo quando as margens de contribuição estão melhores do que as do Biodiesel e/ou do óleo refinado.

vi) Melaço de Soja

É um subproduto do processo obtido do processo produtivo do SPC, onde o Farelo Hipro passa por um processo de extração de açúcares para concentração de proteína, sendo o mesmo destinado a alimentação animal como suplemento energético em confinamento de bovinos.

vii) Borra de Óleo de Soja

Subproduto derivado do processo de neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol.

viii) Ácido Graxo

Subproduto do processo da neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol, vendido no mercado interno e retornando como matéria-prima no processo de biodiesel.

ix) Destilado de Óleo de Soja - DDOS

Subproduto do processo da neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol e possui como principal destino a indústria farmacêutica com foco na concentração de vitamina “E” e extração de esteróis.

Biocombustíveis

A Companhia adotou como critério de definição do segmento de Biocombustíveis aspectos relacionados a natureza do ambiente regulatório, agrupando neste segmento os produtos regulamentados pela Agência Nacional do Petróleo-ANP. A entidade agrupou ainda a estes segmentos os produtos que possuem características semelhantes relacionados a natureza do produto e o seu processo produtivo, bem como a características econômicas deste segmento.

O segmento de Biocombustíveis tem como gestor a Coordenadora de mercado de Soja e Derivados, a qual está subordinada ao Diretor de Soja. Ela é a responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a margem bruta negativa do segmento de biodiesel se deve pelo fato do ajuste a valor justo (“AVJ”) não estar distribuído entre os segmentos de negócios com impacto somente na margem bruta total. Bem como pelo impacto da variação cambial, que tem seu efeito contabilizado na rubrica de receitas e despesas financeiras, portanto não impactando a margem bruta dos segmentos de negócios.

Além dos fatores acima, a mistura do biodiesel foi reduzida para 10% entre janeiro e março de 2023, aumentando para 12% somente em abril. No entanto, abaixo dos 15% previstos anteriormente na política original da ANP o que contribuiu para uma menor diluição dos custos fixos afetando também a margem bruta do segmento no ano. A partir de 1º de março de 2024, a mistura foi elevada para 14% e no cronograma revisado a mistura atingirá 15% em março de 2025, o que contribuirá para uma maior diluição dos custos e melhoria de margem do segmento, desta forma a Administração da Companhia avaliou e concluiu que este não é um indicativo de impairment para fins de avaliação do valor recuperável deste segmento.

Informação sobre produto

i) Biodiesel (B100)

Biocombustível renovável produzido a partir do óleo de soja, tendo como principal cliente a Petrobrás, vendido através de leilões eletrônicos. Atualmente, a comercialização no mercado livre ainda não está autorizada, a não ser volumes inferiores a 10m³.

ii) Etanol de Soja

O álcool é extraído a partir da fermentação do melaço de soja, um subproduto do SPC. A planta de etanol de soja em Sorriso-MT é um projeto de inovação financiado pela FINEP, sendo uma das primeiras a produzir etanol de soja em escala comercial no mundo. O álcool será usado em nosso processo produtivo e o excedente comercializado.

Produtos de consumo & outros

A Companhia estabeleceu como diretriz para agrupar os produtos que compõem o segmento “Produtos de Consumo & outros”, critérios como a natureza dos produtos, onde podemos observar que estes estão relacionados ao processamento das matérias-primas milho e girassol. Outra análise realizada para o agrupando destes produtos no segmento “Produtos de Consumo & outros” está ligado ao fato destes possuírem características semelhantes no que tange à categoria de clientes, bem como os métodos utilizados para distribuição dos produtos/mercadorias, principalmente dos derivados de canjica de milho, óleos especiais, produtos mix.

Neste segmento se destacam os produtos da tradicional marca Sinhá, ela está presente em grande parte das cozinhas de todas as regiões do Brasil. A marca Sinhá tem mais de 35 anos de atuação e se confunde com a história da própria Caramuru. Possui uma variada linha de produtos, com destaque para: óleos vegetais (milho, girassol, canola e soja), azeites de oliva, pipocas de micro-ondas, farofas, proteínas texturizadas de soja e farináceos derivados de milho como Fubá, Cuscuz e Flocão, entre outros. Além de diversos outros produtos que integram a linha “mix” que ampliam o portfólio de produtos da companhia.

Além da consagrada marca Sinhá, estão inseridos neste segmento os produtos da marca Bontrato destinados a alimentação pet, bem como uma extensa linha de insumos voltada às indústrias alimentícias, de bebidas e mineração compreendidos nas marcas Nekmil, Flocomil, Fecomil, Cermil, Colormil e FlotaMil. A entidade também adotou como diretriz para estabelecer o agrupamento dos produtos que integram este segmento, uma análise de parâmetros quantitativos relacionados a receita, agrupando os produtos de menor participação no resultado, enquadrando-os como “outros”.

O diretor Comercial é o gestor do segmento de Produtos de Consumo & Outros, sendo ele o responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Informação sobre produto e serviço

i) Exportação de Milho em grãos:

A Companhia tem como premissa o processamento e a agregação de valores em commodities, neste sentido, a comercialização de milho em grãos não é foco da empresa, sendo esta tratada como oportunidades de negócio pontuais, como a sua exportação.

- ii) Derivados de Canjica de Milho (Fubá, Canjica, Canjiquinha, Creme de Milho, Farinha de Milho, Flocos de Milho (Cuscuz), Flocão, Polenta, Colorífico, Sêmola de Milho, Gritz de Milho e outros):

Temos 2 segmentos atendidos com os derivados de milho: consumo final, onde os produtos são empacotados até 1kg consumidos em pratos de alto consumo na Região Norte e Nordeste como o cuscuz atendidos pela marca Sinhá. Já os produtos destinados ao consumo industrial são as indústrias de snacks, mineração, massas e biscoitos e condimentos que integram o portfólio das marcas Nekmil, Flocomil, Fecomil, Cermil, Colormil e FlotaMil.

- iii) Derivados de Gérmen de milho (Óleo de Milho Bruto e Farelo de Gérmen):

Da degerminação do milho, separamos a canjica e gérmen de milho. Do gérmen de milho extraímos o óleo de milho, que é refinado e envasado. Após extraído o óleo de milho, obtemos o farelo do gérmen, que tem como principais clientes indústrias de ração pet.

- iv) Óleos Especiais:

Integram os óleos especiais o óleo refinado/envasado de milho, óleo refinado/envasado de girassol, óleo refinado/envasado de canola. Os óleos especiais comestíveis são destinados principalmente para o consumo das famílias das classes sociais A/B e C, como alternativas mais saudáveis quando comparados ao óleo de soja.

- v) Derivados de Girassol (Óleo Bruto de Girassol e Farelo de Girassol):

Os produtos Óleo Bruto de Girassol e Farelo de Girassol são derivados do processamento da semente de girassol. A prioridade é refinar e envasar o óleo de girassol, no entanto, o mesmo pode ser comercializado em seu estado bruto ou refinado a granel, por questões pontuais de mercado, visando maximização suas margens de contribuição. Já o farelo de girassol possui 28% de proteína, tem como destino o consumo animal (aves e bovinos).

- vi) Produtos Mix:

Chamamos de produtos mix, todos os produtos que comercializamos e que não derivam dos nossos principais processos produtivos de soja, milho e girassol. O objetivo dos mixes é ter um amplo portfólio de produtos e oferecer ao cliente um leque de opções de produtos alimentícios de qualidade juntamente com aqueles derivados de nossos processos.

- Produção Própria

Estão relacionados na categoria Produtos Mix de produção própria a Canjica de milho branco, amido de milho, cereais (Feijão branco, painço, alpiste, girassol em grãos, amendoim, grão-de-bico, lentilha), pipoca para micro-ondas, milho de pipoca tradicional, óleos saborizados, proteína texturizada de soja.

- Produção Terceirizada

Integram a categoria Produtos Mix de produção terceirizada a aveia em flocos, leite de coco, óleo de coco, coco ralado, batata palha, azeite, creme de cebola, farofa de mandioca pronta, macarrão instantâneo, mistura/tempero para empanar, molho cremoso condimentados, sopão e tempero em pó, trigo para quibe.

vii) Outros:

Estão compreendidos em “Outros” produtos a energia elétrica excedente da cogeração, resinas, polímeros, químicos, fertilizantes, receitas de prestação de serviço de armazenagem, resíduos, dentre outros.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas tributárias	(52.954)	(59.883)	(52.954)	(59.883)
Receitas com aluguéis	4	4	4	4
Ganho (perda) líquida apurada na venda de ativo imobilizado	1.754	649	1.754	649
Receita (despesa) adicional pela qualidade do produto (exportação)	-	-	(10.356)	3.192
Reconhecimento parcial crédito PIS/COFINS extemporâneo	4.137	8.400	4.137	8.400
Indenização de transportadora por perda no transporte de produtos	3.423	8.087	3.423	8.087
Crédito presumido de IPI (Pis/Cofins s/Exportações) Extemporâneo	-	25.841	-	25.841
Constituição de crédito PIS/COFINS s/exclusão BC ICMS	-	579	-	579
Provisão (reversão) para riscos e outras	-	(2.219)	-	(2.219)
Outras, líquidas	5.196	1.819	5.196	1.819
	<u>(38.440)</u>	<u>(16.723)</u>	<u>(48.796)</u>	<u>(13.531)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Receitas financeiras</u>				
Variação cambial ativa - adiantamento de contrato de câmbio/pré-pagamento (*)	279.463	411.916	279.463	411.916
Variação cambial ativa - contratos futuros (*)	17.488	59.570	17.488	59.570
Variação cambial ativa - NCE (*)	40.556	65.249	40.556	65.249
Variação cambial ativa - clientes no exterior/câmbio pronto (*)	206.421	268.238	209.249	269.805
Variação cambial da investida no exterior	-	-	4.985	10.399
Variação cambial ativa – outros	1.806	10.851	12.236	14.936
“Forward”/“swap”/câmbio travado (*)	277.869	415.787	277.869	415.787
Variação monetária ativa	420	89	420	89
Juros ativos	133.739	153.562	139.392	153.714
Descontos obtidos	287	590	287	590
Outras receitas	33.679	24.536	33.680	24.536
	<u>991.728</u>	<u>1.410.388</u>	<u>1.015.625</u>	<u>1.426.591</u>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras:				
Variação cambial passiva - adiantamento sobre contrato de câmbio / pré-pagamento (*)	(176.475)	(381.269)	(176.475)	(381.269)
Variação cambial passiva - contratos futuros (*)	(24.562)	(73.124)	(24.562)	(73.124)
Variação cambial passiva - NCE (*)	(27.102)	(47.228)	(27.102)	(47.228)
Variação cambial passiva - clientes no exterior/câmbio pronto (*)	(236.964)	(297.035)	(240.448)	(298.970)
Variação cambial da investida no exterior	-	-	(14.175)	(16.040)
Variação cambial passiva – outros	(1.704)	(14.347)	(4.630)	(16.221)
“Forward”/“swap”/câmbio travado (*)	(219.004)	(272.836)	(219.004)	(272.836)
Juros passivos	(306.943)	(356.744)	(319.932)	(370.182)
Descontos concedidos	(4.876)	(3.955)	(4.876)	(3.955)
Variação monetária passiva	(732)	(690)	(732)	(690)
Despesas bancárias	(10.214)	(12.936)	(10.506)	(13.206)
Outras despesas	1.689	(2.368)	1.690	(2.368)
	<u>(1.006.887)</u>	<u>(1.462.532)</u>	<u>(1.040.752)</u>	<u>(1.496.089)</u>
Resultado financeiro	<u>(15.159)</u>	<u>(52.144)</u>	<u>(25.127)</u>	<u>(69.498)</u>

(*) Os resultados líquidos financeiros, registrados nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, relacionados à proteção (“hedge”) dos custos de aquisição de matéria-prima, à exposição e às oscilações das taxas de câmbio de contratos, produziram os efeitos demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Efeitos positivos	821.797	1.220.760	824.625	1.222.327
Efeitos negativos	<u>(684.107)</u>	<u>(1.071.492)</u>	<u>(687.591)</u>	<u>(1.073.427)</u>
Total	<u>137.690</u>	<u>149.268</u>	<u>137.034</u>	<u>148.900</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as operações relacionadas à proteção (“hedge”), as quais não haviam sido efetivamente recebidas nem desembolsadas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, produziram os efeitos demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Efeitos positivos	412.987	663.983	412.987	663.983
Efeitos negativos	<u>(287.892)</u>	<u>(626.282)</u>	<u>(287.892)</u>	<u>(626.282)</u>
Total	<u>125.095</u>	<u>37.701</u>	<u>125.095</u>	<u>37.701</u>

Resultado líquido realizado relacionado à proteção (“hedge”)	12.595	111.567	11.939	111.199
--	--------	---------	--------	---------

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Caramuru Alimentos S.A. é uma sociedade por ações constituída no Brasil. Seu capital é exclusivamente nacional e é controlada pela família Borges de Souza que detém holdings familiares brasileiras, Nagatsuzuki Participações Ltda., Calixbento Participações Ltda., Holding Star Participações Ltda. e JBPS Participações Ltda., e os acionistas pessoas físicas.

Os saldos e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a controladora e partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

a) Empresas do Grupo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativo</u>				
<i>Circulante</i>				
Controlada em conjunto:				
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	14.069	4.156	14.069	4.156
Terminal São Simão S.A. (a)	-	144	-	144
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (a)	456.077	623.939	-	-
Total	470.146	628.239	14.069	4.300
<u>Ativo</u>				
<i>Não Circulante</i>				
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (c)	-	54.349	-	-
	-	54.349	-	-
<u>Passivo</u>				
<i>Circulante</i>				
Transações com acionistas (d)	419	-	419	-
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (b)	29.048	-	-	-
Total circulante	29.467	-	419	-
<u>Passivo</u>				
<i>Não Circulante</i>				
Transações com acionistas (d)	5.866	-	5.866	-
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (b)	164.604	208.708	-	-
Total não circulante	170.470	208.708	5.866	-
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Receitas</u>				
Controlada:				
Intergrain Company S.A. (a)	3.119.451	3.381.134	-	-
Controlada em conjunto:				
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	2.256	2.654	2.256	2.654
Total	3.121.707	3.383.788	2.256	2.654

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Custos				
Controlada:				
Intergrain Company S.A.	(274)	(1.382)	(274)	(1.382)
Total	(274)	(1.382)	(274)	(1.382)
Custos/Despesas				
Controlada em conjunto:		-		
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	9.685	15.851	9.685	15.851
Total	9.685	15.851	9.685	15.851

- (a) As transações classificadas como contas a receber, no ativo circulante, são mercantis e referem-se à venda de produtos diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes e adicionalmente para a Controlada em Conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A., está incluso dividendos mínimos a receber referente ao no de 2023, no montante de R\$13.877. As despesas referem-se aos serviços de embarque e desembarque de soja e seus derivados. Os vencimentos obedecem ao que está estabelecido nos contratos, com prazo médio de 30 dias. As transações com a Intergrain são realizadas substancialmente em dólar e não há incidência de encargos nestas transações. O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, são mercantis e referem-se a compra de serviços diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes.
- (b) O saldo de contas a pagar é representando por contratos de pré-pagamento, sem cobrança de juros e com variação cambial, a data de liquidação final prevista para janeiro de 2029.
- (c) Em dezembro de 2022, o saldo é representado por contrato de mútuo, que se refere a recursos antecipados pela controladora à controlada para que esta possa fazer face às operações de futuros, sendo cobrados encargos financeiros de 2,5% ao ano mais LIBOR até a data de liquidação final prevista para junho de 2024, a qual a Companhia optou por saldar antecipado este contrato em março de 2023.
- (d) Na controladora e consolidado, o saldo refere-se obrigação com acionista pelo arrendamento de terra nua para plantio e formação de Floresta de Eucalipto, com o objetivo de corte para utilização na caldeira da planta industrial de Itumbiara, no Estado de Goiás, pagamento semestral, atualizado anualmente pela IPCA, com vencimento previsto para outubro de 2038. O contrato foi firmado com preços e condições determinados entre as partes (vide NE 12.b).

A Companhia é garantidora em conjunto com a Rumo S.A. (por aval dos acionistas) na transação de empréstimo de capital de giro no montante de R\$238.105, posição de 31 de dezembro de 2023, contratado pela sua controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A..

Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$22.672 (R\$23.664 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e consolidado. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a pagar aos principais administradores é de R\$3.884 e está registrado na rubrica de salários e encargos sociais no passivo circulante (R\$6.478 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia oferece benefícios de longo prazo conforme mencionado na nota explicativa nº 26.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, DERIVATIVOS, “HEDGE” E GESTÃO DE RISCOS

a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e depósitos em moeda estrangeira: reconhecidos pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor justo.
- Contas a receber: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 5.
- Empréstimos e financiamentos: comentados e apresentados na nota explicativa nº 11, os quais se aproximam do seu valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- A Companhia registra, com base nos valores justos, os ganhos e as perdas decorrentes de contratos futuros de compra e venda de mercadorias, contratos de opções de produtos, contratos de moeda a termo e contratos de “swap” cambial no resultado. As variações no valor justo (ganhos ou as perdas) de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado, nas linhas de receitas ou despesas financeiras.

Para os contratos futuros de compra e venda de mercadorias, contratos de opções de produtos, os ganhos ou as perdas com esses instrumentos financeiros são contabilizados em contrapartida ao custo dos produtos vendidos e para os contratos de moeda a termo (NDF) e contratos de “swap” cambial em contrapartida ao resultado financeiro.

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo Amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	728.491	2.251.060	728.491	2.251.060
Aplicações financeiras	3.968	4.253	3.968	4.253
Depósito bancário em moeda estrangeira	-	-	359.974	417.352
Contas a receber - circulante e não circulante	170.134	320.848	382.688	585.068
Contas a receber com Partes relacionadas - circulante e não circulante	470.146	682.588	14.069	4.300
Adiantamento a fornecedores	158.661	132.549	158.661	132.549
Outras contas a receber - circulante e não circulante	74.508	108.927	81.752	115.755
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:				
Depósito caução e ajuste de contratos futuros	1.068.171	1.492.626	1.116.313	1.521.451
Contratos de "forward" e "swap" a receber	87.018	67.132	87.018	67.132
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	1.945.312	3.979.336	2.142.110	4.191.436
Adiantamento de clientes	8.875	12.269	8.977	14.320
Partes relacionadas - circulante e não circulante	193.652	208.708	-	-
Outras contas a pagar - circulante e não circulante	46.483	52.829	46.501	52.878
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:				
Fornecedores	766.885	713.780	804.701	741.275
Ajuste de contratos futuros	1.037.309	1.653.811	1.119.675	1.653.811
Contratos de "forward" e "swap" a pagar	15.633	29.116	15.633	29.116

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, que não em uma venda forçada ou liquidação. A Companhia adota a abordagem de mercado para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar os valores justos:

- A Companhia firma instrumentos financeiros derivativos com várias contrapartes, principalmente instituições financeiras com classificação de crédito em grau de investimento. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente "swaps" de taxa de juros, contratos a termo de câmbio, contrato futuro de compra e venda e contratos a termo de mercadorias ("commodities"). As técnicas de avaliação aplicadas com mais frequência incluem determinação de preço futuro e modelos de contratos a termo e "swap", utilizando cálculos de valor presente.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro 2023 e de 2022, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2 pois considera outras variáveis na mensuração e não apenas o preço dos produtos.

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora 31/12/2023		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.068.171	1.068.171
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.037.309)	(1.037.309)
Contrato de "forward" e "swap" a receber	87.018	87.018
Contrato de "forward" e "swap" a pagar	(15.633)	(15.633)
	<u>102.247</u>	<u>102.247</u>
Controladora 31/12/2022		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.492.626	1.492.626
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.653.811)	(1.653.811)
Contrato de "forward" e "swap" a receber	67.132	67.132
Contrato de "forward" e "swap" a pagar	(29.116)	(29.116)
	<u>(123.169)</u>	<u>(123.169)</u>
Consolidado 31/12/2023		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.116.313	1.116.313
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.119.675)	(1.119.675)
Contrato de "forward" e "swap" a receber	87.018	87.018
Contrato de "forward" e "swap" a pagar	(15.633)	(15.633)
	<u>68.023</u>	<u>68.023</u>
Consolidado 31/12/2022		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.521.451	1.521.451
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.653.811)	(1.653.811)
Contrato de "forward" e "swap" a receber	67.132	67.132
Contrato de "forward" e "swap" a pagar	(29.116)	(29.116)
	<u>(94.344)</u>	<u>(94.344)</u>

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia realiza as seguintes operações:

c.1) Contratos futuros - Bolsa de Chicago

A Companhia utiliza os contratos futuros de compra e venda e contratos de opções do mercado de derivativos da Bolsa de Chicago - “Chicago Board of Trade - CBOT”, como mecanismo de “hedge” para se proteger contra possíveis oscilações de preços do complexo de soja e seus derivados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou operações de “hedge” na CBOT, sem fins especulativos, com o único objetivo de proteger seus ativos contra oscilações de preço dessas “commodities” no mercado internacional.

Os contratos futuros são valorizados pelo valor justo, baseado nas cotações da CBOT nas datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os valores decorrentes das operações no mercado futuro que estão evidenciadas em contas patrimoniais são:

- (i) Depósito caução e de margem inicial: nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia. Essa margem é referente a recursos financeiros caucionados pelas corretoras de futuros quando da abertura de posições no mercado futuro. Esses valores serão creditados em conta corrente quando do encerramento e/ou liquidação dessas posições.
- (ii) Margem excedente ou deficitária: são recursos financeiros mantidos em contas-correntes de corretoras para suportar as remessas de ajustes diários de transações no mercado futuro, provenientes de flutuações de preços destes contratos nos mercados futuros e de opções.
- (iii) Prêmio de opções a vencer (“put” - soja): instrumentos utilizados pela Companhia para se proteger de um possível inadimplemento nos contratos de fixação de preço de longo prazo (contratos de garantia de compra de safra futura). Os prêmios pagos e recebidos em relação às opções compradas e vendidas estão classificados no ativo circulante (ganhos) ou no passivo circulante (perdas) e são avaliados mensalmente pelo seu valor justo e reconhecidos no resultado quando incorridos. Essa premissa é parte integrante do Plano Operacional da Área de “Commodities”.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são assim apresentados:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Contrato futuro - CBOT</u>		
Depósito caução e de margem excedente	54.330	106.051
Derivativos-opções a vencer	-	911
Variação de mercado futuro a realizar	36.084	(92.797)
	<u>90.414</u>	<u>14.165</u>

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Contrato futuro - Balcão</u>		
Variação de mercado cont. futuros de soja - Compromissos	(28.640)	(89.404)
Variação de mercado cont. futuros de soja - Vendas	(30.911)	(85.945)
	(59.551)	(175.349)
 Total dos contratos futuros	 30.863	 (161.184)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Contrato futuro - CBOT</u>		
Depósito caução e de margem excedente	54.330	106.051
Derivativos-opções a vencer	-	911
Prêmios Paranaguá	(34.224)	28.825
Variação de mercado futuro a realizar	36.084	(92.797)
	56.190	42.990
 <u>Contrato futuro - Balcão</u>		
Variação de mercado cont. futuros de soja - Compromissos	(28.640)	(89.404)
Variação de mercado cont. futuros de soja - Vendas	(30.911)	(85.945)
	(59.551)	(175.349)
 Total dos contratos futuros	 (3.361)	 (132.359)

c.2) Contratos a termo - prêmio Paranaguá

O prêmio de exportação da soja brasileira no Porto de Paranaguá representa um mecanismo para relacionar as cotações da CBOT ao mercado local e é um valor somado a esta cotação para se obter o preço a ser recebido pelo exportador. A cotação desse prêmio é feita por corretoras do mercado físico e pode ser positiva (ágio) ou negativa (deságio) sobre as cotações do produto na CBOT. Esses prêmios são negociados na base Porto de Paranaguá, devido à liquidez desse instrumento naquele porto, e oscilam em função da cotação da CBOT, da oferta e da demanda e de outros fatores como qualidade da mercadoria, situação portuária, origem do produto e eficiência do porto embarcador.

A Companhia utiliza os contratos de prêmios de compra e venda no Porto de Paranaguá como mecanismo de “hedge” para se proteger contra possíveis oscilações dessa variável na formação do preço da soja e de seus derivados. Quando a Companhia adquire a matéria-prima de produtores rurais para processamento ou exportação em período posterior, faz-se necessário utilizar esse instrumento de proteção.

O resultado líquido dessas operações consiste na diferença positiva ou negativa entre o “flat price” (cotação da CBOT + prêmio Paranaguá) de compra e de venda, no momento em que a Companhia liquida essas posições. O resultado das liquidações dos contratos de vendas no Porto de Paranaguá (ganho ou perda) é compensado por vendas físicas no mercado externo com embarque através do Porto de Santos ou por vendas feitas no mercado interno.

A Companhia registra os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo, tendo como base as cotações, base Paranaguá fixado, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para as datas de vencimento, sendo os ganhos ou perdas registradas em contrapartida da rubrica de custos dos produtos e das mercadorias vendidas e dos serviços prestados na demonstração do resultado do exercício. O efeito registrado em 31 de dezembro de 2023, foi negativo em aproximadamente R\$34.224 (positivo R\$25.172 em 31 de dezembro de 2022).

A avaliação da Administração da Companhia é de que tais operações, representadas substancialmente por contratos futuros de soja e derivados e contratos de venda e compra do prêmio Paranaguá, são suficientes para garantir a integridade do valor de seus ativos relacionados a tais “commodities”.

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é como segue:

Instrumentos financeiros derivativos - CBOT						
Controladora						
Instrumentos	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber
Contratos futuros:						
Posição comprada	1.040.713	1.014.954	(25.759)	887.884	909.941	22.057
Posição vendida	(1.284.764)	(1.222.920)	61.844	(1.741.560)	(1.856.972)	(115.412)
Total em R\$	(244.051)	(207.966)	36.085	(853.676)	(947.031)	(93.355)
Total em US\$	(50.410)	(42.957)	7.454	(163.612)	(181.504)	(17.892)
Contratos de opções:						
Posição titular de opção de venda:						
Compra de “put” - soja	-	-	-	26.538	27.096	558
Total em R\$	-	-	-	26.538	27.096	558
Total em US\$	-	-	-	5.086	5.193	107
Futuros mais opções R\$	(244.051)	(207.966)	36.085	(827.138)	(919.935)	(92.797)
Instrumentos financeiros derivativos - CBOT						
Consolidado						
Instrumentos	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber
Contratos futuros:						
Posição comprada	1.040.713	1.014.954	(25.759)	887.884	909.941	22.057
Posição vendida	(1.284.764)	(1.222.920)	61.844	(1.741.560)	(1.856.972)	(115.412)
Total em R\$	(244.051)	(207.966)	36.085	(853.676)	(947.031)	(93.355)
Total em US\$	(50.410)	(42.957)	7.454	(163.612)	(181.504)	(17.892)
Contratos de opções:						
Posição titular de opção de venda:						
Compra de “put” - soja	-	-	-	26.538	27.096	558
Total em R\$	-	-	-	26.538	27.096	558
Total em US\$	-	-	-	5.086	5.193	107
Futuros mais opções R\$	(244.051)	(207.966)	36.085	(827.138)	(919.935)	(92.797)

Instrumentos	Instrumentos financeiros derivativos - CBOT					
	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado a (pagar) receber	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado a (pagar) receber
Contratos a termo:						
Prêmio Paranaguá:						
Posição comprada - registrada em outras contas a Receber	458.090	473.284	15.194	516.452	547.258	30.806
Posição comprada - registrada em outras contas a pagar	572.447	534.395	(38.052)	326.611	320.312	(6.299)
Posição vendida - registrada em outras contas a receber	(446.019)	(413.071)	32.948	(1.081.591)	(1.057.231)	24.360
Posição vendida - registrada em outras contas a pagar	<u>(520.656)</u>	<u>(564.970)</u>	<u>(44.314)</u>	<u>(705.202)</u>	<u>(728.897)</u>	<u>(23.695)</u>
Total em R\$	<u>63.862</u>	<u>29.638</u>	<u>(34.224)</u>	<u>(943.730)</u>	<u>(918.558)</u>	<u>25.172</u>
Total em US\$	<u>13.191</u>	<u>6.122</u>	<u>(7.069)</u>	<u>(180.871)</u>	<u>(176.047)</u>	<u>4.824</u>

c.3) Compromissos de compras (Garantias de Preços)

A Companhia registra instrumentos financeiros derivativos referentes a compromissos de compra de soja em grãos de safra futura (2023/2024) com produtores rurais dos Estados de Goiás e Mato Grosso. A marcação a mercado dessas operações, que teve como base as cotações de fechamento de 31 de dezembro de 2023, para as respectivas datas futuras de vencimentos, leva em consideração todos os contratos futuros com preços fixos para recebimento de produtos de produtores sendo os ganhos ou perdas registrados, quando da comparação dos preços fixos dos contratos com os valores de mercado nos estoques, em contrapartida da rubrica de custos dos produtos e das mercadorias vendidas e dos serviços prestados.

As datas de vencimentos desses instrumentos derivativos firmados são determinadas em função da estimativa de entrega física da soja em grãos, conforme acordado com os produtores rurais. O efeito registrado em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em aproximadamente R\$28.640 (R\$89.404 negativo em 31 de dezembro de 2022). O efeito registrado em 31 de dezembro de 2023 anteriormente mencionado no montante de R\$28.640 é líquido de provisão para não realização de valor justo no montante de R\$58 devido às incertezas de realização dos compromissos de entrega futura das "commodities" pelos produtores rurais tendo em vista as significativas oscilações no preço ocorridas no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

d) Risco de taxas de câmbio

A variável macroeconômica que tem peso significativo no setor em que a Companhia atua, típico exportador, é a taxa cambial. Os resultados operacionais são fortemente influenciados por flutuações cambiais, uma vez que quase todas as receitas estão atreladas ao preço das "commodities" agrícolas referenciadas em dólares norte-americanos. O risco de taxa cambial é o risco de que alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou ao aumento dos valores das obrigações.

A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, refere-se à flutuação do dólar norte-americano em relação ao real. A estratégia da Companhia é a de proteger-se da exposição excessiva aos riscos de variações cambiais, equilibrando seus ativos não denominados em reais contra suas obrigações também não denominadas em reais e utilizando instrumentos de proteção. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição líquida positiva em moeda estrangeira é de USD125.341 (USD117.107 em 31 de dezembro de 2022).

Exceto quanto ao estoque de “commodities”, os demais estoques da Companhia são registrados pelo custo histórico e não são ajustados pelo seu valor justo menos as despesas estimadas para se efetivar a venda. Mesmo sendo registrados em reais, seus preços de comercialização são referenciados em dólares norte-americanos. Dessa forma, os estoques representam um “hedge” natural contra as possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Uma valorização do real contra o dólar norte-americano tende a gerar um impacto negativo no resultado, visto que os custos logísticos e as despesas administrativas são denominados em reais. Parte dessa perda é compensada por um ganho nos estoques, denominados em reais, valerão mais dólares norte-americanos como efeito do “hedge” natural mencionado.

Para proteger seu caixa denominado em moeda estrangeira, suas receitas externas e seus débitos em moeda estrangeira, a Companhia também recorre ao mercado de derivativos por meio de operações diversas. A Companhia possui derivativos, que incluem “swap” de moeda (dólar norte-americano para CDI), trava de câmbio e operações de “forward”, para limitar a exposição às oscilações das taxas de câmbio, que estão relacionadas com seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

“Swap”: essa operação gerou ganhos resultados para a Companhia em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$72.142, na controladora e no consolidado (ganhos de R\$4.877, em 30 de dezembro de 2022).

“Forward” e compra futura: essas operações geraram perdas para a Companhia no valor total de R\$757 (ganho de R\$42.893 em 31 de dezembro de 2022), na controladora e no consolidado, cuja contrapartida encontra-se registrada na rubrica “Forward’ a receber e a pagar”, no passivo circulante e ativo circulante, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência (“nacional”)	“Fair value” em 31/12/2023	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2023
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-24	Comprada	1.122.243	1.107.566	(14.677)
NDF (balcão - CETIP)	Maio-24	Comprada	3.464	3.428	(36)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-24	Comprada	9.682	9.735	53
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-24	Vendida	123.349	122.593	(756)
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-24	Vendida	2.270	2.265	(5)
NDF (balcão - CETIP)	Março-24	Vendida	14.693	14.643	(50)
NDF (balcão - CETIP)	Abril-24	Vendida	6.830	6.807	(23)
NDF (balcão - CETIP)	Maio-24	Vendida	345	344	(1)
NDF (balcão - CETIP)	Julho-24	Vendida	26.405	26.320	(85)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-24	Vendida	5.521	5.789	268
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-24	Vendida	21.680	22.526	846
NDF (balcão - CETIP)	Março-24	Vendida	253.316	260.985	7.669
NDF (balcão - CETIP)	Abril-24	Vendida	155.398	160.698	5.300
NDF (balcão - CETIP)	Maio-24	Vendida	17.668	18.227	559
NDF (balcão - CETIP)	Julho-24	Vendida	8.352	8.521	169
NDF (balcão - CETIP)	Agosto-24	Vendida	194	206	12
					<u>(757)</u>

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência ("nocial")	"Fair value" em 31/12/2023	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2023
"SWAP" (balcão - CETIP)	Fevereiro-25	Vendida	92.795	97.973	5.178
"SWAP" (balcão - CETIP)	Setembro-27	Vendida	298.720	329.270	30.550
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-29	Vendida	689.850	726.264	36.414
					<u>72.142</u>
Ativo circulante					87.018
Passivo circulante					<u>(15.633)</u>
					<u>71.385</u>

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência ("nocial")	"Fair value" em 31/12/2022	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2022
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Comprada	32.682	32.476	(206)
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Comprada	56.624	56.162	(462)
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Comprada	225.222	224.107	(1.115)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Comprada	721.160	733.543	12.383
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Comprada	158.563	159.534	971
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Comprada	16.340	16.548	208
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	113.930	113.546	(384)
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Vendida	38.886	38.575	(311)
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	76.106	74.929	(1.177)
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	37.100	36.469	(631)
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Vendida	4.625	4.535	(90)
NDF (balcão - CETIP)	Julho-23	Vendida	2.532	2.446	(86)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	10.245	10.449	204
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Vendida	68.693	73.216	4.523
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	249.306	262.309	13.003
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	192.226	207.589	15.363
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Vendida	27.730	28.118	388
NDF (balcão - CETIP)	Junho-23	Vendida	3.599	3.666	67
NDF (balcão - CETIP)	Julho-23	Vendida	7.397	7.536	139
NDF (balcão - CETIP)	Agosto-23	Vendida	11.740	11.785	45
NDF (balcão - CETIP)	Setembro-23	Vendida	412	473	61
					<u>42.893</u>
"SWAP" (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	3.040	1.497	(1.543)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	138.551	127.340	(11.211)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Fevereiro-25	Vendida	140.868	139.017	(1.851)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-25	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-26	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-27	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-28	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-29	Vendida	556.398	546.594	(9.804)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	65.844	69.282	3.438
"SWAP" (balcão - CETIP)	Agosto-23	Vendida	48.753	54.906	6.153
"SWAP" (balcão - CETIP)	Setembro-27	Vendida	375.821	386.006	10.185
					<u>(4.877)</u>
Ativo circulante					67.132
Passivo circulante					<u>(29.116)</u>
					<u>38.016</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juro no resultado em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros, as quais tem por fonte:

- CDI: Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.
- TJLP - Bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
- SOFR - (Secured Overnight Financing Rate) em dezembro de 2023 e Libor - ICE Benchmark Administration (IBA) em dezembro de 2022.
- IPCA: Relatório Focus de 29 de dezembro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

Os cenários consideram, posição em 31 de dezembro de 2023:

- O cenário 1 um aumento/queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 14,56% /taxa de 8,74%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 17,48% /taxa de 5,83%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$508.335 e empréstimos e financiamentos de R\$126.137.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa SOFR de 25% (taxa de 6,7752% /taxa de 4,0651%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 8,1302% /taxa de 2,7101%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$620.598.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa TJLP de 25% (taxa de 8,19% /taxa de 4,91%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 9,83% /taxa de 3,28%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$5.138.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa IPCA de 25% (taxa de 5,58% /taxa de 3,35%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 6,69% /taxa de 2,23%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$1.061.817.

Indicadores	Controladora e Consolidado				
	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
Taxa CDI	11,65%	14,56%	8,74%	17,48%	5,83%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	126.137	(3.674)	3.674	(7.347)	7.347
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	508.335	14.805	(14.805)	29.610	(29.610)
Taxa SOFR	5,4202%	6,7752%	4,0651%	8,1302%	2,7101%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	620.598	(8.409)	8.409	(16.819)	16.819
Taxa TJLP	6,55%	8,19%	4,91%	9,83%	3,28%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	5.138	(84)	84	(168)	168
Taxa IPCA	4,46%	5,58%	3,35%	6,69%	2,23%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	1.061.817	(11.839)	11.839	(23.679)	23.679

Seguem as principais premissas da análise:

- Empréstimos concedidos com taxa de juros flutuantes, sem “hedge”.
- Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem “hedge”.
- Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes, sem “hedge”.

e.1) Risco de variação cambial

- a) A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas câmbio e qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários.

O cenário 1 considera uma valorização/desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023 de R\$4,8413 / US\$ (R\$6,0516 / R\$3,6310) e o cenário 2 uma valorização/desvalorização de 50% (R\$7,2620 / R\$2,4207).

Indicadores	Controladora e Consolidado - 31/12/2023				
	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
<u>Cotação do dólar</u>	4,8413	6,0516	3,6310	7,2620	2,4207
Depósito em moeda estrangeira (US\$74.355)	359.974	89.993	(89.993)	179.987	(179.987)
Ativos financeiros em moeda estrangeira (US\$314.259)	1.521.421	380.355	(380.355)	760.710	(760.710)
Passivos financeiros em moeda estrangeira (US\$397.805)	1.925.893	(481.473)	481.473	(962.947)	962.947
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Compra (US\$230.197)	1.135.389	261.540	(293.403)	537.250	(572.734)
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Venda (US\$127.130)	636.022	(137.133)	166.936	(286.808)	321.482
Impacto no resultado		<u>113.282</u>	<u>(115.342)</u>	<u>228.192</u>	<u>(229.002)</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui “Ativos não financeiros”, representados principalmente por estoques de soja e derivados, que são atrelados à moeda estrangeira e que possuem características de “hedge natural” para as operações totalizando R\$599.430 equivalentes a US\$123.816 e (R\$536.924 equivalentes a US\$102.904 em 31 de dezembro de 2022).

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” que são denominados em dólares norte-americanos, tipicamente de soja e seus derivados, foi apresentado tanto no ativo quanto no passivo das demonstrações financeira individuais e consolidadas.

A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. Seguem as principais premissas de análise:

- Valor líquido dos ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira.
- Contas a receber e a pagar em moeda estrangeira.
- O valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” denominados em moeda estrangeira.

- O valor justo dos instrumentos derivativos de taxa de câmbio.

Indicadores	Controladora e Consolidado - 31/12/2022				
	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
<u>Cotação do dólar</u>	5,2177	6,5221	3,9133	7,8266	2,6089
Depósito em moeda estrangeira (US\$79.988)	417.352	104.338	(104.338)	208.676	(208.676)
Ativos financeiros em moeda estrangeira (US\$380.635)	2.069.982	496.510	(496.510)	993.019	(993.019)
Passivos financeiros em moeda estrangeira (US\$640.144)	3.252.745	(835.020)	835.020	(1.670.041)	1.670.041
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Compra (US\$229.000)	1.210.591	309.627	(290.484)	606.106	(594.378)
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Venda (US\$151.404)	844.528	(165.237)	230.588	(359.550)	432.380
Impacto no resultado		<u>(89.782)</u>	<u>174.276</u>	<u>(221.790)</u>	<u>306.348</u>

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” que são denominados em dólares norte-americanos, tipicamente de soja e seus derivados, foi apresentado tanto no ativo quanto no passivo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. Seguem as principais premissas da análise:

- Valor líquido dos ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira.
- Contas a receber e a pagar em moeda estrangeira.
- O valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” denominados em moeda estrangeira.
- O valor justo dos instrumentos derivativos de taxa de câmbio.

e.2) Risco de variações no preço das “commodities”

Os cenários consideram, posição em 31 de dezembro de 2023:

- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço da soja de 25% (Cotação de R\$7.892,99 /R\$4.735,79 por bushel) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$9.471,59 /R\$3.157,20 por bushel) sobre os contratos futuros e opções de R\$234.861.
- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço do farelo de soja de 25% (Cotação de R\$2.259,06 /R\$1.355,43 por tonelada) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$2.710,87 /R\$903,62 por tonelada) sobre os contratos futuros e opções de R\$182.490.

- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço do óleo de soja de 25% (Cotação de R\$292,69 /R\$175,62 por tonelada) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$351,23 /R\$117,08 por tonelada) sobre os contratos futuros e opções de R\$661.402.

Indicadores	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
Cotação soja	6.314,39	7.892,99	4.735,79	9.471,59	3.157,20
Posição comprada	329.793	82.448	(82.448)	164.896	(164.896)
Posição vendida	(94.932)	(23.733)	23.733	(47.466)	47.466
Cotação farelo de soja	1.807,25	2.259,06	1.355,43	2.710,87	903,62
Posição comprada	620.931	155.233	(155.233)	310.466	(310.466)
Posição vendida	(438.441)	(109.610)	109.610	(219.221)	219.221
Cotação óleo de soja	234,15	292,69	175,62	351,23	117,08
Posição comprada	89.989	22.497	(22.497)	44.994	(44.994)
Posição vendida	(751.390)	(187.848)	187.848	(375.695)	375.695

e.3) Risco de concentração de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. A Companhia apresenta valores a receber referente a venda de Biodiesel, conforme descrito na nota explicativa nº 5, cujas garantias estão determinadas nos contratos firmados com as distribuidoras (mercado livre).

e.4) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e sua controlada não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área financeira.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de recebimento e vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

		Controladora							
		31/12/2023							
		Circulante				Não circulante			
Modalidade	Valor total	Juros estimados	Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	Mais de 1 até 3 anos	Mais de 3 até 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	2.522.889	577.577	184.711	499.947	684.658	1.103.749	450.818	283.664	1.838.231
Partes relacionadas	193.652	-	-	29.048	29.048	77.461	77.461	9.682	164.604
Fornecedores	766.885	-	229.018	534.374	763.392	3.493			3.493
Passivo de arrendamento	54.683	-	3.623	7.935	11.558	18.135	4.075	20.915	43.125
Ajustes de contratos futuros	1.037.309	-	60.965	976.344	1.037.309	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	15.633	-	15.488	145	15.633	-	-	-	-
Outras contas a pagar	46.483	-	6.498	32.013	38.511	7.972	-	-	7.972
Total	4.637.534	577.577	500.303	2.079.806	2.580.109	1.210.810	532.354	314.261	2.057.425

		Controladora							
		31/12/2022							
		Circulante				Não circulante			
Modalidade	Valor contábil	Juros estimados	Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	Mais de 1 até 3 anos	Mais de 3 até 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	4.758.561	779.225	1.236.276	1.330.703	2.566.979	1.070.377	836.001	285.204	2.191.582
Partes relacionadas	208.708	-	-	-	-	73.048	83.483	52.177	208.708
Fornecedores	713.780	-	213.462	498.078	711.540	2.240	-	-	2.240
Passivo de arrendamento	57.596	-	2.652	7.955	10.607	20.040	5.887	21.062	46.989
Ajustes de contratos futuros	1.653.811	-	169.492	1.484.319	1.653.811	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	29.116	-	16.411	12.705	29.116	-	-	-	-
Outras contas a pagar	52.829	-	7.097	38.321	45.418	7.411	-	-	7.411
Total	7.474.401	779.225	1.645.390	3.372.081	5.017.471	1.173.116	925.371	358.443	2.456.930

		Consolidado							
		31/12/2023							
	Valor		Circulante			Não circulante			
Modalidade	total	Juros	Menos de	Mais de		Mais de 1	Mais de 3	Acima	Não
		estimados	90 dias	90 dias	Circulante	até 3 anos	até 5 anos	de 5 anos	circulante
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	2.755.876	613.766	190.888	538.079	728.967	1.198.203	535.202	293.504	2.026.909
Fornecedores	804.701	-	266.834	534.374	801.208	3.493	-	-	3.493
Passivo de arrendamento	54.683	-	3.623	7.935	11.558	18.135	4.075	20.915	43.125
Ajustes de contratos futuros	1.119.675	-	119.536	1.000.138	1.119.675	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	15.633	-	15.488	145	15.633	-	-	-	-
Outras contas a pagar	46.501	-	6.516	32.013	38.529	7.972	-	-	7.972
Total	4.797.069	613.766	602.885	2.112.684	2.715.769	1.227.803	539.277	314.419	2.081.499

		Consolidado							
		31/12/2022							
		Circulante				Não circulante			
Modalidade	Valor total	Juros estimados	Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	5.019.836	828.400	1.243.060	1.340.878	2.583.938	1.163.604	932.372	339.922	2.435.898
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	741.275	-	240.957	498.078	739.035	2.240	-	-	2.240
Passivo de arrendamento	57.596	-	2.652	7.955	10.607	20.040	5.887	21.062	46.989
Ajustes de contratos futuros	1.653.811	-	169.492	1.484.319	1.653.811	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	29.116	-	16.411	12.705	29.116	-	-	-	-
Outras contas a pagar	52.880		7.148	38.321	45.469	7.411	-	-	7.411
Total	7.554.514	828.400	1.679.720	3.382.256	5.061.976	1.193.295	938.259	360.984	2.492.538

As contas de recebíveis, fornecedores e outras contas a receber e a pagar não contemplam juros a serem atualizados na data dos respectivos vencimentos, já as parcelas de empréstimos e financiamentos estão apresentadas com as respectivas atualizações monetárias futuras totalizando R\$577.577 e R\$613.766, controladora e consolidado respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 (R\$779.225 e R\$828.400, respectivamente em 31 de dezembro de 2022), de juros estimados conforme os contratos.

Ademais, os valores registrados contabilmente referentes ao ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado aproximam-se razoavelmente do seu valor justo.

e.5) Gestão de riscos de créditos - política de crédito perante os produtores rurais

Ao objetivar a garantia da entrega de matérias-primas e a continuidade das parcerias, a Companhia fornece recursos em espécie, sementes e insumos a produtores rurais.

O critério utilizado é o de seleção de produtores rurais por meio de itens que os classificam quanto à pontualidade das entregas das matérias-primas, tempo de relacionamento comercial, endividamento com patrimônio e percentuais de crédito que não ultrapassam 30% de sua previsão de colheita. O acompanhamento da lavoura é feito desde o plantio até a colheita por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas da Companhia.

O risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de produtores e dos procedimentos que monitoram esse risco.

22. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

Básico e diluído	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	239.857	348.744
Número de ações durante os exercícios (milhares)	24.444	24.444
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	9,813	14,267

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é idêntica à quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, por não haver potenciais ações diluídas no período. Adicionalmente, a Companhia não possui outro instrumento conversível em ações que possua impacto diluidor das ações existentes.

23. COMPROMISSOS

a) Compra de grãos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía compromissos de compra de soja em grãos, correspondentes a 268.499 toneladas com preço prefixado (contratos de garantia de preço) equivalentes a R\$524.511 para a safras 2023/2024. Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de compra de soja em grãos, correspondentes a 369.457 toneladas com preço prefixado (contratos de garantia de preço) equivalentes a R\$1.046.930 para a safras 2022/2023, 2021/2022 e 2020/2021. Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

b) De vendas

Biodiesel

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha celebrado contratos para o fornecimento de aproximadamente 45.990 m³ de biodiesel em janeiro e fevereiro de 2024, vendidos por meio de comercialização/negociação livre direto com os distribuidores, para retirada na unidade de São Simão - GO, Ipameri - GO e Sorriso-MT. O valor contratual a entregar desse fornecimento de biodiesel é variável, mas, de acordo com as estimativas da administração o montante aproximado será de R\$223.000.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha celebrado contratos para o fornecimento de aproximadamente 62.973 m³ de biodiesel em janeiro e fevereiro de 2023, vendidos por meio de comercialização/negociação livre direto com as distribuidoras, para retirada na unidade de São Simão-GO, Ipameri-GO e Sorriso-MT. O valor contratual a entregar desse fornecimento de biodiesel é variável, mas, de acordo com as estimativas da Administração o montante aproximado será de R\$358.000.

Outros compromissos

Em 31 de dezembro 2023, a Companhia tinha firmado os seguintes compromissos de venda para o mercado externo:

Produto	Volume/t	Embarque
Milho em Grãos	21.301	Janeiro de 2024
Farelo Hipro	297.347	Janeiro a Junho de 2024
Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja)	32.345	Janeiro a Abril de 2024
Lecitina	3.088	Janeiro/24 a Fevereiro de 2025
Glicerina	164	Janeiro de 2024

Desses compromissos, foram fixados os preços finais de venda do produto: Milho em Grãos no valor de US\$4.597 mil, de Farelo Hipro no valor de US\$25.225 mil, referente a 45.347 toneladas, de Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja) no valor de US\$28.371 mil, de Lecitina, no valor de US\$11.097 mil e de Glicerina no valor de US\$90 mil, que totalizarão US\$69.380 mil. Os preços finais de venda do saldo de 252.000 toneladas do produto Farelo Hipro, referente a CBOT serão fixados, que totalizarão aproximadamente US\$115.491 mil. O valor justo destes instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 é de ganho de R\$5.510.

A Companhia reúne todas as qualificações técnicas requeridas para o cumprimento de todas as cláusulas contratuais e também em sintonia com a programação para produção dos itens e entregá-los nos respectivos períodos compromissados.

c) Contratos de construção

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía compromissos futuros relacionados a construções no montante total de R\$71.000, referentes a: (i) contratos com empresas para a construção da planta de produção SPC GMO na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás, no montante de R\$18.337. O cronograma prevê a conclusão das obras para abril de 2024, ii) contratos com empresas para a construção planta de destilação de Glicerina na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, no montante de R\$40.792. O cronograma prevê a conclusão das obras para outubro de 2024 e (iii) contratos com empresas para a ampliação da planta de esmagamento da unidade de Ipameri, no Estado de Goiás, no montante de R\$11.871. O cronograma prevê a conclusão das obras para maio de 2024.

d) Compra de energia elétrica

A Companhia celebrou seis contratos com empresas fornecedoras de energia, para fornecimento de aproximadamente 186.670 MWh, sendo: saldo remanescente de 145.013 MWh, para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2026, 10.559 MWh para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2025 e 31.098 MWh para o período de janeiro a dezembro de 2024, ao preço aproximado de R\$21.404, R\$1.961 e R\$5.969, respectivamente. Custo total remanescente estimado será de aproximadamente R\$29.334.

24. PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia constituiu na rubrica de despesas gerais e administrativas obrigações relacionadas à participação dos funcionários no resultado no valor bruto de R\$25.940 (R\$41.200 em 31 de dezembro de 2022, sendo paga em março de 2022).

25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023 todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estavam cobertos por seguros. A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em reais, é como segue:

Classificação	Risco assegurado	Valor limite envolvido	Vencimento final
Patrimonial	Frota de veículos	R\$17.893	Março a Outubro/2024
Patrimonial (riscos nomeados)	Prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, mercadorias e matérias-primas	R\$3.426.595	Fevereiro/2025
Lucros cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	R\$485.240	Fevereiro/2025
Responsabilidade civil geral	Riscos operacionais diversos	R\$30.000	Novembro/2023
Seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais	Por colaborador da Companhia	R\$4.233	Julho/2024
Seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais	Alta direção	R\$730	Abril/2024
Transporte nacional	Transporte de máquinas e equipamentos	R\$4.000	Março/2024
Transporte internacional exportação	Transporte de produtos diversos	US\$40.000	Março/2024
Transporte internacional importação	Transporte de produtos diversos	US\$1.000	Março/2024
Transporte rodoviário de carga - RCTR-C	Transporte de produtos diversos	R\$120	Outubro/2024
Transporte rodoviário de carga – RFC - DC	Transporte de produtos diversos	R\$120	Outubro/2024
Seguro garantia	Garantia judicial (Mandado Segurança)	R\$61.870	Setembro/2025
Seguro garantia	Garantia de contrato ANTAQ - Itaituba	R\$316	Dezembro/2027
Segura garantia	Garantia judicial ANTAQ	R\$157	Março/2024
Seguro garantia	Garantia de contrato ANTAQ - Nova Roseira/São Simão	R\$76	Março/2027
Responsabilidade civil	Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros	R\$2.600	Março/2024
Seguro P&I	Responsabilidade civil de embarcações	US\$500.000	Julho/2024
Seguro D&O	Responsabilidade civil de administradores	R\$70.000	Março/2024
Seguro Operador Portuário	Responsabilidade civil unidade de Santana-AP	R\$20.000	Setembro/2024
Seguro garantia	Seguro garantia judicial - unidade Piracanjuba	R\$503	Agosto/2025
Seguro garantia	Garantia de contrato de energia - COPEL	R\$413	Janeiro/2025

Classificação	Risco assegurado	Valor limite envolvido	Vencimento final
Seguro garantia	Garantia de execução contrato ANTAQ - (Porto Santana-AP)	R\$15.685	Fevereiro/2025
Seguro Cárteres Liability	Responsabilidade civil Afretador	US\$100.000	Setembro/2024
Seguro garantia	Garantia execução fiscal	R\$2.071	Abril/2026
Seguro garantia	Garantia de fiança locatícia	R\$99	Novembro/2027
Responsabilidade	Explorador Aéreo (Drone)	R\$707	Abril/2024

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Até o mês de setembro de 2010, a Companhia e suas controladas contribuíam como patrocinadores e seus funcionários, quando optado, também contribuíam para um plano de aposentadoria de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., denominado Plano Caramuru-Prev., cujas reservas eram atualizadas financeiramente e não por meio de cálculos atuariais.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia, visando possibilitar a participação integral de seus funcionários, celebrou novo contrato de previdência complementar, sendo facultadas aos atuais participantes do antigo Plano de Aposentadoria Caramuru-Prev. a adesão e a portabilidade das suas reservas para o novo plano denominado Renda Total Empresarial PGBL Caramuru.

O atual plano tem as seguintes características básicas:

- Benefícios: aposentadoria por sobrevivência, pensão ao cônjuge ou companheiro(a), pecúlio por morte e pecúlio por invalidez.
- O benefício-alvo de aposentadoria por sobrevivência no plano contratado na modalidade de benefício definido será o resultado da transformação em renda do montante de reserva acumulada durante o período de contribuição ao plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a contribuição da Companhia totalizou aproximadamente R\$2.429 (R\$2.416 em 31 de dezembro de 2022). A contribuição da Companhia está condicionada ao percentual custeado pelo empregado, ou seja, a Companhia contribui exatamente com o mesmo percentual aplicado pelo empregado.

Conforme disposto no contrato firmado entre a Companhia e a BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., o único benefício estruturado na modalidade de benefício definido, cujo ônus pertence à patrocinadora do plano (Companhia), é o benefício mínimo oferecido aos participantes do Grupo 2, conforme definido no parágrafo 2º da cláusula 4ª do referido contrato, que trata que o pagamento será feito em uma única vez e é equivalente a 5 vezes o salário do participante na data do último recálculo. Ademais, para ser elegível o participante deverá atender concomitantemente as seguintes características:

- No mínimo 55 anos de idade.
- No máximo 80 anos de idade.
- 10 anos de vínculo com a Companhia.
- Perder o vínculo com a Companhia.

A provisão referente a este benefício é reconhecida mensalmente, para aqueles funcionários que já possuem o direito adquirido, sendo seu saldo, em 31 de dezembro de 2023, de R\$7.168 (R\$5.928 em 31 de dezembro de 2022).

As movimentações no valor presente da provisão com os benefícios definidos são como segue:

	Valor presente das obrigações atuariais	Ganhos (perdas) atuariais (1)	Passivo líquido total
Valor no final do exercício de 2021	6.123	(841)	5.282
Custo do serviço corrente da empresa, com juros	339	-	339
Custo dos juros	386	-	386
Ganhos ou perdas atuariais (1)	-	676	676
Benefício pago diretamente pela Companhia	-	(755)	-
Valor no final do exercício de 2022	6.848	(920)	5.928
Valor no final do exercício - 2022	6.848	(920)	5.928
Custo do serviço corrente da empresa, com juros	352	-	352
Custo dos juros	504	-	504
Ganhos ou perdas atuariais (1)	-	1.353	1.353
Benefício pago diretamente pela Companhia	-	(969)	(969)
Valor no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	7.704	(536)	7.168

(1) Ganho ou perda atuarial acumulado contabilizado pela Companhia em Ajuste de avaliação patrimonial conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1). O resultado atuarial é apurado quando do encerramento do exercício.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Hipóteses financeiras	2023 %
Taxa de desconto atuarial - real	11,00
Taxa de crescimento salarial - nominal	8,53
Inflação projetada	5,37
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios avaliados	5,37
Hipóteses financeiras	2022 %
Taxa de desconto atuarial - real	10,35
Taxa de crescimento salarial - nominal	7,13
Inflação projetada	4,01
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios avaliados	4,01
Hipóteses biométricas	2023
Tábua de mortalidade segregada por sexo	AT2000
Tábua de entrada em invalidez	"Mercer Disability"
	0 a 10 SM = 0,45/(TS+1)
	10 a 20 SM = 0,30/(CT+1); e
	Acima de 20 SM = 0,15/(TS+1)
Rotatividade	

Hipóteses biométricas	2022
Tábua de mortalidade segregada por sexo	AT2000
Tábua de entrada em invalidez	"Mercer Disability"
	0 a 10 SM = $0,45/(TS+1)$
Rotatividade	10 a 20 SM = $0,30/(CT+1)$; e
	Acima de 20 SM = $0,15/(TS+1)$

27. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Adições (i)	5.559	-	5.559	-
Saldo no final do exercício	5.559	-	5.559	-

- (i) Refere-se a aquisição de floresta formada madura (em pé) de eucalipto, com previsão de ser exaurida (colhida) no ano de 2024, a ser utilizado na unidade de São Simão-GO. Uma vez que a aquisição foi efetuada de partes terceiras, em condições normais de mercado e que o respectivo ativo biológico está substancialmente formado, em 31 de dezembro de 2023, não há diferenças materiais entre o valor justo e custo amortizado desse ativo, portanto a Administração da Companhia não entendeu como necessária a aplicação da técnica da abordagem de receita ("income approach") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado.

A Companhia não possui ativos biológicos oferecidos em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- a) Composição das transações que não envolvem caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros capitalizados	37.150	10.977	37.150	10.977
Aquisição de ativo imobilizado a prazo	24.293	24.824	24.293	24.824
Compensação de impostos (IR/CS Corrente)	1.620	36.032	1.620	36.032
Total	63.063	71.833	63.063	71.833

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Administração:

a) MP 1185/23 convertida na Lei 14.789/23

Neste contexto, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a Lei 14.789/2023, não traz nenhum impacto no conjunto das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023. Todavia, de forma subsequente, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança e Ação Declaratória, para não tributação dos incentivos fiscais, desta forma a Lei 14.789/2023 não será aplicada nas apurações da Companhia, realizando assim a exclusão no LALUR, posição esta suportada pelos assessores jurídicos da Companhia.

b) Constituição da Joint venture entre a Companhia e a Três Tentos Agroindustrial S.A.

Em janeiro de 2024, a Companhia obteve aprovação do CADE para constituição da Joint venture entre Caramuru Alimentos S.A. e Três Tentos Agroindustrial S.A., na cidade de Itaituba-PA, no distrito de Miritituba-PA, com objetivo de movimentação e armazenagem de cargas, originação de grãos, distribuição/comercialização de derivados de grãos e distribuição de fertilizantes, além de transbordo para carregamento de barcas fluviais. Inicialmente os investimentos estão estimados em aproximadamente R\$400.000, para serem concluídos até 2028, divididos igualmente entre as partes.

c) Ressarcimento em caixa de créditos tributários:

Em janeiro e março de 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil o montante de R\$35.643, oriundos de parte de pedidos de ressarcimento, sendo:

Natureza dos depósitos ocorridos	Montante
Ressarcimento atualizado de saldo negativo referente a antecipação a maior de IRPJ/CSLL, ano base de 2015 e 2016.	27.252
Ressarcimento de REINTEGRA, referente aos períodos: 1º. Trimestre 2015 e 1º. e 2º. Trimestre de 2017.	1.696
Ressarcimento de Pis e Cofins, referente a créditos básico, períodos parciais de 2010, 2011 e 2012.	792
Ressarcimento atualizado de IPI crédito básico, referente aos períodos: parcial de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2º. Trimestre de 2020.	5.903
Total	35.643

d) Foram celebrados pela Companhia os seguintes contratos de empréstimos para financiamentos de capital de giro no montante de USD120.000, equivalentes a aproximadamente R\$595.053 e em reais no valor de R\$550.000, perfazendo o montante total de R\$1.145.053, sendo:

- ACC - Adiantamento Contrato de Câmbio: captações junto aos Bancos do Brasil, Bradesco, ABC, Citibank, Sumitomo, CCB e Votorantin em fevereiro e março de 2024, no montante de US\$120.000, equivalente a aproximadamente R\$595.053;
 - FGPP – Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor: captação junto ao Banco Itaú, em fevereiro de 2024, no montante de R\$250.000;
 - NCE – Nota de Crédito de Exportação: captação junto ao Banco do Brasil, em março de 2024, no montante de R\$120.000.
 - CPR – Cédula de Produtor Rural: captação junto ao Banco Bradesco, em março de 2024, no montante de R\$180.000.
- e) Em fevereiro e abril de 2024, a Companhia celebrou contratos para o fornecimento de aproximadamente 139.668 m³ de biodiesel de março a junho de 2024, vendidos através de mercado livre, negociados diretamente com distribuidoras, com formação de preço FOB para retirada nas unidades de São Simão-GO, Ipameri-GO e Sorriso-MT. O valor contratual a entregar desse fornecimento de biodiesel é variável, mas, de acordo com as estimativas da Administração o montante aproximado será de R\$722.947.
- f) Em março de 2024, a Companhia celebrou contratos para o fornecimento de aproximadamente 9.600 toneladas de Farelo de soja no mercado interno, para retirada nas unidades de Itumbiara e São Simão-GO, a entregar de março a dezembro de 2024. O valor contratual desse fornecimento é de aproximadamente R\$14.550.
- g) De janeiro a abril de 2024, a Companhia celebrou contratos para o fornecimento ao mercado externo, de aproximadamente 284.150 toneladas de Farelос de soja(SPC, Pellets, Hipro GMO e Non-GMO), a entregar no período de abril de 2024 a fevereiro de 2025, o valor contratual desse fornecimento é de aproximadamente USD 154.703, de Soja em grãos, aproximadamente 130.000 toneladas, a entregar até junho de 2024, o valor contratual desse fornecimento é de aproximadamente USD 57.126 e de Óleo de Soja, aproximadamente 6.000 toneladas, a entregar até maio de 2024, o valor contratual desse fornecimento é de aproximadamente USD 5.431, totalizando o montante de aproximadamente USD217.260.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2024 e autorizadas para publicação em 26 de abril de 2024.



Release de
Resultados
4T23

Divulgação de Resultados 4T23

Itumbiara, 26 de Abril de 2024.

A Caramuru Alimentos S.A. (“Companhia”) anuncia os resultados do 4º trimestre de 2023. As comparações a seguir são relativas ao mesmo período de 2022 e os resultados incluem os efeitos do IFRS 16/CPC 06 (R2), exceto onde indicado de outra forma.

Destaques do período



A Receita Líquida totalizou R\$ 1,985 bilhões no 4T23 e R\$ 7,593 bilhões em 2023.



O EBITDA ajustado foi de R\$489,6 milhões e margem EBITDA ajustada de 6,4%.



O Lucro Líquido atingiu R\$ 239,8 milhões no ano de 2023 e margem líquida de 3,2%.



O Volume de vendas alcançou 709,4 mil toneladas no 4T23 e 2,492 milhões de toneladas no ano, crescimento de 7,7% vs. 2022.



Queda na relação Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado de 2,14x em 2023 vs. 2,38x em 2022.



Anúncio da JV com a 3tentos para atuar em um terminal hidroviário em Miritituba, no Pará, para escoamento de grãos e farelo de soja pelo Arco Norte.

Abaixo apresentamos os principais dados financeiros e operacionais da Companhia:

Financeiros em mil R\$	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita Líquida	1.985.007	2.146.701	-7,5%	7.592.518	8.626.376	-12,0%
EBITDA Ajustado	127.813	163.869	-22,0%	489.654	639.182	-23,4%
Margem EBITDA Ajustado	6,4%	7,6%	-1,19 p.p.	6,4%	7,4%	-0,96 p.p.
Lucro Líquido	72.730	102.212	-28,8%	239.857	348.744	-31,2%
EPS	2,98	4,18	-28,8%	9,81	14,27	-31,2%
Dívida Líquida	1.049.677	1.521.509	-31,0%	1.049.677	1.521.509	-31,0%
Dívida Líquida/EBITDA LTM	2,14x	2,38x	-9,9%	2,14x	2,38x	-9,9%

Operacionais Em Toneladas	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Volume de Vendas (em t)	709.492	634.316	11,9%	2.491.836	2.312.808	7,7%
Commodities diferenciadas	274.362	235.712	16,4%	896.657	869.710	3,1%
Commodities	184.264	163.878	12,4%	813.687	706.363	15,2%
Biocombustíveis	96.278	87.010	10,7%	385.218	349.079	10,4%
Produtos de consumo & outros	154.589	147.715	4,7%	396.273	387.656	2,2%
Volume de Originação (em t):	62.407	174.996	-64,3%	2.840.321	2.769.884	2,5%
Soja	12.964	80.351	-83,9%	2.033.073	2.015.083	0,9%
Girassol	908	1.388	-34,6%	66.583	36.982	80,0%
Milho	48.535	93.257	-48,0%	740.665	717.819	3,2%

Mensagem da Administração

O ano de 2023 foi desafiador, em meio a um cenário econômico global mais complexo, marcado por consideráveis quedas nos preços dos grãos em dólar, apreciação do real frente ao dólar e, conseqüentemente, reduções de margens. Apesar desses desafios, entramos em 2024 com uma posição adequada de caixa, um endividamento estabilizado e uma dívida alongada, o que nos possibilita continuar avançando em nosso plano de expansão e crescimento, buscando aprimorar nossa margem operacional mantendo uma alavancagem adequada.

No final de 2023, anunciamos uma parceria estratégica com a 3tentos, na operação de armazenagem e investimentos em um terminal de transbordo em Miritituba, no Pará, visando explorar o potencial da logística do Arco Norte do país. Aprovamos também a expansão da capacidade de esmagamento de soja na planta de Ipameri-GO, uma decisão significativa na busca por ampliação do *crushing* e valor agregado.

Está em andamento a implantação da planta de Glicerina Bidestilada em Sorriso, no Mato Grosso, e concluímos a fábrica de SPC GMO, em Itumbiara, Goiás, com abertura de novos mercados e comercialização no início de 2024. Estes são importantes avanços que contribuirão para a redução de custos e para a agregação de valor em nossos negócios, reafirmando nossa estratégia de diversificação que tem se mostrado acertada ao longo dos anos.

No decorrer de 2023, avançamos nas ações voltadas para suportar nosso compromisso com o tema ESG. Nosso programa “Segurança: Atitude Consciente” evoluiu positivamente, com todas as lideranças e colaboradores engajados em estabelecer nova cultura de segurança, demonstrando comprometimento em elevar a nossa segurança da escala de prioridades para a escala de valores, um fator primordial na condução dos nossos negócios. Além disso, fizemos avanços significativos no “Programa Sustentar”, um programa criado para garantir a sustentabilidade e a rastreabilidade de nossos produtos, bem como nos aspectos relacionados à Governança Climática, uma ambição muito clara: ser reconhecida como agente de transformação para a redução de carbono na cadeia de valor, com metas definidas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, que estão entre os maiores desafios do agronegócio.

Por fim, expressamos nosso reconhecimento aos nossos acionistas pelos contínuos investimentos na Caramuru e pela confiança depositada em nossos planos de crescimento. Reafirmamos nosso compromisso de continuar com nossa força de trabalho, nossos colaboradores, sempre em um ambiente operacional dinâmico, mantendo posição sólida para alcançar resultados e retornos consistentes por meio de investimentos estratégicos, sempre com foco em nosso crescimento sustentável.

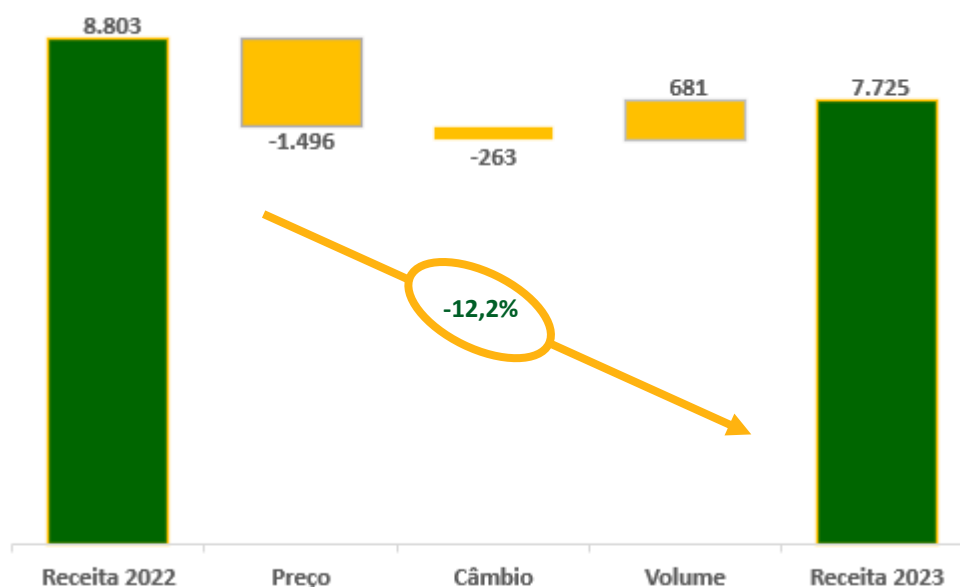
Júlio César da Costa - CEO

Desempenho Operacional e Financeiro

Receita Bruta

Em 2023, a receita bruta registrou uma queda de 12,2% em comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 7,725 bilhões. A principal causa dessa redução foi a diminuição nos preços médios, que teve um impacto negativo de R\$ 1,496 bilhões. Além disso, a valorização do real em relação ao dólar (R\$ 4,9950 na média dos 12M23 vs. R\$ 5,1648 na média dos 12M22) também teve um efeito negativo, resultando em uma diminuição de R\$ 263 milhões na variação da receita bruta durante o período analisado. Em contrapartida, o aumento no volume de vendas contribuiu positivamente, gerando um aumento na receita de R\$ 681 milhões.

Em R\$ milhões

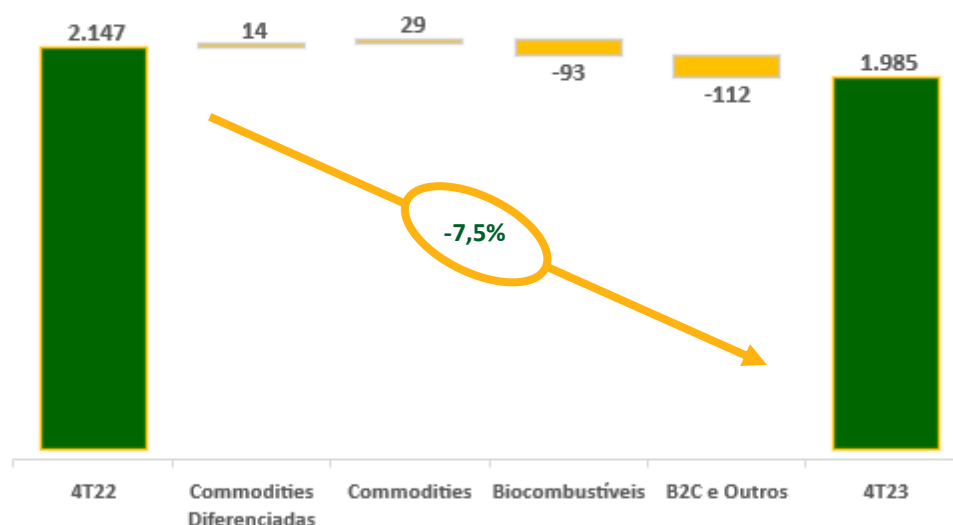


Receita Líquida

No 4T23, a Receita Líquida Consolidada totalizou R\$ 1,985 bilhões, representando uma redução de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação negativa ocorreu devido à queda dos preços médios em todos os segmentos, com ênfase nos setores de B2C e Biocombustíveis, os quais apresentaram reduções nos preços médios de 28% e 23%, respectivamente, em relação ao 4T22.

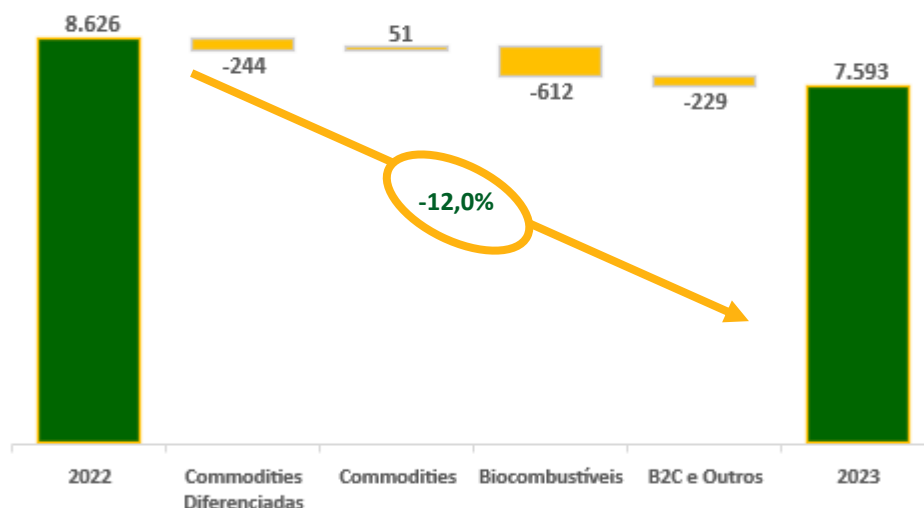
Apesar da redução nos preços de venda mencionados anteriormente, tivemos um aumento no volume vendido em todos os segmentos que contribuiu para minimizar os impactos mencionados acima. O destaque principal em termos de aumento de volume foi o segmento de Commodities Diferenciadas (+16%), que foi impulsionado principalmente pelo aumento das vendas de Farelo Hipro NGMO. Além disso, houve um aumento de volume vendido no segmento de Commodities (+12%), motivado pelo aumento de vendas de Soja em Grãos.

Em R\$ milhões

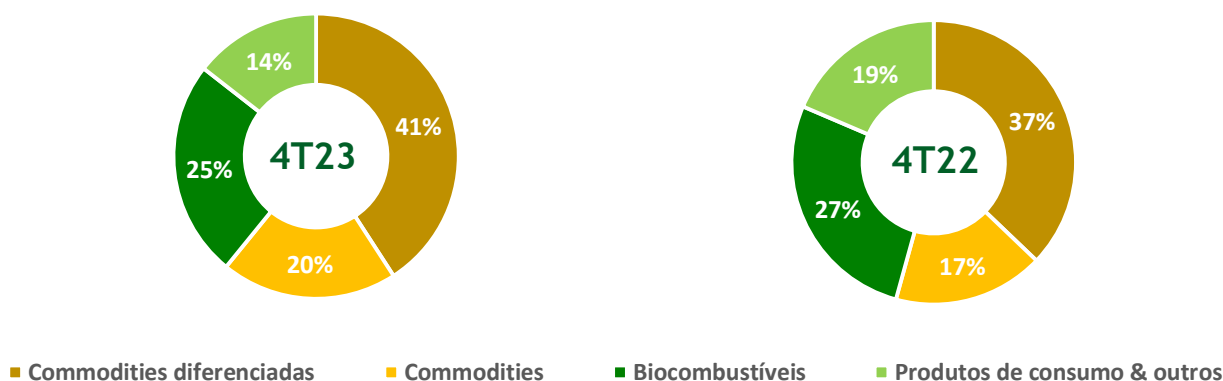


Em 2023, a Receita Líquida Consolidada alcançou R\$ 7,593 bilhões, uma redução de 12% em comparação ao ano anterior. Essa diminuição foi impulsionada principalmente por menores preços dos segmentos de Biocombustíveis e B2C, os quais registraram quedas no acumulado de 31% e 20%, respectivamente, apesar do aumento de volume.

Em R\$ milhões



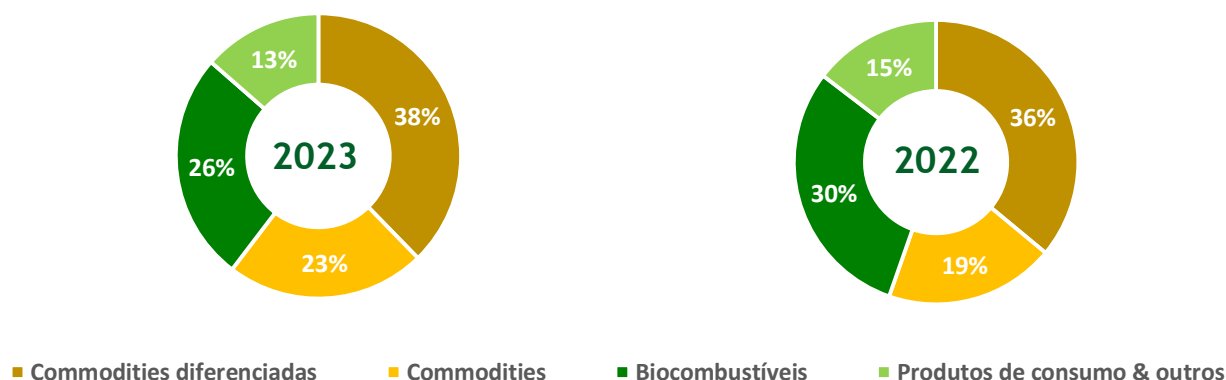
Os gráficos a seguir mostram a participação de cada segmento nos períodos do 4T23 e 4T22, destacando que o aumento no volume de vendas contribuiu para mitigar o efeito da queda nos preços em todos os segmentos.



No 4T23, o segmento de "Commodities Diferenciadas" apresentou aumento na participação percentual da receita líquida, representando 41% vs. 37% no 4T22, apesar da queda de 12,8% nos preços desse segmento, foi observado um crescimento de 16,4% no volume de vendas do segmento, impulsionado principalmente pelo aumento nas vendas do produto Farelo Hipro NGMO.

Já no segmento de "Commodities", sua participação na composição da receita aumentou para 20% no 4T23 vs. 17% no 4T22, esse crescimento foi impulsionado pelo aumento de 12,4% no volume de vendas desse segmento em comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao maior volume de soja exportado no 4T23 vs. 4T22.

No 4T23, o segmento de "Biocombustíveis" sofreu uma queda na participação percentual da receita líquida, representando 25% da composição da receita em comparação com os 27% registrados no 4T22. Apesar de um aumento de 11% no volume de vendas, esse segmento foi impactado negativamente por uma queda de 23% nos preços em comparação com o 4T22. Em paralelo o segmento de "Produtos de Consumo e Outros" também sofreu uma diminuição na participação percentual da receita, representando no 4T23 14% da receita líquida total vs. 19% no 4T22. Apesar de um aumento de 5% no volume vendido, houve uma considerável redução no preço médio, especialmente no Milho em grãos, que registrou uma diminuição de 29% no seu preço de venda no último trimestre do ano.



No Acumulado do ano, o segmento de "Commodities Diferenciadas" apresentou aumento na participação percentual da receita líquida, alcançando 38% vs. 36% em 2022. Apesar de uma redução de 10% nos preços de venda, esse segmento teve um aumento de 3,1% no volume de vendas, impulsionado principalmente pelo aumento nas vendas do produto Farelo Hipro NGMO (+110%) e SPC (34%) em comparação a 2022.

Já no segmento de "Commodities", sua participação na composição da receita aumentou para 23% em 2023 vs. 19% em 2022, esse crescimento foi impulsionado pelo aumento de 15,2% no volume de vendas desse segmento em comparação com o mesmo período do ano anterior, destaca-se que esse incremento foi principalmente atribuído ao aumento no volume de soja exportado (+120%) em 2023, totalizando 154,2 mil toneladas, em comparação com as 70,0 mil toneladas exportadas em 2022.

O segmento de "Biocombustíveis" sofreu uma queda na participação percentual da receita líquida, representando 26% da composição da receita em comparação com os 30% registrados em 2022. Apesar de um aumento no volume vendido de 10,4%, esse segmento foi impactado negativamente por uma queda significativa de 31% nos preços em comparação com o ano anterior. Já o segmento de "Produtos de Consumo e Outros" também sofreu uma diminuição na participação percentual da receita, representando em 2023 13% da receita líquida total vs. 15% em 2022.

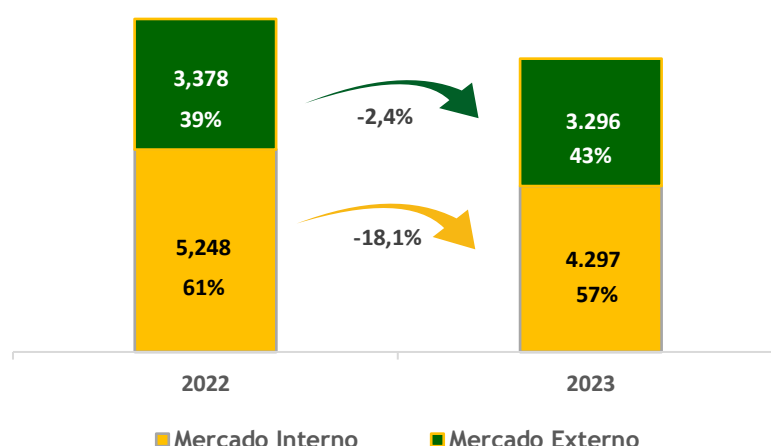
Na comparação acumulada entre 2023 vs. 2022, a receita líquida registrou uma queda de 12,0%, atingindo R\$ 7,592 bilhões. Todos os segmentos apresentaram queda de receita no acumulado de 2023, exceto o segmento de commodities, que apresentou um crescimento de 3,0% em 2023 vs. 2022. O segmento de biocombustíveis teve um impacto significativo na redução da receita, devido a uma queda nos preços de 31%.

Receita líquida por segmento R\$ mil	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Commodities diferenciadas	810.940	797.249	1,7%	2.862.850	3.106.605	-7,8%
Commodities	397.348	368.136	7,9%	1.719.473	1.668.625	3,0%
Biocombustíveis	489.889	582.679	-15,9%	1.980.048	2.591.766	-23,6%
Produtos de consumo & outros	286.829	398.636	-28,0%	1.030.146	1.259.379	-18,2%
Receita Líquida	1.985.007	2.146.701	-7,5%	7.592.518	8.626.376	-12,0%

Destinação das Vendas

Além da Receita Líquida por segmento operacional, apresentamos também a Receita Líquida destacando a participação do mercado externo e mercado interno.

Em R\$ milhões



No ano de 2023, a participação do mercado interno na Receita Líquida total diminuiu para 58% em comparação com os 62% registrados em 2022. Por outro lado, o mercado externo aumentou sua participação, representando 42% em 2023, em comparação com os 38% em 2022.

Lucro Bruto e Margem Bruta

No 4T23, o lucro bruto atingiu R\$ 222,8 milhões comparados a R\$ 232,4 milhões no 4T22, resultando em uma margem bruta de 11,23% vs. 10,83% no 4T22. A redução do lucro bruto é principalmente atribuída aos efeitos do câmbio sobre as receitas de vendas.

Durante o 4T23, houve uma valorização do real brasileiro em relação ao dólar americano, apresentando um aumento de 5,8% em comparação com o mesmo período de 2022. A taxa de câmbio média no último trimestre do ano foi de R\$4,9535, em comparação com R\$ 5,2558 no 4T22. Essa valorização da moeda teve impactos negativos nas receitas provenientes de exportação.

No ano de 2023 a empresa registrou um lucro bruto acumulado de R\$ 779,4 milhões comparado aos R\$ 842,4 milhões do mesmo período no ano anterior, representando uma redução absoluta de R\$ 63 milhões. Apesar da redução no valor absoluto, a margem bruta revela um desempenho favorável, atingindo 10,3% em 2023, em comparação com os 9,8% observados em 2022.

A soja em grãos é um dos nossos principais componentes de custo e grande parte é adquirida antecipadamente (de agosto a dezembro do ano anterior) com preços em reais, momento em que se faz o hedge da taxa forward para o período de entrega da soja (de janeiro a abril do ano seguinte). Quando ocorre a entrega do maior volume de soja, no período de safra, ocorre o carregamento de estoque, bem como a marcação a mercado desse estoque pelo valor do dólar, que é diferente daquelas fixadas por ocasião das compras antecipadas mediante NDF's, trazendo um efeito negativo ou positivo para dentro do CPV. A taxa média cambial da formação do custo da Soja (Garantia e Spot) do 12M23 foi de R\$ 5,1753. Já no 4T23, as compras Spot foram adquiridas com taxa média cambial de R\$ 4,9650.

Assim, a matéria-prima (soja) que tem sua formação de preço atrelada à moeda estrangeira, marcada a mercado e sendo o principal componente do CPV, foi adquirida com base em taxas cambiais superiores à taxa cambial média da comercialização no 4T23 que foi R\$ 4,9535, bem como o estoque final de soja no 4T23 foi marcado a mercado em 31/12/2023 pela PTAX do dia a R\$ 4,8413.

Esses fatores contribuem diretamente para a variabilidade da margem bruta, uma vez que a matéria-prima é processada e os produtos derivados são vendidos a taxas de câmbio diferentes daquelas utilizadas para formar o preço de compra da soja (maior ou menor).

Porém, os resultados das operações de hedge utilizadas como instrumento de proteção (dívida em dólar ou NDF), vão diretamente para a rubrica de receitas e/ou despesas financeiras (variação passiva ou ativa da taxa de câmbio), neutralizando assim o efeito negativo ou positivo na margem bruta.

Em mil R\$	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita Líquida	1.985.007	2.146.701	-7,5%	7.592.518	8.626.376	-12,0%
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.762.153)	(1.914.252)	-7,9%	(6.813.111)	(7.783.952)	-12,5%
Lucro Bruto	222.854	232.449	-4,3%	779.407	842.424	-7,5%
Margem Bruta	11,2%	10,8%	0,40 p.p.	10,3%	9,8%	0,50 p.p.

Custos e Despesas por Natureza

Nosso principal componente de custos é matéria-prima (soja, milho e girassol), que representa a maior parte dos custos dos produtos vendidos, seguido pela conta de logística (frete). Os preços da soja, bem como a taxa cambial influenciam diretamente a nossa estrutura de custos variáveis.

No 4T23, embora tenhamos registrado um custo absoluto inferior em comparação com o mesmo período de 2022, devido à diminuição nos preços da soja, ao analisarmos percentualmente em relação à receita, observamos que nosso custo representou 94,7%, em comparação com 94,5% no 4T22. No acumulado do ano, nosso custo representou 95,7% da receita líquida vs. 94,9% em 2022, representando um aumento 0,83 p.p.

A rubrica matéria prima (que considera basicamente os grãos de soja, milho e girassol) utilizados no processo, é o componente de custo mais significativo no CPV, representando 76,8% do custo total, seguido pela despesas com fretes que equivale 9,0% do custo total. No 4T23, o preço da soja negociado em Chicago foi menor que o 4T22, que conjuntamente com a valorização do real no trimestre fizeram com que o custo nominal da soja em reais caísse no trimestre. A cotação média de preço de soja na CBOT foi de 13,84 USD/bushel nos 12M23, comparado com 15,04 USD/bushel no mesmo período de 2022.

No ano de 2023, todas as contas (exceto a conta de matéria prima e insumos) aumentaram, conforme apresentado abaixo:

Em mil R\$	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Matéria-prima	(1.238.821)	(1.597.311)	-22,4%	(5.577.275)	(6.765.864)	-17,6%
% sobre a RL	-62,4%	-74,4%		-73,5%	-78,4%	
Frete	(122.547)	(138.782)	-11,7%	(656.364)	(631.735)	3,9%
% sobre a RL	-6,2%	-6,5%		-8,6%	-7,3%	
Despesa com Pessoal	(86.278)	(89.402)	-3,5%	(316.538)	(294.337)	7,5%
% sobre a RL	-4,3%	-4,2%		-4,2%	-3,4%	
Despesas exportação e portuárias	(27.575)	(23.808)	15,8%	(112.502)	(84.917)	32,5%
% sobre a RL	-1,4%	-1,1%		-1,5%	-1,0%	
Energia e combustíveis	(30.530)	(40.273)	-24,2%	(171.971)	(161.473)	6,5%
% sobre a RL	-1,5%	-1,9%		-2,3%	-1,9%	
Depreciação e amortização	(19.787)	(17.828)	11,0%	(75.610)	(68.404)	10,5%
% sobre a RL	-1,0%	-0,8%		-1,0%	-0,8%	
Insumos	(20.959)	(28.485)	-26,4%	(98.671)	(104.333)	-5,4%
% sobre a RL	-1,1%	-1,3%		-1,3%	-1,2%	
Receita(custos) com operações de recompra e prêmio	(406.692)	(125.130)	225,0%	(152.510)	(81.294)	87,6%
% sobre a RL	-20,5%	-5,8%		-2,0%	-0,9%	
Outros	73.821	31.822	132,0%	(103.687)	8.895	-1265,7%
% sobre a RL	3,7%	1,5%		-1,4%	0,1%	
Custos Totais	(1.879.368)	(2.029.197)	-7,4%	(7.265.128)	(8.183.462)	-11,2%
Receita Líquida	1.985.007	2.146.701	-7,5%	7.592.518	8.626.376	-12,0%
Custos Totais sobre a RL	-94,7%	-94,5%		-95,7%	-94,9%	
Custo dos Produtos Vendidos	(1.762.153)	(1.914.252)	-7,9%	(6.813.111)	(7.783.952)	-12,5%
Despesas Comerciais	(63.903)	(57.802)	10,6%	(239.745)	(194.676)	23,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(49.250)	(56.970)	-13,6%	(206.565)	(204.484)	1,0%
PCE - clientes e adto a fornecedores	(4.062)	(173)	2248,0%	(5.707)	(350)	1530,6%

Em 2023, os custos de transporte apresentaram um aumento de 3,9% em termos nominais em comparação com 2022, representando 8,6% da receita líquida vs. 7,3% registrados em 2022. Esses aumentos foram impulsionados pelo crescimento nos volumes de mercadorias transportadas.

Com relação à rubrica de despesas com pessoal, houve aumento para 4,2% da receita vs. 3,4% em 2022. Esse acréscimo é atribuído principalmente ao reajuste salarial de 5,93% concedido no período.

Referente a rubrica de despesas com exportação e portuária, tivemos um aumento de 32,5% em 2023 em comparação com 2022. Essas despesas com exportação representaram 1,5% da

receita líquida, em comparação com os 1,0% registrados em 2022. Esse aumento está relacionado ao estoque de SPC na Alemanha, em 2023 tivemos um volume maior de SPC armazenado quando comparado com 2022, resultando em um aumento nas despesas de movimentação e armazenagem.

As despesas relacionadas à energia e combustíveis teve um aumento de 6,5% quando comparado com 2022. Essa elevação representou 2,3% da receita vs. 1,9% em 2022. O aumento significativo nas despesas com energia se deve principalmente ao aumento dos custos de cogeração de energia. Já referente a combustíveis, o desvio foi motivado referente a altas nos combustíveis, para cogeração de energia (biomassa) principalmente no que se diz respeito ao cavaco.

A receita (custo) com operações de recompra e prêmio, resulta dos contratos de prêmios de compra e venda no Porto de Paranaguá, utilizados como mecanismo de *hedge*, para proteção contra oscilações dos contratos de prêmio na formação do preço da soja e de seus derivados. Para melhor comparação, tais valores devem ser analisados em conjunto com a rubrica de matéria-prima, já que essa é uma operação de *hedge* da *commodity* soja.

Já a rubrica de “Outros” contempla gastos decorrentes de: embalagens, manutenção, prestação de serviços, comissão sobre vendas, dentre outros. Em 2023, tivemos uma variação significativa nessa rubrica, um dos fatores foram os gastos com manutenção, os quais tiveram um aumento de 23,5% em comparação com 2022. Esse aumento está atribuído a duas paradas na fábrica de Sorriso para a ampliação da caldeira. Durante esse período de parada, dedicamos esforços à manutenção e correção de uma variedade maior de equipamentos, visando a melhoria da produtividade no médio prazo. Esse cenário resultou em um acréscimo nos gastos com a contratação de mão de obra e aquisição de materiais.



Resultado por Segmento

Commodities Diferenciadas

No 4T23, a receita líquida proveniente de commodities diferenciadas alcançou R\$ 810,9 milhões, registrando uma diminuição de 1,7% em relação ao mesmo período de 2022. Essa variação na receita é atribuída a uma queda de 12,8% no preço médio do segmento, com destaque para o produto SPC, que apresentou uma redução de aproximadamente 35% em

seu preço de venda em comparação com o 4T22. No entanto, como contrapartida às reduções de faturamento decorrentes da queda de preços, houve um aumento no volume de vendas, com ênfase no produto HIPRO NGMO e SPC que aumentou o volume de vendas quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano a receita líquida de commodities diferenciadas teve retração de 7,8% em comparação a 2022, sendo o principal fator dessa variação a redução de 10% nos preços de venda. No entanto, foi possível reduzir os efeitos das quedas de preço devido ao aumento de 3,1% no volume de vendas, destacando-se o produto HIPRO NGMO que aumentou 110% o volume de vendas quando comparado com o ano de 2022.

Receita líquida por segmento R\$ mil	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita líquida	810.940	797.249	1,7%	2.862.850	3.106.605	-7,8%
Lucro Bruto	92.041	82.384	11,7%	483.847	543.707	-11,0%
Margem Bruta	11,3%	10,3%	1,02 p.p.	16,9%	17,5%	-0,60 p.p.

O segmento de commodities diferenciadas inclui a “glicerina e glicerina bidestilada”, coprodutos do processamento do biodiesel. Assim, para melhor reflexo e comparação do resultado fizemos um ajuste atribuindo a receita e lucro bruto ao segmento de biocombustíveis, conforme tabela a seguir:

Receita líquida (sem glicerina) R\$ mil	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita líquida	810.940	797.249	1,7%	2.862.850	3.106.605	-7,8%
(-) Glicerina	(26.206)	(33.280)	-21,3%	(120.733)	(231.006)	-47,7%
(=) Receita Líquida Ajustada	784.735	763.969	2,7%	2.742.117	2.875.599	-4,6%
Lucro Bruto	92.041	82.384	11,7%	483.847	543.707	-11,0%
(-) Lucro Bruto Glicerina	(20.108)	(26.564)	-24,3%	(95.640)	(203.572)	-53,0%
(=) Lucro Bruto Ajustado	71.933	55.820	28,9%	388.207	340.135	14,1%
Margem Bruta Ajustada	9,2%	7,3%	1,86 p.p.	14,2%	11,8%	2,33 p.p.

Retirando o efeito da glicerina, a margem bruta do segmento de commodities diferenciadas alcança 9,2% no 4T23, em comparação com os 7,3% no 4T22. No cenário anual, a margem bruta ajustada atingiu 14,2% em 2023, um aumento em relação aos 11,8% registrados em 2022. Esse incremento na margem bruta é atribuído principalmente à variação nos produtos comercializados, com uma redução nas vendas do produto HIPRO GMO e um aumento significativo nas vendas do produto HIPRO NGMO, que possui um maior valor agregado.



Commodities

A receita líquida de Commodities atingiu R\$ 397,3 milhões no 4T23, representando um aumento de 7,9% em comparação com o 4T22. Apesar da redução de 10,5% no preço médio de venda nesse segmento, o aumento no volume de vendas contribuiu para mitigar os efeitos da queda de preço. Esse crescimento no volume de vendas é atribuído, principalmente, ao aumento nas vendas de soja em grãos.

Ao comparar os 12M23 vs.12M22, tivemos um aumento de 3,0% na receita líquida, alcançando o valor de R\$ 1,719 bilhões, mesmo diante da diminuição nos preços das commodities. Esse crescimento é impulsionado pelo significativo aumento de 185% nas vendas de soja em grãos para o mercado externo, o que explica também a redução na margem no segmento, saindo de 4,3% em 2022 vs. 1,8% em 2023.

Receita líquida por segmento R\$ mil	4T		Variação	12 M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita Líquida	397.347	368.136	7,9%	1.719.473	1.668.625	3,0%
Lucro Bruto	18.977	76.559	-75,2%	31.504	71.253	-55,8%
Margem Bruta	4,8%	20,8%	-16,02 p.p.	1,8%	4,3%	-2,44 p.p.



Biocombustíveis

A receita líquida de biocombustíveis no 4T23 foi 15,9% inferior ao 4T22 atingindo R\$ 489,9 milhões. No ano de 2023, houve uma redução de 23,6% em relação ao ano anterior, resultando em uma receita líquida de R\$ 1,980 bilhões. Apesar do aumento de 10,4% no volume vendido, a diminuição da receita foi atribuída à queda nos preços de venda, que sofreram uma redução de 30,8% em comparação com o preço médio praticado em 2022.

A mistura obrigatória no diesel ficou em 12% (B12) no 4T23. A margem bruta negativa do segmento de biodiesel se deve pelo fato do AVJ (Ajuste a Valor Justo) não estar distribuído entre os segmentos de negócios com impacto somente na margem bruta total. Bem como pelo impacto da variação cambial, que tem seu efeito contabilizado na rubrica de receitas e despesas financeiras, portanto não impactando a margem bruta dos segmentos de negócios.

Além dos fatores acima, a mistura do biodiesel foi reduzida para 10% entre janeiro e março de 2023, aumentando para 12% somente em abril. No entanto, abaixo dos 15% previstos anteriormente na política original da ANP o que contribuiu para uma menor diluição dos

custos fixos afetando também a margem bruta do segmento no ano. A partir de 1º de março de 2024, a mistura foi elevada para 14% e no cronograma revisado a mistura atingirá 15% em março de 2025, o que contribuirá para uma maior diluição dos custos e melhoria de margem do segmento.

em mil R\$	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita líquida	489.889	582.680	-15,9%	1.980.048	2.591.766	-23,6%
Lucro Bruto	36.263	(10.082)	-459,7%	(215.480)	65.172	-430,6%
Margem Bruta	7,4%	-1,7%	9,13 p.p.	-10,9%	2,5%	-13,40 p.p.

A “glicerina e a glicerina bidestilada” são coprodutos do processo de biodiesel, que não podem ser produzidos independentemente. Assim, para melhor reflexão e comparação do resultado, alocamos a receita e o lucro bruto no segmento de “Biocombustíveis”, conforme tabela abaixo:

Receita líquida (com glicerina) R\$ mil	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita líquida	489.889	582.680	-15,9%	1.980.048	2.591.766	-23,6%
(+) Glicerina	26.206	33.280	-21,3%	120.733	231.006	-47,7%
(+) Cbios	10.197	6.044	68,7%	33.324	24.346	36,9%
(=) Receita Líquida Ajustada	526.292	622.004	-15,4%	2.134.106	2.847.119	-25,0%
Lucro Bruto	36.263	(10.082)	-459,7%	(215.480)	65.172	-430,6%
(+) Lucro Bruto Glicerina	20.108	26.564	-24,3%	95.640	203.572	-53,0%
(+) Lucro Bruto CBIOS	8.628	5.084	69,7%	28.123	20.496	37,2%
(=) Lucro Bruto Ajustado	64.999	21.566	201,4%	(91.717)	289.239	-131,7%
Margem Bruta Ajustada	12,4%	3,5%	8,88 p.p.	-4,3%	10,2%	-14,46 p.p.

Com a inclusão das vendas de glicerina no setor de biodiesel, juntamente com a receita proveniente dos Créditos de Descarbonização (CBIOS), a margem bruta do segmento registrou -4,3% em 2023, em comparação com os 10,2% de 2022. No 4T23 emitimos 90.075 CBios (créditos de descarbonização), representando uma receita de R\$ 10,197 milhões. Ao longo do ano de 2023, emitimos 291.925 CBios, totalizando uma receita acumulada em 2023 de R\$ 33,324 milhões.

Produtos de consumo & outros

No 4T23, a receita líquida do segmento "Produtos de Consumo & Outros" alcançou o valor de R\$ 286,9 milhões, o que representa uma queda de 28,0% em relação ao mesmo período

do ano anterior (4T22). Essa redução foi principalmente influenciada pela diminuição nos preços de venda de 28,2%, apesar de um aumento volume de vendas de 4,7%.

No acumulado do ano, registramos uma redução na receita de 18,2%. Além disso, a margem também foi afetada, apresentando uma diminuição de 3,42 p.p quando comparado com o ano anterior. Essa redução na margem foi resultado das quedas de preço de 19,8%, impactando negativamente os resultados do segmento durante o acumulado do ano.

em mil R\$	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita Líquida	286.829	398.635	-28,0%	1.030.146	1.259.379	-18,2%
Lucro Bruto	57.476	67.062	-14,3%	156.967	234.995	-33,2%
Margem Bruta	20,0%	16,8%	3,22 p.p.	15,2%	18,7%	-3,42 p.p.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais no 4T23 totalizaram R\$ 116,9 milhões, representando um aumento de 1,4% em comparação com o mesmo período de 2022. O principal fator que contribuiu para esse aumento foi o grupo de despesas relacionadas à área de vendas, cujo crescimento está diretamente relacionado ao aumento dos volumes vendidos.

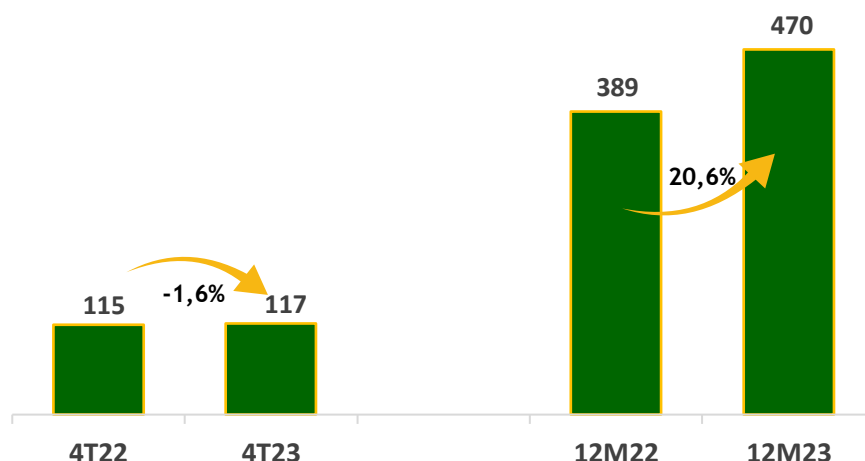
em mil R\$	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Vendas	(63.903)	(57.802)	10,6%	(239.745)	(194.676)	23,2%
Gerais e Administrativas	(49.250)	(56.970)	-13,6%	(206.565)	(204.484)	1,0%
Perdas ¹	(4.062)	(173)	2248,0%	(5.707)	(350)	1530,6%
Equivalência Patrimonial	9.634	3.786	154,5%	31.291	23.758	31,7%
Outras Receitas (Despesas)	(9.335)	(4.176)	123,5%	(48.796)	(13.531)	260,6%
Despesas Operacionais Totais	(116.916)	(115.335)	1,4%	(469.522)	(389.283)	20,6%
Receita Líquida	1.985.007	2.146.701	-7,5%	7.592.518	8.626.376	-12,0%
% sobre a RL	5,9%	5,4%	0,52 p.p.	-6,2%	-4,5%	-1,67 p.p.

(1) Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber e Adiantamentos

Já no acumulado do ano, as despesas operacionais totalizaram R\$ 469,5 milhões, um aumento de 20,6% em relação a 2022, um dos principais fatores dessa variação é que em 2022 foi reconhecido um Crédito Presumido de IPI Extemporâneo de R\$ 25,8 Milhões que acabou melhorando o resultado do grupo de Outras Receitas (Despesas), esse mesmo efeito não ocorreu em 2023.

Além disso, outro fator relevante foi o aumento de 23,1% nas despesas do grupo de vendas durante o acumulado do ano de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022. Esse

acréscimo está vinculado principalmente a dois fatores: um aumento de 7,7% nos volumes de vendas e o aumento nos custos associados à despesa de armazenagem do produto SPC, conforme mencionado anteriormente na abertura dos custos e despesas. A representatividade dessas despesas em relação à Receita Líquida foi de 6,2% em 2023, enquanto no mesmo período de 2022, esse percentual foi de 4,5 %.

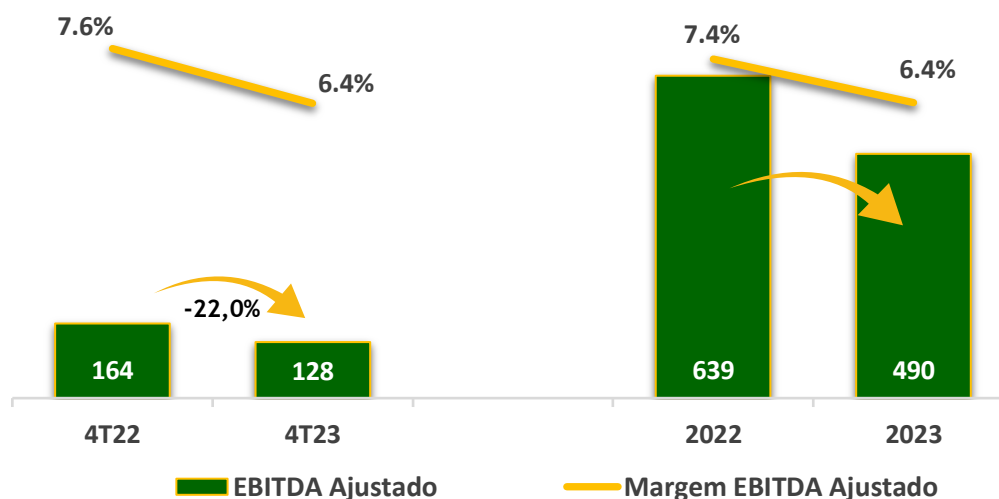


EBITDA e Margem EBITDA

No ano de 2023, o EBITDA Ajustado alcançou o valor de R\$ 489,6 milhões, apresentando uma redução de 23,4% em relação ao mesmo período de 2022. Esse indicador corresponde a 6,4% da receita líquida em 2023, enquanto em 2022 representava 7,4%. Essa redução na margem EBITDA Ajustado está relacionada principalmente ao aumento das despesas operacionais, conforme mencionado no tópico anterior principalmente devido a custo de movimentação de estoques em Brake (Alemanhã).

EBITDA / EBITDA Ajustado em mil R\$ e %	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Resultado líquido do exercício	72.730	102.212	-28,8%	239.857	348.744	-31,2%
(+/-) IRPJ/CSSL corrente e diferido	19.437	12.829	51,5%	44.901	34.899	28,7%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	13.771	2.073	564,3%	25.127	69.498	-63,8%
(+) Depreciação e amortização	19.788	17.829	11,0%	75.610	68.405	10,5%
EBITDA	125.726	134.943	-6,8%	385.495	521.546	-26,1%
(+) Receita Variação Cambial – Efeito Hedge	148.944	188.015	-20,8%	841.846	1.247.662	-32,5%
(-) Despesa Variação Cambial – Efeito Hedge	(137.223)	(155.303)	-11,6%	(706.396)	(1.105.688)	-36,1%
(+/-) Equivalência Patrimonial	(9.634)	(3.786)	154,5%	(31.291)	(23.758)	31,7%
(-) Ressarcimento de PIS/Cofins (BC ICMS)*	0	0	0,00%	0	(580)	-100,00%
EBITDA Ajustado	127.813	163.869	-22,0%	489.654	639.182	-23,4%
Receita operacional líquida	1.985.007	2.146.701	-7,5%	7.592.518	8.626.376	-12,0%
Margem EBITDA(1)	6,3%	6,3%	0,05 p.p.	5,1%	6,0%	-0,97 p.p.
Margem EBITDA Ajustado(2)	6,4%	7,6%	-1,19 p.p.	6,4%	7,4%	-0,96 p.p.

Vale destacar que o EBITDA Ajustado elimina os efeitos não-recorrentes, bem como a equivalência patrimonial das Joint Ventures no Terminal XXXIX de Santos e no TSS-Terminal de São Simão, os quais são divulgados separadamente no release anual.



Hedge

A Companhia possui uma sólida política de hedge cambial e de commodities para gerir os riscos de exposição nesses ativos. Com o objetivo de mitigar o risco, análises da exposição cambial são realizadas diariamente, utilizando NDF - Non Deliverable Forward e outros produtos estruturados, além de contar com o Comitê Econômico-Financeiro dedicado aos assuntos econômicos e financeiros.

A reconciliação entre o EBITDA e o EBITDA Ajustado é feita mediante a adição das receitas de Variação Cambial, exclusão das despesas de Variação Cambial e adição e/ou exclusão de Efeitos Não Recorrentes. A reconciliação ocorre devido as receitas do setor exportador, no qual atuamos, serem afetadas diretamente pela oscilação do real frente ao dólar, tanto para cima quanto para baixo. Essa oscilação também afeta a rubrica de CPV-Custos dos Produtos Vendidos (especialmente matéria-prima), tendo em vista que a Companhia efetua grande parte de suas compras de forma antecipada fazendo o hedge do dólar futuro mediante NDF, cujos resultados transitam pelas receitas e/ou despesas financeiras como variação cambial.

A companhia também adquire parte da principal matéria-prima (soja em grãos) de janeiro a meados de abril, para suportar seu programa de esmagamento anual. Nesse período, o estoque da commodity é um importante “hedge natural” do passivo da companhia atrelado à moeda norte-americana. No decorrer do ano, essa matéria-prima é processada e comercializada com taxas cambiais diferentes do período de aquisição. Em contrapartida, o efeito cambial da dívida (para mais ou para menos) transita pelas receitas ou despesas com variação cambial (financeiras), com o efeito do hedge natural mencionado.

Na tabela abaixo, demonstramos o efeito das variações cambiais provenientes das operações da companhia, as quais são adicionadas e excluídas na reconciliação do cálculo do EBITDA para o EBITDA Ajustado:

Variação Cambial Ativa em mil R\$	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
ACC/Pré-pagamento	37.436	91.497	-59,1%	279.463	411.916	-32,2%
Contratos Futuros	1.282	787	62,9%	17.488	59.570	-70,6%
NCE	12.034	8.691	38,5%	40.556	65.249	-37,8%
Clientes no exterior/câmbio pronto	35.538	38.792	-8,4%	209.249	269.805	-22,4%
Da investida no exterior	(132)	0	0,0%	4.985	10.399	-52,1%
Outros	3.026	(5.695)	-153,1%	12.236	14.936	-18,1%
Forward”/“swap”/câmbio travado	59.760	53.943	10,8%	277.869	415.787	-33,2%
Variação Cambial Ativa	148.944	188.015	-20,8%	841.846	1.247.662	-32,5%

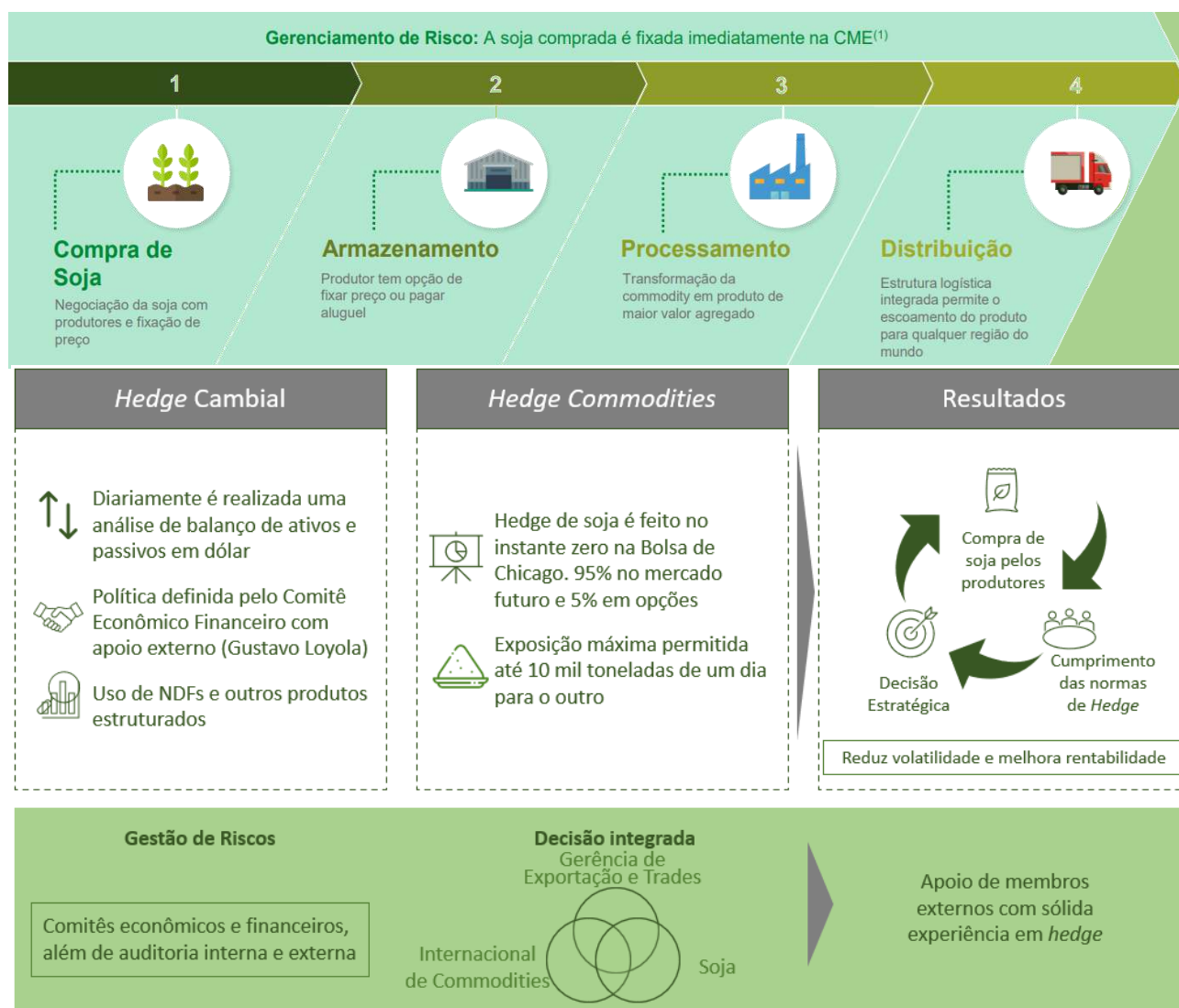
Variação Cambial Passiva em mil R\$	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
ACC/Pré-pagamento	(14.909)	(19.180)	-22,3%	(176.475)	(381.269)	-53,7%
Contratos Futuros	(5.173)	(4.352)	18,9%	(24.562)	(73.124)	-66,4%
NCE	(2.730)	(1.845)	48,0%	(27.102)	(47.228)	-42,6%
Clientes no exterior/câmbio pronto	(46.246)	(56.354)	-17,9%	(240.448)	(298.970)	-19,6%
Da investida no exterior	(4.217)	(2.936)	100,0%	(14.175)	(16.040)	-11,6%
Outros	(1.224)	5.903	-120,7%	(4.630)	(16.221)	-71,5%
Forward”/“swap”/câmbio travado	(62.724)	(76.539)	-18,0%	(219.004)	(272.836)	-19,7%
Variação Cambial Passiva	(137.223)	(155.303)	-11,6%	(706.396)	(1.105.688)	-36,1%

Variação Cambial Total	11.721	32.712	-64,2%	135.450	141.974	-4,6%
-------------------------------	---------------	---------------	---------------	----------------	----------------	--------------

Mecanismos de Hedge

Com relação a exposição das commodities, a companhia faz o hedge no instante zero, na Bolsa de Chicago, sendo no mínimo 95% em mercado futuro e até 5% no mercado de opções.

Vale destacar que a companhia possui tolerância de exposição máxima permitida de 10 mil toneladas de um dia para outro, o que reduz a volatilidade das operações e melhora a rentabilidade do negócio. A empresa possui política rigorosa e controles rígidos de risco e posições de hedge.



Endividamento

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa registrou uma dívida líquida (expressa pelo endividamento total menos o total de caixa e equivalentes de caixa) de R\$ 1,049 bilhões uma redução de 31% em comparação com 2022. O índice Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado caiu para 2,14x comparado a 2,38x em 31/12/2022.

No dia 31/12/2023, o índice de liquidez da empresa foi de 1,60x, esse valor representa uma melhoria em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o índice de liquidez era de 1,35x mantendo assim uma posição satisfatória em termos de liquidez ao longo do tempo.

Em Dezembro de 2023 a empresa contratou um empréstimo externo direto em dólar de \$ 29,25 milhões através de recursos originários do New Development Bank (NDB), um banco multilateral de desenvolvimento organizado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (o "BRICS"). A captação foi feita com juros semestrais de SOFR + 4,70%, prazo de 13 anos, e carência para amortização inicial de 3 anos. Os recursos do empréstimo, será destinado a armazenagem de grãos em armazéns agrícolas localizados nas cidades de Silvânia (GO), Ipameri (GO), Chapadão do Céu (GO) e Jataí (GO).

Em mil R\$ e mil USD	Período findo em		Variação	Período findo em		Variação
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	
Empréstimos de Curto Prazo	534.423	2.294.478	-76,7%	534.423	2.294.478	-76,7%
Empréstimos de Longo Prazo	1.607.687	1.896.958	-15,2%	1.607.687	1.896.958	-15,2%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.092.433	-2.669.927	-59,1%	-1.092.433	-2.669.927	-59,1%
Dívida Líquida em R\$	1.049.677	1.521.509	-31,0%	1.049.677	1.521.509	-31,0%
Taxa Cambial em 31/12	4,8413	5,2177		4,8413	5,2177	
Dívida Líquida em US\$	216.817	291.605	-25,6%	216.817	291.605	-25,6%
EBITDA Ajustado (12 meses)	489.654	639.182	-23,4%	489.654	639.182	-23,4%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (12 meses)	2,14x	2,38x	-9,9%	2,14x	2,38x	-9,9%

Liquidez Corrente	31/12/2023	31/12/2022	Variação	31/12/2023	31/12/2022	Variação
Índice de Liquidez Corrente	1,60	1,35	18,3%	1,60	1,35	18,3%

CAPEX

Em 2023, fizemos investimentos para aumento da capacidade produtiva, aumento da capacidade de armazenagem, melhoria da estrutura de logística e fabril, totalizando R\$272,5 milhões (R\$298,1 milhões em 2022).

INVESTIMENTOS REALIZADOS E PREVISTOS		
Em Milhões R\$	2023	2024*
Shiploader Porto de Santana	0,3	30,0
Planta de Glicerina Bidestilada - Sorriso-MT	0,6	58,9
Ampliação Planta de Esmagamento em Ipameri	9,9	148,7
Conclusão das Plantas de Lecitina e Etanol de Soja em Sorriso-MT	10,0	0,0
Ampliação Caldeira em Sorriso-MT	12,6	3,6
Envase de Glicerina Bidestilada - Ipameri-GO	16,9	0,0
Compra do Terreno em Miritituba - Projeto Arco Norte	17,0	0,0
Armazém Graneleiro em Sorriso-MT	22,5	0,0
Construção da Planta de SPC em Itumbiara-GO	83,1	39,7
Outros (CAPEX Recorrente: Manutenção, Ativo Fixo e Outros)	99,6	80,0
Total	272,5	360,8

- *Projeção*

Em 2023, finalizamos a planta de SPC GMO em Itumbiara. Esse investimento nos permitirá atuar em outros nichos de mercado de commodities diferenciadas, principalmente no mercado sul-americano de produtores de ração para aquicultura, bem como no mercado do sudeste asiático, também um grande polo produtor de pescados e camarão.

Realizamos a compra do terreno e Miritituba que em parceria com a 3Tentos tem por objetivo desenvolver a estrutura de logística e armazenagem no Arco Norte do país. Após a constituição, a sede contará com instalações destinadas para armazenagem de grãos e farelos, além de transbordo para carregamento de barcaças fluviais. Inicialmente, os investimentos estimados são de aproximadamente R\$ 400 milhões até 2028, divididos igualmente entre as partes.

Ainda em 2023, foi aprovada a expansão da capacidade de esmagamento de soja na unidade de Ipameri-GO. Este investimento está programado para finalizar em 2025, uma decisão de grande importância no esforço para aumentar a capacidade de esmagamento e agregar valor.

Já para o ano de 2024, estão previstos R\$ 360,8 milhões nos seguintes investimentos:

Estão previstos alguns ajustes finais, na planta de SPC GMO em Itumbiara e na ampliação da Caldeira em Sorriso-MT.

Em 2024, daremos início à construção da planta de glicerina bidestilada, localizada na cidade de Sorriso-MT, aproveitando nosso know how operacional e comercial no segmento, bem como aproveitando a disponibilidade de matéria-prima e o potencial que a região apresenta.

Vale destacar que, no âmbito do Porto de Santana, serão realizados investimentos obrigatórios em decorrência do processo de outorga, abrangendo a substituição do shiploader, a realocação do local da balança, entre outras iniciativas.

O investimento de maior expressividade em 2024 será a expansão da planta de Ipameri-GO. Já em fase de implantação, com cronograma de término previsto para o 2º Semestre de 2025, um passo significativo em nossa estratégia de ampliação do esmagamento de soja e valor agregado.

Operações Logísticas e Joint Ventures

A Companhia possui um histórico de grandes investimentos em logística, com objetivo de aumentar a utilização de transportes multimodais e diminuir os custos operacionais. Para auxiliar o transporte de produtos e grãos, a Companhia possui uma infraestrutura de logística consolidada e diferenciada, apoiando produtores rurais e oferecendo soluções integradas a clientes e parceiros. Em 2020, a Companhia, em parceria com a Rumo, realizou investimentos para ampliação do Terminal XXXIX, no Porto de Santos, e no Projeto do TSS-Terminal de São Simão, com o objetivo de aperfeiçoar o escoamento dos seus produtos, bem como tornar-se um provedor de logística através de terminais diferenciados (bandeira branca).

Terminal XXXIX de Santos

A Caramuru está presente no Porto de Santos, através de uma parceria com a Rumo Logística. Cada parte detém 50% de participação no ativo. Em 2020, iniciou o Projeto de expansão do Terminal XXXIX, com a construção do Berço 37 equipado de shiploader, com capacidade de expedição de 3.000t/hora, o qual foi concluído em 2021, uso exclusivo para as operações do



Terminal XXXIX, que antes compartilhava o Berço 38 com outros armazéns. A conclusão dessa fase, possibilitou um ganho de performance em 2022, com aumento de 63,8% na movimentação do Terminal.

Em 2023, foi concluída a Fase de Expansão, que consiste na implantação de 2 silos de 30.500t cada, aumento da capacidade de recepção ferroviária e parte da rodoviária e ampliação da alimentação do armazém existente (de 135.000t). No Final de 2023, o Terminal XXXIX assinou um contrato juntamente com o Governo Federal, para adensamento da área, com o objetivo de ampliar a capacidade de armazenagem e expedição.

Apresentamos abaixo os principais destaques financeiros do Terminal XXXIX (em base 100%):

Terminal XXXIX de Santos S.A	2023	2022	Variação
Volume movimentado (tons)	5.788.363	5.034.393	15,0%
Receita Líquida (R\$ milhões)	261,83	195,94	33,6%
Lucro Bruto (R\$ milhões)	154,60	112,37	37,6%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	65,31	46,30	41,0%
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	155,15	117,52	32,0%
Margem EBITDA Ajustado	59,26%	59,97%	-0,7 p.p

TSS-Terminal de São Simão

Em 2020, resultado de uma parceria entre a Caramuru e a empresa Rumo Logística, foi construído o Terminal Rodoferroviário na cidade de São Simão, o TSS-Terminal de São Simão, onde foram investidos R\$ 92,0 milhões. O TSS possui capacidade de movimentação superior a 5,0 milhões de toneladas anuais, sendo considerado um marco histórico



para o Estado de Goiás, pois integrará o Centro-Oeste ao Porto de Santos por meio da Ferrovia Norte Sul e impulsionará as exportações da região. O TSS entrou em operação em fevereiro de 2021 e está se consolidando em um investimento importante para a melhoria da nossa logística multimodal e integrada. A Caramuru detém 49% de participação no empreendimento.

Em 2023, a meta de movimentação no TSS foi de 1.801.000t e cumprimos 66% da meta de recebimento. O EBITDA foi de R\$ 13,6 milhões, crescimento de 113,4% em relação ao ano anterior, enquanto a Margem EBITDA ficou em 78,6%, 44,5pp acima do exercício de 2022.

Apresentamos abaixo os principais destaques financeiros do TSS (em base 100%):

TSS - Terminal de São Simão	2023	2022	Variação
Volume movimentado (em tons)	1.183.469	1.465.373	-19,2%
Receita líquida (R\$ milhões)	17,41	18,80	-7,4%
Lucro Bruto (R\$ milhões)	0,78	0,89	-12,1%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	2,78	1,24	124,1%
EBITDA (R\$ milhões)	13,68	6,41	113,4%
Margem EBITDA - %	78,57%	34,10%	44,5 p.p

Iniciativas ESG

Desde o início das nossas atividades, atuamos com responsabilidade socioambiental de ponta a ponta. Prezamos em oferecer produtos que sejam integralmente originados de fontes sustentáveis e reconhecidos pelo respeito ao meio ambiente, às pessoas e viáveis economicamente para atender a um mercado cada vez mais exigente. Diante da importância cada vez maior da agenda ESG em nossos negócios, estruturamos a governança da área de sustentabilidade e elevamos o conceito para nossos parceiros de negócio, fornecedores e clientes.

O processo de escuta junto aos nossos principais stakeholders é uma parte importante da nossa jornada pela sustentabilidade, visando a formulação de estratégias bem-sucedidas e para melhor dimensionamento dos impactos gerados.

Nossos temas materiais foram identificados conforme a metodologia de dupla materialidade, que engloba aspectos financeiros e não financeiros, ao todo, são 12 temas materiais, estabelecidos em cinco diretrizes ESG, voltadas às áreas prioritárias de negócio da companhia.

Diretriz Cuidado com Pessoas, destacamos o Programa de Segurança Atitude consciente. Em 2023, foram aplicados questionários em que foi possível avaliar a percepção de saúde e segurança na companhia. Nessa avaliação, o score da Caramuru foi de 46,77 pontos, com essa pontuação, cumprimos a meta de atingir o nível independente.

Foram realizados 04 ciclos de treinamentos para colaboradores e terceiros, envolvendo 7.978 pessoas, 04 horas de treinamento por colaborador. Ainda, 205 horas de Coaching com 41 lideranças, 07 Diálogos de Segurança com foco comportamental e 79 Caminhadas Seguras com 369 ações para mitigação de riscos.

Diretriz Gestão de Recursos Naturais, a conservação e o aproveitamento máximo da água são temas materiais para a Caramuru pois este é um insumo vital para as operações da companhia. O maior consumo de água é proveniente das indústrias. Para 2023, tivemos a meta de reduzir 5% do volume captado em 2022, e reduzimos 8% (176 mega litros).

Pela relevância estratégica do tema, o Grupo de Trabalho Água (GT) formado por colaboradores multidisciplinares que representam as unidades industriais, armazenadoras e portuárias, tem a missão de levar a companhia, em 2030, a “ser reconhecida pela

promoção do uso consciente da água e por influenciar a conservação da biodiversidade em nossa cadeia de valor”.

Diretrizes Compromisso com o Clima, reconhecendo a importância das mudanças climáticas para o negócio, elaboramos nosso segundo Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) com os escopos 1 e 2 auditados por empresa independente e a publicação de nove categorias do escopo 3, totalizando 225.800,98 (t CO2 equivalente) para os escopos 1 e 2 e 45.643,75 para o escopo 3.

Para evoluirmos nessa jornada de descarbonização, contratamos uma empresa especializada que nos apoia no desenvolvimento de uma estratégia confiável de descarbonização. Em 2023 iniciamos a Implementação do TCFD - Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima e concluímos as curvas de projeção de emissões para os projetos aprovados e para 2024 iremos trabalhar no plano de descarbonização.

Diretriz Processos Sustentáveis, a gestão ambiental e social da companhia está presente em toda a cadeia de valor, envolvendo os nossos produtores rurais. Para o Padrão Sustentar, em 2023 encarregamos a Proforest, uma das principais associações no mundo que apoiam a produção responsável de commodities agrícolas de realizar o benchmarking do Padrão Sustentar junto as diretrizes do Trade for Sustainable Development (T4SD), do European Feed Manufacturers’ Federation (FEFAC) e do International Trader Centre (ITC).

No início de 2024, tivemos o Padrão Sustentar reconhecido pelo ITC/FEFAC, dentro das diretrizes 2023 que incluem a nova legislação europeia.

O Padrão está conectado diretamente aos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):



Diretriz Ética e Compliance, em 2023 passamos a contar com um centro de operações de cibersegurança terceirizado que realiza serviços de detecção, resposta, remediação e caça de ameaças e incidentes de segurança cibernética, de forma contínua e ininterrupta.

Para mitigar possíveis impactos negativos, também adotamos medidas de segurança relevantes para a proteção de dados como segregação da rede para impedir o acesso voluntário ou involuntário de usuários; utilização de softwares contra códigos maliciosos (antimalware) nas estações de trabalho e servidores; uso de sistemas de detecção de invasão e/ou de prevenção para controlar todo o tráfego no ambiente de dados confidenciais e alertar as equipes sobre atitudes suspeitas; e análises de vulnerabilidade e testes de intrusão periódicos para averiguar possíveis falhas na rede.

A companhia está engajada em torno do desenvolvimento sustentável, especialmente por meio da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). Reforçamos nosso compromisso com a geração de impactos socioambientais positivos e em fortalecer cada vez mais a agenda ESG em nosso processo de tomada de decisão.

Anexos

Demonstrativo de Resultados

Demonstrativo de Resultados R\$mm	4T		Variação	12M		Variação
	2023	2022		2023	2022	
Receita operacional líquida	1.985.007	2.146.701	-7,5%	7.592.518	8.626.376	-12,0%
Custo dos produtos vendidos	(1.762.153)	(1.914.252)	-7,9%	(6.813.111)	(7.783.952)	-12,5%
Lucro bruto	222.854	232.449	-4,1%	779.407	842.424	-7,5%
	11,2%	10,8%		10,3%	9,8%	
Receitas (despesas) operacionais:	(116.916)	(115.335)	1,4%	(469.522)	(389.283)	20,6%
Comerciais	(63.903)	(57.802)	10,6%	(239.745)	(194.676)	23,2%
Gerais e administrativas	(49.250)	(56.970)	-13,6%	(206.565)	(204.484)	1,0%
Perda por redução ao valor recuperável	(4.062)	(173)	2248,0%	(5.707)	(350)	1530,6%
Resultado de equivalência patrimonial	9.634	3.786	154,5%	31.291	23.758	31,7%
Outras receitas (despesas)	(9.335)	(4.176)	123,5%	(48.796)	(13.531)	260,6%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	105.938	117.114	-9,5%	309.885	453.141	-31,6%
Resultado financeiro líquido	(13.771)	(2.073)	564,3%	(25.127)	(69.498)	-63,8%
Receita financeira	185.963	265.978	-30,1%	1.015.625	1.426.591	-28,8%
Despesa financeira	(199.734)	(268.051)	-25,5%	(1.040.752)	(1.496.089)	-30,4%
Resultado antes do IR e da contribuição social	92.167	115.041	-19,9%	284.758	383.643	-25,8%
Imposto de renda e contribuição social:	(19.437)	(12.829)	51,5%	(44.901)	(34.899)	
Corrente	(320)	0	0,0%	(455)	(24.858)	-98,2%
Diferido	(19.117)	(12.829)	49,0%	(44.446)	(10.041)	342,6%
Resultado do exercício	72.730	102.212	-28,8%	239.857	348.744	-31,2%

Balanço Patrimonial - Ativo

R\$mm	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.088.465	2.668.412
Aplicações Financeiras	3.968	1.515
Contas a receber	382.688	582.068
Estoques	1.108.509	1.344.822
Adiantamentos a fornecedores	158.661	128.843
Impostos e contribuições a recuperar	104.906	138.456
Contas a receber com partes relacionadas	14.069	4.300
Depósito caução e ajustes de contratos futuros	1.116.313	1.521.451
Contratos de "forward" e "swap" a receber	87.018	67.132
Ativo Biológico	5.559	0
Despesas antecipadas e outras contas a receber	78.522	112.330
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	4.148.678	6.569.329
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Aplicações financeiras de longo prazo	0	2.738
Impostos e contribuições a recuperar	574.033	650.190
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.267	136.253
Depósitos judiciais	9.356	16.914
Adiantamento a fornecedores	0	3.706
Contas a receber	0	3.000
Outras contas a receber	3.230	3.425
Outros investimentos	470	470
Investimentos em controladas em conjunto	80.645	86.914
Investimentos em controladas	0	0
Imobilizado	1.309.988	1.111.681
Intangível	9.689	10.208
Direito de uso	50.156	52.595
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.129.834	2.078.094
TOTAL DO ATIVO	6.278.512	8.647.423

Balanço Patrimonial - Passivo

R\$mm	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	534.423	2.294.478
Fornecedores	801.208	739.035
Passivo de arrendamento	11.558	10.607
Salários e encargos sociais	53.570	66.967
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16.676	15.685
Mútuos com partes relacionadas	0	0
Provisão para passivo a descoberto de controladas	0	0
Contas a pagar a partes relacionadas	0	0
Ajustes de contratos futuros	1.119.675	1.653.811
Contratos de "forward" e "swap" a pagar	15.633	29.116
Adiantamento de clientes	8.977	14.320
Outras contas a pagar	38.529	45.467
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.600.249	4.869.486
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.607.687	1.896.958
Fornecedores	3.493	2.240
Passivo de arrendamento	43.125	46.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0
Provisão para riscos	370	370
Mútuos com partes relacionadas	0	0
Benefício pós-emprego	7.168	5.928
Outras contas a pagar	7.972	7.413
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.669.815	1.959.898
TOTAL DO PASSIVO	4.270.064	6.829.384
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.650.639	1.362.038
Reserva de lucros	303.840	399.997
Ajuste de avaliação patrimonial	53.969	56.004
Lucros Acumulados	0	0
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.008.448	1.818.039
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.278.512	8.647.423

Fluxo de Caixa

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	239.857	348.744
Ajuste Realizado Exercício Anterior	(3.557)	
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	75.610	68.404
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial empréstimos e financiamentos	193.650	293.590
Variação monetária e cambial de adiantamento a produtores	(10.266)	(12.523)
Variação monetária de impostos a recuperar	(28.325)	(1.394)
Variação cambial de contas a receber	39.698	20.976
Variação cambial de partes relacionadas	0	0
Variação cambial de depósito caução e outras contas a receber e a pagar	7.359	16.557
Imposto de renda e contribuição social - diferido	44.446	10.041
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	0	(5.288)
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas em adiantamentos a produtores	5.430	350
Reconhecimento créditos tributários PIS/COFINS s/exclusão BC ICMS	0	(579)
Crédito Presumido de IPI (Pis/Cofins s/ exportações) extemporâneo	(4.137)	(25.841)
Reconhecimento parcial crédito PIS/COFINS extemporâneo	0	(8.400)
Processo Judicial (INSS-RAT e Terceiros) direito exclusão atestado médico	0	(2.057)
Provisão para plano de benefício pós emprego	(113)	(30)
Provisão (reversão) para ganho/perda de estoque	4.288	(4.353)
Ajuste de estoque a valor de mercado	116.609	104.083
Complemento (reversão) de provisão para ganho/perda valor justo contratos futuros a realizar	(244.679)	94.930
Custo da baixa do ativo imobilizado	1.614	8.254
Resultado de equivalência patrimonial	(31.291)	(23.758)
Complemento (reversão) de provisão referente a transações de "swap" e "forward"	(33.369)	(44.338)
Ajuste a valor presente do FOMENTAR, CEI e PRODUZIR	(98.995)	(110.794)
Reversão de ajuste a valor presente FOMENTAR, CEI e PRODUZIR	175.200	33.175
Deságio obtido em leilão para liquidação do FOMENTAR, CEI e PRODUZIR	(188.962)	(35.526)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	160.900	(146.524)
Estoques	125.902	(385.461)
Adiantamentos a fornecedores	(29.902)	(2.583)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos	141.078	(138.909)
Contas a receber com partes relacionadas	(18)	153
Outros ativos	596.652	(585.169)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	47.356	278.958
Salários e encargos sociais	(11.173)	6.016
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(691)	(10.850)
Outros passivos	(448.279)	537.240
Caixa gerado pelas atividades operacionais	841.892	277.094
Juros pagos	(416.249)	(277.364)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	425.643	(270)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao ativo imobilizado	(211.131)	(262.269)
Formação de ativos biológicos	(5.559)	0
Redução de capital de controlada em conjunto	12.250	0
Aplicações Financeiras	285	4.276
Recebimento de dividendos	4.578	4.329

Investimento em controlada em conjunto	0	2.204
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(199.577)	(251.460)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Empréstimos e financiamentos - captações	1.886.850	3.733.471
Empréstimos e financiamentos - pagamentos	(3.637.748)	(2.760.141)
Arrendamentos - pagamentos	(10.017)	(9.064)
Juros sobre o Capital Próprio	(45.000)	(45.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(1.805.915)	919.266
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.579.849)	667.536
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	2.668.412	2.000.811
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa	(98)	65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO PERÍODO	1.088.465	2.668.412

Apêndices

Nossos Negócios

A Caramuru é uma companhia genuinamente brasileira com 59 anos de experiência, posicionada entre as 100 maiores e melhores empresas do agronegócio brasileiro, com atuação focada em produtos de maior valor agregado. A Companhia entende ser (i) a 6ª maior empresa de processadora de soja, em termos de volume de produção, com processamento anual médio de 2,0 milhões de toneladas; (ii) 2ª maior em processamento de milho (no sistema de moagem a seco); e (iii) 6ª maior produtora de biodiesel do Brasil, com capacidade de produção superior a 550 milhões de litros por ano, a partir de soja, com todas as usinas já certificadas para emissão de CBIOs dentro do programa Renovabio.



Atuando no mercado de processamento de soja, milho e girassol, com uma vasta linha de produtos e presença nos estados de Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Amapá e Pará, a Caramuru atende a consumidores de todas as regiões do Brasil. Além disso, no segmento B2B fornece matéria-prima para a indústria alimentícia na produção de macarrão, biscoitos, snacks, cereais e para outros segmentos como cervejarias e indústria de ração.

A Companhia destaca-se por sua capilaridade logística no transporte de grãos e farelos diferenciados, Hipro NGMO e GMO, e SPC NGMO, integrando suas unidades industriais às principais vias de escoamento, com grandes investimentos nos Portos de Santos, Tubarão e Santana, onde detém participação acionária em terminais portuários, em rodovias e na hidrovia Tietê-Paraná, diminuindo o custo de operação



através da utilização do transporte multimodal adequado à planta industrial. Especificamente, a partir de (i) 1990, do complexo industrial de Itumbiara para o porto de Tubarão-ES; (ii) 1995 para o complexo industrial de São Simão-GO, conectado ao porto de Santos através da hidrovia Tietê-Paraná e Terminais hidro-ferroviário de Pederneiras e hidro-rodoviário de Anhembi e, atualmente, também pela Ferrovia Norte-Sul operada pela Rumo; (iii) 2005 para o complexo industrial de Ipameri, conectado aos portos de Tubarão e Santos através da malha ferroviária da FCA, hoje operada pela VLi; e (iv) 2016 para o complexo industrial de Sorriso-MT, conectado ao porto de Santana através do Terminal rodo-hidroviário de Itaituba e da hidrovia Tapajós-Amazonas.



A Caramuru possui um modelo de negócios integrado, o qual impõe barreiras de entrada significativas a novos concorrentes. Destacam-se a extensa base de produtores rurais

(+5.500) com longo relacionamento comercial, a plataforma própria e de primeira linha (“*state of the art*”) para industrialização de produtos, a rede de distribuição com presença em todo território nacional e os terminais logísticos em portos estratégicos pelo país. Tudo isso garante à Companhia a gestão e rastreabilidade dos produtos, flexibilidade para se adequar à volatilidade de demanda no mercado e mitigação de risco de ruptura logística.

A Companhia opera commodities diferenciadas, com marcas estabelecidas em produtos de consumo, logística forte e inovadora e possui como missão manter consistente histórico de crescimento e rentabilidade, atuando a partir de princípios de sustentabilidade ambientais, sociais e econômicos valorizando o desenvolvimento de colaboradores.



A Caramuru se destaca pela produção de produtos de maior valor agregado focando sempre no máximo aproveitamento da matéria-prima para o processamento de derivados que contribuem para a sociedade com a elaboração de produtos sustentáveis e energia renovável. Durante o processo industrial, a companhia, através de tecnologias de extração específicas, gera diversos produtos que atendem a indústria alimentícia, farmacêutica, mineração dentre outros setores.

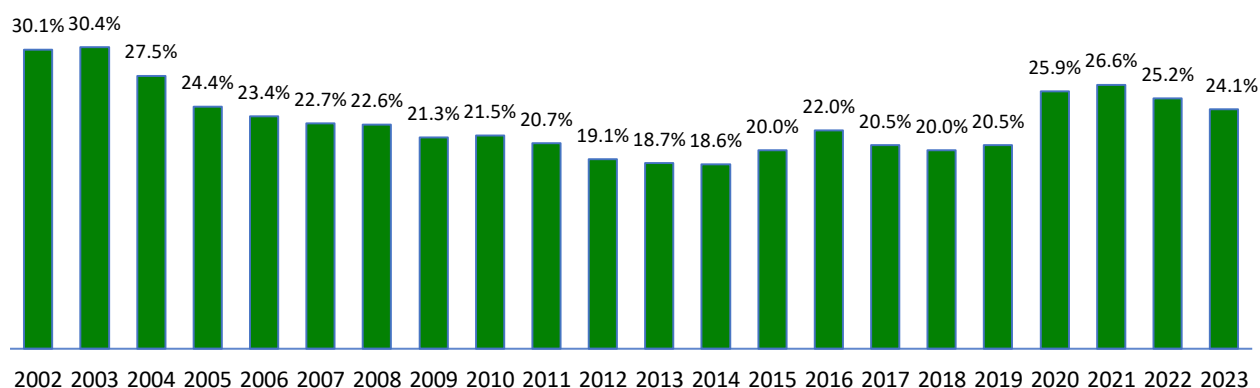
Como resultado do processo industrial temos: óleo degomado, farelo de soja e lecitina, e, por meio de processos sucessivos de industrialização, a produção de farelos com alta concentração proteica, biodiesel, óleo refinado, melaço, dentre outros. A Companhia maximiza a extração de valor da matéria-prima por meio do aproveitamento de todos os subprodutos (inclusive resíduos), originados em sua cadeia produtiva. Como exemplo, atualmente a planta de Sorriso, no Mato Grosso, está sendo adaptada para a produção de etanol a partir do melaço de soja. Ao final do investimento a planta deterá capacidade de produção de aproximadamente 10 milhões de litros de etanol de soja por ano. Essa planta será uma das primeiras a produzir etanol de soja em escala comercial no Brasil.

Mercado Endereçável

O Brasil é um dos maiores produtores de alimento do mundo, de acordo com o United States Department of Agriculture - USDA, sendo sua vasta produção de alimentos favorecida sobretudo por fatores climáticos, quantidade significativa de água presente no território brasileiro e o potencial de expansão das áreas agricultáveis. Aliado a isso, massivos investimentos em tecnologia nos últimos anos tornaram a produção mais eficiente e lucrativa, de acordo com CONAB, Embrapa e USDA.

O PIB do agronegócio alcançou a marca de 24,1% de participação na composição do mesmo em 2023 e 25,2% de participação em 2022, de acordo com CNA/Cepea.

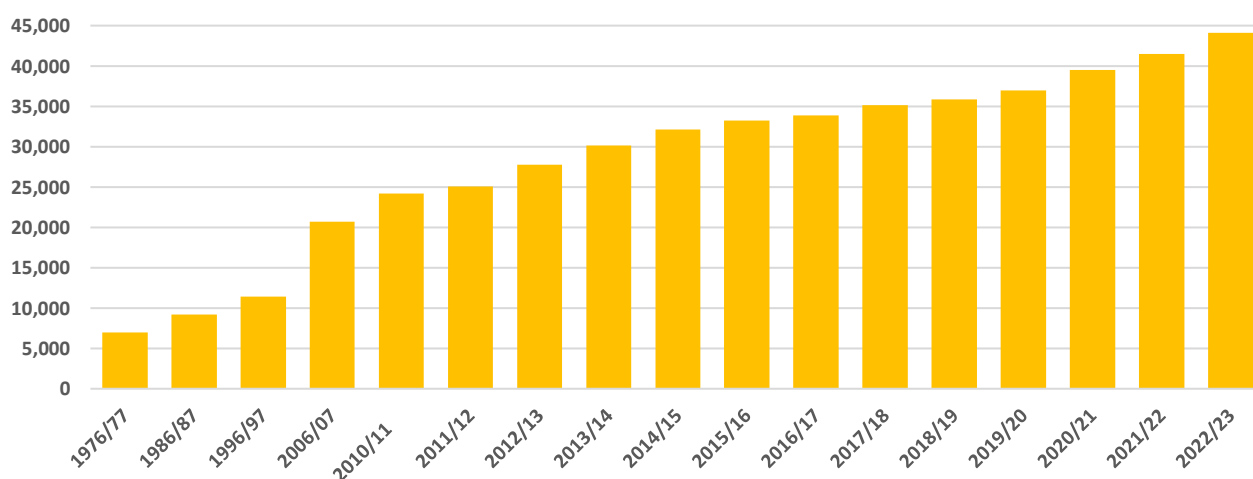
Participação % do PIB do Agronegócio Brasileiro no PIB do Brasil



Fonte: CNA/Cepea

Com relação ao mercado mundial de produção e exportação de commodities agrícolas, é importante destacar que o Brasil está bem-posicionado em relação aos principais produtos. Vale ressaltar também que, ao longo dos últimos anos, a produção de soja no Brasil vem crescendo consideravelmente.

Área plantada de soja no Brasil (Mil hectares)



Fonte: Conab

Ciclo Operacional da Soja

A Caramuru participa da cadeia do agronegócio através do processamento de grãos. Sendo assim, a companhia não produz grãos, mas os adquire diretamente dos produtores rurais nas regiões onde opera. O processo de aquisição dos grãos leva em conta rigorosos critérios, adotados pela Companhia no Programa Sustentar, que garante a originação sustentável e rastreável dos grãos usados no processo produtivo, em especial a soja, com o maior percentual originado pela empresa. O período de colheita anual da soja no Centro-Oeste do Brasil tem início geralmente em janeiro e termina em meados de abril, o que gera oscilações nos volumes de estoques e no custo dos produtos vendidos.

Durante o ano fiscal, o primeiro semestre concentra o maior consumo de caixa da empresa onde se concentram a compra de soja, dado seu ciclo produtivo (tabela abaixo) o que se regulariza no decorrer do ano com o uso dos estoques e a venda dos produtos processados.

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1) Fomento (empréstimos)												
2) Plantio												
3) Colheita												
4) Fixação de preço produtor (<i>hedge</i> de custos)												
5) Pagamento												
6) Processamento												
7) Carrego de estoque da indústria												
8) Carrego de estoque das tradings												
9) Ciclo do caixa												

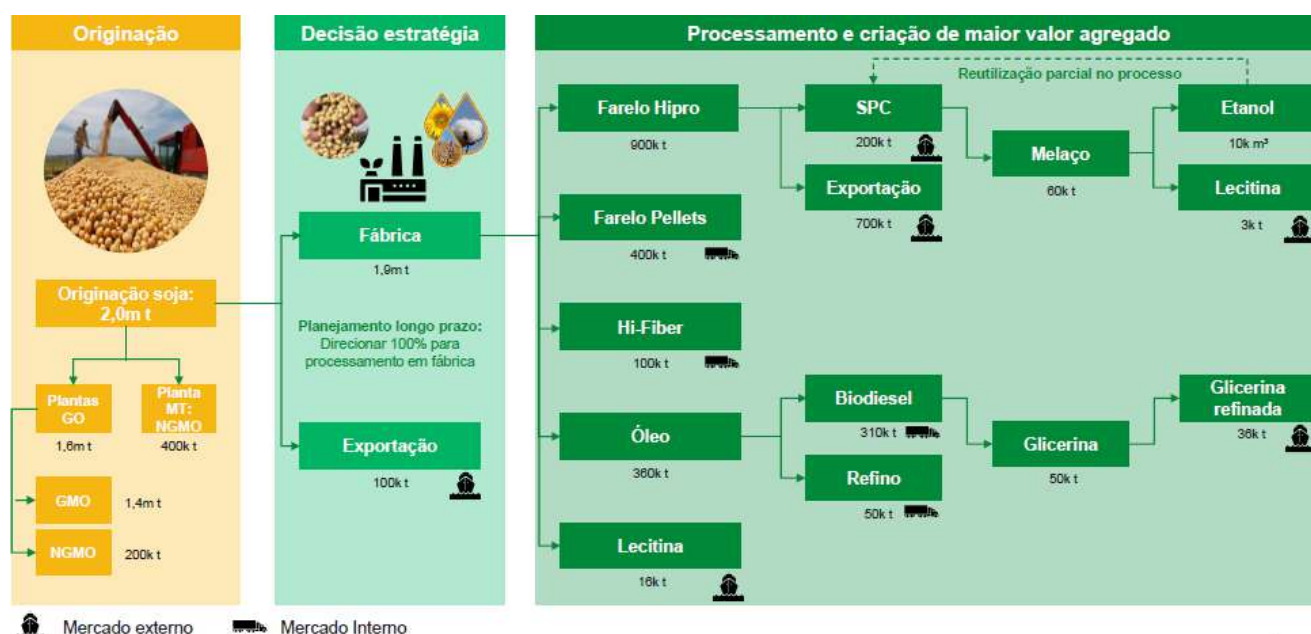
Fonte: Elaborado pela Companhia

Visão Geral do Processo Industrial da Soja

A originação da soja é realizada de forma pulverizada, através de mais de 5.500 produtores rurais. Nossos principais produtos originam-se, essencialmente, dos grãos de soja não transgênica (NGMO), razão pela qual acreditamos ser capazes de acessar mercados em que nossos concorrentes não atuam. Nesse sentido, a fim de assegurar que os grãos de soja, por nós adquiridos, não sejam geneticamente modificados, adotamos um programa de rastreabilidade que acompanha os grãos de soja desde o carregamento até o embarque final.

A Companhia possui quatro plantas industriais para processamento de soja o que lhe garante um diferencial em relação aos seus concorrentes, devido a sua capacidade de recepção, processamento e segregação da soja não transgênica para a produção de produtos de maior valor agregado.

A figura abaixo apresenta, de forma simplificada, a principal cadeia de produção, partindo de uma originação básica de 2 milhões de toneladas de soja, a principal matéria-prima da Companhia:



Vale ressaltar que a Companhia maximiza a extração de valor da matéria-prima por meio do aproveitamento de todos os subprodutos (inclusive resíduos) originados em sua cadeia produtiva.

Segmentos de Negócios

Commodities diferenciadas

Na busca por maior competitividade e seguindo a premissa de agregação de valor em commodities, com emprego de tecnologia em seus meios de produção, a companhia fabrica produtos voltados a nichos específicos de mercado, denominados commodities diferenciadas, os quais geram uma margem de contribuição superior às commodities padrão.

Neste segmento, destacam-se os produtos não transgênicos, ou não geneticamente modificados (Non-GMO) e, também, produtos à base de matérias-primas transgênicas ou geneticamente modificadas (GMO):

- **Não transgênicos:** Proteína Concentrada de Soja Non-GMO (SPC, +62% de proteína), Farelo de Soja Hipro Non-GMO (48% proteína), Lecitina de soja e Glicerina Destilada e Bidestilada
- **Transgênicos:** Proteína Concentrada de Soja GMO, Farelo de Soja Hipro GMO (48% de proteína), lecitina e glicerina.

Commodities

As commodities são produtos de qualidade com características uniformes, não são diferenciados por quem os produziu ou pela sua origem e têm seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional. A companhia decidiu por agrupar os produtos derivados do segmento soja que não possuem agregação de valor, incluindo a própria soja em grãos. Consolidou, ainda, neste segmento, os produtos que possuem características econômicas semelhantes entre si, ou seja, produtos de baixo valor



agregado, com processos produtivos semelhantes, bem como, derivados do segmento soja em grãos, com clientes que também possuem características semelhantes. Os produtos incluídos neste grupo são: soja em grãos, farelo de soja floculado/peletizado-*pellets* (46%), farelo de casca de soja (“Hi

Fiber”), semente de soja, óleo bruto, melão de soja, borra de óleo de soja, ácido graxo, destilado de óleo de soja - DDOS.

Biocombustíveis

A companhia adotou como critério principal para inclusão de produtos neste segmento, os aspectos relacionados à natureza do ambiente regulatório. Neste grupo estão incluídos os produtos regulamentados pela Agência Nacional do Petróleo-ANP além de outros, que possuem características semelhantes relacionadas em sua natureza e em seu processo produtivo, bem como a características econômicas similares à deste segmento. Os produtos fabricados pela companhia são o biodiesel (B100) e o etanol hidratado de soja.



Produtos de consumo & outros

A companhia estabeleceu como diretriz, para agrupar os produtos que compõem o segmento “Produtos de Consumo & outros”, critérios como a natureza dos produtos, relacionados ao processamento das matérias-primas milho e girassol, além de possuírem características semelhantes na categoria de clientes, bem como os métodos utilizados para distribuição, principalmente dos derivados de milho (Fubá, Canjica, Canjiquinha, Creme de Milho, Farinha de Milho, Flocos de Milho ou Cuscuz), Flocão, Polenta, Colorífico, Sêmola de Milho, Gritz de Milho entre outros), óleos especiais e produtos mix (produção própria e produção terceirizada). Neste segmento se destacam os produtos da tradicional marca Sinhá.



Estão também inseridos neste segmento os produtos da marca Bontrato, destinados a alimentação pet, além de uma extensa linha de insumos destinados às indústrias alimentícia, de bebidas e mineração, tais como: derivados de milho, derivados de gérmen de milho (óleo de milho bruto e farelo de gérmen), derivados de girassol (óleo bruto de girassol e farelo de girassol), entre outros, comercializados sob as marcas Nekmil, Flocomil, Fecomil, Cermil, Colormil e FlotaMil. As exportações de milho ocorrem de forma esporádica e estão contempladas neste segmento.





A companhia é detentora da marca Sinhá, com grande reconhecimento e presença nacional, possuindo mais de 150 SKUs (Stock Keeping Unit - Unidade de Manutenção de Estoque) de produtos diferenciados para o consumidor brasileiro e com mais de 75 mil pontos de vendas (PDVs), atendidos com seus produtos em todo o país. Com mais de 42 (quarenta e dois) anos no mercado brasileiro, a marca é consolidada e apresenta um nível de satisfação de 91,8% (noventa e um inteiros e oito décimos por cento) nos produtos de consumo e 93% (noventa e três inteiros por cento) para os demais produtos da Caramuru, segundo pesquisa feita pela empresa independente Mind Pesquisas, no período de setembro e outubro de 2021, com uma amostra de 1.010 (um mil e dez) clientes da Caramuru, selecionados a partir da carteira de clientes ativos.

O portfólio diversificado de produtos de consumo B2B e B2C e a abrangência nacional no segmento B2C, em função da capilaridade de distribuição dos produtos, permite à companhia ter uma carteira de clientes diversificada, potencializando o crescimento da receita nos mercados interno e externo.

Principais Clientes B2C



Principais Clientes B2B



Contatos de RI:

Marcus Thieme - DRI

Andréa Gomes - GRI

Bárbara Barbaresco - Analista de RI

E-mail: ri@caramuru.com

Website:

<https://www.caramuru.com/>